

Fevereiro de 2012

Extractos da  
imprensa Angolana  
sobre questões sociais  
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

**DW CEDOC**

**DEVELOPMENT WORKSHOP  
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO**



## DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da Development Workshop (CEDOC) em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico em Angola.

A informação é arquivada numa biblioteca e está disponível para consulta. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais : Jornal de Angola, Actual, Agora, Angolense, Capital, Expansão, Folha 8, Independente, o País, Terra, o Semanário Africa
- Websites e Rádios : Angonotícias, ANGOP, Angola Press, Radio Ecclesia, Radio Nacional de Angola, Radio Ibinda
- Revistas : Africa Today, Economia e Negócio, Vida
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucuo, Vida Kilamba e Chela Press

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

[Redação](#) Helga Silveira

[Conselho de Edição](#)

Allan Cain, Jose Tiago e Massomba Dominique

[Editado por](#) Development Workshop Angola

Rua Rei Katyavala 113, C.P. 3360, Luanda — Angola

[Telefone](#) +(244 2) 448371 / 77 / 66

[Email](#) [cedoc@devworks.org](mailto:cedoc@devworks.org)

[Com apoio de](#)

Development Workshop

OXFAM Novib

Fundação Bill & Melinda Gates

International Development Research Centre

Civil Society Challenge Fund

As embaixadas da Noruega e Holanda

A União Europeia

[Disclaimer](#)

### 1. Conteúdo

DW - CEDOC oferece este serviço apenas para fins académicos e de pesquisa. Os artigos são apresentados como está originalmente publicado fazendo referência à fonte e data. DW - CEDOC não dá qualquer garantia na precisão da sua transcrição ou integridade.

### 2. Referências e Links

O conteúdo dos artigos não necessariamente representa os pontos de vista ou opiniões da DW. DW-CEDOC reserva-se o direito de alterar, completar ou eliminar partes ou todo no que se refere, ao site sem aviso prévio.

### 3. As referências dos artigos

DW-CEDOC facilita o serviço de Pesquisa, estabelecendo um exemplo para mencionar a fonte original e data dos artigos. Se (partes) artigos são referidos em outros documentos, as fontes originais devem ser citadas.

# ÍNDICE

## I REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1	A dança dos números do crescimento para este ano	1
1.2	Melhorias Substanciais na Saúde e na Educação	3
1.3	Parlamento europeu critica relação Angola-Portugal	3
1.4	Bancos portugueses apresentam prejuízos históricos	3
1.5	Angolanos em Portugal querem Ajuda do Governo para Fugir a Fome!	4
1.6	Angola tem condições para alcançar os objectivos de desenvolvimento do milénio	5
1.7	Bolsos Sem Dinheiro	8
1.8	Angolanos em Portugal querem Ajuda do Governo para Fugir a Fome!	9

## 2 MICROFINANÇAS

2.1	Camponeses no Bié Predispõem-se a Reembolsar o Crédito Agrícola	10
2.2	Camponeses Garantem Reembolso do Crédito	10
2.3	A importância do Crédito no Percurso da Agenda do Milénio	10
2.3	Concessão de crédito fomenta a agricultura	11
2.4	Devedores Amortizam Empréstimos aos Bancos	11
2.5	Camponeses de Conda Pedem Fundo de Gestão	12
2.6	Crédito de BPC para os Jovens Empreendedores	12
2.7	Camponeses do hoque beneficiam de crédito agrícola de campanha	12
2.8	Camponeses Beneficiam de Créditos	13
2.9	Programa “Crédito Jovem” Volta à Província do Bengo	14
2.10	Crédito agrícola chega a 18ª província do país	14
2.11	Jovens empreendedores recebem microcréditos	15

## 3 MERCADO INFORMAL

3.1	Ordem precisa-se em Luanda	16
3.2	Concorrência Desonesta Constitui uma Consequência	16
3.3	Bagageiro em Luanda	16
3.4	Quando os filhos são a prioridade	17
3.5	Ferro velho, um negócio em risco	18
3.6	Vidas verdadeiras vividas à margem	19
3.7	Kupapatas «Mandam» no Trânsito	19
3.8	Vendedores sensibilizados	20
3.9	Crescimento económico desigual	20
3.10	Mercado do Panguila com os Espaços Vazios	21
3.11	Há Quem Ganhe a Vida na Recolha de Resíduos	23
3.12	Retiro de ex-militares	24
3.13	Comércio informal de peças suplanta circuito oficial	25
3.14	Interdição de carros velhos dispara vendas de motores	26
3.15	Livros na Rua	26
3.16	Vendedores Ambulantes Cercam BFA no São Paulo	27
3.17	Elas também amam	27
3.18	Nova forma de ganhar dinheiro em luanda	28
3.19	Novos mercados municipais vão ser construídos	29
3.20	Novos mercados surgem em luanda	30
3.21	Mercado do kifica: entre o formal e o informal	30
3.22	Entrevista com Carlos Rosado de Carvalho	31
3.23	Passagens Aéreas Transformam-se em Mercados	33
3.24	Projecto para desinformalizar economia será implementado no segundo trimestre	33

3.25	Compreender os candongueiros	34
3.26	Incentivos às empresas	36
3.27	Vendedores e automobilistas disputam espaço	37
3.28	Saída do Roque Santeiro reduziu índice de crimes	38
3.29	Mercados improvisados crescem em Viana	39
3.30	12 milhões de kwanzas mensais	39
3.31	Mercados improvisados crescem em Viana	40
3.32	Vendedores ambulantes devem ser cadastrados	40
3.33	Passagem de testemunho	41
3.34	Cortar cabelo e coser a história	42
3.35	Os táxis e as paragens inexistentes...	43

## 4 OGE INVESTIMENS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1	Conselho de Administração do BAI Nega as Suspensões em Cabo Verde	45
4.2	Direcção do bai em cabo verde em maus lençóis (escândalo de lavagem de capitais)	46
4.4	Executivo não cumpre pagamentos às construtoras	48
4.5	Executivo acelera reforma fiscal	50
4.6	Bai suspeito de lavagem de dinheiro em cabo verde	51
4.7	Suposto Caso de Corrupção em Filial Cabo-Verdiana	52
4.8	Reforma Tributária Reduz 80 por cento da Taxa de Imposto de SISA	52
4.9	Informação Rima com Boa Governação	53

## 5 GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1	Bengo Volta a Pertencer ao Território de Luanda	55
5.2	Sem Dispersões GPL com Plano de Agrupar Direcções Provinciais	56
5.3	Censo Geral da População Mobiliza muitos Técnicos	56
5.4	Censo Populacional	57
5.5	Angola Tem Cerca de 21 Milhões de Pessoas	57
5.6	Quantos Somos? Censo Dará Resposta	58

## 6 URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1	Construção de moradias na vila da caála	59
6.2	Juíza acusada de apropriação de imóvel	59
6.3	Nos Zangos	60
6.4	Dizem-se Enganados	61
6.5	Milhares de Casas são Erguidas em Todos os Municípios do País	62
6.6	Nova Colonização nas Construtoras Chinesas	62
6.7	75 Residências sociais no icolo-e-bengo	64
6.8	Situação nos Zangos vai de Mal a Pior	64
6.9	Questões Laborais e de Terrenos entre as Principais reclamações	65
6.10	É muita sobreposição	65
6.11	Moradores dos prédios sul-africanos exigem exoneração da administradora.	66
6.12	Apenas 45 pessoas vivem na cidade do kilamba	66
6.13	Lei vai resolver o problema do crédito habitacional	67
6.14	Município de icolo e bengo constroi novas casas sociais	67
6.15	Imposto predial alimenta dúvidas dos contribuintes	68
6.16	Novas Casas no Lubango para Professores	69
6.17	Reservas Fundiárias na Lunda-Norte Estão Livres de Engenheiros Explosivos	69
6.18	Moradores Estão Satisfeitos com a Nova Vida	70
6.19	Centenas de habitações Sociais são Construídas nos municípios	71
6.20	Meio milhão de Moradias para os Militares	72
6.21	Despejados do Maculusso: Irmãos Gorita Recusam-se a Ir ao Zango	72

6.22	Vietnamitas constroem meio milhão de casas	73
6.23	Bancos Rejeitam Financiamento Imobiliário	74
6.24	Executivo Descentraliza Construção de Casas	75
6.25	Julião António Satisfeito Com a Qualidade das Casas	76
6.26	CNHP Prevê a Construção de 200 Fogos em Todos os Municípios de Angola	76
6.27	Mais Habitação	77
6.28	Construtora Aposta em Projectos Imobiliários de Alto Luxo	77
6.29	Populares ocupam casas do panguila à força	78
6.30	Moradores Reclamam as Falhas de Água e Luz	79
6.31	Jovens Descontentes com Casas Sociais Inacabadas	80
6.32	Secretário de Estado para Construção Vai a Tribunal	81
6.33	Construção de moradias no zango para efectivos da polícia nacional	82
6.34	Casas Abandonadas Acolhem Meliantes	82
6.35	Ministro Muandumba Entrega Casas Sem Portas Nem Janelas	83
6.36	Mais empreendimentos são erguidos na nharea	84
6.37	Kilamba é um bom projecto (avaliação do secretário da onu)	84
6.38	Vietnamitas vão construir 500 mil casas	84
6.39	Crise nos condomínios	85

## 7 TERRA

7.1	Fazenda kamphanda – a crónica da humilhação continua	86
7.2	Juíza acusada de apropriação de imóvel	87
7.3	Governo de benguela acusado de querer demolir monumentos históricos.	88
7.4	Moradores da vala da comarca de luanda querem mudar de lugar	89
7.5	Requalificação, cazenga a 45 por cento	89
7.6	Moradores dos prédios sul-africanos exigem exoneração da administradora.	90
7.7	Dizem-se Enganados	90
7.8	Lançado projecto de requalificação do mukufi.	91
7.9	Imposto predial alimenta dúvidas dos contribuintes	92
7.10	Questões Laborais e de Terrenos entre as Principais reclamações	93
7.11	Situação nos Zangos vai de Mal a Pior	93
7.12	Reforma Tributária Reduz 80 por cento da Taxa de Imposto de SISA	94
7.13	Administração vai Reforçar o Controlo da Exploração	95
7.14	Reservas Fundiárias na Lunda-Norte Estão Livres de Engenhos Explosivos	95
7.15	Despejados do Maculusso: Irmãos Gorita Recusam-se a Ir ao Zango	95
7.16	Pert disponibiliza simulador de cálculo do imposto predial urbano. (ipu)	97
7.17	Ocupação de Terrenos no Soyo Ameaça a Sobrevivência da Indústria Petrolífera	97
7.18	Secretário de Estado para Construção Vai a Tribunal	98
7.19	Pert disponibiliza simulador de cálculo do imposto predial urbano (ipu)	99
7.20	Sinistrados do cazenga abandonam tendas	99
7.21	A república das reservas fundiárias do estado	100
7.22	Casas Abandonadas Acolhem Meliantes	100
7.23	Nova Cimangola Vai Desalojar	101

## 8 SERVIÇOS BÁSICOS

8.1	Como conseguir manter luanda limpa?	103
8.2	Venda ambulante de água do kwanza agita as manhãs na cidade do dondo	103
8.3	Falta de água e energia e muita delinquência	103
8.4	Novos Centros de Distribuição de Água Entram em Funcionamento em Luanda	104
8.5	Água potável está a chegar a mais pessoas	104
8.6	15 Milhões de dolares todos os meses	104
8.7	Lixo por classes	105
8.8	Todo o mundo a ganhar	105
8.9	Lixo velho, ideias novas	106
8.10	Como conseguir manter luanda limpa?	106
8.11	Energia Eléctrica/Geradores	106
8.12	Actual Sistema de Recolha de Lixo Transforma a Imagem de Ondjiva	107
8.13	Girafas da EPAL Jorram Água Suja	108
8.14	Garantida a Cobertura de Electricidade	109
8.15	“Água Para Todos” Beneficia Milhares	109
8.16	EDEL Introduce Pagamento Antecipado como a Forma Preferencial de Cobrança	109
8.18	Programa de água potável chega a vicungo	110
8.19	A comuna tem rio, mas a população não tem água	111
8.20	Benguela Reforça Captação de Água	113
8.21	Mãos na Lixeira!...	114
8.22	Projecto Para Esquecer	115
8.23	População foi informada sobre tratamento da água	115
8.24	Recolha do do lixo é alvo de críticas	116
8.25	Expansão da Água Potável na Província da Huíla	116
8.26	Restrições no Abastecimento de Água Já Terminaram na Província de Luanda	117
8.27	Moradores Reclamam as Falhas de Água e Luz	118
8.28	Secura Atinge Fornecimento os Zangos	119
8.29	GPL Vai Reduzir o Bolo das Operadoras de Limpeza	119
8.30	Bons também procuram no lixo	120
8.31	EPAL	121
8.32	Trabalhos de manutenção decorrem nos reservatórios	121

## 9 GÉNERO e VIOLENCIA

9.1	Muitos casos de violência doméstica no cazenga	122
9.2	Polícia Cria Novo Sistema de Segurança para Protecção das Escolas de Luanda	122
9.3	Assaltos no cazenga	122
9.4	BSE Aprimora Estratégia para Pôr Fim aos Vândalos nas Escolas	123
9.5	Governador de Luanda Agastado com Corrupção nas Escolas	123
9.6	Polícia Aperta Cerco aos Marginais em Luanda	123
9.7	Lei Contra Violência Doméstica Já em Vigor	124
9.8	Moradores tremem como varas verdes	125
9.9	As Razões da Polícia	126
9.10	Vítimas de Violência Ganham Abrigo	127
9.11	Violência e Pobreza são Destabilizadores das Famílias	128
9.12	Violência Doméstica Preocupa Autoridades	128
9.13	Casas Abandonadas Acolhem Meliantes	128
9.14	Delinquência tira sono aos moradores do kikolo	129

## 10 AMBIENTE

10.1	Falta de Chuva está a Preocupar os Agricultores	130
10.2	As chuvas, o lixo e as ravinas	130
10.3	Redução das Temperaturas no Pacífico Influencia a Falta de Chuva em Angola	131
10.4	Instituto de Meteorologia e Geofísica Necessita de Radares Meteorológicos	131
10.5	Ocupação de Terrenos no Soyo Ameaça a Sobrevivência da Indústria Petrolífera	132
10.6	Tempestade Assola Bairros Ritondo e Quizanga	133
10.7	Falta de chuvas soma estragos	134
10.8	Camponeses do leste redobram produção para socorrer as áreas afectadas pela seca	134

# I REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

## I.1 A dança dos números do crescimento para este ano

*Jornal AGORA*

*De 4 de Fevereiro de 2012*

Com a crise financeira europeu, as instituições financeiras internacionais, nomeadamente o Banco Mundial (Bm) e Fundo Monetário Internacional, insistem que os países africanos produtores de petróleo apostem na política da diversificação da economia, sugerindo a aposta na agricultura e indústria transformadora.

O nosso país está entre as economias lusófonas em África que mais crescerá até o próximo ano, prevendo-se uma aceleração no crescimento com uma média anual de 8,1% para este ano e em 2013, 8,5%. Nos últimos cinco anos o indicador situou-se nos 18%, impulsionado com a aposta do Executivo na reforma fiscal.

O crescimento real do Produto Interno Bruto (Pib) registado em 2010 foi de apenas 3,4%, após 2,4% em 2009 (muito abaixo dos 13,3% verificados em 2008).

Apesar da recuperação dos preços do petróleo, o crescimento foi prejudicado por atrasos nos pagamentos do Executivo aos sectores de construção e infra-estruturas.

No relatório 'Perspectivas Económicas Globais 2012', o Bm anuncia boas perspectivas com o crescimento, chegando aos 8,1% este ano e 8,5 no próximo, acelerando em relação ao ano transacto, estimulado pelos preços elevados do petróleo e pelo aumento dos Investimentos Públicos.

Estes indicadores voltam a ser afectados negativamente pela taxa de inflação. Depois de anos de descida sustentada, atingiu 13,7% em 2010, descendo para os 11,7% no ano passado.

Este regresso da inflação explica-se pela deterioração da taxa de câmbio e pelos fortes aumentos do preço da gasolina e do gasóleo, após a abolição dos subsídios dos mesmos feitos há quatro anos.

Prevê-se que se mantenha em função das limitações estruturais nos transportes e na distribuição da produção agrícola.

O grande desafio é reduzir a receita fiscal do petróleo calculada em 95% do global das exportações. A conta

corrente pública continua a recuperar satisfatoriamente com aumento da reserva líquida de divisas.

Com os preços em recuperação, o saldo de 2011 foi de 1,8 mil milhões de dólares e deverá ser de 2,3 mil milhões este ano. Outras matérias-primas, como os diamantes e o petróleo refinado, também deverão ter um desempenho positivo com a entrada em funcionamento de novas jazidas e a produção de gás natural pelo projecto Angola Lng.

Dívidas. Com a acumulação de atrasados ao sector privado, as importações diminuíram consideravelmente. Os bens de capital representam um terço das importações com vista a responder à procura de infra-estruturas e habitação do Programa de Investimentos Públicos.

Para acudir a situação e equilibrar a balança comercial, o Estado liquidou 2,6 mil milhões de dólares de dívidas a credores internos e externos entre 2003 e 2010.

Segundo o ministro das Finanças, os pagamentos foram feitos através da emissão de Obrigações de Tesouro.

O Bm acredita, no entanto, que edificar uma economia forte e diversificada e com o centro decisão nacional é o grande desafio do Executivo que terá de assegurar uma taxa de inflação para este ano de 12,4.

Ainda em relação a dívida Carlos Lopes adiantou que do total de Obrigações do tesouro emitidas foram resgatadas até Dezembro passado, títulos no valor de 2 mil milhões de dólares.

“Com isso o stock desses títulos, medidos até 31 de Dezembro de 2011, situam-se em 644 milhões de dólares e o Estado pagou pela emissão juros no valor de 325 milhões, concluiu.

Perspectiva. O país é estruturalmente dependente da importação de alimentos, representam mais de metade das importações de bens em termos de balança corrente, o repatriamento dos lucros aumentou consideravelmente de 35,2%, para 480 milhões de dólares, um nível que deverá ser ultrapassado este ano.

A programação financeira do Estado para este ano prevê um excedente de 12,5% do Produto Interno Bruto (PIB) com a inflação a recuperar para os 11,4% em finais de 2011. Este indicativo aponta que a economia continua a reagir positivamente e a recuperar da crise financeira mundial, reflectindo o grau de optimismo verificado no mercado.

Numa análise ao programa de endividamento do país, divulgada nos EUA, o Fundo Monetário Internacional



(FMI) garantiu que Angola registou um crescimento de 3,4% em 2011 e continuará a crescer devido às políticas prudentes adoptadas pelo Executivo, fundamentalmente o aumento do investimento público, podendo mesmo atingir os 10,5% até final do ano caso o preço do petróleo se mantenha acima dos 120 dólares o barril. As probabilidades do Fundo poderão servir de fundamento do crescimento do Pib, numa altura em que o Banco Mundial aponta uma meta de 8,1% quando as autoridades asseguram um excedente de 12%.

Empréstimos. Será possível alcançar este tecto, de acordo com o Fmi, caso o Executivo aposte na diversificação das fontes de financiamento do Orçamento Geral do Estado (OGE), reduzindo o crónico recurso às linhas de crédito disponíveis, visto que muitas delas não contribuem para o crescimento macroeconómico.

A gestão das linhas de crédito de Portugal, Brasil e China deve ser repensada, no sentido de beneficiarem directamente a nossa economia e não as empresas destes países”, lembrou o economista Alves da Rocha.

Nos moldes em que foram negociados os acordos” tudo indica que o constante recurso aos créditos externos em nada ajuda o desenvolvimento do sector produtivo/ tido como determinante para o crescimento económico.

Quanto à taxa de inflação (11/4%)/ manteve-se a tendência de redução em 2011/ iniciada no ano anterior apesar de estar ainda abaixo dos objectivos do Executivo. Apesar de algumas dificuldades, o Banco Nacional de Angola pretende manter este ano a taxa nos 10%/ visto que o andamento do mercado registado já justifica que sejam adoptadas medidas no sentido de se reduzir o custo de vida e assegurar a estabilidade cambial, permitindo o aumento do poder de compra.

Recorde-se que em 2009/ com a crise financeira mundial, as receitas do Estado caíram drasticamente como consequência da queda dos preços do petróleo no mercado mundial e para equilibrar a balança de pagamentos e criar maior liquidez a nível interno, o Executivo beneficiou de um empréstimo de 1,4 mil milhões de dólares do Fmi, no âmbito do acordo ‘stand by’, mas as modalidades de reembolso nunca foram reveladas nem a taxa de juro negociada. O Fundo voltará a analisar em finais de Março, a libertação da última tranche de cerca de 130 milhões de dólares.

Petróleo. Apesar da persistência das irregularidades na gestão financeira o aumento do preço do petróleo e o facto de o Executivo ter conseguido conter o défice primário não-petrolífero em cerca de 44% do Pib, a notação da nossa economia ainda é positiva.

Importa referir, também, que as descobertas de novas reservas de petróleo feitas no ano passado/ elevaram o optimismo macroeconómico, possibilitando o aumento da produção para 1/8 ou 2 milhões de barris por dia.

Atendendo às exigências do Fundo, o Executivo colocou de parte a hipótese de o país voltar a receber um empréstimo daquela instituição financeira, mas antes procurar o reforço do suporte, em termos técnicos, às reformas que permitiram dar ao país maior estabilidade macroeconómica.

Para garantir a sustentabilidade orçamental e dadas as excepcionais incertezas que continuam a pairar sobre a conjuntura mundial/ particularmente no mercado europeu, as autoridades procuram aumentar as reservas externas para reforçar a protecção contra a volatilidade da receita do petróleo e a transferência da mesma para o Tesouro Nacional nos prazos previstos pela lei e no âmbito da reforma fiscal em curso.

Apoio. Os recentes pronunciamentos do Presidente da República, no encontro com os empresários apontam para urna nova mentalidade na gestão económica, transparecendo a preocupação em cooperar com os privados, criando os mecanismos de concertação permanente entre o Executivo e outros empreendedores.

O Chefe do Executivo reconheceu a necessidade de ampliar as fontes de financiamento da economia, afastando a hegemonia do sector empresarial do Estado e garantiu maior apoio aos que muitas vezes encontram dificuldades em financiar a sua actividade.

Tudo passará por desenvolver urna política monetária credível, assegurando o acesso ao crédito com o Estado a servir de garantia dos riscos para com os bancos credores e o fomento da actividade agrícola.

Numa economia de mercado em que as diferenças salariais são astronómicas, apenas a participação privada equilibrará o poder de compra das famílias, num mercado em que 68% dos produtos consumidos são importados pelo Estado.

Anima, para já, o anúncio do apoio feito no sentido de diminuir as fissuras, disponibilizando-se urna linha de crédito bonificada de 1,6 mil milhões de dólares e um fundo de garantia para empréstimos de 1,2 mil milhões.

## 1.2 Melhorias Substanciais na Saúde e na Educação

*Jornal Independente*  
*De 04 De Fevereiro de 2012*

O Governo Provincial de Luanda, encabeçado por Bento Bento, tem, para 2012, o seu alvo bem definido nas suas carteiras de obrigação para o melhoramento da qualidade de vida dos cidadãos de Luanda.

Segundo pudemos apurar do vice-governador para esfera económica, Miguel Catraio, o GPL tem em 2012 todas suas baterias de “energia e capitais” viradas para o combate à pobreza. Entretanto, Miguel Catraio explica que esta luta para baixar os índices de pobreza na capital traduz-se precisamente na prioridade de melhoramento dos sectores da educação e da saúde.

Por outro lado, o mesmo reforçou que é também objetivo da governação de Bento Bento garantir um reforço substancial no sector institucional das administrações comunais e melhorias nos programas de merenda e quite escolar. O mesmo reforçou que aquela governação tem plano para 2012 reagir aos problemas da capital de uma forma integrada e com acções executivas, mantendo uma forte ligação com as administrações municipais de acordo com programas concretos.

## 1.3 Parlamento europeu critica relação Angola-Portugal

*NOVO JORNAL*  
*De 10 de Fevereiro de 2012*

O presidente do Parlamento Europeu, o alemão Martin Schulz, criticou o facto de Portugal estar a pedir investimentos angolanos, considerando que, assim, “o futuro de Portugal é o declínio”.

Num debate sobre o papel dos parlamentos na União Europeia, realizado a 1 de Fevereiro na Biblioteca Solvay, em Bruxelas - e depois difundido no canal de televisão alemão Phoenix do último domingo-, Martin Schulz referiu-se à visita relâmpago que o primeiro-ministro português fez a Angola em Novembro, em que este admitiu ir à procura de capital angolano para as privatizações em curso.

“Há umas semanas estive a ler um artigo no *Neue Zürcher Zeitung* que até recortei. O recém eleito primeiro-ministro de Portugal, Passos Coelho, deslocou-se a Luanda. Passos Coelho apelou ao Governo angolano que invista mais em Portugal, porque Angola tem muito dinheiro. Esse é o futuro de Portugal: o declínio, também um perigo social para as pessoas, se não com-

prendermos que, economicamente, e sobretudo com o nosso modelo democrático, estável, em conjugação com a nossa estabilidade económica, só teremos hipóteses no quadro da União Europeia”.

Martin Schulz acabou, no debate em Bruxelas, por ir mais longe. Já sem falar de Portugal, mas num contexto de crescente proximidade entre a UE e a China (Ângela Merkel visitou o país na semana passada e o primeiro-ministro Wen Jiabao reafirmou a disponibilidade da China para ajudar a zona euro a ultrapassar a crise da dívida soberana), o presidente dos democratas europeus referiu-se ao contraste entre os modelos de desenvolvimento europeu e chinês, afirmando que este assenta numa “sociedade escravagista, sem direitos, numa ditadura que oprime implacavelmente o ser humano”.

## 1.4 Bancos portugueses apresentam prejuízos históricos

*NOVO JORNAL*  
*De 10 de Fevereiro de 2012*

Os três maiores bancos privados portugueses, Banco Português de Investimentos (BPI), Banco Espírito Santo (BES) e o Milénium BCP apresentaram um prejuízo conjunto de quase 1.460 milhões de dólares durante o ano passado, de acordo com os números apresentados nos últimos dias.

Os maus resultados - que atiram os três bancos pela primeira vez para o vermelho - deveram-se aos impactos da crise da dívida soberana. O Santander Totta (que está em Angola no Caixa Totta de Angola) contrariou a tendência, apresentando lucros de 85 milhões de dólares.

A lista dos piores resultados é encabeçada pelo BCP (onde a Sonangol é o principal accionista individual), que registou um prejuízo de 1000 milhões de dólares, seguido do BPI, com um resultado negativo de 271 milhões, e do BES, com 143 milhões de dólares.

O ano de 2011 foi muito negativo para a banca portuguesa, com três dos maiores bancos privados portugueses a apresentarem prejuízos anuais pela primeira vez, pelo menos desde que estão cotados em bolsa.

### **Banco da sonangol encabeça resultados negativos**

As perdas em 2011 são explicadas pelo banco com “o aumento de dotações para imparidade do crédito e de outros activos financeiros e pelos rostos associados à transferência parcial de responsabilidades com pensões para a Segurança Social”.

O BCP revelou que entregou a 20 de Janeiro um plano de recapitalização ao Banco de Portugal onde já prevê que irá utilizar a linha de crédito do Estado português, tomando-se o primeiro banco luso a pedir oficialmente o apoio estatal.

De acordo com um comunicado enviado à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), o BCP diz que o seu presidente, “em consonância com os principais accionistas” que o plano apresentado ao supervisor inclui a recapitalização através da “utilização da linha de recapitalização pública temporária e reembolsável”. O processo será ainda feito com “recurso a capitais privados”. Na sequência dos prejuízos acumulados a Sonangol parece ter tomado as rédeas da gestão do BCP. A primeira medida conhecida, impulsionada pela petrolífera nacional, passou pelo afastamento de Carlos Santos Ferreira da liderança da instituição. Nuno Amado será o próximo a assumir o cargo. O gestor português foi indicado pela Sonangol.

#### **Resultados do bes “não foram nada brilhantes”**

O Banco Espírito Santo (BES), que tem como accionistas angolanos empresas ligadas ao general Hélder Vieira Dias “Kopelipa” e a Isabel dos Santos, filha de José Eduardo dos Santos, foi o terceiro banco a apresentar piores resultados em 2011, registando prejuízos de 143 milhões de dólares, com origem na actividade interna portuguesa. Números “nada brilhantes” mas que, apesar de tudo, “não foram maus de todo”, segundo o presidente da instituição.

Os resultados de 2011 contrastam com o lucro de 743 milhões de dólares registado em 2010, uma queda que o banco liderado por Ricardo Salgado atribui ao desenvolvimento do processo de desalavancagem financeira, ao reforço das imparidades e à contabilização de encargos de natureza extraordinária.

#### **BPI Revelou prejuízos de 271 milhões de dólares**

O Banco Português de Investimento (BPI), que é um dos principais accionistas do BFA - Banco Fomento Angola apresentou um resultado líquido negativo de 271 milhões de dólares, valor que contrasta com o lucro de 245 milhões de dólares alcançado em 2010. O banco atribui este prejuízo “ao impacto de imparidades resultantes da exposição à dívida grega e da transferência do fundo de pensões para a Segurança Social” portuguesa.

Ainda assim, “os impactos negativos foram parcialmente compensados por ganhos realizados com a recompra de emissões de dívida própria e com a contribuição em espécie de 11 por cento da Viacer para o fundo de pensões”, explicou o banco.

#### **Sector stá mais robusto do que no início da crise**

O Banco de Portugal (BdP) defendeu entretanto que o sistema bancário português está “mais robusto e resistente” do que em 2008, quando se iniciou a crise financeira, devido à evolução positiva dos rácios de solvabilidade.

Em comunicado, o BdP adiantou que, excluindo o Banco Português de Negócios (entretanto comprado pelo BIC) e o Banco Privado Português, os bancos ultrapassarão “confortavelmente os 9 por cento” exigidos de rácio ‘Core Tier I’ em 2011, já que apresentavam em Setembro um rácio de 8,5 por cento, um valor acima dos 6,8 por cento registados no final de 2008.

O programa de assistência económica e financeira, acordado no segundo trimestre de 2011 com a troika, recorda o Banco de Portugal, “contempla o reforço das exigências ao nível da solvabilidade e liquidez dos bancos portugueses”.

De acordo com o governador do Banco de Portugal “não há riscos” de os bancos portugueses falharem no cumprimento das metas definidas pela troika e lembrou que, em última necessidade, os bancos podem recorrer à linha de recapitalização de 15 mil milhões de dólares destinada pela troika ao sector financeiro no âmbito do pacote de ajuda externa.

### **1.5 Angolanos em Portugal querem Ajuda do Governo para Fugir a Fome!**

*Semanário Continente  
24 De Fevereiro de 2012*

Em Portugal temos uma comunidade de angolanos emigrantes, antigos trabalhadores da construção civil e outras actividades profissionais, sociais laborais, desempregados, compatriotas que por várias situações (conflito armado) e outras causas sociais, abandonaram o país na altura e estabeleceram-se neste país europeu (Portugal). Com adesão à União Europeia, Portugal prosperava, com fundos comunitários (dinheiro alemão), bastante trabalho nas obras, construção e requalificação das infra-estruturas, absorvendo bastante mão-de-obra barata, alguma angolana, que se qualificou, conhecimento técnico-profissional nas áreas da indústria, restauração, imobiliário, etc., etc.

Bons profissionais com bastante experiência, ao longo destes anos muitos angolanos residentes em Portugal qualificaram-se ao nível de portugueses em diversas profissões; pedreiros, estucadores, carpinteiros, ladrilhadores, ferreiros, maquinistas, mecânicos, electricistas, encarregados de obras, projectistas, etc., etc.

Com a situação económica portuguesa estagnada, crise económica e monetária, falta de emprego, angolanos e suas famílias estão sem capacidade financeira para comprar passagem para regressar ao país. Desesperam por uma ajuda do nosso Governo para poderem retroceder ao país. Sem ajudas sociais dos governos português e angolano, com dívidas, (renda de casa, luz, água, gás) muitos sem dinheiro para comprar alimentos, medicamentos, muito menos para pagar emissões de documentos caducados (inscrição consular, passaporte, etc., etc.) vivem numa situação miserável, com tentativas de regresso “auxílio” através dos consulados em Portugal, (Lisboa, Porto e Algarve) com o prolongar de espera. Os angolanos e suas famílias residentes em Portugal que querem regressar a Angola desesperam por um pronuncio dos consulados. A intervenção é demorada, as emissões dos passaportes são caras, chega a custar a volta de Kz. 15.000.00, dinheiro que muitos não possuem, uns vivem distantes das cidades onde estão localizados os consulados angolanos, não têm como deslocar para estas cidades por falta de dinheiro. A situação é penosa. Sr. Ministro da Relações Exteriores Georges Chicoty é de extrema importância a sua intervenção, será muito bem-vinda, o Sr. Ministro também viveu na diáspora e sabe o quanto é difícil estar nesta situação afitiva.

Neste contexto político é oportuno que o Governo angolano realize uma campanha de evacuação de cidadãos angolanos, que queiram regressar ao país. Para além de conquistar, reconquistar e manter simpatias, provaria a opinião pública a preocupação e tratamento que os responsáveis políticos suportam com todos angolanos. A sustentabilidade da imagem do nosso país seria ou estará salvaguardada. A promoção de Angola começa nestes actos nobres e honrosos, porque é importante que os angolanos sintam e saibam, que o Governo angolano os ampara e os protege, independentemente do local ou da situação em que os angolanos se encontrem. Portanto, os angolanos que vivem e residem em Portugal sentem-se amargurados, pelo facto de o Governo não ter ou fazer uma comunicação direccionada de ajuda e regresso, contrariamente ao fluxo de portugueses a imigrar para Angola e serem bem-sucedidos. Sr. Ministro nos encontros que mantém com o seu homólogo português negocie o regresso dos reclusos angolanos para cumprirem o resto das penas em Angola, principalmente aqueles angolanos que cometeram pequenos delitos e outras situações criminais, onde e como se sabe, foram mal defendidos nos tribunais portugueses, muitos com ou sem nenhuma condição de boa defesa. (bons advogados pagos). Sr. Ministro faça no mínimo, igualou melhor, que o seu homólogo português (Paulo Portas), defenda em primeiro lugar os interesses de todos angolanos.

## 1.6 Angola tem condições para alcançar os objectivos de desenvolvimento do milénio

*Jornal ANGOLENSE*

*De 24 de Fevereiro de 2012*

*Qual é a realidade que nos pode apresentar nesta altura?*

O Ministério tem estado a contribuir chamando à atenção das instituições vocacionadas para o efeito, sobre a questão das acções atinentes à cumprir com estes objectivos. Assim é que, em 1999 o Ministério elaborou uma estratégia de levantamento de dados estatísticos que apontavam que vinte e seis por cento da população angolana vivia em extrema pobreza, e sessenta e três por cento em situação de pobreza. O Ministério elaborou um programa nacional sobre micro-crédito, e conta com o banco SOL, BPC entre outras entidades. Para totalizar, desde que o programa de micro-crédito começou a ser implementado, podemos contar com 4356990 beneficiários directos e 2176990 indirectos. Portanto, beneficia a mulher esta, por sua vez, assume as famílias.

*O que nos pode dizer relativamente a promoção da igualdade do género e autonomia das mulheres?*

No que tange a promoção da igualdade entre sexos e autonomia das mulheres, a nossa direcção se baseia nas políticas que são fruto de resoluções internacionais e regionais, estou-me a referir ao Protocolo da SADC sobre desenvolvimento, estou-me a referir a Plataforma de Acção sobre a Mulher, a Plataforma de Beijing, de Dacar, a Carta Africana dos Direitos Africanos, entre outros, são os instrumentos que regem as normas e as políticas relativamente a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher e sobre a eliminação das disparidades dos direitos dos homens sobre as mulheres. Temos notado progressos notáveis em relação à participação da mulher na tomada de decisões. Até 2008, quando as plataformas de Dacar e Beijing contemplavam que até 2005 trinta por cento da participação da mulher deveria ser observada nos Estados Membros da SADC. Nós até 2008 estávamos com uma percentagem não acima dos catorze por cento para o Parlamento e até dezasseis por cento para o governo e éramos, nesta altura, o país que praticamente estava na cauda do cumprimento desses objectivos, tendo tido uma viragem significativa depois das eleições de 2008. Quer dizer que o trabalho de advocacia e as políticas defendidas por este órgão junto do Executivo de Angola têm surtido os seus efeitos. Hoje, depois de 2008, estamos com uma percentagem de aproximadamente trinta e oito, trinta e nove por cento de mulheres no Parlamento e trinta por cento aproximado no governo. Portanto, há outros níveis de representação, quer no judiciário quer na diplomacia, quer na governação provincial também tem estado a melhorar. Até 2008 não havia nenhuma governadora

provincial, de lá para cá, já tivemos três, estamos agora com duas governadoras provinciais. A nível de administradoras municipais, o número é bastante significativo e administradoras municipais adjuntas. Mesmo a nível das autoridades tradicionais já vamos encontrando mulheres sobas mulheres, Regedoras, etc. Quer dizer que até 2015 a representação será de cinquenta por cento. Persistem algumas disparidades entre sexos, se tivermos que olhar para as estatísticas dos grandes males como da pobreza, do analfabetismo, do HIV/SIDA, em que as mulheres continuam, infelizmente, a constar maioritariamente nestes dados. Portanto, o impacto ainda é negativo para o lado das mulheres, e precisamos de continuar a trabalhar seriamente nisso no sentido de haver um maior equilíbrio. Porque, para alguns casos, como é fundamentalmente o HIV/SIDA, ainda não há uma sensibilização de ao mesmo tempo os homens darem a cara como as mulheres. Portanto, as mulheres são as mais expostas a esse mal. Na questão do analfabetismo, são as mulheres que mais aderem as aulas de alfabetização, os homens infelizmente ainda têm algum complexo em participar, de facto. Relativamente a violência, embora nos possam perguntar, dizendo: mas também há mulheres que não são vítimas mas autoras de violência, existe, sim, mas ainda assim os números continuam bem maiores. A título de reforço, podemos calcular em cinquenta por cento de mulheres são alfabetizadas, isto podemos ver nos relatórios do Ministério da Educação sobre os objectivos do Milénio 2010, que trinta e cinco por cento dos funcionários públicos são mulheres; desempenham funções auxiliares da administração. E sessenta e três por cento ganham o sustento que infelizmente ainda não cobre as necessidades das suas famílias. Daí a introdução dos programas do micro - crédito e micro - finanças, que estão a ser levados a cabo, para poder empoderar e fazer com que a renda dessas mulheres seja cada vez melhor. Temos constatado que todos os sectores envolvidos na materialização dos Objectivos do Milénio têm a sua acção virada de maneiras a que até 2015 possamos reduzir quer as disparidades do género, maior participação das mulheres.

*Quais são as causas que o Ministério tem estado a identificar como estando na base do desequilíbrio no género?*

Várias causas. Há factores culturais que estão na base do desequilíbrio do género. Sabe que Angola é um país com uma multiplicidade de culturas, hábitos e costumes que diferem de região para região. Alguns destes factores naturalmente que não favorecem ao equilíbrio do género, a própria condição de escolaridade e profissionalização entre homens e mulheres. Sabemos que também era uma questão cultural que as mulheres não fossem para a escola. Ainda há muitas famílias que durante alguns anos, muitos anos mesmo, depois da independência, foram conservando isso, a prioridade

para a escola era para os rapazes em detrimento das meninas. Todas estas questões, alguns mitos, hábitos e costumes foram contribuindo para que o progresso da mulher não fosse equilibrado. Por isso é que, para o progresso dos grandes males quer do VIH/SIDA, quer da violência, as mulheres continuam a ser as principais vítimas, tudo porque se foi construindo ao longo da civilização dos homens que a mulher era um objecto, uma coisa que era feita simplesmente auxiliar ou se subjugar ao homem sem os mesmos direitos. Pensava-se que as mulheres não tinham capacidade para fazer mais do que procriar, cuidar das suas crias e do seu companheiro. Mas como as constatações científicas puderam provar o contrário, a realidade tem sido outra.

*Como reage às afirmações segundo as quais, o papel da mulher é (ainda) mais decorativo do que propriamente interventivo?*

Eu não sei, mas na nossa realidade as mulheres têm um papel bastante interventivo. Portanto, quer no Parlamento, quer a nível do Executivo, e em todos os níveis de tomada de decisão. As mulheres têm sido bastante frenéticas. E devo dizer que justamente este papel da mulher nesses órgãos de tomada de decisão, têm estado a contribuir para que muitas situações sejam analisadas de facto que se deve o tratamento. Por exemplo, uma das questões que me perguntou há bocado, se achava correcto o tratamento das mulheres zungueiras. Portanto, a nível nenhum da mulher que estejam posicionadas nestes escalões seja apologista de que as mulheres sejam batidas e que sejam corridas pelas ruas, portanto, mas que, quer a Polícia, quer a Fiscalização devam ter um papel interventivo de educação, falar com as pessoas, dizer a pessoas que não é aqui que deve vender, e que se estiver ali, pelo menos, tem que manter limpo o local, tem que se manter em segurança; em vez de estar à beira do passeio. Vou só lhe dar um exemplo, eu em 2006/2007 era administradora municipal da Maianga, havia duas irmãs que vendiam churrasco aqui ao longo da avenida Revolução de Outubro e várias vezes conversamos com as senhoras que deviam entrar um bocado mais, porque qualquer carro que despistasse, passava logo por cima delas, e o quê que aconteceu? Morreram as duas, foram atropeladas, algum tempo depois. Portanto, passou numa noite qualquer, elas a venderem o churrasco, veio uma carrinha que perdeu os travões e passou por cima das duas. Quer dizer que este papel educativo não é, muitas vezes, bem correspondido. Nós sabemos que às vezes essas pessoas quer os polícias, quer os fiscais, pela sua actividade e a maneira de ser dessas pessoas, lhes leva muitas vezes a não ter muita paciência, às vezes acabam se perdendo, achando que ser mais violento ou autoritário vai resolver. Mas neste papel educativo, nós perdemos duas pessoas, duas mães de famílias, por sinal até essas duas irmãs eram chefes de famílias.

Do ponto de vista da difusão da informação, como é que sente que tem estado a atingir o alvo, é que há ainda mulheres que dizem não terem informação sobre o que fazer para ter acesso ao crédito bancário, por exemplo, e outras acções que podem impulsionar os seus projectos comerciais. *Neste aspecto, será que o Ministério dá a mão à palmatória?*

Bom, é possível que haja ainda mulheres que não tenham conhecimento. O Ministério dá formação, faz uma série de encontros para explicar e chamo à atenção de que, se cada um de nós for porta-voz das informações que recebe ao grupo alvo, que nós dissemos representar, mais facilmente a informação chega a todos. Agora, contamos, naturalmente, com a participação dos média, porque sabemos que é o que tem uma maior expansão de informação, mas não descuramos que haja ainda pessoas no nosso país que não tenham a informação. Por isso mesmo, nós também não nos descartamos de continuar a fazer o trabalho de sensibilização, continuamos a fazer esse trabalho aturado porque é nossa intenção que todas as políticas cheguem a todos os cidadãos.

*O que podem fazer aquelas que não conhecem as instituições vocacionadas para a advocacia das mulheres?*

Portanto, primeiro aconselhar a todas que conheçam pessoas que ainda não têm o conhecimento desta matéria a colaborarem com o Ministério a informar e dizerem as pessoas que devem procurar as secções municipais da Família e Promoção da Mulher que existem em todos os municípios, em todas as províncias. Quem está em Luanda também pode servir a informar ao Ministério, e dizer que o banco SOL é um banco que está vocacionado para a implementação do programa micro - crédito.

*Como o Ministério encara a realidade das zungueiras, a forma como são tratadas por alguns polícias e fiscais.?*

Relativamente ao tratamento das mulheres zungueiras, nós sabemos que um dos meios de subsistência de muitas famílias é efectivamente fazer pequenos negócios. Sabemos também que, Luanda está com um número de habitantes bastante superior àquele a que tem capacidade, fruto do próprio processo de conflito que fez com que o êxodo para as cidades fosse crescente. É verdade que, e nós temos tido conhecimento e temos tratado com as autoridades afins que, às vezes, existem algumas pessoas ligadas a corporação da polícia ou da fiscalização que têm tido uma actuação não muito urbana. E isso, nós temos estado a tratar, daí que temos que reconhecer que nos últimos tempos a situação tem estado a melhorar. Portanto, há necessidade da cidade se organizar. É preciso se organizar, serem criados os mercados, é preciso que as pessoas tenham espaço para realizar a sua actividade. Enquanto isso, devem cumprir com aquilo que está estabelecido pelas autoridades. Por exemplo, é nosso entender que, vender por cima do passeio não

só por uma questão de estética mas também um risco grande para as pessoas que aí estão a vender. Mas isso não implica que tenha que haver violência. Portanto, no nosso trabalho de advocacia, é isso que temos estado a transmitir, quer às autoridades policiais quer as fiscais. Porque devem ter sobretudo um papel educativo, falar com as pessoas; dizer às pessoas que não devem estar ali. Tem que haver cooperação entre vendedoras e autoridades. Porque se há situações que põem em risco.. as próprias pessoas, precisamos de ser céleres em encontrar locais onde possam encontrar maior segurança. Hoje podemos ver, o governo reabilitou os mercados, construiu novos mercados, mas as pessoas não estão lá! Portanto, se for a um mercado agora, vai encontrar meia dúzia de pessoas no mercado, as bancadas vazias e a maior parte das pessoas na rua, e as pessoas dizem todas que não têm onde vender. Têm onde vender... têm onde vender!

*Maior parte delas diz que os mercados não atraem clientes?*

Vai me dizer que o que atrai cliente é estar a vender na rua e no lixo? Não! Os mercados que foram reabilitados têm condições de conservação, têm condições higiénicas. Portanto, o que há, e é um trabalho aturado que todos temos que fazer ainda, é educarmo-nos, nós compradores e vendedores a que os sítios para vender são os mercados, nós é que temos que ir até lá. O grande problema é que nós também durante muito tempo nos habituamos a comprar tudo na rua, quer dizer, fica mais fácil eu parar o carro num minuto e comprar já o tomate ali, a cebola, tudo hoje se vende na rua. Eu não estou a dizer, de maneira alguma, que as pessoas não devam vender, precisam de sobreviver e, é a forma que encontraram de fazer o seu negócio, e deve ser. Mas eu estou a me referir a cooperação, deve haver obediência. Por outro lado, a gente vende e não tem nem o cuidado de limpar onde está a vender. Se passar agora aqui pela rua da Samba, ao longo da ponte, vai ver, por exemplo, ao longo daquele corredor todo que há pessoas a vender produtos diversos e em que condições? Portanto, tem lixo, o próprio negócio faz lixo, e nós não limpamos!

*Pelo andar das coisas, temos condições para chegarmos até 2015 e alcançar o equilíbrio no género?*

Eu acredito que sim. Acredito que mais equilibrados estaremos, e estaremos bem melhor. Apesar de haver ainda algumas disparidades, começa haver maior consciência no próprio homem Angolano em olhar para a mulher como uma parceira. Já encontramos mais homens a defender a causa da mulher, isso é que é importante. Quer dizer que se nós continuarmos a ter este progresso até 2015 estaremos muito melhor. Porque o fundamental nesta paridade não se restringe só ao posicionamento da mulher na tomada de decisão ou noutros escalões da vida nacional, mas sobretudo nas

nossas relações, entre homens e mulheres. Portanto, é fundamentalmente isso, é olhar para si e não ver como homem, mas ver como, uma pessoa com competência e potencialidade para exercer determinada função, para ocupar determinado posto de trabalho, e dizer-se: este fulano, independentemente de ele ser homem ou mulher, é um bom jornalista. Portanto, um homem olhar para uma colega jornalista e dizer: a minha colega tem competência.

*Haverá ainda uma certa “resistência” por parte dos homens em aceitar esta realidade (igualdade no género)?*

É o que estou a dizer. Portanto, começa a melhorar, já somos mais parceiros. Há alguns ainda que em nome da cultura, em nome da bíblia, muitas vezes mal estudada, ainda se escudam aí e dizem: mas mesmo a bíblia já discriminava a mulher, do ponto de vista cultural, o lugar da mulher é lá no fogão. Bom, ainda há quem use estas expressões, há quem acha que deve ser assim, mas devo dizer que evoluímos bastante. Muitos homens já começam a entender melhor as coisas.

*Também partilha da me ma opinião segundo a qual com as mulheres nos lugares de tomada de decisão teríamos sociedades mais harmoniosas, tendo em conta a sua sensibilidade a questões sociais?*

Mundialmente se constata que, de facto, do ponto de vista das políticas sociais, as mulheres acabam tendo uma entrega maior. E mesmo pela sua condição de mãe, pela sua condição de dona de casa. Nós somos as que damos a luz aos filhos, as que os amamentamos, cuidamos e educamos, somos as que gerimos a casa e a família e, então, temos um entendimento e um sentimento maior por estas questões, e melhor, sem sombras de dúvidas. A gente sabe sempre quando é que falta o leite para os filhos, quando é que o filho está a chorar por frio, por fome, por uma febre, então na governação não é diferente.

## 1.7 Bolsos Sem Dinheiro

*A Capital*

*De 25 De Fevereiro de 2012*

As maiores reclamações prendem-se com os produtos alimentares, tal como referiu, em declarações para o semanário *A Capital*, Teresa Gusmão, 37 anos, uma funcionária pública manifestamente incapaz de, com o seu salário, comprar os bens necessários para o sustento da sua família, sendo forçada a recorrer com frequência aos mercados informais, onde os preços são sempre mais baixos.

A diferença de preços, entre as grandes superfícies comerciais e os mercados de esquina, é tão grande que, na hora de abastecer a despensa, cidadãos como Teresa

não pensam duas vezes sobre a melhor opção: os mercados informais. Nas “praças” de esquina, conforme explicou, quem compra fá-lo sempre por um valor inferior relativamente ao que gastaria nos supermercados, onde o cliente fica com a impressão de que paga, até, pelo conforto do ar condicionado.

“Poucos de nós estão em condições de enfrentar aqueles preços”, lamentou a funcionária, mostrando que o cenário se agravou desde a falência das estruturas afectas ao Programa de Reestruturação do Sistema de Logística e de Distribuição de Alimentos (Presild). Trata-se de um programa do executivo que previa, justamente, reduzir o acesso dos cidadãos ao mercado informal, mediante a disponibilização de produtos constantes da cesta básica a preços baixos, mas em modernas estruturas comerciais criadas a propósito.

Enquanto funcionaram, tais lojas cumpriram, de facto, com o seu papel, disponibilizando, aos cidadãos de baixa e média renda, produtos a preços acessíveis, muito abaixo do praticado nas demais estruturas comerciais. Porém, desde que fecharam as portas, os cidadãos vão virando as costas ao comércio formal, e apontam para os preços como os principais culpados de tamanha ruptura. E não deixam de ter razão. Afinal, em muitos casos, a diferença de preços entre um e outro sector é assinalável. Em muitos casos, esta diferença pode chegar aos 100 kwanzas por produto, como acontece nos casos de óleo de soja, peixe, feijão e tantos outros contemplados na cesta básica.

“Sabíamos que as coisas iriam melhorar muito”, até porque tínhamos em conta que o projecto previa, justamente, dar prioridade aos bens de produção nacional. Perspectivava-se, por outro lado, uma conciliação entre o preço e a qualidade, expectativa essa que se foi desvanecendo a medida as quebras no funcionamento da nova rede de supermercados tornavam-se rotineiras até ao encerrar de portas.

“É de lamentar”, segundo referiu Teresa Gusmão, ao constatar as barreiras que, actualmente, enfrenta para ter acesso a bens alimentares a preços justos e em condições condignas.

### **Cantinas: a salvação**

Qual será o segredo? Questiona-se quem tenha acompanhado a derrocada da rede de supermercados afectas ao Presild e constate, agora, a expansão das cantinas, pequenos estabelecimentos comerciais geridos, essencialmente, por cidadãos de outros países de África.

É a proliferação das cantinas. Algo decorrente de uma falta de alternativas compatíveis com o poder de compra dos cidadãos, deixando-os, literalmente, presos aos

preços de quem cobra menos. “As cantinas”, segundo Teresa, “são a nossa esperança”.

Face a acessibilidade das cantinas, porque estão a um passo das casas dos consumidores, elas não têm tido outra saída, se não, vender e, muito. Apesar das cantinas dividirem a clientela da mesma rua com outros espaços, o certo vão ganhando cada vez mais clientela, sobretudo porque, agora, vão adoptando a modalidade de vale. “Ajudam a população”, reforçou Teresa. “E o preço é bom”.

## 1.8 Angolanos em Portugal querem Ajuda do Governo para Fugir a Fome!

*Semanário Continente*

*De 24 De Fevereiro de 2012*

Em Portugal temos uma comunidade de angolanos emigrantes, antigos trabalhadores da construção civil e outras actividades profissionais, sociais laborais, desempregados, compatriotas que por várias situações (conflito armado) e outras causas sociais, abandonaram o país na altura e estabeleceram-se neste país europeu (Portugal).

Com adesão à União Europeia, Portugal prosperava, com fundos comunitários (dinheiro alemão), bastante trabalho nas obras, construção e requalificação das infra-estruturas, absorvendo bastante mão-de-obra barata, alguma angolana, que se qualificou, conhecimento técnico-profissional nas áreas da indústria, restauração, imobiliário, etc., etc.

Bons profissionais com bastante experiência, ao longo destes anos muitos angolanos residentes em Portugal qualificaram-se ao nível de portugueses em diversas profissões; pedreiros, estucadores, carpinteiros, ladrilhadores, ferreiros, maquinistas, mecânicos, electricistas, encarregados de obras, projectistas, etc., etc.

Com a situação económica portuguesa estagnada, crise económica e monetária, falta de emprego, angolanos e suas famílias estão sem capacidade financeira para comprar passagem para regressar ao país. Desesperam por uma ajuda do nosso Governo para poderem retroceder ao país. Sem ajudas sociais dos governos português e angolano, com dívidas, (renda de casa, luz, água, gás) muitos sem dinheiro para comprar alimentos, medicamentos, muito menos para pagar emissões de documentos caducados (inscrição consular, passaporte, etc., etc.) vivem numa situação miserável, com tentativas de regresso “auxílio” através dos consulados em Portugal, (Lisboa, Porto e Algarve) com o prolongar de espera. Os angolanos e suas famílias residentes em Portugal

que querem regressar a Angola desesperam por um pronuncio dos consulados. A intervenção é demorada, as emissões dos passaportes são caras, chega a custar a volta de Kz. 15.000.00, dinheiro que muitos não possuem, uns vivem distantes das cidades onde estão localizados os consulados angolanos, não têm como deslocar para estas cidades por falta de dinheiro. A situação é penosa. Sr. Ministro da Relações Exteriores Georges Chicoty é de extrema importância a sua intervenção, será muito bem-vinda, o Sr. Ministro também viveu na diáspora e sabe o quanto é difícil estar nesta situação aflitiva.

Neste contexto político é oportuno que o Governo angolano realize uma campanha de evacuação de cidadãos angolanos, que queiram regressar ao país. Para além de conquistar, reconquistar e manter simpatias, provaria a opinião pública a preocupação e tratamento que os responsáveis políticos suportam com todos angolanos. A sustentabilidade da imagem do nosso país seria ou estará salvaguardada. A promoção de Angola começa nestes actos nobres e honrosos, porque é importante que os angolanos sintam e saibam, que o Governo angolano os ampara e os protege, independentemente do local ou da situação em que os angolanos se encontrem. Portanto, os angolanos que vivem e residem em Portugal sentem-se amargurados, pelo facto de o Governo não ter ou fazer uma comunicação direccionada de ajuda e regresso, contrariamente ao fluxo de portugueses a imigrar para Angola e serem bem-sucedidos. Sr. Ministro nos encontros que mantém com o seu homólogo português negocie o regresso dos reclusos angolanos para cumprirem o resto das penas em Angola, principalmente aqueles angolanos que cometeram pequenos delitos e outras situações criminais, onde e como se sabe, foram mal defendidos nos tribunais portugueses, muitos com ou sem nenhuma condição de boa defesa. (bons advogados pagos). Sr. Ministro faça no mínimo, igualou melhor, que o seu homólogo português (Paulo Portas), defenda em primeiro lugar os interesses de todos angolanos.



## 2 MICROFINANÇAS

### 2.1 Camponeses no Bié Predispõem-se a Reembolsar o Crédito Agrícola

*Jornal Independente*

*De 04 De Fevereiro de 2012*

Os camponeses da província do Bié afirmaram a intenção de reembolsar os créditos recebidos e lamentaram a atitude de alguns fornecedores pelo incumprimento na disponibilização atempada dos insumos agro-pecuários de qualidade solicitados.

Segundo a Comissão Técnica de Acompanhamento do Crédito Agrícola, a comissão visitou a província de 25 a 27 de Janeiro para avaliar o grau de implementação do crédito agrícola de campanha. Na província, a comissão reuniu-se com a governadora em exercício, Ana Maria Capama, onde ficou o compromisso de as estruturas locais e os bancos operadores com maior empenho e organização começarem a preparar a próxima campanha agrícola.

Auscultou os principais problemas dos beneficiários relacionados com processos em atraso nos bancos operadores e com situações de incumprimento por parte dos fornecedores. A delegação visitou ainda as aldeias de Capambe e de Epongoloco, município da Kunhinga, enquanto no município do Kuító esteve na aldeia do Kawango, comuna do Kunge.

### 2.2 Camponeses Garantem Reembolso do Crédito

*Jornal de Angola*

*De 03 De Fevereiro de 2012*

Os camponeses da província do Bié garantem o reembolso dos créditos recebidos no âmbito do Crédito Agrícola de Campanha lançado no ano passado pelo Executivo angolano. De acordo com uma nota de imprensa a que o Jornal de Angola teve acesso, este compromisso foi assumido pelos camponeses no final de um encontro que tiveram com membros da Comissão Técnica de Acompanhamento do Crédito Agrícola, que se deslocou àquela província com o objectivo de avaliar o grau de aplicação do programa de financiamento da produção agrícola.

A comissão, chefiada pelo coordenador do programa, José dos Santos Bento (Ministério da Economia), integrou igualmente o director adjunto do Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA), Miguel Pereira, um

técnico do Ministério da Economia, Pedro Yala, e um representante da UNACA, Joaquim Tolosso, e representantes dos BPC, Sol e BMF. Os camponeses mostraram-se satisfeitos com a visita da comissão técnica e solicitaram mais agilidade dos bancos operadores no processo de execução e carregamento do crédito.

### 2.3 A importância do Crédito no Percorso da Agenda do Milénio

*Jornal de Angola*

*De 07 De Fevereiro de 2012*

Em Angola, o interesse estratégico que tem vindo a ser conferido aos vários domínios da área económica e social tem implicações directas e muito positivas na renovação e modernização das infra-estruturas, equipamentos e meios de apoio à produção.

A vigência duma linha de crédito para a produção nacional, é essencial para a melhoria do rendimento dos beneficiários e permite reajustamentos a partir de uma base real e, objectiva de cada grupo alvo.

Os desafios prementes são o fortalecimento do capital humano, físico, social e económico nas comunidades do litoral e do interior, que convergem para o modelo económico consubstanciado no associativismo ou cooperativismo da pesca artesanal, aqui cultura, agricultura, na micro indústria e na capacidade produtiva e de gestão dos produtores. Alinha de crédito à pesca artesanal visa incentivar a introdução de métodos racionais no sistema de produção/captura, distribuição, comercialização, conservação, preservação das espécies, do Ambiente e a melhoria do padrão de vida das populações.

O crédito permite renovar capacidades para assegurar a cadeia técnica operativa do modo de produção. Os financiamentos estimulam a constituição de associações/cooperativas, o que tem uma repercussão positiva na segurança alimentar, se forem dirigidos também para a aquicultura e não apenas para os produtores tradicionais na área das pescas. A pesca artesanal tem factores de produção determinados, condicionados aos indicadores planificados e à inoperacionalidade da frota e de outros equipamentos.

Para as acções no ciclo produtivo e de garante à segurança alimentar é imperiosa a lei-quadro sobre o cooperativismo.

Assim, o reembolso dos empréstimos não fica prisioneiro da sazonalidade e os beneficiários deixam de ser responsabilizados individualmente, porque quem responde pelos empréstimos é a associação ou cooperativa.

No que diz respeito à pesca artesanal, penso que era importante criar fundos autónomos para a constituição de micro instituições especializadas, para monitorizar os serviços de assistência/inspecção na cobertura de todas etapas do processo produtivo. Esta variável é muito importante para os custos de exploração e, principalmente, para investir em meios de produção e formação profissional, para além de assegurar a co-gestão das infraestruturas e dos meios de produção.

Estes subsídios ajudam ao fomento de pólos de desenvolvimento comunitários. Porém é necessário reconhecer que muitos problemas que afligem as comunidades agrícolas e piscatórias têm na sua raiz a má gestão dos recursos.

Todavia, as cooperativas e associações que não honrarem os seus compromissos, incluindo os que foram obtidos com recurso aos fundos autónomos, são obrigados a regularizá-los, caso contrário ficam inviabilizadas. A educação para uma cultura do crédito é fundamental. Mas também é preciso dar formação em aspectos fundamentais como a gestão e comercialização. Só assim os reembolsos ficam garantidos. No actual contexto é preciso avançar no domínio da gestão, da comercialização, do despertar para questões socio-económicas e ambientais, nas comunidades rurais. Os indicadores demonstram que a pesca artesanal é um segmento ainda com dificuldades na obtenção efectiva de financiamentos, pelo desconhecimento das regras de acesso.

As acções compartilhadas são cruciais para a melhoria dos índices de produção e contribuem para minimizar os problemas que as comunidades piscatórias enfrentam.

Temos de reforçar a assistência técnica e a extensão comunitária para alcançar o percurso da agenda do Milénio para a erradicação da pobreza, de forma segura e sustentável.

## 2.3 Concessão de crédito fomenta a agricultura

*Jornal de Angola*

*De 9 de Fevereiro de 2012*

O vice-governador para a Esfera Económica, Mateus Alves de Brito, exortou a população do município da Conda, no Kwanza-Sul, a empenhar-se no trabalho para aumentar os níveis de produção e erradicar a fome nas comunidades.

O apelo foi lançado na localidade da Ganja, a 17 quilómetros da sede municipal da Conda, durante o acto que assinalou o 22º aniversário da Federação das Associações de Camponeses e Cooperativas agropecuárias (UNACA), na segunda-feira.

Mateus de Brito explicou que “a criação da UN ACA, em Fevereiro de 1990, constituiu um marco importante para a organização do segmento produtivo do país, pelo facto de se enquadrar nas metas definidas pelo Executivo para minimizar as carências que o sector da Agricultura atravessa.

O governante reconheceu as dificuldades que atravessam as associações e cooperativas de camponeses, no tocante ao transporte, transformação e comercialização dos produtos produzidos, causando prejuízos à produção local.

Apesar disso, afirmou acalentar esperanças de dias melhores, salientando que todos os problemas já foram identificados e estão a ser analisados por equipas multi-sectoriais que percorreram o país, em busca de soluções que venham dinamizar o sector da Agricultura.

### Crédito de campanha

O vice-governador afirmou que a expansão do crédito de campanha a todos municípios do Kwanza-Sul vai ser uma realidade nos próximos meses, de forma a garantir o bom desempenho dos agricultores, tanto individual como colectivamente. Assim, realçou que o crédito, orçado em 350 milhões de dólares, está em curso, para estimular a produção nacional.

Mateus de Brito explicou que o acesso ao crédito traz enormes vantagens, porque habilita os produtores organizados a obterem inputs e material agrícola, para desenvolver a actividade.

Criticou ainda os encarregados de educação que em vez de enviarem os filhos à escola preferem levá-los às lavras.

O responsável da UNACA na província, David Nunes, disse que a Federação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agropecuárias tem inscritas 629 associações e 159 cooperativas.

## 2.4 Devedores Amortizam Empréstimos aos Bancos

*Jornal de Angola*

*11 De Fevereiro de 2012*

O director da Juventude e Desportos da Província da Huíla, Francisco Barros, disse que 38 cooperativas que receberam empréstimos bancários no âmbito do Programa Crédito Jovem concluíram, em Janeiro, o reembolso dos valores em dívida.

Em entrevista à Angop, o responsável disse que os 150 jovens enquadrados nessas cooperativas conseguiram

amortizar, junto do Banco de Poupança e Crédito (BPC), o valor solicitado há quatro anos.

Francisco Barros informou que maior parte dos elementos deste grupo que amortizou a dívida, solicitou os empréstimos para a construção de pequenas indústrias, como padarias, recauchutagens e sapatarias, e investimentos nos sectores do comércio, serviços e de prestação de serviços.

Desde 2008, altura em se lançou a primeira fase do Programa Crédito Jovem, o BPC concedeu empréstimos no valor de 400 mil dólares.

“Estamos satisfeitos, pois os jovens conseguiram honrar com os seus compromissos e, desta forma, o BPC disponibilizou cerca de 500 mil dólares para a segunda fase”, informou. No entanto, Francisco Barros anunciou que estão em curso, desde segunda-feira, as inscrições para o crédito, acrescentando que mais de 20 cooperativas compostas por cinco jovens efectuaram já a sua candidatura.

## 2.5 Camponeses de Conda Pedem Fundo de Gestão

*Jornal de Angola*

*De 13 De Fevereiro de 2012*

Agricultores da localidade da Ganja, no município de Conda, província do Kwanza-Sul, pretendem um fundo que garanta a gestão de rendimentos adquiridos através da produção.

A sugestão foi manifestada no fim-de-semana, pelo responsável da cooperativa Assaca da Ganja, no município de Conda, Augusto Pinto, durante a visita que o vice-governador para a área Económica, Mateus de Brito, efectuou a alguns campos de cultivo na localidade.”

O responsável da cooperativa Assaca revelou que os instrumentos agrícolas comprados com os fundos do crédito de campanha agrícola são insuficientes para assegurar o rendimento na produção.

De acordo com Augusto Pinto, o lançamento das sementes à terra, a manutenção das motobombas para regar os campos, a desinfecção da produção, o processo de recolha e o escoamento dos produtos exigem dos agricultores um fundo que suporte as despesas.

Augusto Pinto diz que os mercados informais não garantem uma venda segura, devido às oscilações de preços, por isso é necessária uma entidade que se ocupe da compra dos produtos, no sentido de evitar a sua deterioração.

Os bancos deviam dilatar o tempo de reembolso dos créditos, permitindo desafogar os camponeses. O Instituto de Desenvolvimento Agrário, no Conda, tem registado 85 associações de camponeses, que já organizaram os processos para beneficiarem de crédito.

## 2.6 Crédito de BPC para os Jovens Empreendedores

*Jornal de Angola*

*De 15 De Fevereiro de 2012*

O Banco de Poupança e Crédito (BPC) disponibilizou ontem, em Saurimo, uma verba de 350.000 dólares americanos para financiar projectos de 70 jovens empreendedores da província da Lunda-Sul inscrito no programa Angola Jovem.

A garantia veio do director regional leste do banco, Serafim Neves Cachucho. Segundo a fonte, a estratégia do Executivo “visa ajudar os jovens a desenvolverem acções que contribuam para o melhoramento da sua vida e das comunidades onde vivem”.

Serafim Neves Cachucho disse que esta oportunidade obriga os beneficiários a assumirem responsabilidade na gestão dos créditos atribuídos a fim de garantirem oportunidade a outros solicitantes.

Para o director provincial da Juventude e Desporto, Aníbal Janota, o crédito representa “o suporte dado aos jovens para construir o seu futuro”. Ao reafirmar o compromisso de engajamento para reembolsar os 5.000 dólares de crédito, cedido pela segunda vez, pelo BPC, Orlando Benjamim elogiou o governo pela iniciativa.

## 2.7 Camponeses do hoque beneficiam de crédito agrícola de campanha

*O Independente*

*De 18 de Fevereiro de 2012*

Camponeses filiados em quatro cooperativas na comuna do Hoque, município do Lubango, província da Huíla, poderão beneficiar, ainda este mês, do “Crédito Agrícola de Campanha”, informou o chefe de repartição local da Agricultura e Desenvolvimento Rural Pescas e Ambiente, Francisco António da Silva. O responsável avançou que nesta fase serão contemplados 90 camponeses, pois 176 outros receberam no ano transacto o crédito agrícola de campanha, atribuído pelo Banco Sol, no valor de 19 milhões 92 mil e 245 Kwanzas.

Francisco Silva esclareceu que os camponeses vão receber crédito bonificado, traduzido em equipamentos agrícolas, como cabeças de gado de tracção, moagens, moto bombas, enxadas, catanas, quantidades não especificadas de sementes de milho, feijão, massambala, massango e fertilizantes diversos. Disse que, no ano transacto, 275 camponeses enquadrados em quatro associações e uma cooperativa da comuna da Huíla, receberam igualmente do crédito agrícola de campanha dado pelo Banco Sol. O responsável manifestou-se preocupado pela ausência das chuvas nos últimos três meses, pois os camponeses terão dificuldades em reembolsar o crédito, pois haver redução drástica da produção.

## 2.8 Camponeses Beneficiam de Créditos

*Semanário Factual*

*De 18 A 25 De Fevereiro de 2012*

Trata-se dos municípios do Cubal, de Caimbambo e da Ganda, onde os camponeses, organizados em associações de cooperativas agropecuárias, beneficiaram, recentemente, de créditos agrícolas de campanha do BCI, num valor que ronda os 240 milhões de Kwanzas.

No município do Caimbambo, o BCI disponibilizou cerca de 29 milhões de Kwanzas que beneficiaram mais de 150 famílias e associações organizadas em cooperativas nas aldeias da Kanhamela e outras. Perante estes factos, os agricultores do Caimbambo regozijaram-se com a iniciativa e reiteram o desejo de continuar a trabalhar, a fim de aumentar a produção agrícola em grande escala no município, cultivando cinco mil hectares de milho e massambala.

No município do Cubal, o BCI colocou à disposição dos agricultores cerca de 156 milhões de Kwanzas que beneficiaram mais de 870 famílias e associações de camponeses, com prazo de reembolso de 10 meses, a contar da data de concretização dos créditos.

Nos finais de 2011, o BCI disponibilizou, ao mesmo tempo, um valor de mais de 28 milhões de Kwanzas, destinado ao mesmo âmbito de apoio ao município da Ganda que beneficiou, aproximadamente, 90 famílias e cooperativas agropecuárias.

Para o director provincial da Agricultura, Carlos Abrantes Seke-Seke, “a acção do BCI é uma mais-valia para os benguelenses porque o relançamento do programa de crédito agrícola de campanha vai fazer que os nossos pequenos médios e grandes agricultores possam levar avante os seus projectos de relançamento da actividade agrícola na província, visto que ela se revela num grande potencial na produção alimentar”.

Guilhermina Carme000 Manso Dias, gerente do BCI em Benguela, revelou que o seu banco, na qualidade de parceiro do Estado na execução das políticas do Executivo no cumprimento das cláusulas afins ao processo de crédito agrícola, vai continuar com as suas acções na disponibilização de créditos de campanha, com vista a combater a fome e a pobreza, principalmente no interior da província.

Chongorói e Baía Farta serão os próximos beneficiários. A gerente adiantou que os próximos a beneficiarem serão os camponeses dos municípios do Chongorói e da Baía Farta, no mês de Fevereiro do ano em curso, e que vai beneficiar cerca de 140 famílias, entre elas cooperativas, associações e camponeses individuais.

“Nesses municípios, vamos disponibilizar cerca de 28 milhões de Kwanzas. Neste momento, estamos na fase de abertura de contas e a envidar esforços, no sentido de fechar os créditos com todos os municípios, ainda no decorrer deste mês”, frisou a gerente.

De olhos postos no futuro, o BCI não desiste do sonho da expansão dos seus serviços nas demais localidades da província. Guilhermina Dias adiantou estar para breve a construção de mais balcões nos municípios do Lobito, da Catumbela, da Baía Farta e de Caimbambo, bem como um no bairro dos Navegantes e no interior da cidade de Benguela.

“E estratégia do Conselho de Administração do BCI para, este ano, apostar forte na expansão dos seus balcões, de modo a dar uma nova dinâmica à prestação de serviços ao público, bem como uniformizar os padrões de atendimento”, garantiu.

Quanto à informação que dava conta que o BCI terá “engavetado” cerca de 144 processos dos camponeses do município do Caimbambo, Guilhermina Dias aproveitou a ocasião para dizer que a informação, talvez por insuficiente comunicação, não corresponde à verdade, alegando que, em relação às citações do administrador do município do Caimbambo, “o BCI desconhece as fontes que terão dado origem aos mesmos dados”.

Acrescentou que, como exemplo da dinâmica e rapidez do BCI no tratamento dos processos dos créditos agrícolas de campanha, o município do Cubal deu entrada da documentação no passado dia 18 de Janeiro e, no dia 23, já os respectivos valores se encontravam nas contas dos fornecedores para a entrega dos imputs aos camponeses.

## 2.9 Programa “Crédito Jovem” Volta à Província do Bengo

*Jornal de Angola*

*De 21 De Fevereiro de 2012*

Os jovens da província do Bengo beneficiam, pela segunda vez, do Programa “Crédito Jovem”, num montante que suplanta os 100 mil dólares, revelou na semana finda, na cidade de Caxito, o chefe de departamento da direcção provincial da Juventude para a área jovem.

João Francisco Macumona disse que o projecto foi relançado no dia 2 de Dezembro de 2011 em Benguela e de uma forma simbólica algumas cooperativas daquela província já foram beneficiadas, sendo que outras aguardam a comunicação das dependências do Banco de Poupança e Crédito (BPC), sobre a obtenção dos valores do referido crédito.

Para o presente crédito, disse o responsável, existe uma proposta de se avançar para outras áreas, uma vez que o município do Dande foi o mais beneficiado, tirando duas cooperativas de Quibaxi. Assim, os municípios de Pango Aluquém, Bula Atumba, Nambuanguongo e Ambriz estão eleitos para este crédito.

João Francisco Macumona disse também que o departamento comunicou às administrações - e conselhos municipais da juventude, de forma a identificarem as cooperativas. De momento, fez-se já um levantamento e concluiu-se que existem acima de 30 cooperativas, com um número considerado de jovens.

### **Projectos aumentam**

O responsável disse que o departamento prevê não ceder valores elevados aos jovens, uma vez que o reembolso aca15a por ser mais difícil.

Mas a instituição aposta em projectos mais modestos, com possibilidades de crescer.

A título de exemplo, os jovens das províncias do Kwanza-Norte e Benguela, que receberam créditos, fizeram o reembolso dos valores aos cofres do BPC, nos prazos previstos, o que serviu também para dar possibilidade a outros jovens de beneficiarem destes valores.

João Macumona disse que os valores dados às cooperativas variam entre os 10.000e 18.000 dólares americanos para actividades agrícolas, informática, fábrica de blocos, moagens e outros. O departamento, acrescentou, está a trabalhar no sentido de melhorar a sensibilização dos jovens, para que as cooperativas possam funcionar em pleno, para se evitarem atrasos na devolução de valores.

## 2.10 Crédito agrícola chega a 18ª província do país

*Jornal ANGOLENSE*

*De 24 de Fevereiro de 2012*

O crédito, avaliado em 187 milhões, 643 mil e 420 Kwanzas, traduz-se em material agrícola que visa relançar a agricultura mecanizada naquela região. Referira-se que a província da Lunda-Norte foi a única que até ao ano passado não tinha ainda beneficiado do crédito agrícola de campanha.

O referido crédito operado pelos bancos comerciais BPC, Banco Sol, BMF e BCI assenta num sistema de crédito solidário em que grande parte da taxa de juro é coberta pelo Estado e conta com um fundo de 150 milhões de dólares destinado a pequenos agricultores organizados em cooperativas.

Até finais do mês passado, o mesmo atingiu um volume de crédito concedido equivalente a mais de 67, 5 milhões de dólares, beneficiando 35,146 pequenos camponeses residentes em mais de 50% dos municípios de 17 das 18 províncias do país, de acordo com dados fornecidos à imprensa pela Comissão Técnica de acompanhamento do crédito.

Porém, devido a seca que se regista em grande parte do país, este ano, o prazo de reembolso do crédito, acordado de 10 meses pode ficar comprometido. A campanha agrícola 2011/ 2012 iniciou em Outubro do ano passado, entretanto, em muitas regiões do país não chove há quatro meses, pelo que os camponeses receiam uma má colheita, o que vai dificultar o cumprimento do prazo de reembolso previsto nos contratos.

Importa lembrar que esta não é a primeira vez que a fase de reembolso poderá encontrar constrangimento, pois, em Outubro do ano passado, aquando do reembolso dos primeiros beneficiários a comissão técnica do crédito de campanha também se queixou de vários constrangimentos.

No entanto, o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, através do seu departamento de segurança alimentar, prometeu pronunciar-se nos próximos dias sobre a seca que vai se alastrando pelo país. Quanto ao crédito agrícola, fala-se mesmo na hipótese da negociação do alargamento do prazo do reembolso entre os agricultores e os bancos.

## 2.11 Jovens empreendedores recebem microcréditos

*Jornal de Angola*

*De 27 de Fevereiro de 2012*

Mais de 180 jovens empreendedores do município de Cacongo, em Cabinda, receberam na sexta-feira microcrédito do projecto “Sol Amigo”, no âmbito do programa de empreendedorismo junto das comunidades, cujo acto de lançamento foi presidido pelo ministro da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, António Pitra Neto.

O acto, que teve lugar na regedoria de Tando Pala, município de Cacongo, foi testemunhado pelo governador provincial de Cabinda, Mawete João Baptista.

O ministro salientou a importância do programa, tendo em conta a inserção da juventude no mundo empresarial e contribuindo assim para o combate à pobreza.

“O programa de combate à fome e à pobreza requer estas iniciativas, para que os jovens tenham a possibilidade de, através dos bancos, obterem o crédito”, sustentou.

Pór sua vez, o governador de Cabinda, Mawete João Baptista, referiu que o crédito veio responder às preocupações da população, sobretudo da juventude, que permanentemente reclama por falta de atenção. Por outro lado, na província da Huíla, 31 cooperativas juvenis envolvendo um total de 175 jovens, beneficiaram de aproximadamente um milhão de kwanzas cada, no âmbito do projecto “Crédito Jovem”, destinado a desenvolver pequenos negócios, informou na sexta-feira, na cidade do Lubango, o director provincial da Juventude e Desportos, Francisco Leonardo.

Ao falar à Angop, à margem da cerimónia de celebração de contractos entre os cooperantes e o Banco de Poupança e Crédito (BPC), o responsável disse haver 540 mil dólares para dar continuidade ao programado governo “Angola Jovem”.

“Esta segunda fase prevê vários negócios estipulados nos regulamentos, previamente estabelecidos, e por isso se deseja um bom desempenho aos candidatos e maior responsabilidade no cumprimento das cláusulas consignadas nos contractos, sobretudo o reembolso no período de um a três anos, conforme o valor do crédito”, asseverou o responsável da Juventude e Desportos.

De acordo com Francisco Leonardo, pretende-se apoiar de forma incondicional os esforços do governo na solução dos problemas da juventude, uma vez que a Huíla, pela sua particularidade e especificidade, tem jovens talen-

tosos capazes de contribuir para o seu próprio desenvolvimento, através do apoio do projecto Crédito Jovem.

A primeira fase do projecto Crédito Jovem, enquadrado no programa Angola Jovem, decorreu em 2008 e beneficiou mais de 87 cooperativas, com o envolvimento de aproxima da mentemiljovens.

## 3 MERCADO INFORMAL

### 3.1 Ordem precisa-se em Luanda

*Jornal O PAÍS*

*1 de Fevereiro de 2012*

Quem circula por Luanda fica com a sensação de que a capital do país anda à deriva, sem ordem, que não há autoridade, que cada cidadão faz o que lhe dá na real gana, sinal típico de uma verdadeira “casa da mãe Joana”. Os mercados localizados nas principais artérias da cidade são a demonstração clara da falta de autoridade, na qual as vendedoras, as zungueiras, os roboteiros, os taxistas passaram a ditar as regras, enquanto as autoridades “assobiam” para o lado.

Não há em Luanda quem não saiba e quem não tenha constatado a bandalha em que se transformaram algumas artérias da capital, com mercados e lixo à mistura.

Todos os anos, a questão dos mercados de rua é debatida, mas a verdade, porém, é que a situação vai ficando caótica em termos de organização da venda ambulante e do trânsito.

O governador Bento Bento esteve recentemente no mercado do “Arriou Arriou”, ao São Paulo, conversou com as vendedoras e prometeu retirá-las dali e ceder outro espaço com melhor segurança e outras condições indispensáveis.

De todas as vezes que as autoridades tentaram retirar as vendedoras dos locais impróprios que ocupam, elas, em jeito de chantagem, foram apelando como retaliação a votação num outro partido e não no MPLA, que governa o país e tudo volta à normalidade.

Se calhar, a pensar no voto dessa franja enorme da nossa sociedade, os responsáveis de Luanda vão protelando medidas organizativas visando a melhoria da imagem da capital, estando a urbe a definir a cada dia que passa no tocante à movimentação rodoviária, de peões e, fundamentalmente, de higiene. Mas, até quando?

As autoridades da província não podem continuar a manter-se reféns da vontade das vendedoras de rua, por causa de uma suposta perda de potenciais eleitores, porque a vida de um país também é feita de medidas impopulares, ainda que elas afectem milhares de cidadãos.

### 3.2 Concorrência Desonesta Constitui uma Consequência

*Jornal de Angola*

*02 De Fevereiro de 2012*

A concorrência desleal é o principal efeito do comércio informal sobre a actividade empresarial pública e privada desenvolvida no país, disse ontem, à Angop, o economista Manuel Lourenço.

Sobre as consequências do comércio informal, o economista salientou o contrabando e a comercialização de bens impróprios para consumo, o considerável desequilíbrio entre a oferta e a procura, a deficiente distribuição geográfica de estabelecimentos comerciais e o rápido crescimento demo gráfico da população consumidora.

Para a legalização dos agentes do comércio informal, referiu a importância de salvaguardar o cumprimento rigoroso das obrigações fiscais e de proibir a importação ilegal de mercadorias.

O economista referiu como sendo fundamental a promoção de campanhas de sensibilização específica de combate ao contrabando, à importação ilegal e comercialização de produtos suspeitos e impróprios para o consumo.

Manuel Lourenço disse ser necessário redefinir os requisitos dos importadores e dos exportadores, exigindo-se que sejam grossistas e possuidores de alvará comercial.

### 3.3 Bagageiro em Luanda

*Revista VIDA*

*3 de Fevereiro 2012*

De entre os trabalhos manuais de sobrevivência, um dos que mais atenção chamam é, talvez, o dos transportadores de cargas diversas, um trabalho feito geralmente por jovens com idades compreendidas entre os 15 e 25 anos.

Na verdade, existe uma contradição no nome atribuído a esses operários que podem ser encontrados nas zonas periféricas de Luanda, sobretudo nas zonas de maior concentração comercial e nas paragens de táxi. Chamam-lhes de bagageiros ou roboteiros.

Muitos desses jovens são produto do conflito armado. Ou seja, são oriundos das zonas assoladas pela guerra. Em consequência disso, acharam em Luanda o destino ideal para ganharem algum dinheiro para sobreviverem.

Os jovens de que falamos são oriundos, maioritariamente, das províncias de Benguela, Huambo e Huila.

Muitos deles não sabem ler nem escrever o seu nome, porque nunca estudaram ou nem sequer foram matriculados numa escola.

A Vida foi ter com alguns “carregadores”, como geralmente são chamados pelos clientes, e a tarefa não foi fácil como se imaginava, pelo facto de não falarem ou entenderem português. Num primeiro contacto, nota-se que os jovens são solidários uns com os outros e comunicam-se geralmente em umbundu.

Para transportarem uma carga ou mercadoria, os jovens não medem o peso, nem a distância, desde que o cliente peça o trabalho para a zona onde actuam, porque as zonas estão divididas por grupos. Segundo eles, o mais importante é o dinheiro.

### **Um dia longo que pode ter surpresas**

O trabalho começa logo nas primeiras horas do dia. No final do expediente recolhem-se, mas nunca partem para casa sem o amigo - colega de trabalho. As vezes, o regresso à casa é turbulento, porque podem ser vítimas de assaltos pelo caminho, perpetrados por marginais que “procuram roubar o dinheiro do dia”, conta um “bagageiro” Estamos na avenida 21 de Janeiro.

A paisagem do local confunde-se com a presença em grande número desses jovens, que podem ser vistos a descansar sobre os seus carros de mão enquanto esperam por clientes, e outros a cruzarem o bairro Rocha Pinto transportando diversas cargas.

Constantino Muzanga, de 20 anos idade, veio de Benguela há quatro anos com a mulher e mora no bairro Cantinton. A mãe já é falecida e o pai, a morar em Benguela, é desempregado. Constantino, como muitos outros companheiros, escolheu trabalhar na capital, onde vive com a sua esposa (também benguelense) de 18 anos e dois filhos, de um ano e meio, o primeiro, e o outro de dois meses apenas.

O jovem diz que a mãe morreu na década de noventa e o pai já não tem forças para trabalhar. Com isso, foi obrigado a trabalhar mais cedo. “Estou em Luanda à procura de dinheiro para sustentar a minha família. Não tenho outro trabalho”, disse Constantino, acrescentando que nunca estudou porque os seus pais não tiveram oportunidade de lhe matricular numa escola.

Acrescentou que o trabalho que escolheu é duro, por causa do peso transportado quase todos os dias. Por isso, nem sempre o dinheiro ganho no fim do dia compensa o esforço. A facturação diária pode atingir os 3 mil kwanzas.

Para combater as dores musculares e da coluna, as zonas mais afectadas pelo excesso de cargas transportadas diariamente, Constantino socorre-se do ibunol ou d%ren, medicamentos, segundo ele, indispensáveis em sua casa.

Tal como os seus companheiros, todos os finais de ano passa as festas na sua zona de origem, junto da família, mas desta vez, no final de 2011, o jovem Constantino não teve a mesma sorte, teve que ficar na capital, ao lado da esposa e dos dois filhos, revelou, “o mais novo ainda era muito pequeno para viajar”.

No dia-a-dia, as refeições de Constantino têm um chá e uma sandes de manhã, uma sandes (Motorola) ao meio do dia, e um funje “com alguma coisa” ao jantar, quando o dia rende. Se o dia não render, o jantar “pode ficar para amanhã” Disse.

## **3.4 Quando os filhos são a prioridade**

*Revista VIDA*

*3 de Fervereiro de 2012*

E O jogo do desenrasca, e trazemos-lhe testemunhos de cidadãos que tentam sobreviver.

Samuel Afonso vive no Município do Cazenga, é responsável por cinco filhos. Sapateiro de profissão desde 1987, aproveitando a instrução que obteve do seu mestre Papá Lavorite, garante, com o arranjo de sapatos, pastas e de outros objecto feitos com cabedal, um rendimento que serve para dar resposta a algumas necessidades primordiais da família.

Contudo, o rendimento adquirido através deste trabalho não é suficiente para sustentar e apoiar os estudos dos filhos. Mas é uma forma de remediar a vida. “Por dia posso ganhar 500 kwanzas, o que praticamente não serve para nada”. Refere o sapateiro.

Segundo Samuel Afonso, para cobrir algumas tarefas de pai tem que ir juntando, como pode, pequenos valores durante um período de tempo que pode ser mais ou menos largo, dependendo do valor a juntar e das entradas, até obter uma quantia “digna”.

Mas as coisas começam a encaminhar-se actualmente, Samuel Afonso faz parte de uma escola denominada Internal, que é ao mesmo tempo hospital. Feliz por fazer parte de um grupo que ajuda doentes, mostrou-se satisfeito ao afirmar que tem prazer no ofício que está a aprender, visto que isso poderá garantir uma melhoria na qualidade de vida da sua família.



### Legumes e puniv

Marisa Mendes, de 28 anos de idade, é vendedora de legumes no mercado Asa Branca comercializa este tipo de produto há cinco anos, e tem sobre sua tutela dois filhos.

A jovem vendedora diz que começou a vender por vontade própria muito antes de ter filhos. “Gosto do que faço, comecei a vender para me ocupar nos tempos livres” Para Marisa Mendes o comércio informal não é o fim, pois pretende enquadrar-se no mercado de trabalho. Para isso, Marisa dará continuidade aos seus estudos este ano, frequentando a 12ª classe do Puniv.

A senhora Delfina Ventura é um exemplo de mãe que tudo faz para cumprir com o seu dever. Para tal, Delfina Ventura vende bombó assado e ginguba torrada há cinco anos, para além deste negócio é camponesa.

Delfina Ventura é mãe de sete filhos e diz com satisfação que gosta do que faz: “pretendendo continuar a vender”. O dinheiro feito com as vendas não dá para sustentar os filhos, mas ajuda a aguentar o lado da alimentação, “porque no que diz respeito à escola e roupas já não dá”.

Para dar continuidade à venda, dona Delfina Ventura tem que dividir os valores arrecadados no negócio para ir novamente ao mercado do Kikolo e reinvestir na compra os produtos que vende.

## 3.5 Ferro velho, um negócio em risco

*Revista VIDA*  
3 de Fevereiro 2012

Victor Nicolau, funcionário do Oceano Trade, que desempenha a função de responsável pela compra e comunicação do posto de compras de Viana, garantiu que a instituição tem quatro pontos de compra, nas localidades de Sapú (Kilamba Kiaxi), Gamek (Maianga), Cacuo e Viana, constituídos por uma enorme quantidade de contentores.

O da Maianga é considerado como sendo o maior ponto de recolha, devido a enorme quantidade de produtos que recebe diariamente.

O trabalho é executado por uma vasta equipa de trabalhadores devidamente treinados que se encarregam da compra do material aos revendedores, empilhando-o para o arrumarem no interior dos contentores.

“Nós compramos todo tipo de ferros, como blocos de motores, chassis, segmentos, ferros fundidos e chapas, com a excepção de ferro proveniente de material bélico,

e pagamos um valor que ronda os 15 e 16 Kwanzas por guilo. Existem várias pessoas (nacionais e estrangeiras) que saem de diversas partes da cidade e vêm vender-nos este material” explicou.

Questionado sobre a quantidade de ferro velho que adquirem diariamente, respondeu que varia e que há dias em que chega a armazenar mais de 500 quilogramas tornando o negócio rentável.

### Um negócio de exportação

Victor Nicolau revelou que exporta mensalmente uma cifra que varia entre 120 a 130 toneladas de ferro para a Singapura, Índia e Nicarágua. O produto é transportado de barco e regressa à Angola e não só, diz, transformado em peças de carro entre outras.

“O mercado nacional de compra é muito frágil, pagam muito pouco, o que obriga as empresas de ferro velho a exportar o produto. Em cada ponto de compra temos elementos subcontratados que compram e arrumam os contentores, nós pagamos trinta mil Kwanzas por cada contentor cheio com vinte toneladas”, disse.

Depois de termos os contentores cheios, estes são transportados para o estaleiro da empresa Santo Braga, uma companhia que tem a responsabilidade de manter os contentores em segurança até ao dia da exportação. Com o dinheiro proveniente desta actividade, ele consegue sustentar a sua família, embora considere que o salário nunca chega.

No que toca às condições de trabalho, o nosso interlocutor disse que ele e os seus colegas trabalham muito e sem as condições adequadas para este tipo de actividade, tendo em conta que usam apenas luvas e não têm botas de serviço.

Por outro lado, a alimentação diária é assegurada com apenas 500 Kwanzas fornecidos pela empresa, o que os funcionários a consideram irrisório.

Tanto os trabalhadores como os proprietários das empresas do ramo enfrentam um momento de crise desde que o governo suspendeu as importações deste tipo de produtos (automóveis e motores ou componentes usados). Dizem que têm muitos materiais armazenados e que se esta suspensão durar por mais tempo serão obrigados a comercializá-los nas empresas de Luanda.

Enquanto alguns aguardam pacientemente por uma nova ordem que venha alterar o quadro, outros tiveram mesmo que encerrar as suas portas por não terem como comercializar o produto.

### **Estrangeiros no negócio\_ informal**

O cidadão ivoriense Sumaque Mamadu, de 37 anos, dos quais sete vividos em Angola, trabalha como responsável de um ponto de compra localizado em Via na, nas proximidades da Zona Económica Industrial.

“Recebemos contentores na mão dos Indianos que vem cá solicitar, depois do contentor encher eles pagam pelo trabalho. Pagamos o quilo de ferro a 15 Kwanzas e temos muitas pessoas que vêm vender-nos”, frisou.

Na verdade, trata-se de um negócio de intermediação, em que homens e mulheres se ocupam da recolha de ferro velho, vendem-no aos pontos de recolha e o somatório do arrecadado é exportado por algumas empresas. No entanto, grande parte do ganho dos intermediários advinha da revenda de materail automóvel usado e do aproveitamento de algum material recolhido em Angola.

Devido a ordem do Governo, Sumaque Mamadu teve que parar de comprar este tipo de material visto não estar a ser importado de momento. O material recolhido em Angola, por si só, não constitui um bom negócio para a reutilização. Mas os intermediários dizem que existe a possibilidade de a importação ser reaberta, em breve, Sumaque conta ainda que tem vários encargos que vão desde o aluguer do espaço, ao transporte. Trabalhava com 20 cidadãos angolanos mas teve que reduzi-los a 8.

Já o jovem Totó, de 21 anos, exerce a função de coordenador do ponto de compra do Camama. A “empresa” em que trabalha não tem nome e é propriedade de um cidadão de nacionalidade Maliana. “Compramos todo tipo de ferro e alumínio. Por quilo de ferro e de alumínio pagamos 40 kwanzas. Já para o quilo de cobre pagamos 300 kwanzas”, concluiu.

### **3.6 Vidas verdadeiras vividas à margem**

*Revista VIDA*

*3 de Fevereiro de 2012*

Mercado informal. É só uma forma de dizer que não se paga impostos, nem segurança social, nem se está inscrito em qualquer estatística sobre o emprego. Mas o informal também sente fome, paga, gasta e faz mexer a economia.

Quarquer só, o mano é que sabe. Nelson Pâncio pós Angola a cantar, nos anos oitenta, a sua música que fala de um menino órfão que sobrevivia com comida apanhada debaixo de camiões e que entregava o seu corpo franzino para transportar bens de diversos “clientes”. No fim, quando o cliente perguntava pelo preço do serviço, o menino respondia “Quarquer só, o mano é que sabe /

Pode ser aquele pão que na praça custa 50 kwanzas, ou ainda aquele arroz que sobrou do jantar de ontem”. Mas dos anos oitenta para cá muita coisa mudou.

Os chamados miúdos de rua dedicam-se hoje à lavagem de automóveis e cobram caro, nada menos que 500 kwanzas. E há já gente adulta nestes trabalhos.

O Estado não consegue acabar com estes tipos de actividade, executadas e transporte de combustível para os geradores das casas, ou mesmo a compra e transporte de água são feitos recorrendo quase sempre a esta mão-deobra. O Estado não parece ter soluções para este mundo de jovens, analfabetos na sua maioria, desligados do campo e que vivem nas cidades sem que estas os queiram, mas também não os dispensam em absoluto. São necessários de uma ou outra forma. Pelo menos por enquanto.

As mulheres vendem de tudo, em todos os lugares. Normalmente mães precoces, ou de muitos filhos, o ramo comercial é a via para sustentar os filhos e, quantas vezes, os pais das crianças.

No tema principal da presente edição fomos percorrer alguns exemplos, alguns apenas, de pessoas e actividades que vivem na informalidade, levando fruta, pão e peixe à porta das casas dos bairros mais abastados, reparando sapatos, vendendo a ginguba e o bombó que alimenta os operários. Ou mesmo num negócio que pode render milhões como o do ferro vel ho, mas ocupando a parte mais baixa da cadeia, aquela em que se recolhe o material dito de desperdício e se recebe quase nada em troca. São pequenas histórias as que contamos a seguir, mas histórias de pessoas com alma e que buscam apenas forma de vida neste mundo em que o dinheiro dita as leis da sobrevivência. Uma sobrevivência que se resume a isso mesmo e em que raramente o futuro entra como parte das contas.

### **3.7 Kupapatas «Mandam» no Trânsito**

*Semanário Angolense*

*04 De Fevereiro de 2012*

A par do que acontece na maior parte das províncias do interior do país, e não só, são os homens das motorizadas, vulgo cupapatas, que dominam o trânsito. Seja para transporte particular ou para serviço de táxi, os motociclos são os mais solicitados pelos cidadãos de Malanje. Essa escolha nem sempre é a mais acertada, a julgar pela forma caótica que a circulação é feita, sobretudo nas principais artérias, e os inúmeros acidentes que se registam.

Uma das vias mais movimentadas de Malanje é aquela onde se encontram a emissora provincial da Rádio Nacional e o Hospital Geral. Ali os transeuntes que visitam a cidade pela primeira vez surpreendem-se, a priori, com a quantidade de motos e se tiverem emoções fracas facilmente são tomados pelo medo quando se deparam com mais de três motorizadas vindas paralelamente na mesma direcção. É que, em hora de ponta é comum os motociclistas ocuparem mais de duas filas da mesma faixa de rodagem.

Associada a isso está a questão da segurança dos ocupantes que quase sempre é ignorada. O uso de capacete para o motociclista é privilégio de alguns, nunca havendo para o acompanhante.

Todos esses factos adicionados ao consumo de álcool são os responsáveis pelos constantes acidentes. Um dos moradores desta cidade, em conversa com o Semanário Angolense, disse que os acidentes entre motociclistas acontecem quase que diariamente e alguns são mesmo fatais. «Durante a noite, depois de ingerirem bebidas alcoólicas e já sem passageiros, os motoqueiros transformam as ruas da cidade em pistas de motocross e não ligam aos outros utentes. É normalmente nesse período e nessas circunstâncias que acontecem a maior parte dos acidentes», revelou o nosso interlocutor.

Um motociclista que faz serviço de táxi, e que não quis se identificar, disse que há muito dos seus colegas que apenas sabem colocar a motorizada e funcionar e maneja-la, mas que não sabem nada de regras de trânsito. Questionado sobre o elevado número de acidentes, ele minimizou: «Quando chega o teu dia, chegou mesmo. Não tem como evitar».

### 3.8 Vendedores sensibilizados

*Jornal de Angola*  
9 de Fevereiro de 2012

As autoridades do distrito do Sambizanga, em Luarida, estão desde o princípio desta semana a realizar campanhas de sensibilização junto de vendedores ambulantes no sentido de retirarem os seus produtos das faixas de rodagem.

A administradora adjunta do Sambizanga, Mara Baptista Quiosa, afirmou que os vendedores ambulantes têm contribuído para a degradação do saneamento do meio ambiente, devido ao excesso de lixo por eles produzido. Os vendedores concentram-se nos passeios e nas faixas de rodagem, com grandes quantidades de produtos diversos para serem comercializados, o que provoca transtornos à circulação rodoviária e aos peões. «Estamos a informar os ambulantes para a necessidade de deixarem

de vender na estrada e manterem limpo o meio, contribuindo deste modo para a melhoria da saúde pública», disse a responsável.

Nas avenidas Cónego Manuel das Neves, Combatentes e Ngola Kiluanje estão diariamente centenas de vendedores sobre os passeios e faixas de rodagem a comercializar produtos variados, como roupa, calçado e bens alimentares, sob a alegação de falta de clientela nos mercados oficiais.

### 3.9 Crescimento económico desigual

*Jornal A CAPITAL*  
De 11 A 18 de Fevereiro de 2012

O salário mínimo sempre foi assim: magro”. Pelo menos é que os próprios beneficiários consideram. Teresa Cristina é funcionária pública, há mais de 15 anos e disse que se a sua condição social evoluiu, foi graças ao esforço que ela e a família fizeram. Para tentar dar alguma dignidade aos filhos, Teresa e o seu companheiro viram-se obrigados a solicitar um crédito, com o qual compraram a casa que têm hoje. Mas, para cumprir com o prazo, tiveram que abdicar de algumas regalias. “Abrimos mãos de muitos privilégios”, disse Teresa Cristina.

E as manobras se multiplicam para garantir a sobrevivência da família. Todos os meses, o casal faz cálculos para cobrir a maior parte das despesas, sobretudo dos bens de primeira necessidade. “É uma luta constante”. Desde 2004, altura em que solicitaram o crédito para construir a casa, que as coisas tomaram um rumo diferente. Diferente sim. Enquanto a família tinha esperança de ver os seus problemas financeiros resolvidos com o empréstimo bancário, a situação tomou um caminho contrário. “Nos endividamos mais”, disse.

A dívida surgiu tão logo houve necessidade de se reembolsar os valores do empréstimo. Afinal, a família não se queria embaraçar com o banco. “Esticar o prazo seria complicado para nós”. A solução achada foi recorrer a mais dois empréstimos em bancos diferentes e, assim, pagar a dívida do primeiro. “Mas os juros foram evoluindo”, lamentou.

Segundo Teresa Cristina, hoje eles vivem, praticamente, endividados devido ao baixo salário que o casal aufer e, como alguém já o tinha reconhecido no passado, eis a conclusão a que chegou: “não se vive só do salário”.

Este não é um quadro isolado do funcionário público angolano. A sua maioria vive em situação de aperto, sobretudo para os empregados nos sectores de Educação e Saúde. Ambos, que detêm a fasquia de 70 por cento

da função pública, são os mais prejudicados, segundo os especialistas do ramo, do ponto de vista salarial.

Ana Paula, professora há muitos anos, disse que o seu salário é algo que, até ao momento, ainda não lhe serve de orgulho, a contar com as necessidades que crescem a cada dia. “É difícil manter o salário até o final do mês”, referiu.

Diante dos preços dos produtos que sobem a todo instante, recorrer ao empréstimo não é uma saída remota. A funcionária pública entende que, tudo se trata de uma questão de sorte ou, então, um re curso aos parentes e arrugos, que nem sempre têm algo para dar. “Mas sempre vale a tentativa”, disse.

Outra forma que Ana encontrou para multiplicar o dinheiro é a kixikila, alternativa que muitas famílias recorrem para aumentar o rendimento em casa. A professora disse que esta prática tem dois lados. Se por um lado, ajuda a aumentar a renda, de quem a recebe. Do outro, “é um desespero aguardar pela sua vez”, sobretudo quando surgem aflições familiares. “Não é tarlto como nada”, afirmou.

É como justifica o economista Fiel Constantino. “As dívidas são mais um encargo para o futuro, embora resolvam aparentemente um problema no momento”. Geralmente as dívidas implicam o pagamento de um certo juro, “e isso faz com que o esforço a fazer no futuro seja maior que a necessidade actual”.

### **E as dificuldades se multiplicam**

O economista disse que, em Angola, “os salários são geralmente baixos”, sendo mesmo insuficientes para as necessidades básicas. Por isso, Fiel Constantino reconheceu que, a maior parte do rendimento das famílias não provém da remuneração dos seus empregos, mas de actividades extraordinárias, incertas, umas lícitas e outras ilícitas. “Não se vende lá, sem criar ovelhas”, notou.

### **Filhos que trabalham para aumentar a renda**

As dificuldades que muitas famílias enfrentam, a maioria das quais vive abaixo da linha da pobreza, leva a que muitos adolescentes iniciem muito cedo as suas actividades laborais. É que, na tentativa de aumentar a renda de casa, os filhos da funcionária pública Teresa Cristina anunciaram que pretendiam começar a trabalhar, para ajudar nas despesas. Mas, segundo Teresa, o pedido foi negado, porque ela defende que lugar de criança é na escola. Aos pais, a esses sim, cabe colocar pão na mesa para os filhos. “A escola é a prioridade”, afirmou. Ana partilha da mesma opinião. Apesar do peso nos ombros, aconselha os filhos a estudarem “e nada de pensarem em actividade laboral”.

### **FMI diz que sim, mas funcionários dizem que não**

“A economia de Angola cresceu 3,4 por cento, em 2011”, disse Mauro Mecagni, chefe da missão, aquando da sua presença no país, para o encerramento da 6ª sessão do programa “Stand By Arrangement”. Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), este crescimento registado na economia nacional, se deve às políticas prudentes que o Executivo adoptou. O chefe da missão disse que, em finais de Março, será entregue, ao governo angolano, cerca de 130 milhões de dólares, última fasquia de 1,4 mil milhões de dólares concedidos à Angola, em 2009, na sequência da baixa do preço do petróleo, como consequência da crise financeira e económica que assolou o mercado internacional. “O governo angolano conseguiu conter o défice primário não petrolífero, em cerca de 44 por cento do PIB do mesmo sector”, realçou Mauro Mecagni.

Mas para as duas funcionárias públicas isto não quer dizer nada, porque não se reflecte, de forma alguma, na condição social de ambas. É que apesar dos dados apresentados pelo FMI, ao que tudo consta, os benefícios ainda não se reflectem no bolso do cidadão.

### **Reflexo**

Jaime Fortunato disse que, de facto, o crescimento de 3,4 por cento da economia nacional pode não ter, ainda, reflexo no bolso do funcionário público, por várias razões que, também, se verificaram em 2011. Mas há, sobretudo, o facto da economia angolana viver sob grande influência de importação. Este pode ser uma das razões, para as queixas constantes dos funcionários públicos. Outra situação, é que ao longo do ano passado, assistiu-se a enchentes em regiões bastante produtoras de bens de consumo, sobretudo os alimentares. “Mesmo o Sul do país teve este problema”, referiu.

Razões que, de alguma forma, acabam por se reflectir na perda do poder de compra. Se existe uma baixa na parte produtiva, coincide com a falta de produtos para distribuição. Segundo o especialista, com os poucos bens alimentares para colocar à disposição do mercado, tudo resulta num só ponto: “inibe o poder aquisitivo das famílias”.

## **3.10 Mercado do Panguila com os Espaços Vazios**

*Jornal de Angola*

*11 De Fevereiro de 2012*

O mercado do Panguila, no município do Dande, província do Bengo, está a registar, há já algum tempo, fraca afluência de clientes, o que causa o abandono do local por parte dos vendedores.

A escassez de clientes no maior recinto de vendas do Bengo causa a deterioração de várias quantidades de produtos, em especial horto-frutícolas.

O mercado do Panguila tem capacidade para 15.000 vendedores, distribuídos em 5.376 bancadas, 200 armazéns, 144 lojas, 36 câmaras frigoríficas e 48 restaurantes.

O grosso de vendedores foi transferido do antigo mercado Roque Santeiro, no Sambizanga.

Os vendedores dizem que as coisas, em termos de vendas e lucros, não são as mesmas. Por exemplo, o Jornal de Angola constatou que vários espaços e bancadas se encontram vazios, um ambiente bastante diferente do “falecido” Roque Santeiro.

### **Preços acessíveis**

No Panguila, os preços continuam a ser bastante convidativos, mas a distância que separa o mercado da capital do país, de onde provém a maior dos compradores, tem afugentado os clientes.

O balde de tomate maduro, por exemplo, custa 700 kwanzas, a batata rena vende-se a 800 kwanzas e uma porção de banana pão é vendida a 100 kwanzas.

A vendedora Susana António queixa-se da falta de clientes, porque o investimento feito não produz lucros. Susana afirmou que vive distante do mercado do Panguila e que gasta muito dinheiro em táxis.

“Nós procuramos sair tarde do mercado para ver se vendemos qualquer coisa, uma vez que é constrangedor chegar a casa sem levar nada para a família”, resmungou. Maria de Fátima, vendedora há mais de 20 anos, disse que a concorrência dos outros mercados, como o Kicolo e os Kwanzas, tem prejudicado as vendas no Panguila, pois muitas pessoas preferem aqueles espaços por causa da distância.

A vendedora argumentou que a reversão do quadro passa pelo encerramento dos mercados do Kicolo e dos Kwanzas, o que obrigava os clientes a recorrer ao Panguila.

### **Pagar mesmo sem vender**

Maria de Fátima lamentou o comportamento dos fiscais, insensíveis, às vezes, na cobrança da ficha da quota diária. “A pessoa é obrigada a pagar, mesmo sem vender absolutamente nada, o que é mau”, disse.

A vendedora alega também que quando os comerciantes se mostram incapazes de pagar a quota diária, os fiscais do mercado levam os produtos, aos quais dão um destino incerto.

Joaquim Ventura, vendedor de calças, também lamenta a atitude dos fiscais. Apesar das vendas não correrem bem, ele e os colegas são obrigados a pagar a ficha diária.

O vendedor afirma que o mercado tem boas condições e com a tomada de medidas sérias ele apresenta um cenário menos desolador. “Muitos que vendiam aqui preferiram o negócio ambulante ou partir para outros mercados de Luanda”, refere.

### **Mercado oferece segurança**

O mercado do Panguila, ao contrário dos outros, oferece muita segurança aos vendedores e visitantes. Não há registo de casos de delinquência nem problemas com a higiene.

Os vendedores e clientes dizem que se não fosse a questão da distância, o mercado era o melhor do país. “O espaço não se compara ao Kicolo, São Paulo ou Asa Branca, que têm muita delinquência e sujidade”, referiu Rebeca Gomes Adão, residente em Cacucaco.

“Não suporto o mercado do Kicolo. Cada dia está mais cheio, com muita gente num espaço pequeno, quando aqui o Panguila oferece todas as condições para se realizar um bom comércio com a maior segurança de quem a visita”, diz Rebeca Gomes.

### **Administração satisfeita**

O administrador do mercado do Panguila, Vitorino Kiteculo, apesar de lamentar a falta de clientes, disse ontem que a prestação de serviço dos técnicos e dos fiscais tem sido boa, uma vez que cumprem as exigências e normas estabelecidas.

O responsável reconheceu que, muitas vezes, há vendedores que não têm tido o rendimento esperado, mas adiantou que a ocupação do espaço por parte destes para realizar quaisquer actividades comerciais carece de pagamento de uma taxa diária.

O valor pago pelos vendedores que ocupam os espaços no mercado permite que a administração pague ao pessoal da limpeza e outros serviços, salientou Vitorino Kiteculo. “Pagar a taxa é uma obrigação dos vendedores”, disse, para adiantar que esta e o respeito pelo trabalho dos fiscais são requisitos exigidos para não se comprometer a gestão eficaz do mercado.

O responsável lamentou também o facto de existirem vendedoras, em regra as mais novas, que faltam ao respeito aos fiscais, abandonam as bancadas para vender no chão e, muitas vezes, no exterior do recinto.

### 3.11 Há Quem Ganhe a Vida na Recolha de Resíduos

*Jornal de Angola*

*13 De Fevereiro de 2012*

Apanhar garrafas de plástico ou de vidro é uma actividade que muitas mulheres adoptaram para sustentar as famílias. Nos locais onde existem lixeiras, lá andam elas à procura de plástico e vidro que depois vendem em armazéns especializados ou revendem o “vasilhame” recuperado do lixo.

O dia estava bem quente e um menino que aparentava ter nove anos, aproximava-se com um enorme saco de serapilheira. Rodrigo Maria estava acompanhado da mãe Vera Maria. Os dois estavam concentrados na tarefa de recolher garrafas e bidões abandonados numa lixeira nas imediações da FTU, na Estrada de Catete.

Rodrigo Maria é um menino corajoso. Revolve o lixo sem qualquer protecção. Quanto mais bidões e garrafas vazias recolher naquela montanha de lixo, mais dinheiro rende o negócio de sua mãe. Assim é o quotidiano de Rodrigo Maria e de outras crianças, uns voluntariamente e outros por imposição dos pais. Têm de trabalhar para ajudar nas despesas da casa. Na zona da FTU há dezenas de mulheres a recolher bidões e garrafas de plástico ou vidro.

Muitas andam de porta em porta a saber se não há vasilhame de tara perdida para recolher. É melhor apanhar as garrafas, garrafões e bidões nas casas do que na lixeira. Vera Maria já tem mais de 40 anos.

Tornou-se chefe de família muito cedo, após a morte do marido. Tem oito filhos e sobrevive do que apanha no lixo. Ela própria diz que exerce a profissão de “apanhadora de garrafas”.

Mas há quem lhes chame “catadoras” de lixo. Andam de lixeira em lixeira a “catar” os resíduos que ainda têm algum valor e que a sociedade de consumo rejeita. Vera Maria explicou à nossa reportagem que é “apanhadora” há seis anos: “recolho os bidões de água mineral para vender bebida alcoólicas caseiras e as garrafas de vidro para vender petróleo”.

Este não é um grande negócio, continuou, mas dá para sustentar a família. “Os bidões de cinco litros dão muita ajuda, principalmente para nós. Somos muitas mulheres neste ofício, já não conseguimos fazer trabalhos domésticos na casa das pessoas porque é pesado, caminhamos para a velhice. E como as mulheres arranjam sempre uma forma de sobreviver, está foi a que encontramos”, disse Vera Maria.

O trabalho de apanhar garrafas é feito por mulheres com idade superior a 40 anos, que anteriormente eram trabalhadoras domésticas.

Hoje, sem força, encontraram nesta actividade um meio para “as panelas não entrarem de férias” e a barriga ficar a dar horas.

#### **Chico Garrafa**

N a área da FTU há muita gente a “catar” garrafas e garrafões nas pequenas e grandes lixeiras. Normalmente actuam de noite, depois do comércio informal “fechar as portas”. A recolha de garrafas e garrafões de vidro ou plástico não tem limites.

Tanto poder ser feita na Baixa como nos bairros periféricos de Luanda. Onde há gente, há lixo, por isso, as “apanhadoras” encontram sempre mercadoria. Ao fim do dia, é fácil encontrar bidões de cinco litros de água mineral, garrafas de todos os tamanhos em vidro ou plástico, às portas das lojas, dos armazéns, das cantinas ou nas “bancas” dos mercados informais.

Um “catador” que trabalha na zona da Ilha do Cabo ganhou o nome de Chico Garrafa. Ele acorda às cinco da manhã para recolher as garrafas de água mineral nas lanchonetes, bares e restaurantes. Vende cada garrafa pequena de água mineral a dez kwanzas e as grandes a 50 kwanzas.

“Tenho 68 anos. Não tenho idade nem força para trabalhar. Vi neste ofício um meio de subsistência. Sou amigo dos chefes de cozinha de quase todas as casas nocturnas aqui na Ilha e peço-lhes para não deitarem as garrafas para o lixo.

Logo amanhece vou com um dos meus filhos recolher a mercadoria e muito vasilhame acabo por vendê-lo às mulheres que negociam em combustível”. Chico Garrafa revelou à nossa reportagem que num mês faz 20 a 30 mil kwanzas, devido ao número de garrafas que recolhe na Ilha do Cabo.

Muitas mulheres vão à Funda comprar o maruvo para revender. Estas também compram o vasilhame. A comerciante Susana Feliciano, de 26 anos revela o circuito comercial: “nós compramos maruvo na Funda. Lá as pessoas já reservam recipiente que trazemos cheio”.

Questionada se as garrafas estão em condições de higiene para receber bebidas, Susana Feliciano respondeu: “nós temos o cuidado de lavar bem as garrafas. Só depois é que engarrifamos o maruvo. E ainda não tivemos reclamações de pessoas que tenham ficado doentes por causa das garrafas”, disse acrescentado que há uma grande procura de maruvo no mercado.

### Donas do lixo

As mulheres que “catam” garrafas, garrafões e bidões de vidro ou de plástico nas lixeiras estão familiarizadas com o “ambiente”. Elas giram a montanha de lixo e cada uma ocupa uma área para procurar seu tesouro.

Ana Domingos cortou um dedo ao puxar um garrafão de vidro que tinha o gargalo partido. Estava difícil puxar para cima a protecção em plástico do garrafão e tirar o vidro. “Isto não é nada. Já vivemos coisas piores. Precisamos de trabalhar para poder dar de comer às nossas crianças”, disse Ana Domingos.

Para além do combustível que revende, Ana Domingos também vende garrafas a outros vendedores de bebidas. “Recolho centenas de garrafas, lavo-as bem em casa e depois revendo nos meus clientes. Desse trabalho consigo tirar o dinheiro para uma refeição por dia para a família”.

As mulheres “apanhadoras” de garrafas e outros recipientes não têm jornadas definidas de trabalho. Elas labutam até que consigam recolher um determinado número que na venda permite obter o mínimo necessário para sustentar a família. Elas trabalham com o lixo mas nunca interferem com o trabalho das equipas de limpeza urbana.

A nossa equipa de reportagem interpelou um dos carros de limpeza de Luanda que trabalhava na zona dos Congolezes para saber se as “apanhadoras” têm provocado algum incómodo e a resposta foi clara: “são nossas mães e não podemos impedir que façam o trabalho delas, muitas vezes temos até ajudado a separar os bidões para elas. Mas outras vezes somos obrigados a impedi-las de aceder ao lixo porque podem contrair doenças”.

### Sem medo do perigo

O que para uns dá nojo, para outros é visto como trabalho. Apesar do cheiro nauseabundo há muita gente a recolher o que para muitos já não tem valor. A venda de recipientes de plástico ou vidro permite a essas pessoas sobreviver.

Nas lixeiras as “apanhadoras” encontram garrafas de cerveja, de água, de sumo, de vinho e outros líquidos. Ana Domingos reconheceu que as “apanhadoras” e sobretudo as crianças correm o risco de contrair doenças porque se expõem ao lixo.

“Muitas de nós já apanharam infecções neste trabalho. Uma das nossas colegas até morreu. Sabemos que ao trazer os nossos filhos também colocamos em perigo a vida deles, por isso prefiro que o meu filho só carregue os sacos. Eu entro no lixo para procurar as garrafas”.

## 3.12 Retiro de ex-militares

*NOVO JORNAL*

*17 de Fevereiro de 2012*

Morais Carlos, um revendedor que há 22 anos faz do local o seu ganha-pão é um antigo militar das extintas FAPLA. Carlos fixou-se nos Correios depois de ter sofrido um ferimento de bala numa perna. Tudo se passou na nona região, Malanje. Depois da fatalidade fixouse em Luanda.

“A falta de emprego fez-me inclinar neste negócio, que era de lucro rápido. Mas quando chegaram os senegaleses e Malianos que trazem tudo a grosso perdemos mercado”, salientou.

Outro antigo oficial do exército é Pedro João, carpinteiro de 56 anos que se iniciou no mercado em 1994, com a venda de alguns resíduos de ferragens encontrados nas lixeiras. Depois disso o seu negócio evoluiu para a venda de varões de ferro. “Hoje faço portas e janelas, ora comprando o material na praça do Kikolo, ora na da Madeira”, disse.

Acrescentou que sendo adulto e acima dos 50 anos já não consegue novo emprego e o mercado é a “alternativa para a sobrevivência”. Acredita que se aparecer um novo emprego não irá reacear, referindo que no mercado tudo se complica, com vendas demoradas.

“No tempo colonial ganhava 50 escudos numa empresa e trabalhava todo o mês. Vale a pena estar ali onde tenho tempo para descansar e trabalhar, o que não tenho aqui”, sublinha.

Também Patrício Martins, serralheiro e motorista de profissão que cumpriu o serviço militar. Veio para a cidade capital em busca de melhores condições de vida. Chegou a trabalhar numa fábrica de gelados no bairro da Vila Alice, em 1998, onde não foi bem sucedido.

“Aqui encontrei outro recurso para sobreviver, comercializando peças, que nem sempre dão margem de lucro, pois pagamos diariamente as senhas no valor de 150 kwanzas pelo aluguer das bancadas à administração e mais de 500 kwanzas aos trabalhadores que transportam os materiais para a venda”, frisou.

### 3.13 Comércio informal de peças suplanta circuito oficial

NOVO JORNAL

17 de Fevereiro de 2012

Emergiu no final da década de 80, de um pequeno núcleo de comerciantes ambulantes retirados do antigo mercado da Calemba, nas imediações da antiga praça de touros. O mercado dos Correios como assim denomina, está situado na comuna Havemos de Voltar, ao bairro Malanjino e é o único e maior do sector informal no país, cuja especialidade reside na comercialização de peças e acessórios para automóveis.

Ali transacciona-se toda a gama de acessórios para viaturas, geradores de energia eléctrica, pneus, passando pelos apetrechos, os chamados extras, até óleos e lubrificantes e a divisa de quem aflui ao local, tem a ver com a acessibilidade dos preços praticados - embora nalguns casos se questione a origem dos materiais. Os vendedores reconhecem não serem todos originais, daí a acessibilidade dos preços praticados, mas prometem que garantem alguma durabilidade.

Este mercado dedica-se também à reparação de automóveis na hora, onde mecânicos, electricistas e pintores também ambulantes, a céu aberto, não têm mãos a medir em pequenas e improvisadas oficinas.

Nestas operações, os utentes de veículos são abordados à chegada por angariadores de clientes que os dirigem aos especialistas, que por sua vez após a solução da avaria repartem com os primeiros o montante cobrado.

Nesse mercado, o dia começa por volta das 6 horas, quando as residências circunvizinhas (que servem para armazenar os acessórios) abrem as portas, para que os proprietários das peças tenham acesso às mesmas, a troco de determinada quantia em dinheiro.

O mercado reparte-se em várias secções, como a parte alta, onde pontificam pequenos balcões de madeira devidamente remunerados. Não distante dali está a secção de carros, onde a venda é feita a partir de carrinhas do tipo Toyota Hiace. A porta traseira do veículo permanece aberta com os materiais expostos ao chão. Este comércio é geralmente detido por imigrantes, principalmente originários de países da África do Oeste, que acorrem ao local de madrugada e comercializam as peças mais baratas. As demais secções e até às 12 horas se retiram, para permitir que os vendedores locais retomem o circuito, mas praticando preços mais elevados. Para estes, a afluência do público apresenta-se reduzida, uma vez que dominam os preços dos carros.

Paralelamente existem outras áreas de comércio de peças que chegam até a ocupar parte da já estreita estrada que liga o local ao bairro adjacente. Aqui o eminente perigo a que se remetem os vendedores, teimando em fazer do lugar o seu posto de labuta, alegando falta de espaço, acrescido do amontoado de lixo.

Nesta zona os preços são quase uniformes. Se na primeira secção o jogo de pastilhas para travões da viatura de marca Toyota Starlet custa mil kwanzas, idêntico valor se pode localizar em qualquer outro espaço do mercado, embora haja casos em que são feitos mínimos descontos.

É voz corrente aqui que até os comerciantes de stands oficiais chegam a fazer aquisições de acessórios no mercado nos Correios, mas praticam preços quase a triplicar.

No local, o Novo Jornal abordou alguns comerciantes. De maneira geral estes foram unânimes em afirmar que são comercializadas, além de peças novas a baixo preço importadas de mercados asiáticos, como Malásia, Singapura, Taiwan, China e Dubai, também vendem-se as usadas que procedem de países europeus maioritariamente aproveitadas de veículos acidentados.

Curioso mesmo é que os geradores de energia são vendidos por peça. Os comerciantes dizem que assim lucram mais que a unidade por inteiro e os preços dos componentes chegam a totalizar 70 mil kwanzas, enquanto a unidade vale 30 mil kwanzas.

#### **Insegurança e apropriação de clientes inquietam vendedores antigos**

No mercado dos Correios o clima de insegurança paira sobre os vendedores e compradores, ao mesmo tempo que os comerciantes de nacionalidade nigeriana e maliana e senegalesa, por sinal mais ágeis no negócio, detêm o monopólio das vendas.

Segundo disseram alguns vendedores ao NJ, jovens na faixa etária entre os 15 e 20 anos que inalam gasolina não vêem meios para protagonizar assaltos sobre vendedores e compradores, mesmo à luz do dia, a coberto da permanente ausência das autoridades policiais.

José João, de 30 anos, vende alternadores usados neste mercado há quatro anos. Diz haver “bons e maus dias nas vendas”, mas ainda assim assegura que dá para garantir o sustento da família.

“Antes de receber o dinheiro do cliente certifico se o equipamento a vender está operacional, testando o alternador com uma bateria carregada e tenho que ter muito cuidado para não ser roubado de seguida alerto também o meu cliente para que guarde bem o dinheiro”, afirma José João.



Já o mais-velho Fernando Capiongo, de 70 anos, um dos fundadores do mercado dos Correios, confessa que inicialmente o local servia para a venda de peças alegadamente roubadas do Porto de Luanda. “Depois da destruição do ex-mercado da Calemba, alguns vendedores foram para o Prenda, outros para o Kinaxixi e nós viemos para aqui, onde a delinquência não nos deixa sossegados”, referiu.

Conta ainda que o negócio é dominado por cidadãos de outras nacionalidades que ao mesmo tempo sendo importadores, assumem-se como retalhistas, deixando os nacionais sem espaço para manobra.

### 3.14 Interdição de carros velhos dispara vendas de motores

*NOVO JORNAL*

*17 de Fevereiro de 2012*

A entrada em vigor, em finais de 2010, do decreto que restringe a entrada no país de carros usados, provocou o aumento de importações de motores e peças em segunda mão, segundo disseram ao NJ alguns comerciantes oficiais.

A venda de motores aumentou consideravelmente nos últimos tempos, assim como as peças e sobressalentes - tudo devido a proibição de importação de viaturas antigas”, diz Zulim Mohamed. O comerciante conta que no ano passado teve um volume de vendas de 100 motores, em que marcas Toyota e Nissan foram as mais vendidas. O valor de cada motor oscila entre os 2500 e 1900 dólares.

Para este ano, Mohamed prevê vender pelo menos 130 motores, mas o seu forte está nas peças, onde arrecada anualmente mais de 500 mil dólares. Já a casa Jair prevê uma facturação na ordem dos 900 mil dólares só em motores, segundo o seu gerente Moniz da Silva.

No entanto, fontes alfandegárias reconhecem que a interdição na entrada de automóveis usados originou uma quebra acentuada nas receitas da instituição.

### 3.15 Livros na Rua

*A Capital*

*18 De Fevereiro de 2012*

Doze dias transcorridos desde que o governador provincial de Luanda Francisco Sebastião Bento Bento assumiu o compromisso de punir os directores de escolas que continuassem a pactuar com a prática de venda de livros destinados à distribuição gratuita pelo Estado, eis que a entrega de kits de material escolar não está a decorrer como prometido.

Isto mesmo foi o que constatou o A Capital junto de alunos do ensino primário e secundário que, pelo contrário, estão a receber apenas dois livros cada, e de menor importância, em termos de disciplinas nucleares.

Por força disso, os encarregados de educação são obrigados a adquirirem os manuais, até os de distribuição obrigatória, nos mercados informais. A nossa reportagem deu-se com esta realidade, ao passar por algumas escolas abrangidas pelo projecto governamental, tendo falado com alunos, encarregados destes e alguns responsáveis de escolas, que nos asseguraram que alguns dos materiais em suas mãos eram do stock do ano passado.

Uma fonte do A Capital na escola 7041 revelou que nem sempre o que se diz na imprensa pelos dirigentes corresponde à realidade. “Cá não recebemos livros completos para todas as classes. Os livros de leitura que estamos a distribuir, por exemplo, são fruto de uma política interna da escola, de recorrer ao nosso stock do ano passado”, ressaltou a nossa fonte.

“A não ser que algumas escolas tiveram um tratamento diferente”, exclamou.

Claudina Pedra, estudante da 6ª classe, adiantou ao A Capital que recebeu da direcção da escola, apenas dois livros, um de Educação Moral e Cívica e outro de Educação Musical.

“O director disse para comunicarmos aos nos sós pais e encarregados para comprarem os livros que faltam”, esclareceu. Seguimos depois em direcção à escola 7039. Encontramos dois adolescentes que levavam consigo dois volumosos sacos. O conteúdo dos mesmos era livros escolares. Procuramos saber qual era a proveniência do material. Apenas disseram que eram pertença de um dos seus “kotas”. “Temos alguém que nos manda vender os livros às senhoras “zungueiras” e, depois, ele nos paga. Estas senhoras já são nossas clientes, porque lhes trazemos negócio. Os livros são de diversos tipos e classes”, esclareceram. E foi no meio da confusão do mercado que aproveitamos solicitar e saber os preços de alguns livros, sobretudo os mais procurados. Percebemos que este ano o material está mais barato em relação ao ano transacto. Por exemplo, o livro de leitura da 1ª classe custa 100 kwanzas (kz), o da segunda, 200 kz, o da terceira, 300 kz, enquanto o da 4ª está orçado em 400 kz. Já os da 5ª e 6ª classes rondam os 500 e 600 kz. Os livros de leitura, matemática, química e física da 7ª, 8ª e 9ª classes vão desde os 800 aos 1000 kz no mercado informal.

Outra fonte contactada na escola 7009 disse que, a referida escola nem sequer constava do plano de distribuição do material escolar.

“Nós não sabemos como é que estes kits estão compostos, porque até agora a nossa escola nem sequer constou do plano das escolas contempladas. Não sabemos se seremos abrangidos ou não. Apenas mandaram-nos aguardar, porque a distribuição está a ser feita por etapas”, e obedecendo a um plano de prioridades.

### **Há batota por descobrir**

O Executivo angolano, disponibilizou para a província de Luanda, mais de um milhão de kits escolares para crianças da iniciação das escolas públicas.

Durante o acta que marcou a abertura do ano lectivo 2012, no qual foram entregues 40 mil dos kits em referência, Bento Bento foi categórico ao advertir que “no caso de constarmos a venda dos livros, gratuitamente posto à disposição pelo Governo, haverá punições rigorosas. Os directores de escolas serão responsabilizados, por serem os que devem controlar a distribuição rigorosa”.

Mas a comercialização destes kits é um fenómeno antigo. Depois mesmo de o GPL ter avisado os directores de escola a assumirem responsabilidade pela distribuição do material, o próprio director provincial da Educação, André Soma, veio a terreiro anunciar que a venda do material em causa era caso, inclusive, de polícia.

Quem fosse apanhado a comercializá-lo, seria preso. Só que, sendo um problema crónico, o que tem faltado é uma posição mais concreta, partindo do pressuposto de que a zungueira recebe os kits de alguém de quem tem garantias de receber um retroactivo.

### **Sendo assim, o mais lógico seria, cortá-lo pela raiz**

Este jornal procurou saber isso mesmo junto do Ministério da Educação, mas a Empresa de Distribuição de Material Escolar de Luanda (EDIMEL), há muito deixou de exercer as suas funções, passando tal responsabilidade para uma Comissão Interministerial, coordenado pelo Dr. David Leonardo Chivela, do Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação (INIDE).

“A Comissão é composta por um representante da Presidência da República, um do Ministério da Indústria e outro do INID, pelo Ministério da Educação”, explicou a fonte, acrescentando que “a EDIMEL está a distribuir apenas carteiras e quadros pretos às direcções provinciais da Educação mais alguns livros que haviam restado do stock de 2008.

Antes do fecho desta edição, o A Capital tentou ouvir o Dr. Chivela, isto é, na quinta-feira, 16. Entretanto, o responsável manifestou-se indisponível, alegando falta de autorização do ministro para se pronunciar e que,

para os devidos efeitos, devíamos endereçar uma carta dirigida ao titular da pasta.

## **3.16 Vendedores Ambulantes Cercam BFA no São Paulo**

*Semanário Continente*

*24 De Fevereiro de 2012*

Este cenário faz com que a liberdade de circular naquele local, tal como acontece em outros bancos, seja impedida, tanto para os transeuntes, quanto para os clientes daquela unidade bancária. Telma Francisco, vendedora no mesmo local, disse que as senhoras ocuparam aquele espaço, por não ter outro onde vender.

Segundo ela, todas as senhoras reconhecem o aperto que fazem ao banco mas não há outra alternativa, uma vez que as autoridades, também, não manifestam interesse em encontrar uma solução para esta situação, nota-se apenas a presença de fiscais que vão atrás das senhoras. “Quando os fiscais aparecem para correr connosco, lhes indagamos sobre o lugar certo para fazermos as nossas vendas”, contou. Contactado pela nossa reportagem, o responsável daquela instituição bancária disse transcender a sua competência responder mas que no seu entender tal situação de facto toma-se preocupante, uma vez que no local se regista uma enchente enorme todos os dias.

## **3.17 Elas também amam**

*O INDEPENDENTE*

*25 de Fevereiro de 2012*

O termo zungueira provém de zunga, na língua nacional kimbundo, e que em português significa rodear ou andar de um lugar para o outro à procura de cliente, ganhou um significado diferente nos nossos dias. Hoje a zungueira significa ser mãe e pai ao mesmo tempo.

Neste que é o mês consagrado a São Valentim, esta franja da sociedade, continuam cada vês mais expostas a todos os riscos, desde as burlas a que estão sujeitas, ao ciúme do marido, ao assédio sexual a que muitas sofrem motivado pela sua «profissão» que tem na humildade quase uma obrigatoriedade.

Uma fotografia recorrente da nossa cidade de Luanda, tem como figuras da primeira linha, por um lado, agentes da fiscalização e, por outro, as mamãs zungueiras. O quadro é confrangedor, quanto mais não seja pelo facto de nos apercebermos que o que cada um dos dois quer é somente ganhar o seu pão de cada dia.

É preciso encontrar uma solução urgente para não se alimentar a ideia, que a cada dia vai ganhando corpo, de que os agentes da fiscalização são os «maus da fita», pois chegam ao ponto de em alguns casos confiscarem todos os produtos das zungueiras.

Mas essa crónica da cidade de Luanda mostra que ser zungueira é muito mais do que a percepção que se tem a partir do que nos chega diariamente nas ruas. Para lá daquela senhora que leva à cabeça a banheira ou o embrulho com mercadoria, e sempre disponível para correr no primeiro sinal da presença dos fiscais, existe alguém de carne e osso, com sentimentos, sonhos e aspirações.

E no mês consagrado a São Valentim, o padroeiro dos corações apaixonados, fomos buscar a história das zungueiras, que embora aproveitem a oportunidade para facturar (já que a data tem tido uma vocação mais comercial do que sentimental), não estão alheias ao Cupido, pelo que também elas se vêem na obrigação de oferecer e receber um presente.

Dona Ana Joaquim é zungueira há um anos. Mãe de cinco filhos, todos menores, conta à nossa reportagem que se viu obrigada a zungar desde que o marido perdeu o emprego, há três anos.

«Não tive outra saída se não a zunga. O negócio apesar de ser um risco, corre bem. Começo às 08h00 e termino por volta das 18h30», diz Ana, que apenas lamenta o sofrimento na hora de regressar à casa. Alguns maridos são influenciados pelos vizinhos que nos aparecem com conversas “de mal dizer” que andamos na má vida com os clientes, principalmente com aqueles a quem damos «kilapi».

Já Maria Ngolo nos conta que o negócio anda melhor no período da tarde entre as 15 e as 19 horas. «Não tenho marido, apenas namorado. Quando chego à casa a esta hora da noite, ele normalmente me ataca, chamando-me nomes. «Sua isso, sua aquilo... Muitas vezes tentou partir para a agressão física, mas como o conheço bem, venho sempre com um pacote de vinho na banheira para o acalmar».

Maria afirma que apesar de tudo nunca lhe ocorreu trair o namorado. Ela afiança que as zungueiras são mulheres batalhadoras e que se estão com alguém é porque, de facto, gostam da pessoa. «Quem trai são as mulheres que não trabalham e que passam a vida em casa à espera do salário do marido. Essas sim é que são capazes de se envolver até com os vizinhos».

Mas Maria também conta que há zungueiras que recebem promessas para deixar a zunga, em troca de dinheiro e outras coisas. «Muitas não aceitam, mas há

quem se deixa levar. Umas podem até ter sorte, outras dão-se mal», diz a zungueira com um sorriso.

Maria afirma conhecer histórias que dariam boas novelas. Incentivada pelas colegas (fala mesmo, fala então?) conta que uma das suas colegas deixou o marido para viver com um padeiro, mas este mais tarde acabou mesmo por negociar com o antigo marido. «Nós também amamos, e sentimos o que as outras também sentem», atira.

«Temos uma colega que zungava vendendo frutas diversas na Sagrada Família, e que hoje é esposa de um cidadão brasileiro, dono da loja onde ela comprava o produto a bruto. Ela era comprometida, e mãe de três filhos, mas antes de se mudar para a casa do empresário, teve uma conversa com o marido e separaram-se de forma amigável. Hoje estão aí. Ela acabou por ficar mesmo com o empresário. E dá-se muito bem com o pai dos três filhos».

Mingota, que no grupo nos pareceu ser a mais extrovertida, afirma que é frequente aparecerem clientes a pedir os números de telefone. «Ligam-nos intencionalmente para fazerem encomendas, mas alguns acabam por começar a paquerar, marcando encontro e por aí fora», declara.

O facto de estarem na rua e desenvolverem a sua actividade ali, leva a que alguns homens não hesitem em explorar o lado carente da zungueira. O psicólogo Pedra Benjamim fala em assédio sexual, quando homens, a partida com uma condição social estável, tentam aliciar mulheres que estão a tentar ganhar o seu pão de forma humilde e honesta, embora no mercado informal.

«Olham para elas como presas fáceis. Fazem promessas, oferecem presentes que elas não esperam um dia receber dos seus maridos ou namorados, com a finalidade de conseguirem outros objectivos», explica o psicólogo.

### 3.18 Nova forma de ganhar dinheiro em Luanda

*JORNAL DE ANGOL*

*A 25 de Fevereiro de 2012*

Nos bairros de Luanda nasce um novo negócio. À primeira vista parece ser estranho pelo modo como é processado, pois é sustentado pelos amontoados de lixo, fonte para muitos “caçadores de sucata”.

A “caça” ao ferro e cobre chegou às ruas, becos e avenidas. Os negociantes vasculham o lixo, fazem fogueiras em dia de sol e andam longas distâncias de bairro em bairro à procura de pedaços de ferro e outros metais. Esta actividade, no calão chama-se “diolo”.

Crianças e jovens vasculhavam os metais e depois atiravam-nos para uma fogueira. Todos procuravam ferro, alumínio, bronze e cobre “para pesar”.

José Pedro Adão ou Kati, como é conhecido, contou que tinha conseguido 41 quilos de cobre retirado de bobinas, estabilizadores e cabos eléctricos, que encontrou no lixo. Essa quantidade valeu-lhe dez mil kwanzas. “Para mim é muito dinheiro porque tudo isso apanho no lixo e apanhar não custa nada”.

Paulo Dala “Paulucho”, 11 anos, já tem experiência na “caça” aos metais no lixo. A procura nunca é cansativa, pois sempre vale a pena por render algum dinheiro. O quilo de cobre pode ser comprado pelos “pesadores” a 250 kwanzas e o de bronze 40 kwanzas, ao passo que podem comprar o quilo de alumínio a 30 kwanzas. O ferro é o que menos rende. O quilo custa apenas 15kwanzas.

Os adolescentes Kati e Paulucho nasceram e cresceram ao lado das valas de drenagem.

As fogueiras são feitas para queimar a parte externa dos cabos eléctricos, geralmente de cobre, ao passo que o constante “ciscar” no lixo tem como fim encontrar pedaços de metais para pesar nas “lojas de sucata” do Dialó ou do Alex, dois senegaleses que são os principais “pesadores” do Cassequel

O bairro Capolo também é fértil neste novo negócio de “diolo”, mas os compradores vão além dos metais. No Capolo pesam e compram também baterias danificadas.

Os principais compradores exportam ou vendem os metais numa fábrica de Viana. Até agora, Alex e Dialó são os maiores e mais famosos “pesadores” do bairro.

Quando atingem a quantidade pretendida exportam ou vendem os metais. “Eles estão a comprar essas coisas porque rende. Os meninos quando estão a vasculhar o lixo, fazem-no na esperança de encontrar mais um quilo de ferro, cobre ou alumínio”, disse Eva Adão, que vive no bairro há 16 anos.

Só no bairro, existem duas pequenas casas cheias de ferrolhos e rolos de fios de cobre e peças de alumínio recolhidas no lixo. A recolha nas lixeiras é aberta a todos.

Mas são os meninos de 12 ou 13 anos os fornecedores incansáveis e por isso são também os que mais se destacam neste novo negócio.

### **A via obstruída**

A vala de betão armado que parte da Senado da Câmara para o Cassequel do Buraco, distrito da Maianga, está desobstruída. Do Cassequel para diante está obstruída.

As obras estão paradas, há largos anos. No espaço há dois grandes contentores repletos de lixo, mas nem por isso a vala e as redondezas estão limpas. Na vala, que se encontra inacabada correm águas pútridas. Há uma mistura de ferro, plástico, farrapos, latas, garrafas, pneus e carcaças de carros.

A vala de drenagem da Senado da Câmara tem muito lixo. Ela conflui com a vala que parte do Bairro do Asa Branca e atravessa um sem número de casas. Traz na sua correnteza fragmentos de toda a espécie.

Há uma ponte que atravessa o “rio de lixo” por onde as pessoas passam para chegar ao bairro Malanjinho, que faz fronteira com o Cassequel. A pequena ponte foi construída de emergência para permitir que gente vinda do Bairro Popular ou Cassequel do Buraco passe para o Bairro Malanjinho, que num passado recente foi “habitat” de marginais.

Tudo mudou com a instalação de uma esquadra móvel, colocada a escassos metros da pequena ponte que atravessa o “rio de lixo”.

Hoje, o espaço, antes “povoado” de lixo, serve de campo improvisado para partidas de futebol.

## **3.19 Novos mercados municipais vão ser construídos**

*O INDEPENDENTE*  
*25 de Fevereiro 2012*

O GPL anunciou esta semana a construção de novos mercados de âmbito municipal e de bairro, num curto espaço de tempo, para acomodar os vendedores que comercializam produtos na via pública. A medida é anunciada numa altura em que ainda se comenta a ausência dos vendedores no interior de alguns mercados construídos pelo GPL.

A medida foi anunciada pelo vice-governador para a área produtiva, Miguel Catraio, no final da jornada de campo do governador de Luanda, Bento Francisco Bento, ao município do Cazenga, tendo assegurado que dentro em breve o projecto terá o seu início, porque algumas medidas tomadas pelo executivo devem ser resolvidas nos próximos seis meses.

Diz existirem vários constrangimentos no mercado Asa Branca e outros na capital, porque existe um número superior de vendedores fora dos mercados, que estão a criar transtornos aos outros que pagam emolumentos.

Sublinhou que os constrangimentos existentes para o funcionamento da nova unidade hospitalar consiste no orçamento, pois algumas empresas se negam a prestar

serviços, porque a capacidade do hospital e os serviços que se pretende realizar não se compadecem com o valor para o exercício económico.

### **A bola está do lado do executivo central**

Precisou que os constrangimentos registados no hospital devem ser colocados ao executivo central para a sua resolução, porque o orçamento aprovado apenas corresponde a um período de seis meses.

Para si, esta situação precisa ser analisada, para corrigir-se outros constrangimentos existentes nos hospitais. Para tal, o novo hospital é útil e necessário para reduzir a pressão aos já existentes na urbe da cidade capital.

Miguel Catraio disse igualmente terem passado por algumas escolas em fase de conclusão, outras já apetrechadas e por inaugurar, assim como uma para ser desactivada por ter problemas de solos.

Quanto ao funcionamento da administração, disse ter tomado boa nota ao processo de governação local, porque tem prioridades nas acções que se resumem naquilo que é a carteira do governo da província distribuída para os municípios.

Estes programas, segundo o responsável, visam dar continuidade ao programa de combate à pobreza e dos cuidados primários de saúde, eixos fundamentais que definem os objectivos e indicadores do milénio.

Recomendou que os poucos recursos existentes devem ser utilizados em programas de prioridades, porque os vários programas da província de Luanda também existem no âmbito central.

Disse serem estas as recomendações e medidas tomadas no final da visita e daqui para frente no exercício das funções será passada em revista a evolução dos trabalhos.

## **3.20 Novos mercados surgem em luanda**

*JORNAL DE ANGOLA*  
*25 de Fevereiro de 2012*

Novos mercados municipais e de bairro vão abrir ainda este ano, na província de Luanda, para acomodar os vendedores que comercializam produtos na via pública. O anúncio foi feito pelo vice-governador de Luanda para o Sector Económico e Produtivo, Miguel Catraio, no final de uma visita que o governador Bento Bento efectuou ao município do Cazenga.

Miguel Catraio disse que mais pormenores sobre a construção de novos mercados serão anunciados em breve e manifestou o seu desagrado com a concorrência que os vendedores ambulantes fazem ao mercado do Asa Branca, nas suas imediações.

O número de vendedores fora do mercado cria transtornos àqueles que trabalham no seu interior e pagam emolumentos.

“Os próprios vendedores colocaram a questão ao governador, mas já tínhamos feita nota deste constrangimento e foi criada uma comissão multidisciplinar que vai estudar as vias de solução deste problema”, disse o vice-governador da província de Luanda.

Miguel Catraio sublinhou também que, daqui para frente, no exercício das suas funções, vai acompanhar a aplicação das recomendações e medidas tomadas.

## **3.21 Mercado do kifika: entre o formal e o informal**

*Joenal ANGOLENSE*  
*25 de Fevereiro de 2012*

Criado há pouco mais de três anos, no âmbito da projectada urbanização do kifika, o mercado que tem o mesmo nome do bairro, parece dividido entre o negócio formal e informal, por uma fronteira ténue.

O mercado, encravado em pleno coração do Kifika, um bairro localizado à direita da estrada que liga a Cooperativa do Lar do Patriota ao Estádio Nacional de Futebol 11 de Novembro, dá sinais de estar longe de satisfazer aos padrões de vida das classes de rendas alta e média que vivem nesta casa.

As casas sumptuosas, térreas ou com mais de um piso, na sua maioria com acabamentos de luxo, transmitem, de resto, o poder económico e a qualidade de vida dos seus moradores, naquele bairro em permanente construção.

O mercado do Kifika, que além de não dispor de vias de acesso asfaltadas, enferma também de problemas de falta de água corrente e energia eléctrica, situações que, por si, têm colocado em risco a saúde pública.

Devido à falta de água e energia eléctrica temos tidos sérios problemas de higiene e conservação de alimentos, sobretudo de produtos perecíveis», queixa-se Rosa, 34 anos, uma das vendedoras mais antigas do «kifika», que questiona o destino que tem sido dado ao dinheiro arrecadado com as taxas.

No começo, diz um outro vendedor, o mercado era positivamente limpo, visto que era abastecido por uma cisterna de água, que enchia diariamente o tanque lá existente.

As condições de higiene, referem alguns vendedores, começaram a deteriorar-se a partir de finais do ano passado, depois da substituição da anterior gestora do mercado pelo novo administrador, cujo desempenho de várias críticas inúmeras críticas.

«No tempo da anterior administradora, o gerador funcionava e os vendedores de produtos perecíveis podiam colocá-los nas câmaras frigoríficas existentes», observa uma vendedora, que pede o anonimato temendo retaliações.

No «Kifica», os moradores não se limitam as suas queixas na falta de água, luz e limpeza, lançando suspeitas sobre os dinheiros pagos diariamente pelas centenas de moradores.

### 3.22 Entrevista com Carlos Rosado de Carvalho

*A Capital*

*25 De Fevereiro de 2012*

Para o especialista, o Estado deve primar, sempre, por concursos públicos, pois só assim será possível analisar os potenciais grupos para gerir determinado projecto como o Presild.

*Como avalia a implementação do programa de reestruturação da rede comercial que previa, entre outras medidas, a instalação de novos e modernos supermercados mas, também, uma distinção entre distribuidores grossistas e retalhistas?*

O Programa de Reestruturação do Sistema de Logística e de Distribuição de Produtos Essenciais à População (Presild) foi mais um elefante branco como outros tão comuns. É um animal muito presente na nossa economia, porque os projectos são apresentados como sendo a oitava maravilha do mundo, que vão resolver os nossos problemas todos e, depois, na prática, como sabemos, eles acabam por ir à falência. Efectivamente, o comércio não é uma actividade com que o Estado se deva preocupar. E, sobretudo, não, se forem elefantes brancos. Se são apresentados como a oitava maravilha do mundo como, depois, não nos prestam contas? Isto é, não sabemos, exactamente, quanto é que se perdeu no Presild, mas não precisa de ser um especialista para saber que, quando o projecto foi apresentado, aquilo não podia chegar a lado nenhum. O nosso comércio, infelizmente, não está suficientemente modernizado. Ainda domina o comércio

tradicional, em particular, o comércio informal. Mas o crescimento que a economia teve sobretudo no fim da guerra - não actualmente porque está a crescer muito pouco - vai tornar inevitável a organização do comércio. Porque, apesar de ser em número muito pequeno, ainda, em geral e na média, já existe algumas franjas da população que começam a ter algum poder de compra e que justifica o aparecimento destas grandes superfícies que, seguramente, vão continuar a aparecer. O comércio é, provavelmente, um dos sectores em maior ebulição na nossa economia e, portanto, ficamos todos a ganhar, porque a concorrência só faz bem. Quanto mais concorrentes, mais players haver no mercado, seguramente que será melhor para nós. Porque vai haver maior diversidade de produtos e, eventualmente, a um preço mais baixo.

*Além da falência das estruturas comerciais, nota-se em grande medida uma incapacidade de organização do sector, a nível tal que não existe, sequer, uma diferenciação entre grossistas e retalhistas...*

Os grossistas vendem para os retalhistas. São, no fundo, os abastecedores dos retalhistas e, estes, são quem vende ao consumidor final. Como o nosso comércio é dominado, ainda, seja por mercados informais, seja pelas cantinas, isto abre algum espaço para a existência dos grossistas. Porque estas pessoas terão, naturalmente, uma variedade de produtos onde se podem abastecer. Enfim, quanto ao mercado informal tenho algumas dúvidas de que possa ter acesso aos grossistas, porque existem algumas regras de acesso, designadamente, é preciso ter empresa, número fiscal. Portanto, é um mercado com potencial muito elevado. E temos os retalhistas que estão a procura de servir esta classe que começa a ter, embora ainda reduzido, um poder de compra e, justamente, vai se abastecer nestas cadeias onde os produtos são bem apresentados, onde há uma variedade de produtos. Acho que podemos dizer que os preços, não sei se desceram mas, provavelmente, começaram a aumentar a um ritmo inferior. Esta revolução que está a acontecer no comércio é, sem dúvidas, positiva para o país.

*Mas ainda me parece haver um pouco de confusão nessa distinção...*

O que acontece é que o comércio começa a se modernizar e, isso, naturalmente, é bom devido à maior variedade de produtos e aos preços mais baixos. Mas isto significa que o comércio tradicional, e aqueles que dominavam o comércio, têm de se reorganizar, porque de contrário o destino será a falência. Num super ou hipermercado onde as coisas estão bem arrumadas, onde existe uma variedade de preços e produtos, nós preferimos fazer lá as compras. Mas isto não significa que não haja espaço para o comércio tradicional, mas ele tem que, naturalmente, adaptar-se aos novos tempos sob pena de perder

os clientes. *Qual é a vantagem do comércio tradicional?* É a proximidade. Nós temos as cantinas e pracinhas ao lado de casa e é uma vantagem muito grande para estes espaços. Mas se não se modernizarem, não garantem um melhor serviço ao cliente, não forem concorrenciais, a nível dos preços, estão condenadas ao fracasso, como aconteceu nos outros países. O futuro está, sem dúvidas, no comércio moderno. Mas, há um outro formato, digamos assim, que ainda não apareceu e que eu penso que há muito potencial a nível de crescimento. Este formato tem a ver com as chamadas cadeias de desconto, que são lojas, relativamente pequenas, não tão sofisticadas como as grandes superfícies e que, normalmente, distribuem produtos de marca própria e a preços muito competitivos. E um formato que ainda não chegou à Angola, mas julgo que há um grupo empresarial que, justamente, vai entrar nesse mercado e que, no meu ponto de vista, tem algum potencial, sobretudo num mercado como é o nosso, com pouco poder de compra.

*Do que se trata exactamente?*

Marca própria, por exemplo, a Refriango produz a Blue, mas também pode produzir com a marca das lojas, o que não é o caso porque eles têm muita procura. Mas são os próprios fabricantes que produzem marcas próprias para as lojas dos descontos, portanto, não são as cadeias de descontos que têm fábricas. Geralmente vendem produtos que são chamados marca branca, porque uma das partes do que pagamos nos produtos são as marcas, o marketing. Estas marcas brancas têm a vantagem, digamos assim, de não ter estes custos. Em termos de marketing, portanto, os custos são mais baratos.

*Como se chegou à falência de estruturas privilegiadas como eram os supermercados Poupa Lá e Nosso Super? O que aconteceu, de facto?*

Foi fundamentalmente um problema de má gestão e falta de vocação do Estado para o fazer, falta de capacidade de gestão. Portanto, não foi por falta de dinheiro, porque houve muito dinheiro inicialmente. Mas foi, claramente, um problema de gestão. Pena é que, também, o Presild podia ter uma morte mais bonita, isto significa, seguramente fazer um concurso público, no sentido de tentar perceber e saber quem é que está interessado. As lojas acabaram, mas ficaram os espaços muito bem localizados e o Estado devia, seguramente, recuperar uma parte do dinheiro que investiu no Presild. Mas para que isto aconteça, deve ser feito um concurso público, dizer: meus senhores, temos estas lojas para vender ou concessionar, quem é que quer apresentar propostas? Haveria, seguramente, muitos operadores interessados em apresentar propostas e o Estado cederia a gestão aos grupos que oferecessem mais dinheiro. Infelizmente, não sabemos quem é que vai ficar com aquilo.

*No lançamento do Presild, perspectivou-se beneficiar o produto nacional. Mas os agricultores reclamam de uma falta de escoamento dos produtos...*

Este é, efectivamente, um problema. Penso que a modernização, o aparecimento das grandes cadeias de distribuição pode potenciar a nossa agricultura. Porque, se é certo que há uma quantidade de referências que podem ser compradas no estrangeiro e trazidas para cá, rapidamente, mas a isto coloca-se o problema de logística. A existência de um sector de distribuição muito forte pode, justamente, ajudar os agricultores. O grande problema dos agricultores é, sobretudo, a questão do transporte. Estas cadeias de distribuição têm que ter, à sua volta, uma logística que lhes permita ir buscar os produtos onde estão. Estas cadeias também podem dar alguma estabilidade aos agricultores, no sentido de que asseguram a compra dos produtos dos agricultores. Quando estão a plantar já têm assegurado a venda do que estão a produzir.

*Que impacto pensa que tem tido a venda do grupo Arosfram no mercado, dada a dimensão que ostentava e os preços, relativamente mais acessíveis, que praticava?*

Não seria tão taxativo quanto à acessibilidade dos preços, porque o que acontece é que, esses grupos, não vou falar só da Arosfram, porque desconheço a realidade, o sector de importação deste tipo de produtos alimentares estava concentrado num pequeno grupo de operadores, portanto, não tenho a certeza de que os preços fossem tão acessíveis. Mas, no caso da Arosfram, ela vai concorrer com as grandes cadeias que devem ter os seus canais de importação. Têm que saber onde é que se compra a carne mais barata, o melhor frango e, portanto, têm que ter a obrigação de fazer melhor que a Arosfram. Mas, esperamos todos que a concorrência venha a melhorar a qualidade e preços. O que nós gastamos com as despesas alimentares tem um peso muito importante no orçamento, portanto, tem grande influência na inflação. Quanto mais concorrência, menor será a taxa de inflação.

*Acha que é possível combater a informalização do sector do comércio?*

Uma parte do comércio informal, as nossas pracinhas de rua, é mais uma questão de necessidade, de sobrevivência. Portanto, muitas pessoas que vendem na rua não têm outra forma de sobrevivência. A solução deste problema passa, por um lado, por criar condições para que uma parte destes vendedores se formalizem e, para que isto aconteça, é preciso reduzir a burocracia, criar incentivos para que estas pessoas percebam os benefícios de formalizarem o seu negócio. Estou convencido que uma percentagem muito elevada destas pessoas, atrevo-me a dizer, mais de 90 por cento, se tiverem outra actividade, não vão fazer isso, porque fazem-no por necessidade.

Portanto, só com a diversificação da economia, criação de mais emprego é que vamos resolver o problema do desemprego e que a modernização do comércio vai se desenvolver, digamos assim. É um risco que os vendedores correm, porque, na medida em que quando posso comprar uma carne a um preço mais barato, numa loja em que esteja bem acondicionada no frio e a minha opção é comprar na rua, exposta às moscas, obviamente que vou optar pelo comércio formal. Mas repito, a maior parte das pessoas no informal, fazem-no por necessidade, porque já não têm outra forma para dar de comer os seus filhos. Mas, é necessário que o Estado preste atenção a isso, porque com a modernização do sector vai jogar muita gente no desemprego.

### 3.23 Passagens Aéreas Transformam-se em Mercados

*Semanário Factual*  
18 A 25 De Fevereiro de 2012

A Situação, que prevalece há mais de sete meses, está a atingir contornos alarmantes, com a danificação dos acessórios destes bens públicos, como pilares, parafusos, pára-peitos e redes interiores, dado o peso permanente dos vendedores ambulantes, dos carros-de-mão, dos pequenos frigoríficos e de outros meios para a comercialização.

No município de Viana, vendedores ambulantes sem espaços devidamente legalizados têm as passagens aéreas da via expresso Luanda/Catete como espaços privilegiados para a venda dos seus haveres.

A passagem aérea que separa a vila de Viana do bairro Capalanca é tida por referência principal de venda ambulante, durante o dia, pelos moradores.

Em contrapartida, os vendedores fazem crer que a venda na passagem aérea, durante os primeiros meses, fez diminuir os embaraços que causavam aos automobilistas e os atropelamentos de cidadãos que procuravam por produtos domésticos na zona do asfalto.

#### **Lixo, meliantes e drogas sobre as pontes**

O lixo constitui outra preocupação para a saúde dos moradores, peões e automobilistas que circulam diariamente nestas zonas. Os utentes não têm tido cuidado em conservar os resíduos sólidos para o depósito nos contentores no final da tarde e, como consequência, restam vasilhas, sacos com excrementos e garrafas sobre as passagens.

Moradores ouvidos pelo Factual contaram que as passagens erguidas na via expresso Viana/Luanda têm servido,

igualmente, de palco de venda e uso de drogas, à luz do dia e às noites, por jovens desconhecidos. Ademais, tais passagens servem de dormitórios para idosos abandonados, doentes mentais e uso de moto táxis impedidos pelos separadores existentes na estrada.

As passagens localizadas na rua Ho Chi Min, em direcção ao aeroporto internacional 4 de Fevereiro, município de Luanda, são preferências de peões, estudantes e vendedoras ambulantes.

Utentes destes bens públicos queixam-se da presença constante dos meliantes que assaltam os estudantes e embaraçam as vendedoras, a partir das 16 horas.

No município de Cacuaco, muitos ambulantes sentiram as suas forças esmorecer quando foram actuados pela fiscalização, para abdicarem da venda sobre a passagem que dá acesso à via expressa Cacuaco /Viana, devido ao índice elevado de acidentes e de embates em objectos fixos.

Face ao olhar impávido da fiscalização de Luanda, o Factual procurou abordar a Direcção Provincial da Corporação, mas, por força de calendário do seu director, não foi possível obter qualquer comentário sobre o assunto.

Fonte daquela secção fez saber ao Factual que a Direcção Fiscal foi ordenada a não dificultar as acções dos vendedores ambulantes, ordem do governador provincial de Luanda, Francisco Bento Bento, conforme deixou claro aos membros da corporação durante uma greve geral dos trabalhadores, em princípio de Janeiro.

### 3.24 Projecto para desinformalizar economia será implementado no segundo trimestre

*Jornal de Economia e Finanças*  
03 De Janeiro de 2012

O Ministério da Economia elaborou um programa específico para a desinformalização da economia em 2012 com o propósito de diminuir o grau de informalidade da economia no país, que deverá ser implementado ainda no segundo trimestre deste ano.

A informação foi avançada, na passada quarta-feira, 28, em Luanda, pelo ministro da Economia, Abraão Gourgel, durante a habitual cerimónia de cumprimentos de fim-de-ano.

Segundo o ministro, o programa visa promover a transformação de actividades informais em activida-



des formais, contribuir para a segurança dos negócios actualmente praticados, contribuir para o combate à fome e à pobreza, promover o emprego, contribuir para a melhoria da arrecadação fiscal do Estado, bem como contribuir para o aumento do índice de bancarização do país.

O governante fez saber que, já esta em curso uma pesquisa de campo, em regiões escolhidas como amostra, de forma a se responder questões como: *Qual é a dimensão do sector informal? E quais são as características básicas do sector informal?*

### **Lei das MPME**

O ministro da Economia disse que a Lei das Micro, Pequenas e Médias Empresas, publicada a 13 de Setembro de 2010, vai entrar em vigor a partir de Janeiro deste ano.

O titular da pasta da Economia frisou que o programa foi elaborado na sequência da avaliação feita pelo Presidente da República em termos da urgente priorização que devera ser dada às Micro, Pequenas e Médias Empresas, tanto pela abrangência e volume de emprego que criam, quanto pela sua disseminação por todo o país.

Contudo, o ministro lembrou que estão abrangidas por esta lei as empresas que reúnam os pressupostos legais tornando possível o alcance de algumas das metas do Governo, assim como, o fomento e desenvolvimento de MPME no sector privado em todo território nacional, a formalização da economia, a promoção de emprego, aumento da competitividade, entre outros aspectos.

Abraão Gourgel sublinhou que o Programa de Desenvolvimento das Micro, Pequenas e Médias Em presas está voltado para o incentivo da iniciativa privada nacional e visa contribuir para a diversificação da economia, o aumento da produção interna e da oferta de bens essenciais, a redução das assimetrias regionais, o fomento do emprego, o combate à fome e à pobreza e o aumento da competitividade entre os parceiros da África Subshariana.

### **Crédito Agrícola**

De acordo com o ministro, outro ponto de concentração que mereceu especial atenção do ministério, foi o Crédito Agrícola de Campanha que assenta num sistema de crédito solidário e conta com um fundo avaliado em 150 milhões de dólares americanos.

Dados fornecidos pelos quatro bancos operadores, nomeadamente o BPC, Banco Sol, BMF e BCI, o Crédito Agrícola de Campanha atingiu em finais de Novembro um volume de créditos de 67,5 milhões de dólares, tendo beneficiado 35.146 pequenos camponeses, residentes em

mais de 50 por cento dos municípios de 17 das 18 províncias do país.

Com efeito, as perspectivas para a campanha agrícola 2011/2012, quanto ao valor a disponibilizar e famílias camponesas a serem beneficiadas, são boas, visto haver dinheiro disponível nos bancos operadores, ao mesmo tempo que os primeiros beneficiários já começaram a repor o crédito recebido.

### **Crédito Agrícola**

Quanto ainda ao crédito agrícola, o ministro frisou que todas as condições foram criadas e já teve o arranque efectivo do segundo pacote do Crédito Agrícola, em que o Banco de Desenvolvimento Africano (BDA) assume o papel de banco gestor, utilizando para o efeito recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND).

Sendo assim, dos 200 milhões de dólares norte-americanos que constituíram a tranche até agora disponibilizada pelo Ministério das Finanças para o FND, até 100 milhões de dólares foram reservados para o Crédito de Investimento.

### **ZEE**

Quanto à publicação do regime jurídico da Zona Económica Especial (ZEE), Luanda-Bengo, através do Decreto Presidencial 49/11 de 19 de Março, entraram em produção oito das 70 unidades adquiridas pelo Executivo, sob coordenação e gestão da Sonangol.

Abraão Gourgel disse que recentemente foi feita uma visita de trabalho composta por técnicos do Departamento de Acompanhamento do Sector Produtivo à ZEE. Segundo o ministro, no encontro foi debatido o estado actual dos trabalhos de legislação e contratos por realizar.

## **3.25 Compreender os candongueiros**

*JORNAL DE ANGOLA*

*08 De Janeiro de 2012*

“Candongueiros e Kupapatas” é o livro que investigador social Carlos Lopes acaba de publicar em Lisboa, pela mão da editora “Principia”.

O autor dá destaque à “acumulação, risco e sobrevivência” dos actores sociais (motoristas, cobradores e proprietários dos veículos) “na economia informal em Angola”, numa altura em que o Governo pensa em formalizar o chamado mercado paralelo.

Carlos Lopes sustenta na introdução da obra que “em resultado do conflito militar prolongado e das transformações políticas e económicas que tiveram lugar nos

últimos 35 anos em Angola, em Luanda e no Huambo, houve um declínio da oferta formal de transporte urbano que permitiu o desenvolvimento acelerado de formas de transporte não oficial. E com elas apareceram também novos actores, novas formas de exploração e organização de actividade, novos tipos de relações laborais e novas formas de organização social”.

Lopes recorda que “descrever e caracterizar sinteticamente esse interessante e multifacetado processo de transformação, identificando os principais actores nele envolvidos, o tipo de relações estabelecidas e os padrões de funcionamento da actividade constitui o objectivo fundamental do projecto de investigação cujos resultados são publicados neste livro”, socorrendo-se dos métodos de pesquisa da “observação directa sistemática e a realização de entrevistas a informadores em situação privilegiada no contexto em causa (que) serviram de base a este trabalho, contribuindo decisivamente para uma melhor compreensão das características e especificidades de cada um dos processos de transporte em estudo”.

No prefácio que abre o livro, o Prof. Dr. Ives-A.Fauré, coordenador do programa de cooperação (França, Brasil, Portugal, Angola, Moçambique) sobre a descentralização e o desenvolvimento local nos dois referidos países dos PALOP afirma que “à semelhança do que acontece em todo o mundo, seja em consequência de dificuldades favoráveis, sociedades africanas evoluem e transformam-se, as formas de produção e de troca modificam-se, as populações deslocam-se, os bens que produzem circulam, o mapa das aglomerações humanas renova-se continuamente, as distâncias reduzem-se ou aumentam com regularidade. Em suma, a ideia falsa da fixação e do imobilismo, à qual estariam associadas as sociedades do continente africano no imaginário ocidental e que o célebre e lamentável discurso do presidente francês em Dakar lembrou até a caricatura - deve definitivamente substituir-se pelo conceito de uma África empenhada num processo diversificado de mobilidade”.

O prefaciador sublinha que “vários estudos de ciências sociais, africanos e africanistas, propostos principalmente por geógrafos e, em menor grau, por sociólogos, foram consagrados a diferentes vectores físicos desta mobilidade e, em particular, aos meios de transporte das pessoas e bens num e noutra país, numa ou noutra região”, avançando que “redes de autocarros, táxis urbanos, táxis da savana, camiões, moto táxis, constituírem o objecto de observação e análise, bem como os comboios africanos, que um recente livro publicado em França acabou oportunamente de lembrar as dificuldades que enfrentam e, simultaneamente, as vantagens que oferecem na melhoria das condições sociais das populações e na dinamização das economias”.

O Prof. Dr. Fauré destaca que o presente estudo “fez-nos conhecer, de maneira extremamente pormenorizada e muito inteligente, a situação dos transportes informais em vigor nas duas grandes cidades de Luanda e Huambo”, observando, fundamentalmente, que “candongueiros e kupapatas assinam e fazem viver estas duas grandes cidades”.

“O autor retoma” - insiste o apresentador - “prolonga e aprofunda trabalhos que tinha efectuado anteriormente, de forma total ou parcial, sobre esses táxis urbanos que não podem ser já qualificados como meios de transporte “paralelos”, uma vez que a sua existência está ligada à possibilidade de as cidades angolanas e das suas populações sobreviverem e se desenvolverem”.

O especialista destaca dois méritos da obra, nomeadamente, “podemos dispor, finalmente, de conhecimentos objectivos e sérios, tanto quantitativos como qualitativos, sobre as condições do exercício, sociais, administrativas e técnicas, neste sector de actividade e sobre os seus resultados económicos e financeiros” e “o de equacionar sistematicamente a actividade dos táxis informais, para lhe dar um sentido, no contexto englobante das dinâmicas urbanas respectivas e das suas rápidas evoluções demográficas”. Ele realça ainda que o autor “tem também a capacidade de se transformar em sociólogo e em politólogo, ao oferecer-nos análises muito subtis e muito justas do jogo dos actores”, designadamente os profissionais em acção e os seus representantes, as lógicas que governam a acção dos poderes públicos que enquadra o sector, o comportamento das autoridades intervindo de forma tão oficial como paralela e subterrânea, junto dos motoristas e dos proprietários dos táxis”, reforçando que “o autor não esquece que a ciência do desenvolvimento e assunto de saberes académicos e que interpela também a nossa imaginação mais operacional, não hesita em evocar cenários que poderão caracterizar a evolução do sector económico e do seu meio profissional e propõe pistas susceptíveis de melhorar o funcionamento e, eventualmente, de assegurar uma regulação mais eficaz”.

Finalmente, o Prof. Fauré frisa que “muito mais do que um simples estudo socioeconómico, trata-se, neste livro, de um verdadeiro projecto socioeconómico, sustentado por uma sensibilidade institucional e convencional, que dá ao leitor as chaves para uma maior (e melhor) compreensão de um sector crucial para as populações, para as cidades e para as economias não só de Angola, mas também, sem dúvida, de outros países africanos”.

O glossário sobre as expressões usadas pelos operadores e utentes dos candongueiros e kupapatas constitui uma mais-valia que só valoriza o brilhante trabalho de

levantamento de campo, pesquisa e de argumentação teórica empreendido pelo autor.

### 3.26 Incentivos às empresas

*Jornal de Angola*

*10 de Janeiro de 2012*

O Executivo está apostado no desenvolvimento da actividade das micro, pequenas e médias empresas, às quais vão ser dados incentivos diversos, na perspectiva de se atingirem vários objectivos, entre os quais a diversificação da economia e o aumento da produção interna e do nível de competitividade da economia.

O arranque das micro, pequenas e médias empresas vai constituir um salto significativo na revitalização do tecido empresarial, esperando-se que os angolanos venham a ter, como empresários. Maior protagonismo na economia, mais consentâneo com as necessidades do país, que precisa de actividades produtivas contínuas para gerar empregos e riqueza.

E intenção do Executivo que haja muitos angolanos no sector produtivo a contribuírem para alavancar a economia, surgindo o Estado a apoiar projectos, implantados em várias regiões do país.

E pretensão do Executivo que esses projectos venham a esbater as assimetrias regionais para o crescimento e o desenvolvimento do país serem uma realidade em todo o território nacional.

Há potencialidades em várias regiões do país e é do interesse das autoridades que elas sejam transformadas em bem-estar das populações. Para esse esforço conta-se com o concurso de angolanos empreendedores que optaram por abraçar a vida empresarial e têm capacidade para dirigir e desenvolver unidades de produção.

Já existe felizmente no país legislação que regula a atribuição de incentivos às micro, pequenas e médias empresas, prevendo-se que este ano se venham a verificar sinais encorajadores de uma actividade empresarial centrada na produção interna.

Entrou recentemente em vigor o regime jurídico dos referidos incentivos e espera-se que a sua aplicação venha a traduzir-se em avanços efectivos do empreendimento nacional, que deve constituir-se em factor impulsor da economia real (de bens e serviços).

Estão definidas as regras nos termos das quais se hão-de conceder os incentivos. Que elas sejam rigorosamente

observadas, para que os objectivos pelos quais foram criados sejam alcançados.

Sabe-se, por exemplo, que o programa de incentivos às micro, pequenas e médias empresas vai contemplar apenas as que tenham capital detido maioritariamente por angolanos, pretendendo-se claramente que se desenvolvam unidades de produção com essa natureza.

O regime jurídico dos incentivos vai ao ponto de definir micro, pequenas e médias empresas, tendo o legislador querido que houvesse muita clareza na classificação das unidades de produção.

A lei considera micro empresas as unidades que empregam até dez trabalhadores e/ou tenham uma facturação bruta anual não superior ao equivalente em kwanzas a 250 mil dólares. As pequenas são as que empregam até cem trabalhadores e cuja facturação bruta anual vai até aos três milhões de dólares. As médias podem ter até 200 trabalhadores e uma facturação bruta anual de até dez milhões de dólares.

Estabelecido o quadro jurídico-legal regulador dos incentivos, resta agora uma atribuição que venha a produzir bons resultados, pois queremos todos que daqui a algum tempo haja muitas unidades de produção disseminadas por todo o país e que estejam realmente a funcionar.

Há muita esperança que as micro, pequenas e médias empresas venham a contribuir para a resolução de muitos problemas das populações, como o da pobreza e do desemprego.

Que os angolanos empreendedores e com espírito inovador não hesitem em aproveitar as oportunidades de negócios que lhes são oferecidas com as facilidades e incentivos que o Estado vai conceder nos termos da lei. É inegável a importância que no país é dada às micro, pequenas e médias empresas e isso deve-se ao facto de esses agentes económicos serem indispensáveis, podendo contribuir para que sejamos auto-suficientes em produtos diversos e tenhamos até excedentes para exportar.

Um empresário angolano foi enfático quando afirmou que “são as micro, pequenas e médias empresas que mais postos de trabalho criam, que diversificam a produção, que distribuem riqueza e que desenvolvem o consumo”. Que os nossos empresários estejam à altura das responsabilidades que recaem sobre si na procura de soluções que ajudem a economia a crescer e a melhorar as condições de vida das populações. Depositamos toda a elevada confiança na capacidade dos empresários nacionais concretizarem os seus projectos produtivos em benefício de toda a sociedade.

O desenvolvimento do país passa, não só pela intervenção do Estado na economia, mas também pela actuação do empresariado nacional, que, por via da criação e consolidação de unidades de produção, proporcionam ao mercado bens e serviços de que todos necessitamos. Que saibamos superar dificuldades e avançar, com organização e persistência, para as micro, pequenas e médias empresas.

### 3.27 Vendedores e automobilistas disputam espaço

*JORNAL DE ANGOLA*  
10 De janeiro de 2012

Vendedores ambulantes a correr de um lado para outro a fugirem do agente da polícia de ordem pública e automobilistas a travarem bruscamente para evitar atropelamentos, é o cenário que se vive todos os dias na zona de São Paulo e na Rua Lino Amezaga, próximo ao mercado dos Congolenses.

Nestas duas ruas de Luanda é notório o “combate mortal” entre vendedores ambulantes e automobilistas pelo domínio da estrada. Os vendedores ocupam os passeios\_ mas invadem a faixa de rodagem das ruas, para aproximarem os produtos dos clientes.

O duelo entre vendedores ambulantes, automobilistas e Polícia Nacional é um filme que parece não ter fim à vista e promete cenas surpreendentes nos próximos capítulos, na medida em que a desorganização que se verifica neste tipo de comércio começa a ser um desafio para as autoridades administrativas da cidade de Luanda.

“Proibida a venda ambulante neste local. O não cumprimento será punido nos termos da Lei 10/87”, assim está escrito num letreiro à vista de todos que circulam na Rua Cónego Manuel das Neves. Infelizmente tem sido ignorado por todos que deviam cumprir e fazer cumprir esta orientação da lei.

A reportagem do Jornal de Angola, assistiu ontem a mais um triste capítulo deste duelo. Aumenta a insatisfação dos moradores, transeuntes e automobilistas perante o crescimento vertiginoso e desorganizado do comércio informal. “Isto assim não pode ser. A situação está cada vez pior. A venda ambulante está a ganhar contornos alarmantes, que um dia as autoridades não terão como resolver este problema se não tomarem medidas urgentes”, disse um automobilista.

Sofia de Oliveira, ao volante do carro, estava zangada com o que considerou de “inércia” das autoridades administrativas de Luanda, a quem acusou de “fingirem não ver o problema embora os factos no terreno falem por si. Todo o mundo vê, mas infelizmente ninguém faz

nada. E o nosso péssimo hábito de deixar andar, como se nada de mal houvesse nisto, numa altura em que o cenário começa a tomar contornos preocupantes”.

O funcionário público Carlos António pede às autoridades para adoptarem políticas concretas no sentido de estancar o crescimento dos mercados informais, uma vez que todos os dias surgem novos focos de venda ambulante.

“Sabemos que estes vendedores estão atrás do ganha-pão, mas não podemos continuar a assistir a estas situações que em nada dignificam a imagem da cidade. Aqui chamo à atenção do Governo da Província de Luanda para tomar medidas concretas no sentido de organizar estas pessoas colocando-as em locais apropriadas”, disse Carlos António, perplexo com a situação.

Florbela dos Santos disse que é muito difícil acabar com a venda ambulante, porque os vendedores, mesmo depois de serem colocados em locais vocacionados para o comércio, voltam sempre para as ruas por considerarem ser aí onde se encontram os potenciais clientes. O comércio de proximidade tem êxito. Basta ver os vendedores correndo atrás dos clientes que param e arrancam nos engarrafamentos, entregando a mercadoria, recebendo dinheiro, devolvendo o troco.

“É preciso que a venda e compra de bens na rua seja reprimida. Penso que as pessoas deviam recusar comprar produtos na rua, pois só assim estaríamos a contribuir para estancar este mal que chega a pôr em causa a saúde pública, na medida em que estes locais não têm condições para comercializarem produtos”, disse Florbela dos Santos, também muito agastada.

Muitas avenidas e ruas de Luanda têm beneficiado de obras de reabilitação e ampliação e sinalização, o que tem facilitado o tráfego rodoviário na cidade capital. O problema está nos locais onde antes existiam passadeiras e que agora desapareceram. Os peões reclamam da falta de respeito dos condutores que não respeitam quem atravessa as ruas na passadeira. Para complicar ainda mais o caos, entram em cena os vendedores e os taxistas.

#### **Mercados com carros**

Uma espécie de “duelo” pela via pública está instalado. De um lado estão os vendedores informais, geralmente mulheres, e do outro, os automobilistas. Se a estrada está reservada aos automobilistas, há claramente um hiato que faz com que isso não se aplique na plenitude.

As vendedoras ao longo da estrada de Viana, Congolenses, 21 de Janeiro e Senado da Câmara, ou no antigo quintalão do Petro, junto às bomba de combustível, são agres-

sivas e há muito que perderam a noção de perigo. Face a este cenário, são os automobilistas que têm de ser cautelosos até ao limite. As bancadas improvisadas, cheias de tabuleiros, caixas ou bacias estão colocadas a um ou dois metros da faixa de rodagem. Para os automobilistas resta apenas uma passagem estreita, ladeada de gente, que compra, passa e vende. Há tantas pessoas a vender num curto espaço, que leva outras a encontrar alternativa na berma da estrada, sem medir os riscos.

“Temos de lutar pela vida. Não podemos ficar em casa de braços cruzados quando temos de sustentar as crianças. Nós sabemos que vender aqui não está bom. Podem atropelar-nos mas também temos de ficar de olho por causa da polícia”, referiu a vendedora Amélia Domingos, a vender na estrada de Viana há quase três anos.

O grave é que não ocupam apenas um lado da estrada. Geralmente, ocupam os dois. “Isto tudo também causa engarrafamentos, porque temos de passar aqui como se estivéssemos num cortejo. Elas não se preocupam muito se lhes vamos pisar o pé ou lhe damos um empurrão com o pára-choques ou mesmo com o retrovisor. Nós é que temos de pedir que se afastem ou retirem a quitação”, diz o taxista, Amaro Manuel.

A paisagem sugere desordem. O espaço é diminuto e a fala constante das pessoas, associadas ao “pregão” repetido dos negócios, são apanágio de pracinhas, que vão nascendo um pouco pela cidade e periferia. Estes mercados ganham mais vida à noite, um caso típico dos da Gamek, Viana na antiga

### **Confiança nos travões**

Percorrer a via que vai do Largo da Independência até a Viana tem sido para quem conduz e tem de ir para aquela zona, uma tarefa difícil. O percurso está preenchido de pracinhas que “consomem” descaradamente parte da estrada, tomando o trânsito difícil e saturado. As paragens são constantes porque ceder passagem ao peão é obrigatório, mesmo quando há uma clara ausência de sinais e passadeiras. “É incrível como as pessoas atravessam a estrada sem medo. Acho que confiam muito na atenção dos automobilistas e na eficácia dos travões dos nossos carros”, desabafa, um condutor, no momento em que uma vaga de pessoas atravessava a Estrada de Catete.

Se na zona dos Congolezes existe uma ponte aérea que permite aos peões atravessarem a estrada em segurança, na longa estrada de Viana há apenas uma ponte aérea, pintada de amarelo. Mesmo com estas passagens, existe sempre quem não tenha paciência para as curvas que aponte tem.

*Porquê não passas pela ponte?* A esta pergunta, a vendedora Joaquina Sanguete, suada e com a caixa de frutas a cabeça, respondeu que fica distante, pois do ponto em que se encontrava até à passagem aérea era preciso percorrer 300 metros. Percorrer esta distância é complicado para Sanguete. Por isso, optou pela simplificação, que nem sempre acaba bem.

No intuito de constatar a razão que leva muita gente a não usar a passagem aérea, deparamo-nos com a ausência de higiene nos corredores da ponte, causada pelas vendedoras, que viram no local, uma oportunidade para fazer as vendas de pequena monta. “Não sei se tomo a passar nesta ponte. E suja, principalmente a entrada. Existem pessoas que ali vivem e ali fazem também as necessidades”, disse a estudante, Kiese Gomes.

Se Kiese Gomes lamenta pela sujidade na ponte, Eva Maria, que também fez uso dela pela primeira vez, disse que não vai tomar a passar nela por causa da altura. “Está muita alta e senti tonturas, até tive de me agarrar à minha neta. Olhar para baixo e ver carros em todo lado pôs-me tonta”, referiu.

## **3.28 Saída do Roque Santeiro reduziu índice de crimes**

*Jornal de Angola*  
12 de Janeiro de 2012

O comandante geral da polícia nacional, Ambrósio de Lemos considerou ontem que a retirada do mercado Roque Santeiro é um dos factores que mais contribuíram para a redução substancial dos índices de criminalidade no município do Sambizanga.

“A criminalidade que andava aqui concentrada espalhou-se por outros municípios”, disse. A retirada do Roque Santeiro, embora afectando o ganha-pão de muitos, “veio também dar tranquilidade às populações”, sublinhou.

Ambrósio de Lemos, que falava à imprensa no final de uma visita à 9ª e 11ª esquadra e ao posto policial do bairro dos Ossos, pertencentes à Divisão do Sambizanga, garantiu que a corporação vai proceder ao emprego de novos meios de patrulhamento, incluindo meios motorizados, para mais fácil acesso às vias terciárias do município.

“Neste momento, o combate ao banditismo é bastante forte. Estamos a ser agressivos de maneira a reduzirmos substancialmente os índices de criminalidade e dar tranquilidade às populações”, frisou.

O comandante-geral da Polícia Nacional salientou que este ano é decisivo para a corporação, tendo em conta as próximas eleições que se aproximam. “Temos de redobrar os esforços para que as eleições decorram num ambiente de tranquilidade e segurança”, afirmou.

Ambrósio de Lemos solicitou Empresa de Distribuição Electricidade (EDEL) para fazer uma maior cobertura de iluminação pública ao município, “para que a Polícia possa desenvolver as suas acções no período nocturno com maior eficácia e uma presença contínua”. O comandante geral da Polícia Nacional, Ambrósio de Lemos, considerou de precárias as condições de infraestruturas e de trabalho das esquadras do município.

“Actualmente, algumas infra-estruturas não estão convenientemente à altura da Polícia, isto é, apresentam pouca capacidade de albergar os nossos efectivos e o seu estado não é dos melhores”~ disse.

Ambrósio de Lemos considerou necessário equacionar os problemas reconheceu que ainda há muito mas da Polícia Nacional a nível das infra-estruturas próprias suportadas pelo Estado, afirmou.

O comandante da Polícia Nacional reconheceu que ainda há muito a ser feito e que este ano é de muito trabalho, particularmente na área das infra-estruturas. Referiu que o Executivo angolano está pronto a viabilizar a construção de novas unidades policiais, em todo país.

### 3.29 Mercados improvisados crescem em Viana

*SEMANÁRIO ANGOLENSE*

*21 De Janeiro de 2012*

O município de Viana tem registado um crescimento exagerado de mercados improvisados em locais proibidos, algo que tem preocupado as autoridades locais que prometem acabar com a venda ambulante nas vias circundantes.

A anciã Isilda Domingos de 60 anos de idade, vendedora de alimentos perecíveis nas imediações da estrada da estalagem, diz que comercializa os seus produtos na orla da via porque carece de um lugar para acomodar o seu negócio.

Ciente do perigo que corre, mamã Ilda, como é carinhosamente tratada pelos mais próximos, afirmou que a sua permanência naquele local não significa desobediência às autoridades, mas por falta de lugar para vender prefere ficar ali.

Por sua vez, Madaleno Francisco, diz que o seu negócio não andava no mercado da Sanzala onde trabalhou sete anos. Depois surgiu-lhe a ideia de abandonar a referida praça para se dedicar a venda ambulante nas proximidades da universidade Jean Piaget, bairro do Capalanca numa zona proibida pela administração local.

Contou ainda que diversas vezes a sua mercadoria foi levada pelos fiscais do governo provincial de Luanda, mas a atitude dos zeladores não lhe retira a vontade de vender em locais não autorizados porque, como disse, os produtos andam mais nesses lugares.

Outra interpelada pela nossa reportagem é a jovem Rita que há nove meses comercializa roupas usadas numas das vias circundantes da vila de Viana, explicou que vendia no antigo «Roque Santeiro», mas com o encerramento do mesmo foi encaminhada para a praça do 30, onde infelizmente não foi contemplada com um lugar no mercado.

Passados alguns meses a procura de lugar para vender, contou a nossa interlocutora, deparou-se com uma antiga colega que a convidou a vender naquele local.

Quem também Insiste em vender nas ruas de Viana é a «Kinguila» Vitó Cassule que afiançou que o tipo de negócio que exerce, a troca monetária, só pode ser efectuado na via pública, tendo em conta o fluxo de pessoas nesses locais. «As notas só podem ser vendidas ou trocadas em locais com maior afluência de pessoas, como por exemplo próximo dos bancos, lojas e nas vias de maior circulação, senão o negócio não se torna rentável», considerou.

#### **Administração promete acabar com a prática**

Indagado sobre o assunto, Domingos Adriano, responsável da repartição de Fiscalização da Administração de Viana, afirmou que está em marcha um plano para acabar com os mercados improvisados naquela circunscrição de Luanda.

Para concretização dos objectivos, segundo Domingos Adriano, a Administração Municipal vai levar a cabo uma campanha de sensibilização que terá como missão desencorajar o exercício desta actividade em locais impróprios.

O responsável da repartição de Fiscalização da Administração de Viana sublinhou, entretanto, que esta prática atrapalha a circulação normal de pessoas, bem como ameaça a saúde pública.

Quanto a venda e ocupação de terrenos por indivíduos que se fazem passar por fiscais, fez saber que os interessados devem acorrer à Administração municipal para se inteirarem dos procedimentos a seguir.

### 3.30 12 milhões de kwanzas mensais

*Jornal O PAÍS*

*27 de Janeiro de 2012*

Na administração do mercado, O ra PAÍS encontrou apenas dois funcionários, que surpreendidos com o pedido de reportagem ao administrador, disseram que ele não se encontrava no local. “Ele saiu para uma reunião na administração municipal”, acrescentaram. Aconselharam a equipa de reportagem a não tentar no dia seguinte, porque, segundo eles, o administrador também estaria ocupado na sede do município. No interior da administração chamava a atenção uma das funcionárias que contava o dinheiro arrecadado naquela dia. A mesa estava preenchida de notas que variavam de cinco a dois mil Kwanzas.

Estima-se que perto de quatro mil pessoas vendem e operam no mercado. Fontes da administração apontam para contribuições diárias na ordem dos 400 mil Kwanzas e um total de 12 milhões em cada mês.

Uma fonte ligada a Administração Municipal de Benguela contou que uma parte do dinheiro devia destinar-se para a manutenção do próprio mercado e outra para subsidiar os voluntários de serviços na Caponte. E uma terceira para nos cofres do estado. A fonte acredita que o processo não ocorra desta forma, porque o registo de vendedores feito pela administração local não se mostra eficiente. Não tem havido prestação de contas com todos os tramites possíveis.

O funcionário da Administração Municipal de Benguela diz mesmo que gostaria de ver todos os vendedores do mercado cadastrados e usarem um cartão de comerciante, para melhor controlarem as receitas. Com isso poder-se ia aplicar condigna mente as receitas na resolução de alguns problemas imediatos do local e do município.

Enquanto se questiona sobre a gestão do mercado da Caponte, no local cresce também de forma assustadora o número de vendedores ambulantes. Que é tido por alguns como a forma de se fugir ao pagamento das contribuições diárias impostas aos comerciantes.

### 3.31 Mercados improvisados crescem em Viana

*SEMÁNARIO ANGOLENSE*

*21 De Janeiro de 2012*

O município de Viana tem registado um crescimento exagerado de mercados improvisados em locais proibidos, algo que tem preocupado as autoridades locais que prometem acabar com a venda ambulante nas vias circundantes.

A anciã Isilda Domingos de 60 anos de idade, vendedora de alimentos perecíveis nas imediações da estrada da estalagem, diz que comercializa os seus produtos na orla da via porque carece de um lugar para acomodar o seu negócio.

Ciente do perigo que corre, mamã Ilda, como é carinhosamente tratada pelos mais próximos, afirmou que a sua permanência naquele local não significa desobediência às autoridades, mas por falta de lugar para vender prefere ficar ali.

Por sua vez, Madaleno Francisco, diz que o seu negócio não andava no mercado da Sanzala onde trabalhou sete anos. Depois surgiu-lhe a ideia de abandonar a referida praça para se dedicar a venda ambulante nas proximidades da universidade Jean Piaget, bairro do Capalanca numa zona proibida pela administração local.

Contou ainda que diversas vezes a sua mercadoria foi levada pelos fiscais do governo provincial de Luanda, mas a atitude dos zeladores não lhe retira a vontade de vender em locais não autorizados porque, como disse, os produtos andam mais nesses lugares.

Outra interpelada pela nossa reportagem é a jovem Rita que há nove meses comercializa roupas usadas numas das vias circundantes da vila de Viana, explicou que vendia no antigo «Roque Santeiro», mas com o enceramento do mesmo foi encaminhada para a praça do 30, onde infelizmente não foi contemplada com um lugar no mercado.

Passados alguns meses a procura de lugar para vender, contou a nossa interlocutora, deparou-se com uma antiga colega que a convidou a vender naquele local.

Quem também insiste em vender nas ruas de Viana é a «Kinguilá» Vitó Cassule que apançou que o tipo de negócio que exerce, a troca monetária, só pode ser efectuado na via pública, tendo em conta o fluxo de pessoas nesses locais. «As notas só podem ser vendidas ou trocadas em locais com maior afluência de pessoas, como por exemplo próximo dos bancos, lojas e nas vias de maior circulação, senão o negócio não se torna rentável», considerou.

#### **Administração promete acabar com a prática**

Indagado sobre o assunto, Domingos Adriano, responsável da repartição de Fiscalização da Administração de Viana, afirmou que está em marcha um plano para acabar com os mercados improvisados naquela circunscrição de Luanda.

Para concretização dos objectivos, segundo Domingos Adriano, a Administração Municipal vai levar a cabo

uma campanha de sensibilização que terá como missão desencorajar o exercício desta actividade em locais impróprios.

O responsável da repartição de Fiscalização da Administração de Viana sublinhou, entretanto, que esta prática atrapalha a circulação normal de pessoas, bem como ameaça a saúde pública.

Quanto a venda e ocupação de terrenos por indivíduos que se fazem passar por fiscais, fez saber que os interessados devem acorrer à Administração municipal para se inteirarem dos procedimentos a seguir.

### 3.32 Vendedores ambulantes devem ser cadastrados

*Jornal Semanário factual*  
23 à 30 de Janeiro de 2012

O Estado vem perdendo muito nos impostos que deveriam ser adquiridos por meio de cobrança de uma taxa diária aos ambulantes.

Numa primeira fase, a ideia seria a aprovação de uma norma que regulasse e estipulasse locais exactos para a venda ambulante, para que, posteriormente, todos os vendedores tivessem o conhecimento das regras antes do cadastramento.

A venda ambulante, a nível das províncias, em particular a de Luanda, pode servir como fonte para a angariação de receitas que poderão ajudar administrações municipais em resolver casos pontuais, nos quais não haja a necessidade de intervenção dos governos provinciais.

Embora seja uma prática que não vai ao encontro da lei angolana, a venda ambulante tem sido o principal meio de sobrevivência de uma boa parte das pessoas, devido às dificuldades sociais, como o desemprego, a pobreza, a ausência de oportunidades de ensino, entre outros factores.

Desde muito cedo, é visível notar, em pontos estratégicos de Luanda, a movimentação de pessoas que, de um lado para o outro, vão à procura do ganha-pão para a família, acabando, muitas vezes, por nada levar, devido à apreensão das mercadorias por parte dos fiscais.

#### **Ambulantes madrugam**

O trabalho do vendedor ambulante começa nas primeiras horas do dia, com a compra das mercadorias nos armazéns; posteriormente, a rapidez e a eficiência tornam-se aliadas para conseguir vender o maior número de artigos possível até ao fim do dia. Muitos aproveitam

ainda o cair da noite para ganhar mais alguns valores. Em Luanda, são vários os locais com grande fluxo de vendedores ambulantes, como a rotunda da Cuca, a zona do Grafanil/BCA e a avenida Ngola Kiluanje, município do Cazenga.

No município do Rangel, a rua Lino Amezaga regista um fluxo enorme, enquanto, no Sambizanga, a situação caótica se regista nos arredores do mercado de São Paulo. Neste local, o aglomerado de pessoas deve-se à existência de armazéns.

No sentido de se evitarem alguns actos repugnantes que se têm constatado entre os vendedores ambulantes e os fiscais do Governo Provincial de Luanda, e mesmo agentes da ordem pública, é necessário que se criem mecanismos específicos que salvaguardem o direito das pessoas que procuram por meios de sobrevivência.

O Factual constatou, durante uma pesquisa que Lenin Pires, doutor em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense (Brasil), apontou nos seus trabalhos mecanismos que ajudaram à reacção da venda ambulantes em Buenos Aires, capital da Argentina.

Segurado o doutor Lenin Pires, em Buenos Aires, o código da venda ambulante estabelece os pontos de venda na rua, bem como nos bairros.

Os vendedores pagam uma taxa e podem estabelecer-se. Isso garante direito, o que se significa, fundamentalmente, que o vendedor ambulante, uma vez legalizado, não pode sofrer abuso, nem coacção da Polícia.

A concessão é legal, mas a actividade não, o que significa que as pessoas podem ser removidas de determinado ponto, em função do interesse público, porém isso será objecto de negociação e de realojamento, de acordo com a previsão de conversas a serem estabelecidas entre o poder público e as representações dos ambulantes.

A fonte declarou, em Buenos Aires, que, na época da pesquisa, havia dois sindicatos que representavam os vendedores ambulantes. No estado de São Paulo, no Brasil, o comércio ambulante também é regularizado administrativamente.

#### **Venda ambulante é anárquica**

Quanto à realidade de Angola, quase nada se vê sobre o decreto nº 29, de 02 de Julho de 2000, sobre o comércio ambulante, especificando, no seu artigo três, que “Compete às administrações municipais autorizar o exercício da venda ambulante, mediante emissão do cartão de vendedor, válido apenas para a área dos respectivos municípios e por um período de um ano”.



Isso não acontece e o resultado é a anarquia actual nas ruas de Luanda. O Estado perde milhares de Kwanzas que poderiam servir para a resolução de problemas pontuais das comunidades.

### 3.33 Passagem de testemunho

*Jornal O PAÍS*

*27 de Janeiro de 2012*

Na Caponte a equipa deste jornal encontrou ainda um outro grupo de pessoas que deixaram os empregos porque dizem não estar habituados a esperar 30 dias para receber o salário.

Duas histórias marcantes envolvem pessoas que nasceram e foram alimentadas com os lucros das vendas de arroz e feijão.

A primeira tem a ver com uma jovem de 25 anos de idade, que preferiu falar sob anonimato, contando única e simplesmente que está a um ano de terminar o curso de contabilidade gestão e Marketing em Luanda, graças a actividade que a mãe desenvolve na praça há 26 anos. Quando está de férias, a rapariga dedica o período da manhã para auxiliar a mãe, atraindo os clientes com a sua beleza, reforçada com os conhecimentos que traz das carteiras da faculdade.

A jovem pensa abrir uma loja para a mãe no futuro, mas pensa continuar a sua vida na capital do país, onde já frequenta alguns estágios para trabalho e está prestes a casar.

Não muito diferente é o caso de Emília Natália, moradora do chamado bairro do Quatro, nas imediações do aeroporto 17 de Setembro, que se viu obrigada a substituir a mãe por esta se encontrar numa idade não recomendável a muitas caminhadas.

O pai também é comerciante, mas nos últimos tempos mandou construir um armazém, no mercado, também conhecido como casas de processo, onde são guardados os produtos dos vendedores que não levam o negócio à casa.

Assim, Emília Natália e os irmãos mais novos têm duas responsabilidades e estão divididos, para facilitar o andamento dos dois sectores.

Na bancada da mãe, a jovem vende sacos de arroz, açúcar, caixas de óleo, massa alimentar e omo, por sinal o produto com mais saída, por causa dos retalhistas.

Segundo os vendedores contactados pela nossa reportagem, cada dia de trabalho contribuem financeira com 100 Kwanzas, alegadamente para a limpeza e segurança

do mercado. “Mesmo assim não faltam alguns assaltos e roubos”, queixaram-se, tendo revelado que não possuem nenhum cartão e nem recebem uma ficha depois do pagamento.

Outra questão levantada por muitos tem a ver com a falta de informação sobre o destino real das contribuições diárias, já que, segundo disseram, a limpeza não é convincente e a segurança apresenta muitas é insuficiências.

### 3.34 Cortar cabelo e coser a história

*Jornal O PAÍS*

*27 de Janeiro de 2012*

O velho João Baptista Canguembo considera-se o fundador da área de corte de cabelo, um mérito que não encontra oposição entre os actuais colegas da actividade, muitos deles há mais de 10 anos no mercado. O ancião leva mais de 30.

Com o rosto consumido pelo tempo e pelas peripécias que a vida lhe vem impondo, o velho Canguembo, como é conhecido naquelas paragens, não soube precisar a sua idade, deixando a estimativa entre os 60 e 70 anos. Uma faixa etária que, a julgar pela sua condição física, fica ultrapassada.

O barbeiro disse que quando começou a desempenhar actividade era em troca de dinheiro ou alguns alimentares, roupa e calçado. Na altura, a sua barraca, feita à base de pau e coberta com panos de cores variadas, distava cerca de 300 metros da própria praça, ainda ao lado da cerâmica.

O corte de cabelo alimentou a família durante a década de oitenta, pois não tinha concorrência, até porque as pessoas julgavam que ele tinha autorização dos agentes dos serviços comunitários do município, que também se deslocavam ao posto do velho Canguembo para melhorar a aparência.

“A partir dos anos 90 começaram a surgir jovens no ofício e os cortes modernos estavam na moda, então passamos a cortar apenas os mais velhos do nosso tempo, que não se desfaziam dos panques, carecas e cabelo curto”, narrou João Canguembo, lembrando que foi com a entrada do segundo milénio que o gráfico dos seus lucros começou a decrescer.

Em 2000, os congolezes começaram a invadir o mercado do corte e arranjo de cabelo sem limitações de género. Foi aí que o idoso viu seus quatro amigos e companheiros de percurso a desistirem, deixando-o completamente <3>ó.

A solidão já o teria obrigado a remover a barraca, não fosse uma crente de uma igreja tocoísta, nas proximidades do mercado, que passou a recomendar as jovens da sua confissão religiosa a entregarem o cuidado do seu cabelo às mãos experientes do velho Canguembo.

Reanimado com a oferta, que já dura dois anos, o carismático barbeiro da Caponte conta hoje com uma clientela tipicamente feminina e alguns amigos de longa data.

Actualmente, as receitas da profissão já não conseguem suportar as despesas de casa, mas o ancião dá graças a Deus por ter filhas mais velhas, que o ajudam a superar algumas dificuldades.

O morador do bairro Chingoma, que agora vê na distância para o mercado um obstáculo de percurso diário, é ocupado por muitos para I contar algumas histórias do maior mercado da província de Benguela.

João Canguembo tem a sua versão sobre a origem do mercado. “Antigamente isso não era uma praça, mas sim uma zona de aquisição de produtos a preços baratos”, contou.

“As pessoas vinham da zona das “Bimbas e da ENAMA com os produtos nos carros e eram cercadas aqui I na estrada da Caponte, antes que chegassem ao mercado municipal. I Depois estes compradores permaneciam aqui algum tempo, trocando (ou vendendo aquilo que constituísse excesso para o consumo)”, narrou.

Passado algum tempo, as peixeiras vindas das praias do Quiosque, Goa, Casseque e Navegantes, com I r: seus cestos à cabeça, passavam pela c cidade adentro e paravam aqui na I; Caponte para venderem o peixe restante, explicou o ancião, acrescentando que as comissões de venda das antigas ENGROSBAL e ENGROSBIND -’ ( Empresas Grossistas de Bens Alimentares e de Bens Industriais) começaram a ter a Caponte também p: como o principal palco dos produtos o: desviados”.

“Assim, o mercado passou a ter e de tudo um pouco, comida, roupa, calçado, materiais gastáveis”, citou.

Anteriormente, os electrodomésticos, combustíveis, mobílias e materiais ou serviços de electricidade, mecânica e construção não eram permitidos nas praças.

### 3.35 Os táxis e as paragens inexistentes...

*SEMANÁRIO FACTUAL*

*28 de Janeiro de 2012*

Desde que Luanda viu aumentar o número de taxistas (vulgo candongueiros) pelas ruas da capital, também notou o aumento da sua população, agora que a movimentação de pessoas e bens é uma realidade palpável.

Porém, sabe-se que, apesar de grande, a cidade de Luanda tem ruas estreitas, de apenas dois sentidos. Assim, e para a movimentação de táxis, manobras mil têm de ser feitas, de modo a acolher mais passageiros.

E neste sentido que os taxistas se vêem e desejam para trabalhar folgadoamente, sem interrupções, pois, além de fazerem parte dos engarrafamentos persistentes, fazem “mbaias”, ou seja, andam fora da linha, sempre que possível, para passar à frente.

Na hora de deixarem um passageiro aí começa a sua preocupação: as inexistentes paragens. Se determinado taxista estacionar a sua viatura para deixar alguns passageiros, logo vem o agente de trânsito comunicar que “aqui não se pára”, deixando o condutor atônito.

Na persistência, o candongueiro vê a multa, ou então, a “gasosa”, tão famosa no meio policial. E o estranho é que os pensadores de Luanda, ao gizarem a rota dos taxistas, não contemplaram paragens, tal como acontece com os autocarros que seguem o mesmo diapasão, parando onde pode haver possibilidade.

Daí a “confusão” subsequente, pois todos têm pressa, e as paragens inexistentes são uma contribuição perniciosa. A própria regulação do trânsito também complica e não se sabe se os agentes estão destacados para regular ou apenas para dificultar, ainda mais, as tarefas dos taxistas.

Sabendo-se que, pelas ruas e avenidas de Luanda circulam diariamente milhares de viaturas de todos os tipos, se imaginem os transtornos pelas bruscas paragens dos taxistas, o caos no trânsito e mesmo acidentes causados por automobilistas distraídos.

No entanto, há paragens definidas, mas estas não são obrigatórias, em que o grosso da população espera pelo transporte, o que faz que, ao longo das vias, onde inexistem paragens, os candongueiros estacionem onde um passageiro se decide a descer, às vezes frente a agentes de trânsito que clamam: aqui não se pára. Assim, correm o risco de serem multados ou darem “gasosa”, o habitual entre taxistas e agentes de trânsito.

Portanto, não sabendo onde parar, muitos candongueiros procuram por rotas ínvias, de modo a escapar à pressão da polícia e trabalhar mais calma mente, mas prejudicando as suas viaturas, pois passam sobre pedras, buracos e charcos de água putrefacta, onde cacos de garrafa pregos e objectos pontiagudos esperam pelo incautos.

Junto à praça de São Paulo, no Sambizanga, por exemplo, a confusão é total: táxis e táxis parados, a mando da Polícia de Trânsito, são impedidos de sair por pararem de qualquer maneira.

Uns buzinando insistentemente e outros rogando aos agentes para que os deixem partir, enquanto os passageiros, irritados e cansados, a transpirarem copiosamente, se mantêm sentados à espera da solução encontrada entre o taxista e o agente. É um quadro nada abonatório para a cidade capital, onde vendedores ambulantes também pululam junto aos táxis, a fim de angariarem compradores para os seus produtos.

São questões a verificar pelas autoridades, porque qualquer projecto obedece a regulamentos: os taxistas têm, igualmente, de ter paragens específicas ao longo das vias, para que não parem abruptamente às chamadas de um passageiro sempre que o solicite.

Porque, de outro modo, jamais o tráfego será ordenado, e os utilizadores das vias vão notar que, sem paragens, nada pode ser conseguido para disciplinar o trânsito.

Por enquanto, fica a critério do taxista a paragem de dois em dois metros e de 20 metros, de acordo com a vontade do passageiro.

Mas, se perto estiver um agente de trânsito, de motorizada, lá se vai a diária ou uma multa.

Portanto, o desassossego permeia os taxistas que trabalham ansiosos perante o aparecimento de agentes cuja expressão irritante é: aqui não se pára.

Neste sentido, deve ser a própria Viação e Trânsito a assinalar as paragens dos taxistas, de 50 a 50 metros ou menos, porque as paragens bruscas também acabam por deteriorar os veículos que são necessários para o transporte de passageiros de Luanda, de lés-a-lés. Essa medida seria bem vinda para todos os que utilizam os táxis como ganha-pão, e daria outra imagem de Luanda, onde a anarquia no trânsito há muito faz morada...

## 4 OGE INVESTIMENTOS PUBLICOS E TRANSPARENCIA

### 4.1 Conselho de Administração do BAI Nega as Suspensões em Cabo Verde

*Jornal de Angola*

*De 02 De Fevereiro de 2012*

O Banco Africano de Investimentos (BAI), que detém o BAI Cabo Verde, negou em comunicado que o Conselho de Administração e a Comissão Executiva da Instituição naquele país tenham sido suspensas por quaisquer decisões, sejam elas administrativas ou judiciais.

De acordo com a nota na terça-feira fornecida pelo BAI ao Jornal de Angola, “ao contrário do noticiado em várias publicações, o Conselho de Administração e a Comissão Executiva do Banco Africano de Investimentos Cabo Verde, S.A. se mantêm no exercício das suas funções, sendo que o actual mandato termina em 2014”.

O BAI confirma, contudo, que o Banco Central de Cabo Verde solicitou a suspensão temporária de dois colaboradores, um dos quais o administrador não executivo, enquanto decorrem as investigações para aferir as responsabilidades pessoais ao nível da legislação sobre a prevenção e combate ao branqueamento de capitais.

Além disso, o Banco BAI revela na nota que “antes mesmo desse pedido ter sido efectuado, o BAI Cabo Verde, com base no processo de averiguações internas que ordenou, obtivera já a renúncia ao cargo de administrador não executivo do colaborador acima indicado”. O banco declarou que, depois de ter tomado conhecimento dos factos ocorridos em Cabo Verde e em que podem estar envolvidos dois dos seus colaboradores, deliberou dar instruções aos seus representantes na administração daquele banco para que tomem as providencias necessárias ao reforço de todos os mecanismos de prevenção de branqueamento de capitais e de prestarem toda a colaboração necessária às autoridades competentes daquele país africano.

As notícias iniciais diziam, no último fim-de-semana, que o presidente do BAI Cabo Verde e outros dirigentes daquele banco de capitais angolanos estavam suspensos, devido a alegado envolvimento em “lavagem de dinheiro”.

A notícia foi avançada no sábado pela agência oficial cabo-verdiana Inforpress, que cita fontes do BAI Cabo Verde, na sequência de um relatório que o banco angolano enviou à Procuradoria-Geral da República (PGR) de Cabo Verde, em resposta a uma notificação solicitando informações sobre “operações realizadas por clientes arguidos em processo-crime a decorrer”.

O processo é a operação “Lancha Voadora”, iniciado pela Polícia Judiciária cabo-verdiana em Outubro de 2011 e que levou à apreensão de 1,5 toneladas de cocaína e à detenção preventiva de vários suspeitos, como <> ex-presidente da Bolsa de Valores de Cabo Verde (BVCV), Veríssimo Pinto, e outros.

#### **Debate Sobre o Orçamento foi Promovido em Luanda**

O “Orçamento Geral de Estado e a Economia em 2012” foi o tema de um debate realizado ontem, em Luanda, pelo jornal Expansão, para abordar a repercussão do OGE sobre o futuro do país, as empresas e as famílias. O economista Carlos Rosado de Carvalho, do Expansão, destacou os pontos fortes e fracos do OGE, onde destacou a consolidação orçamental, que considerou notável, apesar da crise global.

Carlos Rosado de Carvalho considerou que o OGE está, em 2012, influenciado por uma tendência conservadora, pelo facto de as receitas terem sido calculadas com base no preço de 77 dólares por barril de petróleo e prever um aumento geral das despesas.

O economista considerou que a relação entre essas variáveis pode se revelar benéfica para a economia, porque prevê-se, ao longo do ano, a subida do preço do petróleo para níveis largamente superiores às projecções orçamentais. Carlos Rosado de Carvalho relacionou os pontos fracos com o acréscimo da repartição dos gastos entre os diferentes sectores da economia, a qual considera não ter sido a mais feliz.

Na estrutura do OGE, apontou, “o país gasta mais com a defesa e a segurança, do que com a saúde e a educação juntas. Por exemplo, o OGE prevê alocar 15,4 por cento para a defesa e a segurança, contra 8,2 por cento para a educação e 5,2 por cento para a saúde”.

“Gastamos mais com as bombas de combustível do que com a saúde. É preciso mudar esse quadro”, afirmou. Carlos Rosado de Carvalho citou estudos que apontam que 30 por cento dos preços dos combustíveis são subsidiados pelo Estado.

Para 2012, o Estado aprovou um OGE de 4,42 triliões de kwanzas, projectando uma taxa de crescimento económico de 12,8 por cento e uma taxa de inflação de 10 por cento. O petróleo vai gerar a maior percentagem das receitas.

## 4.2 Direcção do bai em cabo verde em maus lençóis (escândalo de lavagem de capitais)

*Jornal ANGOLENSE*

*De 3 de Fevereiro de 2012*

A notícia foi avançada, no final da semana passada pela agência oficial cabo-verdiana Inforpress, que cita fontes do BAI/CV, na sequência de um relatório que o banco angolano enviou à Procuradoria-Geral da República (PGR), em resposta a uma notificação solicitando informações sobre “operações realizadas por clientes arguidos em processo-crime a decorrer”. O processo é a operação “Lancha Voadora”, iniciado pela Polícia Judiciária (PJ) cabo-verdiana em Outubro de 2011 e que levou à apreensão de 1,5 toneladas de cocaína e à detenção preventiva de vários suspeitos, como o ex-presidente da Bolsa de Valores de Cabo Verde (BVCV), Veríssimo Pinto e outros com contas no BAI/CY.

De recordar que o Banco Africano de Investimentos (BAI) expandiu os seus serviços para Cabo Verde, em Novembro de 2008, depois de ter inaugurado uma filial na cidade do Sal, no âmbito da sua estratégia de internacionalização.

O BAI Cabo Verde é uma instituição financeira de capitais misto, cabo-verdiano e angolano, e elegeu como segmentos alvo os sectores corporativos e de particulares. Com um capital social de mil milhões de escudos cabo-verdianos, o BAI Cabo Verde tem a sua sede na cidade da Praia, a capital do arquipélago.

SAI lamenta envolvimento de colaboradores seus no “escândalo” O conselho de administração do Banco Africano de Investimentos (BAI) lamentou, em comunicado enviado ao Angolense, os acontecimentos envolvendo colaboradores seus em Cabo Verde.

“O BAI não pode deixar de lamentar a situação mas está certo que os factos em causa não são susceptíveis de colocar o prestígio e a solidez do Banco em Cabo Verde”, lê-se no comunicado, acrescentando que, “o conselho de administração do BAI tomou, recentemente, conhecimento dos factos ocorridos em Cabo Verde e em que podem estar envolvidos dois dos seus colaboradores”, e perante isso deu instruções aos seus representantes na administração do BAI/CV “para tomarem as providências necessárias ao reforço de todos os mecanismos de prevenção de branqueamento de capitais e de prestarem toda a colaboração necessária às autoridades cabo-verdianas”, reforçou a nota.

No comunicado enviado ao Angolense, o conselho de administração do BAI confirma que o Banco Central

de Cabo Verde solicitou a suspensão temporária de dois colaboradores, um dos quais administrador não executivo, enquanto decorrem as investigações para aferir as responsabilidades pessoais ao nível da legislação sobre a prevenção e combate ao branqueamento de capitais.

Antes mesmo desse pedido ter sido efectuado, o BAI Cabo Verde, com base no processo de averiguações internas que ordenou, obtivera já a renúncia ao cargo de administrador não executivo do colaborador acima indicado”, acrescenta o comunicado. O BAI esclarece, por outro lado, que o conselho de administração e a comissão executiva do Banco Africano de Investimentos Cabo Verde, S.A. se mantêm no exercício das suas funções, dado que o actual mandato termina em 2014.

De salientar que, o BAI Cabo Verde tem como accionista o BAI Angola com 71 por cento, a petrolífera Sonangol, com 19 por cento, e a empresa cabo-verdiana SOGEI, com 10 por cento.

Fundos do BAI avaliados em 761 milhões de dólares Fundado há 14 de Novembro de 1996, o BAI está Implantado em todas as capitais provinciais. Em finais do ano passado o até então Banco Africano de Investimentos - BAI passou a designar-se oficialmente Banco Angolano de Investimento-BAI. A nova denominação, segundo explicações do conselho de administração deveu-se, sobretudo, aos objectivos principais de levar o nome do país e ser uma marca representativa dos valores de Angola e criar uma identidade do Banco como tendo o centro das suas decisões em Angola.

Actualmente, o BAI tem cerca de 1.538 l,,1J;:::-radores, 85 agências, 5 centros de atendimento à empresas e 10 postos de atendimento, totalizando 100 e 390.35 clientes. O Activo Uquido do banco é de USO 9,9 mil milhões e neste momento gere Fundos Próprios avaliados em USO 761 milhões.

Fruto da sua política de expansão internacional, o BAI está presente na Europa, através do BAI Europa, em Cabo Verde e conta com um escritório de representação na África do Sul.

A notícia foi avançada em primeira-mão pela agência oficial cabo-verdiana Inforpress, que cita fontes do BAI na sequência de um relatório que o banco angolano enviou à Procuradoria-Geral da República.

Em 2011, o ranking Top 1000 da The Banker colocou o BAI na 686a posição no mundo, subindo 25 posições em relação a classificação de 2010. Em África o Banco saiu da 24a para a 22a posição.

## 4.3 A reforma tributária em angola

*Jornal AGORA*

*De 11 de Fevereiro de 20121*

1. O Governo da República de Angola, gizou há uns anos a esta parte, um projecto de Reforma tributária que vem executando pouco a pouco “Malembe, malembe” como soi dizer-se numa das nossas línguas nacionais!

Fazendo um pouco de história e se a memória me não atraiçoa, o Executivo começou a sua empreitada de Reforma tributária com a legislação sobre os petróleos, condensando os vários diplomas então dispersos (coloniais e não só) numa única lei ou código. Depois, submeteu à Assembleia Nacional uma proposta de Lei de alteração ao Imposto Predial, que pretendia alterar 13 artigos e revogar 25, do Código de Imposto Predial do tempo do colono ( Diploma Legislativo nº 4044 de 13/10/1970). Simultaneamente, o Executivo propôs aos deputados, alterar apenas 2 artigos ( o 7º e o 8º) do Regulamento para a Liquidação e Cobrança do Imposto sobre as Sucessões, Doações e Sisa. Este Regulamento, amigos leitores, data de 18/Maio/1931 (Diploma Legislativo nº 230), quer dizer foi aprovado pelo colono há 80 anos! E ainda continuamos com grande parte do seu conteúdo, apesar de tudo!? Foram também propostas alterações ao Regulamento e à Tabela Geral de Imposto de selo!

2. Prosseguindo, em Outubro do ano passado o Executivo voltou a submeter ao Parlamento angolano mais 3 Propostas de Lei desta vez, para aprovar 3 Códigos, nomeadamente O CIJJ1-U Geral Tributário (CGT); o Código de Processo tributário (CPT) e o Código das Execuções fiscais (CEF). Na passada semana, dia 26 Janeiro os parlamentares aprovaram o CGT, com a abstenção dos partidos na Oposição! Todos estes Códigos que se pretendem ou estão hoje a ser alterados, datam do período colonial (1948 e 1969). Até aqui tudo bem, pois mais vale tarde do que nunca. Porém, é muito estranho que um Governo que se considera independente e soberano tenha imposto aos seus concidadãos, obediência durante 37 anos, à leis fiscais coloniais, há muito obsoletas! Afinal parece que em Angola, só mudaram mesmo, as pessoas do Poder!

3. É sabido que o Parlamento angolano (dominado por esmagadora e atípica maioria do MPLA), habituou-nos a aprovar tudo o que vem do Executivo, quase sempre sem tirar nem pôr uma virgula que seja, passe o exagero! De facto, nunca que eu saiba a Casa das leis, recusou um projecto lei (por inadequado, mal fundamentado ou outra razão), ou sequer alterou substancialmente um diploma cuja aprovação lhe é solicitada pelo Executivo. Parte-se do principio sacramentado pela ditadura

partidária do M, de que se os projectos foram discutidos e aprovados pelos “iluminados ministros” em Conselho de Ministros e mereceram a aprovação do Presidente da Republica, então está tudo certo, tudo claro, tudo bem... nada mais há a fazer pelos deputados, salvo pequenos acertos na forma, quando necessário. Significa que, à partida os deputados (excluindo os na Oposição), atribuem-se um certificado de incompetência legislativa e um atestado de submissão ao poder Executivo, que emana da “Altíssima cidade dos iluminados” ! De resto, venho notando com preocupação que a submissão do poder legislativo ao poder Executivo, que era coisa normal no tempo do Regime totalitário comunista, parece ter-se adensado após as eleições escandalosas de 2008 cujos resultados produziram a atípica Constituição de Angola que atribui ao Executivo um Presidencialismo plenipotenciário, no que a liderança soberana nacional diz respeito.

4. São vários os exemplos que comprovam inequivocamente que a Assembleia Nacional (AN) tem vindo a claudicar, rendendo-se cada vez mais ao Executivo e reforçando o poder deste Órgão de soberania em detrimento do seu próprio poder. Basta citar 2 exemplos (10)- As sucessivas “Autorizações legislativas” que a AN. tem concedido ao Executivo. Autênticos cheques brancos, devidamente assinados! (2º)\_ A auto-suspenção pela AN da sua função fiscalizadora da actividade do Executivo. Ora, a fiscalização dos actos do Governo é, nos países democráticos, uma das atribuições mais nobres e soberanas de um Parlamento! Nesta ambiente tão influenciado e intimidado pelo Poder Executivo e tão excessivamente dominado por uma “tribo político-partidária”, fica muito difícil um deputado do MPLA, que seja politicamente integro, patriota e tecnicamente qualificado, votar contra leis que muitas vezes não respondem adequadamente aos problemas e aspirações das populações e das empresas angolanas. Na Assembleia, não há voto em consciência! Toda a turma tem de levantar a mão em aprovação, para salvaguardar o tacho! É por isso que vemos quase sempre a Oposição a abster-se quando não vota contra. Estes ainda têm este privilégio ! De resto, os poderosos deputados maioritários já sabem à partida, que mesmo com todos votos da Oposição contra ou em abstenção, qualquer que seja o projecto lei que entra naquela Casa, é aprovado e muitas vezes acrescentam-lhe risadas e apupos contra os deputados da oposição, qual cereja a enfeitar o bolo do Executivo.

5. Mas deixemos este à parte e concentremo-nos no tema que me traz aqui hoje A Reforma tributária! Em qualquer país do mundo, há Leis e leis! Todas são importantes, mas umas abordam matérias cuja complexidade técnico-jurídica de um lado e dimensão transversal e importância económica e financeira de outro lado,

tomam-se tão relevantes que requerem maior atenção, mais participação de técnicos e discussão com agentes económicos interessados, sujeitando-os assim a uma análise muito mais profunda, mais partilhada e mais equilibrada! Ainda não foi isso que vi fazerem desta vez e duvido muito que o venham a fazer nos próximos tempos! E se o fizerem, será apenas por motivações eleitoralistas, um show off, porque no essencial e todos já nos habituamos a isso, as opiniões das populações e dos empresários, não serão tidas nem achadas! Trata-se de um problema de mentalidade, de uma patologia que tarda em curar. A Governação actual prefere gizar programas e medidas de politica nos gabinetes e círculos fechados (cercle privéé), circunscritos a uns poucos consultores ou assessores oriundos de comités de especialidade da “tribo partidária”! Raramente se promovem exercícios dialogantes de maior abertura e abrangência intelectual e técnica, sem preconceitos partidários! Não imaginem o conhecimento e a mais valia técnica e até mesmo o dinheiro que se perdem, com esta prática discriminatória de capital humano angolano, útil!

6. Neste trabalho de análise crítica, vou para além dos meros aspectos jurídico-administrativos e processuais tratados nos Códigos tributários a que antes me referi. De resto, não sendo jurista seria um suicídio intelectual, pretender fazer abordagens pedagógicas nesta especialidade. Pretendo isto sim, abordar a Política Fiscal deste Governo (Executivo), no contexto das politicas macroeconómicas estruturantes da governação de qualquer país que se preza! Para este exercício, estou academicamente formado e tecnicamente qualificado!

7. A fiscalidade, é por excelência, um instrumento de intervenção económica do Executivo. Tem objectivos económicos, financeiros e sociais, claros. Tem ver com impostos, logo com receitas despesas públicas. A fiscalidade desempenha um papel importante na redução das desigualdades económicas sociais e até na erradicação da pobreza. É pois uma ferramenta política privilegiada no que tange à redistribuição dos rendimentos e do capital. Qual é a politica fiscal do Governo de Angola? Perguntem aos deputados e até mesmo aos membros do Governo e ficarão estupefactos com o reduzido nº dos que conhecem e com a dimensão da ignorância!

8. O Projecto de reforma tributária deste Executivo, já o disse antes, não, foi suficientemente abordado com o agentes económicos mais interessados. As famílias (trabalhadores) e a empresas! Não obstante isso, ele está ser implementado e certamente perante desígnios opostos das famílias empresas que, a maior parte deles vêm traídos seus esforços e adiado seus anseios por rendimentos maiores, mais estáveis e redistribuído com maior justiça! Tenho informações de que, a maioria dos

empresário não estão satisfeitos com esta reforma tão pouco reformista. Talvez seja por isso que o Presidente os convidou (s alguns, claro?) para uma Reunião ( 1ª do género depois de mais de 3 anos no poder), supostamente para os auscultar, num gesto tão inédito tardio quanto cínico. Se fosse de facto sincero e com boas intenções, devia tê-lo feito antes de mandar aprovar publicar tanta legislação económica fiscal que afecta directamente os interesses dos empresários! Nesta reunião, o Titular do Executivo (como também gostam de chamar o Presidente da República) fez as promessa milionárias do costume. Mais créditos bancários e incentivos para a classe empresarial ( empreendedores incluídos) enfim... Um gesto que s pode ser entendido como populista só justificado pela proximidade da eleições, para as quais ele é um de candidatos! O Chefe do Executivo não se reuniu com os Sindicatos qu representam os trabalhadores! Por isso não sabe, que as famílias angolanas trabalhadoras, desconfiam que presente reforma tributária, de tão conservadora, beneficiará mais os Capitalistas e poderosos detentores de grandes patrimónios, do que os trabalhadores angolanos!

#### 4.4 Executivo não cumpre pagamentos às construtoras

*Jornal AGORA*

*De 11 de Fevereiro de 2012*

Passados quase dois anos, o ministro das Finanças anunciou que o Executivo, em dois anos, pagou apenas 2 653 milhões de dólares a credores internos e externos no período entre 2003 e 2010, de um total de dívida estimada em 9 mil milhões de dólares, não revelando o segmento empresarial beneficiado.

Sem precisar o montante pago às empresas portuguesas, visto que foram as que mais apresentaram reclamações, Carlos Alberto, esqueceu-se, que 30% do valor dizia respeito às lusas. As dívidas às grandes empresas seriam pagas em 40% inicialmente e depois far-se-ia um reescalonamento por um ou mesmo dois anos.

As autoridades sempre referiram que o endividamento resultou da crise financeira mundial que atingiu o país.

Atendendo às declarações do ministro, em 2003 teriam sido pagos 380 milhões de dólares, 271 em 2004, 354 em 2005, 363 em 2006, 444 em 2007, 513 em 2008, 259 em 2009 e 69 milhões de dólares em 2010.

Os reembolsos em referência foram feitos através da emissão de Obrigações de Tesouro (Ot) e do total das emissões foram resgatadas, até Dezembro passado, títulos no valor aproximado de 2 mil milhões de dólares.

“Com isso o stock desses títulos situa-se em 644 milhões de dólares, tendo o Estado pago pela sua emissão juros no valor de 325 milhões de dólares”, referiu o governante, salientando que esses são os esforços financeiros feitos pelo Estado para regularizar a dívida de 2003 a 2010, depois de verificados os processos aceites, desde que, no mínimo, exista um contrato reconhecido.

Mesmo com a intervenção pública do PR a situação não se apresenta fácil em função do Estado continuar a averiguar as facturas relativas aos anos 1992 e 2003 e apesar do prazo há muito ter expirado, os processos estão ainda em tratamento.

Porém, o objectivo é regularizar todos os atrasados e, mais ainda, conferir rigor e transparência na execução orçamental para evitar as sobrefacturações e outros meios de desvio de fundos públicos através de comissões nas empreitadas adjudicadas pelo Estado.

Tais tarefas passam pela construção de uma estratégia endividamento público, capaz de assegurar a sua sustentabilidade e transparência dos números que devem expressar, com verdade, as dívidas contraídas, os seus custos e a regularidade da sua situação.

Entre as acções de reorganização e melhoria da gestão financeira pública já adoptadas, destacam-se as regras de execução do Orçamento Geral do Estado (Oge), regime dos investimentos públicos, entre os quais se incluem disposições decorrentes das recomendações do Executivo em matéria financeira.

Segundo o que o AGORA apurou do Ministério das Finanças, a vontade existe de reduzir aos mínimos aceitáveis a dívida pública sem recorrer a sacrifícios desnecessários, tentando pôr termo a uma série de práticas nocivas dos gestores orçamentais que se confundem com os erros e vícios do passado.

Os mecanismos para se cumprir tal desiderato já foram lançados com a política de ‘tolerância zero’ em relação a esses equívocos e imperfeições na adopção de novas medidas de trabalho, ainda sem resultados públicos.

A dívida agravou-se em função da não apresentação ou a apresentação irregular das necessidades de recursos financeiros por parte das unidades orçamentais e não menos importante, a contracção de dívidas à margem das regras estabelecidas, remissão de facturas ao Ministério das Finanças e até a emissão de ordens de saque em nome próprio.

Por outro lado, a celebração de contratos sem orçamentação prévia, existência de contratos não aprovados pela entidade competente ou não visados pelo Tribunal de

Contas, contratação em moeda estrangeira com residentes cambiais ou o estabelecimento de pagamentos antecipados superiores aos 15% regulamentados.

“Nenhum país sobrevive a tantas falcatruas financeiras. Os indícios da Sobrefacturação detectados nos últimos três anos pelo Minfin deveriam ser reveladas pelo Tribunal de Contas para evitar especulações das entidades prevaricadoras”, lembrou o economista Maurício do Nascimento, salientando que importa neste momento definir se o tratamento inclui a validade ou não da dívida apresentada pelas entidades credoras, negociação e homologação.

É imperioso que o Estado actualize o caderno de encargo com os credores e, neste particular, as empresas que prestaram serviço de forma justa ou não, aguardam pelos pagamentos.

Ao assumir o processamento de 2 653 mil milhões de dólares da dívida contraída junto das empresas que operam no mercado interno, o Ministério podia lembrar os pendentes dos processos de reclamação aceites e os incompletos para assegurar a lisura do processo.

A pretensão de adopção de novos métodos de trabalho, outra disciplina, nova consciência e um perfil do servidor público mais adequado às suas responsabilidades, deve ser seguida de iniciativas exequíveis e fundamentalmente quanto à execução do Oge.

O Oge é uma previsão, pelo que as despesas nele incluídas podem ser iguais, superiores ou inferiores às receitas arrecadadas efectivamente. Por isso, a sua execução deve ser feita com base na programação financeira trimestral do Tesouro e planos de caixa mensais.

O rigor financeiro adoptado pelas autoridades, particularmente o Minfin, em relação as unidades orçamentais, contribuiu para a conjugação de mecanismos de defesa dos interesses do Estado em matéria de necessidades de recursos financeiros, combinadas com a programação financeira do Tesouro. E esta que estabelece o limite das despesas que as unidades orçamentais devem cabimentar em cada trimestre.

Os orçamentos dos últimos dois anos foram sempre programados neste sentido para responder às reclamações das construtoras e outros fornecedores, mas é necessário salientar que não basta uma despesa estar prevista no Oge “tem também de estar prevista na programação financeira do Tesouro”.

Não é de estranhar a existência de gestores que durante largos anos enalham as finanças públicas, assumindo encargos sem que as entidades competentes fossem notificadas.



E o mais grave é que muitos continuaram a endividar-se com o argumento de que o seu orçamento lhes permitia realizar certas despesas, responsabilizando o Ministério das Finanças por não disponibilizar os fundos previstos no Oge.

“É preciso despertar para o fim da incompetência institucional, embora as revelações do, Ministro não agradem todos aqueles que se sacrificaram em prestar serviços ao país e agora encontram muitas dificuldades em organizar a sua tesouraria em função dos atrasados não remunerados”, lembrou o sociólogo M’ funsa Mário.

Por sua vez, Fernando Costa, da Genea Angola, reconhece que o Estado não teve capacidade de liquidar as dívidas e o que parecia boa notícia para aqueles que gostam das comissões, hoje é um pesadelo para as suas finanças.

“Aparecerão muitos contratos reconhecidos inventados, como de costume e seria interessante revelar as empresas que ainda faltam por pagar”, clarificou, sublinhando aqueles que deixaram as Finanças sem capacidade financeira devem ser responsabilizados em função dos atropelos à lei de gestão dos fundos públicos.

Até final do primeiro semestre mais dados serão revelados a propósito dos pagamentos ainda em curso e muitos erros poderão ser detectados.

Os indicadores da dívida pública continuam a subir e em finais de Novembro era calculada em 31,6 mil milhões de dólares, contra os 26,1 mil milhões em Abril do ano passado.

Contudo, o cenário actual revela o êxito do plano de acção do Executivo face às dívidas, visto que os atrasos de pagamento remanescentes do Oge de 9 mil milhões de dólares reduziram no espaço de dois anos.

## 4.5 Executivo acelera reforma fiscal

*Jornal AGORA*

*De 11 de Fevereiro de 2012*

As mudanças fazem-se sentir desde o imposto industrial ao de rendimento do trabalho, passando pelos de consumo e de selo.

A aprovação de um conjunto de diplomas no âmbito do projecto de reforma do sistema fiscal, no ano passado, visa adequá-lo à dinâmica do crescimento económico, perspectivando-se uma evolução significativa na diversificação das fontes de financiamento do Orçamento Geral de Estado (Oge).

Outro objectivo não menos importante do Estado consiste em alargar a base de contribuintes, reduzindo algumas taxas de impostos, mas, apertando o cerco aos incumpridores.

No que respeita ao imposto industrial são introduzidas diversas alterações que visam uma actualização da taxa para dar resposta à crescente complexidade das operações dos sujeitos passivos no país.

Simplificar os mecanismos de apuramento da matéria colectável e clarificar o tratamento fiscal a conferir às realidades económicas resultantes de actividades comerciais e industriais são outras apostas reflectidas no Programa do Executivo para a Reforma Tributária (Pert).

Trata-se da evolução de um imposto com a introdução de medidas, alteração de taxas e inserção de tributação autónoma de 15% para despesas confidenciais e 5% para não documentadas.

Todas estas alterações são favoráveis ao investimento e alargam a base de financiamento do Oge, permitindo aumentar os níveis de tesouraria.

O técnico do Pert, N’gouabi Salvador, realçou, à margem do seminário sobre a reforma tributária, a aprovação na generalidade, pela Assembleia Nacional, do Código Geral Tributário, documento que define as linhas básicas do sistema fiscal, que revogará o anterior, em vigor desde 1979 e já se apresentava completamente desajustado a actual realidade económica e social.

Este desajuste legislativo não se verificava apenas em relação ao Código Geral Tributário, mas também com os códigos de imposto industrial, predial urbano e de rendimento de trabalho.

Uma das novidades da execução do Pert consiste na revisão do Código de Imposto Predial Urbano e na adopção do um critério diferenciador entre a tributação do património e do rendimento do mesmo.

O especialista mencionou outras medidas de carácter legislativo, destacando-se a aprovação do Regime Simplificado das Execuções Fiscais, que veio cobrir um vazio de cerca de 10 anos, em que pagar ou não impostos estava dependente da vontade do contribuinte.

Antes da aprovação desse regime simplificado para as execuções fiscais, o Estado não tinha instrumentos para proceder à cobrança coerciva dos impostos”, salientou. Para dar consistência ao programa, está em curso o processo que confere mais atribuições ao Tribunal Fiscal, visando, sobretudo, agilizar decisões de questões tributárias que não tenham natureza criminal.

Por sua vez, o reformista Dinis Dungo, garantiu que a instituição está entre as prioridades do Pert. A par da criação do Tribunal, a reforma tem dentro das suas metas a construção do conselho superior de contribuintes como instância da administração tributária.

Fruto da implementação do novo Código Geral Tributário, o Serviço Nacional das Alfândegas (Sna) arrecadou 5,2 mil milhões de dólares nos primeiros seis anos da reforma estrutural e funcional iniciada em 2000.

Por seu turno, o técnico do departamento de políticas e procedimento do Sna, Nicolas Neto, explicou que, fruto dessa estratégia, as receitas têm aumentado gradualmente, daí que em 2000 o Sna tenha colectado 215 milhões 450 mil dólares na fase pré-reforma.

Apesar de não revelar os números actuais, notou que dos principais resultados desse processo, destaca-se o alargamento da base tributária, implementação de novas tecnologias no domínio da informática, simplificação das tarefas, actualização e racionalização da legislação e maior cooperação internacional.

A reforma em curso está também a permitir desalfandegar mercadorias no prazo máximo de dois dias (48h00), desde que previamente cumpridas as tramitações. A instituição tem priorizado os produtos perecíveis, particularmente os frescos e os fármacos, por se tratar de mercadorias que acarretam elevados custos de conservação.

## 4.6 Bai suspeito de lavagem de dinheiro em cabo verde

*Jornal AGORA*

*De 4 de Fevereiro de 2012*

Anotícia foi avançada na sequência de um relatório que o banco angolano enviou à Procuradoria-Geral da República (Pgr), em resposta a uma notificação, solicitando informações sobre “operações realizadas por clientes arguidos em processocrime a decorrer” naquela instância judicial.

O processo denominado operação ‘Lancha Voadora’, iniciado pela Polícia Judiciária (Pj) caboverdiana em Outubro do ano passado, levou à apreensão de 1,5 toneladas de cocaína e à detenção preventiva de vários suspeitos como o ex-presidente da Bolsa de Valores de Cabo Verde (Bvcv), Veríssimo Pinto, e outros com contas no Bai / Cv.

É a associação entre este gestor e um dos clientes do banco, Paulo Pereira, também em prisão preventiva e que a Pj acredita ser o “dono” da droga apreendida que acabou envolvendo o Bai.

Segundo as informações, coube ao Bai/ Cv gerir uma subscrição de obrigações da instituição feita por Paulo Pereira (P.P.) que, para tal, se deslocou à bolsa para, na companhia de Veríssimo Pinto (VP.), entregar um envelope com 185 mil dólares a um funcionário para proceder à operação.

O mesmo trabalhador não identificado, citado ao longo do relatório, garantiu que o antigo gestor da bolsa lhe solicitou que o dinheiro fosse depositado na conta de P.P., argumentando que se destinava à subscrição de obrigações do Bai / Cv.

O funcionário em causa passou, depois, todos os dados da operação ao presidente do conselho de administração do Bai, David Djasse, que o ‘instruiu’ a depositar apenas 55 mil dólares, indicando que o restante seria guardado na tesouraria central.

Admitindo ter tido alguns contactos com V.P. não adiantou, porém, se o depósito foi comunicado ao Banco de Cabo Verde (Bcv), tal como prevê a lei.

Segundo o documento o que acaba por estar verdadeiramente em causa são os restantes 130 mil dólares, uma vez que a verba foi depositada por David Djasse no Bai Europa, ao abrigo de uma autorização solicitada ao Bcv a 20 de Setembro de 2010 e transferido, posteriormente, para uma conta pertencente a P.P. no Bai/Cv.

Fontes judiciais cabo-verdianas indicaram que o Bcv mandou fazer uma auditoria ao Bai/ Cv, que o Banco Central confirmou, sem adiantar qualquer pormenor.

Um magistrado judicial esclareceu que o procedimento dos angolanos seria absolutamente normal caso se tivesse feito o depósito de todo o montante na conta de P.P. em Cabo Verde, informando a Unidade de Informação Financeira (Uif) e, depois, solicitando autorização para o envio de divisas para o Bai Europa.

Ao invés disso os documentos dizem é que os 130 mil dólares, juntamente com outras divisas que saíram do país, foram posteriormente depositados por David Djasse no Bai Europa para, depois, serem transferidos para a conta de P.P. no Bai/Cv. Depois dessa transacção é que o Bai / Cv dá a ordem de subscrição de P.P. às obrigações que estavam, então, em Oferta Pública de Venda (Opv) na Bolsa de Valores.

Caso se confirmem as informações apresentadas sobre Veríssimo Pinto, pode não pender sobre ele apenas a suspeita de lavagem de capitais, mas também de associação criminosa com Paulo Pereira.

O Bai / Cv, com um capital social de cerca de 120 milhões de dólares, tem como accionistas o Bai Angola, com 71%, Sonangol 19%, e a empresa cabo-verdiana Sogei, com 10%.

#### **O conselho de administração responde**

O conselho de administração do Bai lamentou os acontecimentos envolvendo colaboradores seus em Cabo Verde.

“O Bai não pode deixar de lamentar a situação mas está certo que os factos em causa não são susceptíveis de colocar o prestígio e a solidez do banco em Cabo Verde”, lê-se no comunicado distribuído à comunicação social.

O presidente do Bai/Cve outros dirigentes foram suspensos devido ao alegado envolvimento na trama. “O conselho de administração do banco tomou recentemente conhecimento dos factos ocorridos em Cabo Verde e em que podem estar envolvidos dois dos seus colaboradores”, e perante isso deu instruções aos seus representantes na administração do Bai / Cv “para tomarem as providências necessárias ao reforço de todos os mecanismos de prevenção de branqueamento de capitais e de prestarem toda a colaboração necessária” às autoridades cabo-verdianas.

A administração confirma que o Banco Central de Cabo Verde solicitou a suspensão temporária de dois colaboradores, um dos quais administrador não executivo, enquanto decorrem as investigações para aferir as responsabilidades pessoais ao nível da legislação sobre a prevenção e combate ao branqueamento de capitais.

“Antes mesmo desse pedido ter sido efectuado, o Bai/Cv, com base no processo de averiguações internas que ordenou, obtivera já a renúncia ao cargo de administrador não executivo do colaborador acima indicado”, acrescenta.

Esclarece, por outro lado, que o conselho e administração e a comissão executiva se mantêm no exercício das suas funções, dado que o actual mandato termina em 2014.

#### **4.7 Suposto Caso de Corrupção em Filial Cabo-Verdiana**

*Esclarecimento do BAI-Sede  
Semanário Angolense  
De 04 De Fevereiro de 2012*

O Conselho de Administração do BAI tomou recentemente conhecimento dos factos ocorridos em Cabo Verde e em que podem estar envolvidos dois dos seus colaboradores, tendo nessa sequência deliberado dar instruções aos seus representantes no órgão de administração daquele Banco para tomarem as providências

necessárias ao reforço de todos os mecanismos de prevenção de branqueamento de capitais e de prestarem toda a colaboração necessária às autoridades competentes daquele país.

O BAI esclarece que, ao contrário do noticiado em várias publicações, o Conselho de Administração e a Comissão Executiva do Banco Africano de Investimentos Cabo Verde, S.A. se mantêm no exercício das suas funções, sendo que o actual mandato termina em 2014.

O BAI confirma que o Banco Central de Cabo Verde solicitou a suspensão temporária de dois colaboradores, um dos quais Administrador não Executivo, enquanto decorrem as investigações para aferir as responsabilidades pessoais ao nível da legislação sobre a prevenção e combate ao branqueamento de capitais.

Antes mesmo desse pedido ter sido efectuado, o BAI Cabo Verde, com base no processo de averiguações internas que ordenou, obtivera já a renúncia ao cargo de Administrador não Executivo do colaborador acima indicado.

O BAI não pode deixar de lamentar a situação, mas está certo que este facto não é susceptível de colocar “em causa o prestígio e a solidez do Banco em Cabo Verde.

#### **4.8 Reforma Tributária Reduz 80 por cento da Taxa de Imposto de SISA**

*Semanário factual  
De 11 A 18 De Fevereiro de 2012*

De acordo com o técnico do Projecto Executivo para a Reforma Tributária (PERT), N'gouabi Salvador, citado pela A1”JGOP, apontou como novidades trazidas pela execução do projecto a revisão do Código de Imposto Predial Urbano e a adopção do critério diferenciador entre a tributação do património e do rendimento do património.

O especialista afirmou que, no âmbito da revisão do Código de Imposto Predial Urbano (IPU), foi também aprovada uma redução generalizada da sua taxa, como resultado da aprovação dessa redução, afirmou N'gouabi Salvador, sendo que os imóveis estão agora sujeitos a uma taxa de 15 por cento quando antes da revisão legislativa a taxa aplicável era de 24 por cento, enquanto os imóveis não arrendados passaram de 30 por cento para 0.5 por cento sobre o excesso de cinco milhões de Kwanzas. No âmbito da revisão do Código do IPU, afirmou terem sido adoptadas, entre outras medidas, a redução em 80 por cento da taxa de imposto de SISA, que antes era de 10 por cento sobre o valor da transacção do imóvel, actualmente passou a ser de 2 por cento.

Adiantou que no quadro do imposto de SISA se procedeu à eliminação do selo de conhecimento de SISA, que sobrecarregava a carga fiscal que já era elevada. “O selo de conhecimento de SISA era de 8 por cento e no âmbito do PERT eliminamo-lo”, fez saber.

Assegurou que outras medidas de carácter legislativo foram tomadas, com particular destaque para a aprovação do Regime Simplificado das Execuções Fiscais, que veio cobrir um vazio de cerca de dez anos, quando pagar ou não impostos estava dependente da vontade do contribuinte.

“Antes da aprovação desse regime simplificado para as execuções fiscais, o Estado não tinha instrumentos para proceder à cobrança coerciva dos impostos”, explicou.

### **País prepara Tribunal Fiscal**

Por outro lado, o especialista Dinis Dungo informou, em Luanda, que a criação de um Tribunal Fiscal está entre as prioridades do PERT em curso no país.

De acordo com Dinis Dungo, que apresentava aos jornalistas as linhas gerais do PERT, a criação desse tribunal especializado visa, sobretudo, agilizar decisões de questões tributárias que não tenham natureza criminal. A par da criação do Tribunal Fiscal, o PERT, um projecto a ser executado em cinco anos, tem dentro das suas metas a construção do Conselho Superior de Contribuintes como instância da administração tributária.

Salienta-se que o PERT, em curso no país por intermédio do decreto presidencial nº 155/10, define metas extremamente importantes que passam pela modernização da administração e do sistema tributário angolanos, pelo aumento da arrecadação de receitas não-petrolífera para o Estado, assim como pela constituição de um válido e eficaz instrumento para atracção de investimento, equidade e justiça social.

O Executivo pretende que o esforço de diversificação económica em curso no país tenha reflexos na arrecadação de receitas, tendo como pressuposto o alargamento da base produtiva, que propiciará o fomento do emprego e melhorias das condições de vida da população angolana.

O PERT leva a cabo uma aturada revisão dos principais procedimentos nas repartições fiscais, particularmente na área de fiscalização tributária, que maior impacto tem na potenciação da receita tributária, assim como está em curso uma ampla revisão do sistema tributário, cuja filosofia principal passa pelo desagravamento de algumas taxas.

Estima ainda o apetrechamento tecnológico das repartições em todo o país, instalando-se computadores e modernizando-se o parque de aplicações tributárias, tendo por base a experiência das melhores práticas internacionais e espera-se que tal investimento deverá tornar mais rápido, seguro e eficaz o processo de pagamento de impostos nas repartições fiscais.

## **4.9 Informação Rima com Boa Governação**

*Novo Jornal*

*De 24 De Fevereiro de 2012*

Várias figuras da sociedade civil clamaram terça-feira, em Luanda, por mais informação e transparência na indústria extractiva mundial. A iniciativa, promovida pela organização não governamental Open Society, teve ainda como objectivo promover a discussão sobre a reforma legislativa americana Dodd-Frank.

As normas que estão prestes a ser implementadas pelas autoridades americanas prometem mudar o acesso à informação sobre o pagamento de bónus, concessões, e transacções no sector extractivo. Caso a legislação seja aprovada sem alterações de fundo, os negócios das empresas registadas em Wall Street, principal praça financeira do mundo, vão passar a ser escrutinados publicamente. Tal situação pode afectar a actuação de empresas estrangeiras em Angola, sobretudo no sector petrolífero (ver peça ao lado).

O cenário deu origem a uma guerra de “lobbies” – e colocou a sociedade civil internacional contra o forte e poderoso “lobby” dos petróleos, que agora ameaça a Comissão de Segurança Cambial (SEC) americana com processos em tribunal.

Vicente Pinto de Andrade, economista e professor Universitário, lembrou durante o encontro que neste momento “os EUA são quem tem maior legitimidade para apertar o cerco em relação a este tipo de informações”. “Com a crise na Europa, e os consequentes danos que a instabilidade causa na imagem da democracia, os governos daquela região talvez não tenham tanta força para impor novas regras. Aliás, eu acho mesmo que podemos esperar um retrocesso democrático nos próximos tempos. Com o cenário de crise há empresas e governos que vão fechar os olhos a determinadas regras”, frisou o economista.

Em relação a Angola, é público que o governo tem vindo a disponibilizar publicamente uma série de informações relativas à actividade da Sonangol (que assume o triplo papel de concessionária, operadora e negociante). No

entanto, várias correntes na opinião pública consideram que é ainda um exercício insuficiente, realizado com falhas e de forma divergente – alguns dados da Sonangol não coincidem com a informação providenciada pelas Finanças, por exemplo.

Para se defenderem, as multinacionais do sector extractivo, têm alegado junto do Senado americano que são as próprias leis locais que limitam a distribuição de informação sobre os seus negócios. A própria Lei das Actividades Petrolíferas nacional, no seu Artigo 77º, prevê um “dever de confidencialidade” que envolve a concessionária (Sonangol) e as suas associadas.

Mesmo assim, o ponto 4 do referido artigo ressalva que a regra não se aplica “quando tais dados ou elementos de informação devam ser facultados a outras entidades por força de disposições legais, nomeadamente para fins orçamentais, contabilísticos e estatísticos”.

Fernando Macedo, reconhecido advogado, professor universitário e antigo líder associativo (esteve ligado à Associação Justiça, Paz e Democracia), defende a divulgação de tudo quanto esteja relacionado com os negócios da indústria extractiva. Até porque a Constituição assim o prevê. “A Constituição defende todos estes princípios. Mesmo ao nível do código penal, hoje já temos leis contra a corrupção e as empresas não se podem esquecer que podem ser processadas à luz da legislação angolana”, lembrou Macedo.

## 5 GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

### 5.1 Bengo Volta a Pertencer ao Território de Luanda

*Jornal Independente*  
*De 04 De Fevereiro de 2012*

Icolo e Bengo é um município da província de Luanda, tendo sido transferido recentemente, no âmbito da nova divisão política administrativa antes pertencente a província do Bengo.

Tem 3818 quilómetros quadrados e cerca de 120 mil habitantes. Localiza-se no leste da província, sendo limitado pelo município do Dande, a Este pelo município de Cambambe, a Sul pelo município da Quissama e a Oeste pelo município de Viana e Cacuaco.

O município de Icolo e Bengo está subdividido em cinco comunas: Bom Jesus, Cabiri, Cassoneca, Caculo Cahango e Catete.

Os seus munícipes manifestam-se que facto da circunscrição, voltará pertencer ao território de Luanda, uma vez que desta sua anexação a província do Bengo pouco progrediu, nos seus variados sectores, com realce para agricultura.

Um dos representantes da comunidade, Manuel Paulo Mendes de Carvalho Pacavira disse que a população, nas últimas décadas, pouco conheceu os programas do executivo da província, naquele município, o que dificulta a sua elaboração.

Durante a estadia de varias horas, no município de uma equipa de reportagem deste jornal, apuramos que existem vários projectos de construção e reabilitação das estruturas hospitalares, escolares, centros de formação profissional e postos de abastecimento de combustível.

Trabalha-se, igualmente na união das associações de camponeses, no sentido de muni-los de material indispensável, com o propósito de aumentar e diversificar a produção agrícola e, conseqüentemente reduzir os níveis de pobreza.

Uma das preocupações das autoridades administrativas locais e o da criação de uma escola técnica profissional para os jovens da região, uma vez que embora existam muitas unidades fabris, a falta de qualificação técnica

profissional dos jovens, aumenta o número de desemprego na região.

#### **Agricultura e Pesca**

Entretanto, dez embarcações de pesca artesanal vão ser entregues, a associações agrícolas e piscatórias, para aumentar a captura de pescado na região e no âmbito do Programa Municipal Integrado de Combate à Pobreza e Desenvolvimento Rural.

Segundo o responsável da repartição municipal, Manuel Costa, para além das embarcações, os pescadores recebem redes, anzóis, linhas e baldes.

Disse que com esta acção, o Executivo angolano está a cumprir o seu papel de melhorar as condições de vida das famílias neste município, recentemente inserido na nova divisão política e administrativa de Luanda.

A pesca continental é feita em rios e lagoas. É a primeira vez que pescadores das localidades Cana-Cassasa, Mabuia, Caculo-Canhago, Mobais, Macessa beneficiam de material para pesca continental.

De recordar que a administração local, cumpre, desde Novembro de 2011, um programa de distribuição de pulverizadores, moto-bombas e insumos agrícolas (fertilizantes, pesticidas e sementes de cereais), como milho, feijão e jinguba. Os camponeses receberam também cabeças de gado caprino a associação de camponeses.

O ambiente de paz no país foi bastante elogiado pelas autoridades tradicionais, que não escondeu a satisfação pela dedicação dos camponeses aos campos de cultivo, o ressurgimento dos poços de água e a construção de escolas nas comunidades comunas. “Por si só, esta situação tem vindo a reavivar a esperança em dias melhores no seio das populações. O exemplo esta no ano agrícola passado, que teve boas colheitas”

A boa colheita de produtos como o milho, mandioca, feijão e jinguba. Ainda não é aquilo que todos desejamos, mas, com apoio, no tempo certo podemos fazer melhor, “disse um camponês”. O município tem 78 povoações, numa área de três mil e 820 quilómetros quadrados. Possui 35 associações e 23 cooperativas.

#### **Sector da Educação**

Para o maior desenvolvimento a chefe de repartição da educação no município de Icolo e Bengo, Esperança Manuela, sugere, a abertura de um núcleo universitário na circunscrição, para permitir a formação superior dos habitantes da municipalidade. A responsável referiu que a falta de uma instituição tem originado a não continuação da sua formação depois de concluído o ensino

médio, porque nem todos têm a possibilidade de continuar a se formar nas faculdades públicas do centro da cidade. Disse que este facto tem desencorajado os municípios de prosseguirem os estudos, porque os custos em termo de transporte do Icolo e Bengo ao centro da cidade são elevados e o poder financeiro dos moradores é baixo.

Acrescentou que a abertura de um núcleo, impedirá os habitantes de saírem da localidade, porque os que têm possibilidades saem e depois da formação superior já não voltam para contribuir para o desenvolvimento do município. Faz saber que têm verificado muitos casos de jovens que depois da conclusão do ensino médio, vão trabalhar nos campos agrícolas, porque o município não possui instalações para a formação superior. Revelou existir vontade da população em obter a formação superior, com vista a contribuir para o desenvolvimento da área e a melhoria da qualidade de vida dos habitantes.

A chefe de repartição disse que ainda o município possui espaço para a implementação de núcleos universitários, mesmo com três ou quatro salas de aulas. Esperança Manuela apelou os pais e encarregados de educação a adoptarem um comportamento diferente ao ano lectivo 2011 em que os alunos ausentavam-se das salas de aulas às segundas e quintas-feiras para irem a lavra. Referiu que no ano lectivo 2011 os pais não enviavam os seus filhos a escola as segundas e quintas-feiras para irem aos campos agrícolas fazer a recolha dos produtos para levarem ao mercado, dias em que faziam a comercialização da produção.

Esperança Manuel disse que este facto era mais evidente nas comunas do Bom Jesus e de Catete, o que criou problemas na planificação das aulas dos professores, porque nestes dias nenhum aluno aparecia. Para a mudança do quadro neste ano lectivo, a responsável fez saber terem realizado campanhas de sensibilização porta-a-porta, para a chamada de atenção dos pais visando a sua mudança de comportamento. “Espero que os pais acatem as orientações para termos um ano lectivo sem atropelamento dos programas das aulas, para se cumprir rigorosamente o que está planeado”, rematou.

Esperança Manuela, manifestou a necessidade do reforço nos cursos de refrescamento dos professores, para garantia de um ensino de qualidade. “Há necessidade contínua de se actualizar os conhecimentos dos técnicos, para estarem melhor qualificados na programação das aulas e na transmissão dos conhecimentos aos alunos”, sublinhou.

Esperança Manuela considera o ensino dinâmico, por isso destacou a importância dos seminários de refresca-

mento antes do início de cada ano lectivo, para os professores entrarem em contacto com os novos métodos de ensino que vão surgindo.

Lembrou que este exercício ajudará na superação dos professores, porque muitos deles não possuem formação nesta área, mas por insuficiência de docentes qualificados na circunscrição, têm que capacitar os existentes para garantirem as aulas.

A chefe da educação garantiu estarem criadas todas as condições para o arranque do presente ano lectivo, tendo já distribuídos os horários aos professores para o arranque sem sobressaltos.

Para este ano, estão matriculados no ensino primário 13 mil e 814 alunos, mil e 814 para o Iº ciclo e cerca de 500 alunos no IIº ciclo, existindo ainda vagas para serem preenchidas.

O município de Icolo e Bengo conta com uma população estimada em cerca de 120 mil habitantes, divididos em cinco comunas: Cabiri, Bom Jesus, Cassoneca, Caculo Cahango e Catete (sede do município).

## 5.2 Sem Dispersões GPL com Plano de Agrupar Direcções Provinciais

*Jornal Independente*  
*De 04 De Fevereiro*

O governo provincial de Luanda de Bento Bento, tem na sua carteira de mudanças do quadro administrativo capital, um programa para agrupar todas as direcções provinciais de Luanda num só edifício.

Segundo explicações apuradas por uma fonte ligada ao GPL a ideia daquele grupo é aglomerar todos os serviços da província de Luanda num único ponto com vista a facilitar tanto ao município como ao governo da província de Luanda no controle dos serviços administrativos.

No que toca a localização a fonte revelou que ainda não foi avançada o local em que será construído o edifício mas que em tempo oportuno aquela grupo virá a terreiro para dar a conhecer.

## 5.3 Censo Geral da População Mobiliza muitos Técnicos

*Jornal de Angola*  
*De 11 De Fevereiro de 2012*

O director-geral do Instituto Nacional de Estatística (INE) disse, ontem, na cidade de Luanda, que a instituição vai precisar, a partir de Julho, de 53 mil técnicos nacionais, entre geógrafos, cartógrafos, inquiridores e

motoristas, para a recolha de informações, no âmbito do censo demográfico que o país vai realizar em 2013.

Camilo Ceitas, que falava em entrevista à agência de notícias Angop, sobre o processo de preparação do recenseamento geral da população e habitação, disse que o país vai gastar cerca de 100 milhões de dólares americanos.

Os candidatos, adiantou, devem ter habilitações literárias não inferiores à décima classe e uma caligrafia legível, para facilitar a compreensão das informações.

O director do INE disse que, no quadro da preparação do processo, a instituição realizou, em Janeiro, na cidade de Caxito, capital do Bengo, uma acção de formação, em que participaram 150 jovens das províncias do Kwanza-Norte e Sul, Uíge, Zaire e Bengo.

O director Camilo Ceitas informou que, depois do processo de recolha de informações, que termina em Julho de 2013, o Instituto Nacional de Estatística de Angola vai realizar um inquérito pós-censo, para aferir e validar a qualidade do censo, cujos dados finais vão ser publicados um ano depois.

## 5.4 Censo Populacional

*Aprovado Orçamento e Cronograma de Actividades*

*Semanário Factual*

*De 11 A 18 De Fevereiro de 2012*

O director-geral do Instituto Nacional de Estatística (INE), Camilo Ceitas, fez saber, em Luanda, ser importante a realização do censo populacional em Angola, porque vai permitir Executivo programar e distribuir melhor os recursos naturais e humanos, de forma equitativa.

Citado pela ANGOP, a propósito do processo de preparação do recenseamento geral da população e da habitação no país, a ter lugar em 2013, Camilo Ceitas esclareceu que a realização de censo obedece a etapas e envolve vários recursos, como logísticos, administrativos e financeiros.

O director do INE assegurou que o Executivo angolano tem estado a criar todas as condições para que, em 2013, o censo geral da população e habitação possa ocorrer em todo o território nacional.

Afirmou ainda que foi já aprovado para este ano (2012) o orçamento, avaliado em 56 milhões de dólares, e o cronograma de actividades.

Para o responsável, Angola é dos poucos países africanos em que o Executivo assume cem por cento os custos do censo, embora considere toda a ajuda necessária para que o acto seja abrangente.

## 5.5 Angola Tem Cerca de 21 Milhões de Pessoas

*Semanário Continente*

*De 24 De Fevereiro de 2012*

O Instituto Nacional de Estatística (INE) prevê observar cerca de 21 milhões de pessoas durante o Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH), cuja recolha de dados vai decorrer de Julho a Agosto de 2013.

A informação foi dada recentemente, em Luanda, pelo director e também coordenador geral do Gabinete Central do Censo, Camilo Ceita, durante um seminário destinado a jornalistas, realizado no CEFOJOR (Centro de Formação de Jornalistas), sobre censo populacional, no qual destacou o facto do Governo angolano ser dos poucos em África que assumiu individualmente a 100% todas as despesas financeiras do recenseamento.

“Isso não quer dizer que não estamos a receber ajuda internacional. Este apoio está a ser prestado por via da assistência técnica que passa pela gestão do programa, pela cartografia, manuais, censo piloto e processamento de dados”, referiu.

Camilo Ceita, que também é o director geral do INE, disse que, na preparação do programa do próximo RGPH e na elaboração do projecto de cartografia associado, o INE tem contado com a assistência internacional financiada pelo Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP) e o Banco Mundial.

Referiu que, além da estrutura central e provincial do INE, a preparação do censo 2013 envolverá parcerias com instituições públicas a nível central e local, tanto para a actualização cartográfica como para o apoio logístico à operação, passando pela identificação de indivíduos de confiança para a supervisão e gestão local.

Quanto à actualização da cartografia censitária do país, o gestor do INE esclareceu que vai ser feita tendo em conta a nova divisão administrativa da capital do país, que inclui os municípios de Luanda, Cacuaco, Cazenga, Viana, Belas, Icolo e Bengo e Quissama

Anunciou que o INE vai efectuar, em Julho deste ano, um Censo Piloto da População e Habitação em sete províncias do país com objectivo de testar o conjunto de meios preparados para o Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH) previsto 2013.



“Tratam-se das províncias do Uíge, Kwanza Norte, Luanda, Bié, Moxico, Namibe e Cunene”, disse.

De acordo com o responsável, é necessário que se efectue uma experiência sobre o que se pretende fazer em 2013, afim de se perceber a estrutura organizativa e logística operacional preparada para responder os propósitos do censo.

Por outro lado, Camilo Ceita informou que estão orçamentados USD 90 milhões para a implementação de RGPH 2013, que serão empregues na aquisição de vários meios inerentes à actividade, como computadores, viaturas, formação, contratação de técnicos, motoristas, pagamento de salários e outros bens logísticos.

Relativamente aos resultados do Censo de 2013, espera-se, entre outros, recensear-se cerca de 21 milhões de pessoas, recrutar pelo menos 56 mil pessoas, produzir 41 mil mapas censitários, isto é, mapas geo-referenciados actualizados com cobertura nacional e base de amostragem para suporte aos inquéritos.

Referiu também que os dados relativos aos resultados a obter no Censo 2013 serão informados somente em 2014 devido à necessidade de serem devidamente tratados. O Censo 2013 será o primeiro a ser realizado no país depois da independência, 40 anos depois do último efectuado em 1970.

“A operação vai permitir a observação de um conjunto de dados e informações sobre quantos somos, como somos, onde vivemos e como vivemos”, explicou.

Quanto à razão da escolha das sete províncias, o técnico do INE Gilberto Ribeiro explicou que tem a ver com as regiões do país, isto é, Norte, Sul, Leste e Oeste, que representam características das demais províncias. “É uma amostragem”, disse o técnico Gilberto Ribeiro, acrescentando que através dos dados recolhidos naquelas províncias percebe-se a realidade de outras, do ponto de vista de número de população e de habitação”.

O Recenseamento Geral da População e Habitação é uma operação estatística complexa e dispendiosa que qualquer país deve realizar e permite que todos os indivíduos estejam em contacto com o Sistema Estatístico Nacional por se tratar de uma operação que envolve toda a população.

## 5.6 Quantos Somos? Censo Dará Resposta

*A Capital*

*De 25 De Fevereiro de 2012*

Os angolanos continuam a não saber, ao certo, quantos são e como vivem. Mas, em 2014, o país passará a dispor de estatísticas, que permitirá a sua população sair do vazio marcado pela ausência de informações demográficas precisas, fruto do censo populacional previsto para 2013.

A Ministra do Planeamento anunciou, recentemente, que estão já a ser criadas as condições, para a realização de uma tarefa que terá por finalidade definir em quantas andamos nesses termos, bem como tirar uma fotografia retratando as condições de habitabilidade da maioria dos angolanos.

Para testar a máquina, o Instituto Nacional de Estatísticas anunciou para o mês de Junho a realização de um censo-piloto, abrangendo províncias como as do Uíge, Kuanza Norte, Luanda, Bié, assim como as regiões do Moxico, Namibe e Cunene.

Tal censo é o ensaio, daquilo que será o primeiro recenseamento da população angolana, 37 anos depois que país ascendeu à independência.

Estima-se que, a população do país andarás entre 18 e 19 milhões de habitantes, mas os números já não atendem a real demográfica actual, na medida em que são projecções baseadas no censo realizado em 1970.

As autoridades angolanas querem, por isso, pôr em dia, as estatísticas relativas a população real do país. Vai daí que para o presente ano as atenções do ministério do Planeamento, por via do Instituto Nacional de Estatísticas, estão mais viradas, para os passos que antecedem o início dessa operação estatística.

O censo geral da população e habitação envolve um orçamento, avaliado em cerca de 86 milhões de dólares.

## 6 URBANISMO E HABITAÇÃO

### 6.1 Construção de moradias na vila da caála

*Jornal de Angola*

*De 1 de Fevereiro de 2012*

Pelo menos 300 moradias vão ser construídas, a partir deste mês, no município da Caála, província de Huambo, no âmbito do projecto habitacional “Minha casa, Meu Sonho”, executado pelo Governo Angolano, em parceria com a empresa Kora Angola.

Uma nota chegada à Angop refere que, para a execução do projecto, a empreiteira Kora Angola rubricou, no Huambo, um acordo para a edificação de prédios de quatro andares com a construtora chinesa HS, cuja conclusão está prevista para Outubro de 2012.

A iniciativa prevê ainda a construção de vivendas de até dois pisos, com métodos de construção BCA-Betão Celular Autoclavado, que permite um maior isolamento térmico e bastante durabilidade. Cada painel pesa cerca de 80 quilogramas, apesar da sua fácil e rápida aplicação. Em parceria com o Governo angolano, através do Programa Nacional de Habitação, a Kora Angola é responsável pela construção, incorporação imobiliária e comercialização de 40 mil fogos habitacionais, distribuídos pelas províncias do Bié, com sete mil, Huambo, 12 mil, Moxico, três mil, KwanzaSul, com cinco mil, Uíge, sete mil, e Luanda, seis mil.

### 6.2 Juíza acusada de apropriação de imóvel

*Jornal ANGOLENSE*

*De 3 de Fevereiro de 2012*

O litígio começou quando Marcelina Vaz arrendou o imóvel de dois quartos, sala, dispensa e casa de banho ao preço de mil dólares por mês à funcionária judicial, Ana Valente por um prazo de um ano. Mas diz que ela acabou por ficar um ano e sete meses há mais, por se ter recusado devolver a residência dentro dos prazos estabelecidos. “Na altura em que negociamos, acordamos que se deveria efectuar algumas obras de restauro no imóvel, o que não aconteceu. No momento em que quis reaver à casa ela exigiu que fosse reembolsada com oito mil dólares pelas obras que teria feito”, explicou Marcelina Vaz, acrescentando que, aquilo era uma aberração porque “a única coisa que ela fez foi construir o balcão que separa a cozinha da sala”, adiantou.

A queixosa disse que a sua inquilina exigia o pagamento dos valores acima mencionados como condição para desocupar a casa e teria contratado os serviços de uma empresa de segurança a impedir de ter acesso a mesma. A Juíza abandonou o imóvel sem lhe ter comunicado directamente, após uma ordem judicial, recordando que antes de travar esta “dura batalha”, mantinham uma relação saudável e dedicava-se à troca de moeda estrangeira na baixa da cidade. Atendendo a sua situação de invalidez, pediu aos seus familiares e “irmãos em Cristo” que continuem a apoiá-la.

O clima de tensão que se instalou entre as duas famílias agravou-se ainda mais no dia 24 de Dezembro, quando um dos filhos de Marcelina Vaz se cruzou com Ana Valente num dos supermercados da capital.

O jovem é acusado de ter ameaçado de morte a Juíza, o que deixou Ana Valente com os nervos a flor da pele e, em companhia de uma amiga, foi explicar à ex-senhoria o que se passara.

Insatisfeita com alegada atitude do jovem, Ana Valente recorreu a mãe para aconselhar o filho a não praticar tal crime. Mas, para o seu espanto, a mesma não acreditou que o seu filho tivesse aquele comportamento e bateulhe com a porta na cara. Esta situação provocou uma briga que teve que ser apaziguada pelas autoridades policiais. Segundo uma fonte ligada à família da funcionária sénior do TPL, a acusada não teve interesse em se apropriar do imóvel e nem sequer exigiu oito mil dólares para desocupá-lo.

“O que se passou foi que a senhoria estava a exigir a desocupação da casa sem ter cumprido com alguns pressupostos legais, que é a emissão de um aviso prévio, contendo um prazo, para que a inquilina possa procurar uma nova residência”, explicou.

Por outro lado, a nossa fonte disse que a sua parente ficou preocupada ao notar que o imóvel está em nome da cidadã Domingas Pedro Vaz e quem assinou o contrato de arrendamento é um outro indivíduo de nome Domingos Pedro Vazo. Quanto a isto, a senhora Marcelina Vaz esclarece que o imóvel pertencia a uma das suas filhas que já faleceu e quem rubricou o contrato foi um dos seus filhos. A morte da sua descendente tornou-a herdeira legítima.

Por outro lado, este jornal tentou ouvir Ana Valente, mas esta mostrou-se indisponível por considerar que a situação já foi ultrapassada, isto é, jamais foi sua intenção apropriar-se da residência da cidadã em causa.

## 6.3 Nos Zangos

*Venda Ilegal de Espaços Públicos*  
*Semanário Factual*  
*De 04 De Fevereiro de 2012*

De acordo com moradores, a venda ilegal dos terrenos está a tomar proporções escandalosas”, dada a ambição das pessoas envolvidas neste negócio, particularmente a instituições governamentais.

As fontes foram unânimes em reconhecer que os valores envolvidos nas negociatas são chorudos, o que cria disputa entre as pessoas envolvidas, tanto nacionais, como estrangeiros.

“Um espaço de 30m x 30m pode vir a custar cerca de 45 mil dólares, dependendo do empreendimento que se pretende erguer no local e o poder de compra do interessado. São milhões de dólares que estão envolvidos”, denunciaram.

### **Venda de terrenos do Estado é crime**

A ter em conta que a terra é uma propriedade do Estado, segundo a Constituição, os moradores interrogam-se como ser possível que os espaços destinados a bens e serviços para as comunidades sejam, criminosamente, vendidos por aqueles que deviam protegê-los.

Parafaseando as fontes, à semelhança do que aconteceu no bairro Hoji-Ya-Henda (município do Cazenga), os quintais das residências nos Zangas estão a ser invadidos por estrangeiros que, aproveitando-se da pobreza do cidadão nacional, os transformam em cantinas e armazéns diversos, com a conseqüente alteração do perfil arquitectónico, sob olhar impávido da Fiscalização, preocupada apenas com o lucro da venda dos espaços públicos.

Lembraram que o projecto inicial da centralidade dos Zangas, inúmeras vezes publicamente apresentado, incluía, além das áreas residenciais, outras destinadas ao lazer, ao comércio e outras necessidades das comunidades, como recomenda qualquer espaço habitacional.

“E incrível. A semelhança do que aconteceu em outros bairros da província de Luanda, em que todos os espaços públicos, como campos de futebol, jardins e outros largos foram criminosamente vendidos. A saga virou-se agora para os Zangas I, II, III e IV”, lamentaram os denunciantes, num misto de revolta e de tristeza.

### **Tudo sucede do dia para a noite**

Os moradores afirmaram que tudo acontece de forma muito rápida e sem a mínima suspeita para os vizinhos do espaço a surripiar, primariamente destinado a fins públicos.

“De repente, o espaço que serviria para algo de interesse público tem empreendimento privado, sem explicações. Há situações em que tudo acontece como se de magia se trata, do dia para a noite”, explicaram as fontes, estupefactas.

Lamentaram que os Zangos I, II, III e IV, presentemente dos bairros mais populosos da província de Luanda, não tenham uma única zona verde, apesar de estarem contempladas, por serem de suma importância da preservação do ambiente e bem-estar social.

“Ninguém se importa em plantar uma única árvore, apesar de logo à entrada do Zango I estar um viveiro com uma invejável variedade de plantas que não se sabe para onde vão”, sublinharam as fontes, muitas delas enopadas em suor, devido ao solo abrasador próprio daquela localidade.

Segundo estas, a falta de espaços verdes tem já provocado a erosão de solos em determinadas áreas.

“As casas, nos Zangas, são tão quentes durante o dia ou mesmo à noite que quase se torna impossível um repouso adequado. Enquanto isso, ambiciosos importam-se apenas em vender os poucos espaços livres existentes, destinados particularmente a áreas verdes, tão importantes para a saúde comunitária”, afirmou um morador do Zango II.

### **Centro Social do Zango II está abandonado**

Este lamentou, igualmente, o estado de abandono a que está votado o Centro Social da localidade, um empreendimento que custou, certamente, milhões de dólares ao Estado, sem utilidade prática.

Os habitantes dos Zangas acrescentaram que, “muitas vezes, as pessoas só se apercebem da venda de determinado espaço público, devido aos conflitos que se instalam, porque o mesmo foi vendido a mais de uma pessoa”.

De acordo com as denúncias, há casos em que o espaço público, junto a uma escola, que, certamente, serviria para uma área verde ou parque de estacionamento é vendido para algo completamente incompatível, como para a comercialização de bebidas alcoólicas.

“As pessoas envolvidas não têm escrúpulos, não se importam com o que se vai fazer no local. Esquecem-se do impacto e dos benefícios colectivos que podem trazer um empreendimento social para a comunidade”, sublinharam.

Segundo informações, existe um caso caricato em que o espaço público à frente de uma importante e moderna

clínica, alguém, certamente a troco de uma massa, resolveu ceder a parcela a uma padaria.

“Trata-se de um verdadeiro escândalo. A invasão dos locais públicos é um verdadeiro crime”, asseguraram as fontes.

#### **Governador provincial toma medidas**

As fontes do Semanário Factual informaram, igualmente, que a venda ou ocupação dos espaços públicos nos Zangas já terá chegado ao conhecimento do governador provincial de Luanda, Bento Bento.

As informações prestadas indicam que Bento Bento terá mandado, com urgência, catalogar todos os espaços públicos das localidades, bem como quer saber tudo a propósito.

“Felicitamos a atitude do governador provincial, porquanto é imperioso terminar com este tipo de coisas. Estes espaços vão, certamente, fazer imensa falta na implantação de infraestruturas do Estado para o benefício das comunidades”, asseveram.

As fontes congratularam-se com a decisão de Bento Bento e manifestaram-se esperançados em ver tudo isso devidamente esclarecido e encaminhado.

Sublinharam que a vasta camada juvenil dos Zangos é seriamente penalizada, pela falta de espaços de lazer, tendo de se virar a actividades socialmente reprováveis.

“E triste ver, aos domingos, a juventude a ter de recorrer às ruas para poder praticar o desporto de lazer. Devíamos aprender com os erros do passado noutros bairros da província de Luanda”, lembraram.

Os moradores temem que esta situação pode levar a que, num futuro próximo, inclusive as ruas, sejam alvo da ambição desmedida de alguns como, alias, já aconteceu em determinados bairros da capital.

“Por culpa de uns poucos, o Executivo acaba por ser condenado e, por isso, há que descobrir e punir severamente os culpados. A ambição desmedida de uns não se pode sobrepor aos interesses de todos”, concluíram as fontes.

Como diz o ditado em francês:

“Laver la tête du singe c’est gâter le savon sains raizon” (Lavar a cabeça do macaco é gastar o sabão sem razão), ou seja, “Confiar em pessoas dúbias é cair em erros sem solução”.

## **6.4 Dizem-se Enganados**

*Moradores do Kaputo Recusam Zango  
Semanário Angolense  
De 04 De Fevereiro de 2012*

Os moradores, mesmo sem os terem ainda as chaves das novas moradias, localizadas no projecto habitacional do Zango 3 (Viana), fizeram uma visita surpresa ao local e constataram que «não é digno de ser considerado num projecto habitacional, pois não tem sequer as condições básicas que têm os prédios que pretendemos abandonar. Antes de mais, o espaço que será concedido a cada família é muito pequeno, de acordo com o que vimos, as nossas mobílias não vão chegar, mesmo que nos derem duas casas para cada», alegam.

A mudança, que estava prevista para o dia 28 de Janeiro, não foi realizada porque os moradores dizem que estão a ser manipulados pela administração do distrito urbano do Rangel e, conseqüentemente, pelo Secretário de Estado do Urbanismo e Construção, Joanes André, pois estes disseram que as suas casas estão localizadas no Zango 3, quando, na realidade, é no Zango 4, com péssimas condições e inacabadas. «Não está certo, aquilo que querem fazer connosco, porque nós somos «inquilinos do governo», não passamos mais de 30 anos a viver de favor aqui nos prédios. A maior parte das famílias que aqui estão pagam aproximadamente 700 kwanzas (mensal) do aluguer. Como é que agora, o próprio governo está a cometer esta injustiça, dando-nos casas que nem mosaicos têm?», perguntam eles, preferindo o anonimato de modos a evitar correr o risco de serem abandonados. Numa notícia publicada na Agência Angolana de Notícias, Angop, o secretário Joanes André confirma ter mantido um encontro com os moradores dos edifícios, onde se fez presente também o coordenador da Comissão daqueles moradores, Manuel Mateus, tendo concluído que a reunião foi proveitosa.

Segundo Joanes André, no Zango 3 as condições estão criadas para os novos habitantes, uma vez que a zona é urbanizada, as residências possuem energia eléctrica, água e tecto falso. Tendo explicado que não existem casas de pobres, porque cada cidadão em função das suas possibilidades cria o seu modo de vida. Disse que nas residências onde vão morar há melhores condições, ao contrário do espaço onde estão a viver actualmente com o perigo de os blocos desabarem.

«Para quem tem muito gosto e quer ter uma casa de luxo... repito, não existem casas de pobres, pode no interior da residência fazer os arranjos ao seu gosto, porque o Estado não proíbe que tais alterações sejam feitas», frisou.

Em conversa com o Semanário Angolense, os populares desmentiram este facto dizendo que naquele encontro não houve sequer consenso entre as duas partes, pois o Secretário de Estado do Urbanismo e Construção mostrou isso, destratando-os, ao proferir as seguintes palavras: «quem quiser morrer nos prédios que fique ai mesmo, pois ainda que vocês forem ver as casas não mudará nada».

Aqueles populares alegam ainda que estão a tentar manter uma audiência, pelo menos, com a administração local, de modos que a situação seja minimizada. Mas infelizmente, a administradora anda a esquivar-se. «Estamos a ser tratados como se fôssemos cães, quando ontem cobravam rigorosamente o aluguer. Por isso, não vamos sair daqui se não nos derem casas condignas (com água e luz) e não aquelas que ainda temos que depender do abastecimento por cisternas», finalizam.

Por outro lado, convictos de que será difícil «começar a vida do zero», uma vez que para aqueles moradores, a ida ao Zango 3, ou 4, terão tudo muito distante, desde os trabalhos, escolas e os seus negócios. Assim sendo, apelam que, pelo menos, o governo tenha o mínimo de dignidade em colocar, naquelas circunscções, uma escola, esquadra policial e um posto médico.

Pata finalizar, este jornal exerceu esforços para contactar a administradora do supracitado distrito, mas infelizmente, das vezes que se bateu à sua porta, foi dito que a mesma não se encontrava presente e que era impossível marcar uma audiência, segundo a sua secretária.

## 6.5 Milhares de Casas são Erguidas em Todos os Municípios do País

*Jornal de Angola*

*De 06 De Fevereiro de 2012*

A secretária da Presidência da República para os Assuntos Sociais anunciou, ontem, na comuna de Soma-Kwanza, a construção, ainda este ano, de cem casas sociais em cada município do país.

Rosa Pacavira fez a revelação quando inaugurava, no âmbito das celebrações do 510 aniversário do início da luta de libertação nacional, várias infra-estruturas sociais, cujas construções foram da responsabilidade do Executivo. A secretária da Presidência prometeu a revitalização da actividade comercial na comuna, com a construção de estabelecimentos comerciais e de agências bancárias e uma estrutura para o sector da justiça, onde funcionem os serviços de registos de nascimento e de emissão do Bilhete de Identidade.

Rosa Pacavira lembrou que ainda há muito trabalho que requer o empenho de todos e que a Secretaria da Presidência para os Assuntos Sociais tem como objectivo desenvolver programas integrados para o bem-estar social dos angolanos.

### Impacto do programa

A coordenadora do Programa Nacional de Luta contra a Pobreza, Rosa Pacavira, defendeu, recentemente, a elaboração de estudos para avaliar o impacto da implementação do Programa Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza, em curso.

Rosa Pacavira, que falava durante o “Terceiro encontro nacional de avaliação, balanço e programação do plano de acção municipal para o ano de 2012”, que decorreu em Ndalatando, disse ser necessário a recolha de informação estatística directamente ligada aos indicadores do programa do Executivo contra a pobreza. A secretária para os Assuntos Sociais do Presidente da República indicou que foram identificadas dificuldades nos municípios, como a falta de informação fiável para a planificação, falta de dados demográficos, cobertura e qualidade dos diferentes serviços sectoriais e de mapas geográficos dos projectos em curso.

Rosa Pacavira disse que a implementação do programa enfrenta igualmente dificuldades em atrair quadros qualificados nas áreas técnicas e de gestão dos projectos nas comunidades. A responsável afirmou que os municípios precisam de orçamentos compatíveis com a carteira de projectos aprovados.

As verbas para esses orçamentos, disse secretária da Presidência da República para os Assuntos Sociais, devem ser disponibilizadas de forma “regular e previsível”.

## 6.6 Nova Colonização nas Construtoras Chinesas

*Semanário Continente*

*De 10 De Fevereiro de 2012*

A constatação desta triste realidade foi feita durante a ronda que efectuamos em algumas zonas da capital, concretamente, onde estão em curso obras levadas a cabo por empresas chinesas. Na sua maioria, os jovens se debatem com problemas gritantes de condições de trabalho, o que tem levado muitos a desistência prematura dos seus postos de trabalho. Há excessos das horas de trabalho; entram às 8 horas e saem às 18. Os baixos salários, falta de contratos de trabalho, seguro, além da necessária assistência de equipamentos de segurança

laboral dada a natureza especial das tarefas que desenvolvem, em meios de substâncias tóxicas, como cimento e outras matérias.

Não existe um vínculo contratual entre o empregado e as entidades empregadoras no processo de admissão.

Segundo fontes, o empregador regista os dados do candidato e de imediato o mesmo começa a trabalhar, sem contrato. As nossas fontes lamentam o facto destas empresas celebrarem contratos milionários com o Executivo angolano, o que não justifica as condições de trabalho que oferecem aos cidadãos nacionais.

Por exemplo, na construtora de estradas Xung Tong Intemational, além dos operários angolanos trabalharem sem contrato, carecem de meios de trabalhos básicos, tais como uniforme, botas, luvas e capacetes, razão porque têm de desenrascar por conta própria para terem estes equipamentos, conforme fizeram saber os lesados.

Entretanto, as simetrias nesta empresa do ramo de construção civil, não restringem unicamente pela ausência de uniformes, mas também as condições de trabalho, sobretudo subsídios de alimentação e transporte. Disseram ainda existir uma forte discrepância em termos salariais entre os jovens angolanos e chineses, já estes últimos recebem através dos bancos. Aos angolanos, é pago directamente um valor irrisório de 900 Kwanzas por dia como remuneração. Em caso do trabalhador chegar atrasado no local de serviço, é descontado 200 Kwanzas. E nestes valores têm de custear a alimentação e o transporte.

Outro aspecto negativo se resume na ausência de categorias dos angolanos, de forma que todos se ocupam como ajudantes. Somente entre os chineses ocupam categorias de engenheiros, operadores de máquina, motoristas, pedreiros, entre outras.

A Lei Geral do Trabalho (LGT) no seu artigo 12º prevê que o contrato de trabalho confere ao trabalhador o direito a ocupar um posto de trabalho, em conformidade com a lei e as convenções colectivas de trabalho e que deve ser, dentro do género de trabalho para que foi contratado, o mais adequado às suas aptidões e preparações. Explica ainda que o contrato de trabalho obriga o empregador a atribuir uma categoria ocupacional e uma classificação profissional as funções e tarefas inerentes ao posto de trabalho.

Secretário-geral da UNTA apela trabalhadores a sindicalizarem-se Chamado a intervir, Manuel Viaje, secretário-geral da União Nacional dos Trabalhadores Angolanos (UNTA), começou por descrever que “o

sector da construção joga um papel importante no quadro das tarefas da reconstrução nacional. Tendo considerado este sector como mais crítico, em termos de acidentes e doenças laborais porque, segundo ele, os indicadores dos órgãos da administração da justiça laboral, ali encontram piores dados em termos de saúde e segurança no trabalho”, frisou.

Manuel Viaje reconhece ainda, como um sector onde o trabalho é complexo no sentido de que requer um esforço físico grande, pelo manuseamento de meios de equipamentos de trabalho bastante áduos. Fez saber por outro lado, que a UNTA enquanto Organização Sindical, quando encontra numa determinada empresa, condições que deixam muito a desejar, faz denúncia ao MAPESS através da Inspecção-gerall do Trabalho, no sentido de corrigir e sancionar o empregador que não reúne as condições.

Aconselhou as associações sindicais ligadas ao sector a intervirem em situações do género que ocorrem numa determinada empresa, realçando ser preciso que os trabalhadores estejam organizados, em associações sindicais. Mais adiante esclareceu que, “isto significa que os trabalhadores têm que se reunir e constituir uma Comissão Sindical ou urna Comissão de Trabalhadores”. Em seu entender o facto de terem emprego, têm direito conexo à associação sindical.

Manuel Viaje explicou que durante a vigência do Contrato de Trabalho, quer seja em tempo determinado ou indeterminado, quando uma das partes se sentir injustiçada deve reunir, primeiro entre trabalhadores e depois com a entidade empregadora para discutirem e chegarem a um consenso; caso os compromissos assumidos na reunião não forem honrados, os trabalhadores, com base na lei podem obrigar a entidade empregadora a cumprir com a sua parte, por isso é que está aí a Lei da Greve.

De acordo com o responsável, como a parte mais fraca são os trabalhadores, é necessário que haja união entre eles e espírito de solidariedade; e isso só se consegue com a eleição de um representante sindical entre os trabalhadores, disse acrescentando que, assim tornar-se-ão mais fortes e facilmente conseguem enfrentar a entidade patronal, porque a ausência dessa união dificulta significativamente a nossa intervenção, uma vez que não colaboram com a organização sindical. O Governo por outro lado atirou a bola à Inspecção-geral do Trabalho que em representação tem a responsabilidade de fiscalizar as condições de trabalho dos empregados angolanos e não só.

No caso das empresas chinesas, o secretário-geral da UNTA, referiu, “estamos com duas falhas, dum lado os trabalhadores não aderem ao associativismo sindical

e por outro lado, não fazem chegar as suas preocupações às autoridades competentes, como é o caso da precariedade em que desenvolvem as suas actividades”.

No final da sua reacção ao tema, apelou à todas empresas, principalmente aos trabalhadores a aderirem à Organização Sindical, para melhor defesa dos seus interesses económicos, sociais e profissionais.

## 6.7 75 Residências sociais no Icolo-e-Bengo

*revista VIDA*

*De 10 de Fevereiro de 2012*

Setenta e cinco casas sociais serão construídas no decorrer do presente ano, no município do Icolo-e-Bengo, em Luanda, pelo Executivo, beneficiando a população mais desfavorecida, no âmbito do Programa Municipal Integrado de Combate à pobreza e Desenvolvimento Rural.

O administrador municipal de Icolo-e-Bengo, António Calado, disse que as residências, de cinco compartimentos, beneficiarão a população que vive em condições precárias nos arredores das cinco comunas da circunscrição: Bom Jesus, Cabiri, Cassoneca, Caculo Cahango e Catete. António Calado disse que este programa chegará a todas as comunas e sectores, com objectivo principal de desenvolver as comunidades para que vejam ultrapassadas as necessidades básicas, nos sectores habitacional, distribuição de água potável, construção de escolas, postos de saúde, acesso ao crédito, distribuição de inputs agrícolas e gado bovino e caprino para repovoamento.

O município de Icolo-e-Bengo, recentemente integrada na província de Luanda, no quadro da nova divisão política e administrativa, conta com uma população estimada em 180 mil habitantes. Tem 78 povoações, numa área de três mil e 820 quilómetros quadrados.

## 6.8 Situação nos Zangos vai de Mal a Pior

*Semanário factual*

*De 11 A 18 De Fevereiro de 2012*

Essa situação agradável levou as autoridades a desbravarem mais áreas da região do Zango, para construir aldeamentos, a fim de albergar mais cidadãos saídos das zonas de risco de Luanda.

Assim, nasceram o Zango 2, em 2006 e, em 2010, o Zango 3, a maior “urbe” da região, mais ordenada e com ruas largas, abastecidos de energia eléctrica permanente e água potável ininterrupta.

Em contrapartida, em 2011, a energia eléctrica começou a sofrer apagões e a água potável apenas passou a surgir nas torneiras das casas, junto à estrada com destino a Calumbo, quando, no interior, ela desapareceu por completo, levando os moradores a construir tanques reservatórios.

O Factual foi aos Zangos e confirmou que os moradores atravessam momentos difíceis, longe do período em que viviam folgados, com água e luz a tempo e hora.

“De facto, posso dizer que já foi bom morar no Zango. Aqui havia sempre energia e água, mas agora é o que o senhor jornalista vê: torneiras vazias e escuridão nas casas à noite”, desabafou Angelina Pacavira, de 50 anos, e a viver com os filhos no Zango 3.

Segundo ela, os postes de iluminação da zona já não acendem às noites, por falta de substituição das lâmpadas, e, pelo menos, mais de quinhentos postes estão fora de serviço, sem que a EDEL intervenha para pôr cobro à situação.

“E, são muitos os postes de energia apagados, já fomos à EDEL, mas nada acontece. O pior é que, às noites, muitas áreas ficam às escuras, facilitando a movimentação de suspeitos”, acrescentou Angelina Pacavira, no que foi corroborada por outras moradoras também vítimas.

### Procura de água tornou-se constante

Na altura em que o Factual esteve nos Zangos, deu conta que dezenas de jovens raparigas levavam à cabeça bacias e baldes à procura de água, porque, como afirmaram algumas delas, “os Zangos estão secos, não tem água”. Agora, além da falta de água na tubagem dos Zangos, há alguns dias que a energia é fornecida de forma alternada, quer dizer, se o Zango 1 tiver luz, é porque o Zango 3 está às escuras.

“É verdade, a luz agora é dada por fases: se o Zango 2 tiver energia, com certeza o Zango 1 fica sem luz”, fizeram saber os moradores do Zango 1, que se dizem agastados, que até pensam em mudar de residência.

“Está a tornar-se insuportável, a luz fornecida nem chega aos 220 volts, pois vem fraquinha, quase uma vela”, asseverou António Azevedo, de 40 anos e possuidor de uma pequena loja de peças de viaturas, no Zango 2.

Para ele, o pessoal da EDEL e da EPAL adstrito aos Zangos, deve ser substituído, porque já está em funções há mais de quatro anos!

“Já estão no marasmo, já não vêem nada, pelo que devem ser substituídos”, criticou António Azevedo, que afirmou ter arrendado a sua casa no Zango 3, preferindo

ir morar na zona da Estalagem, em Viana, “apesar do barulho e da confusão que não se regista no Zango 3, onde tudo é calmo”, frisou.

## 6.9 Questões Laborais e de Terrenos entre as Principais reclamações

*Jornal de Angola*

*De 11 De Fevereiro de 2012*

Reclamações sobre problemas laborais e de terrenos, além de questões relacionadas com disputas por bens imobiliários, são as que chegam em maior número à Provedoria de Justiça, revelou, ontem, o titular do cargo, no lançamento do “Guia do Cidadão”.

Paulo Tchopilica disse que hoje os cidadãos já começam a procurar mais os serviços da Provedoria para expor os problemas e que as reclamações são feitas por carta e no portal da instituição.

### Guia do Cidadão

O “Guia do Cidadão”, apresentado na União dos Escritores Angolanos e escrito em português, quimbundo e umbundu, é uma brochura que especifica o papel da Provedoria de Justiça e as atribuições que tem. O encarregado de negócios da Embaixada do Reino Unido em Angola, que financiou a produção da brochura, sublinhou o “importante papel” que a Provedoria desempenha na garantia dos direitos dos cidadãos.

Andrew Bowes recordou que a Provedoria ajuda a garantir os direitos de defesa, liberdade dos cidadãos e contribui para a manutenção de valores como lealdade, dignidade e justiça.

O Reino Unido, referiu, está empenhado em apoiar iniciativas sobre os direitos humanos, a democracia e boa governação, dentro dos princípios de aceitação da equidade e do respeito pela lei.

“O país foi teatro de violência e é conveniente que haja um Estado democrático de direito, que tem como a aceitação a diferença e, sobretudo, a tolerância, englobando naquilo que representa e está pautado na Constituição, que é a defesa dos direitos e liberdade de garantias”, declarou o provedor.

## 6.10 É muita sobreposição

*Jornal AGORA*

*De 11 de Fevereiro de 2012*

Na edição passada já afluímos esta questão da secretária para os Assuntos Sociais do Presidente da República poder usurpar funções de ministros ou subalternizá-las a não existir uma clara separação das águas.

Em constante movimento, Rosa Pacavira esteve no pretérito domingo, 5, na comuna de Soma-Kuanza (província do Bié) onde prometeu a construção, ainda este ano, de 100 casas sociais em todos os municípios do país, bem como a revitalização da actividade comercial com a construção de estabelecimentos comerciais, agências bancárias e uma estrutura para o sector da justiça para funcionarem os serviços de registos de nascimento e de emissão do Bilhete de Identidade.

No que às casas respeita, uma vez mais o ministro do Urbanismo e Construção não foi tido nem achado.

Multiplicando 100 casas pelos 168 municípios do país isso perfaz 16.800 para erguer em rápidos 10 meses, uma vez que Rosa Pacavira garantiu a construção das casas ainda para este ano.

Desconhece-se se estes anúncios públicos fazem-se em articulação com o ministro do Urbanismo e Construção que coordena o Programa Nacional de Habitação. Este, de resto e pelo andar da carruagem pode vir a ser como a montanha ao parir um rato: são casas sociais para jovens (dos sorteios no governo de Luanda nunca mais, se falou), antigos combatentes, projecto “Meu sonho, minha casa” e por aí fora.

Neste exemplo da comuna de Soma-Kuanza, Rosa Pacavira, envolveu, desta feita, acções relacionadas com os Ministérios do Comércio, Justiça, além dos bancos.

Como coordenadora do Programa Nacional de Luta contra a Pobreza ela defende a elaboração de estudos para avaliar o impacto da implementação do Programa Integrado do Desenvolvimento e Combate à Pobreza já em curso, bem como a recolha de informação estatística directamente ligada aos indicadores do programa do Executivo contra a pobreza.

Mas isso não é da responsabilidade do Ministério do Planeamento?

.Volvido apenas um dia, desta feita a 6 deste mês, a dose repetiu-se com R.P. a exhibir na Lunda-Norte, o mesmo cartão de visita: numa primeira fase serão construídas 50 casas, evolutivas e, a partir de Março, passarão a 100.

As residências estão orçadas em 8 mil dólares e destinam-se às populações mais vulneráveis. Até aí tudo bem, mas o ponto é saber se estes preços se manterão nas restantes 17 províncias do país.

Numa passada imparável, antes, isto é, a 3 deste mês, Rosa Pacavira tinha inaugurado o projecto de casas ecológicas na vila de Catete que visa construir moradias em todo o país o preço de oito mil dólares, o mesmo praticado em Soma-Kuanza.



A inauguração deste novo projecto de casas sociais, também designadas casas evolutivas, à cargo da empresa “PG&D” nem se quer contou com a presença do ministro do Urbanismo e Construção, Fernando Fonseca, o que se vem repetindo no mediático protagonismo de Rosa Pacavira.

## 6.11 Moradores dos prédios sul-africanos exigem exoneração da administradora.

*Semanário CONTINENTE*  
*De 3 DE Fevereiro de 2012*

Em causa estão as casas do Zango 3 onde seriam transferidos no dia 28 do mês passado. Mas, acontece que as residências não oferecem as condições desejadas pelos moradores, pelo que as rejeitaram categoricamente. Agastada com atitude dos moradores, a administradora municipal do Rangel, Maria Clementina Gomes da Silva, disse aos moradores, alto e bom som que “caso não aceitem as casas que estamos a oferecer no Zango 3, então que estes edifícios desabem e vocês que morram”, preferiu a responsável. Em função das palavras da dirigente, os moradores em causa consideram a governante, como sendo pessoa sem espírito de servir a população.

“Como é possível uma governante, sendo pastor do povo, faz estas declarações?”, interrogaram-se, tendo rogado a quem de direito no sentido de rever as políticas de nomeação de certos responsáveis que podem exercer cargos públicos. De acordo com os munícipes, o secretário de Estado de Urbanismo e Construção, garantiu que dentro em breve os afectados poderão ser transferidos para o Zango em condições aceitáveis. Os habitantes lembraram que desde a sua nomeação que a administradora Maria da Silva, se dirige para as comunidades usando ofensas sem ter em conta que a sua existência como governante depende deste mesmo povo que ela despreza, considerando a atitude não ser peculiar para uma servidora do Estado.

## 6.12 Apenas 45 pessoas vivem na cidade do kilamba

*Semanário CONTINENTE*  
*De 3 de Fevereiro de 2012*

Os luandenses estão descontentes com os preços das casas na nova cidade do Kilamba. O projecto, financiado pela linha de crédito chinesa, está a ser edificado para reduzir o défice habitacional que afecta a maioria da população angolana. Infelizmente, na prática não se faz sentir esse desiderato.

Os nossos interlocutores sugeriram que como alternativa de poder facilitar a vida dos jovens, deveria haver o método de arrendamento das casas na ordem dos 10 mil K wanzas, isto é, para facilitar a problemática habitacional por parte de muitos jovens que pretendem concretizar o sonho da casa própria.

Argumentaram que muitos deles não têm emprego. Os poucos que têm ganham salário abaixo de 60 mil K wanzas, o que não chega para fazer face às necessidades mensais.

O processo de comercialização dos primeiros três mil apartamentos com preços que vão dos 120 a 200 mil dólares, está à quem das possibilidades da classe média para qual está direccionado o projecto.

Desilusão, descontentamento e surpresa, foram os denominadores comuns para quem tem o sonho da casa própria, abordados por este jornal.

### Preços aos olhos da cara

Para além das novas Centralidades do Kilamba e do Cacucaco, a compra de terreno ou arrendamento de uma casa na cidade capital tem sido uma dor de cabeça para muitos jovens.

José Carlos reconheceu que não está fácil, para uma pessoa sem emprego ou que trabalha informalmente, alugar uma casa na cidade de Luanda ou de uma outra província, ou até mesmo nos bairros periféricos, onde uma casa com um quarto e uma sala, por exemplo, é arrendada a cinco mil Kwanzas por mês.

“Na cidade, um apartamento de dois quartos, uma sala, cozinha e quarto de banho pode custar o equivalente a 600 dólares americanos por mês, com a agravante de ue o interessado tem de pagar, no mínimo, seis meses adiantados”, disse. Ezequiel Rodrigues, proprietário de uma loja de especialidade, disse que ainda encontra alguma dificuldade na aquisição do material de construção para vender, devido aos elevados preços dos fretes a partir do estrangeiro.

“Muito material é adquirido no estrangeiro e os custos de transporte não são baixos, por isso é que os materiais de construção custam caro”.

José Camota queria comprar ferros, mas desistiu por causa dos preços. “Estão muito caros. Vou ver se consigo omercado da Alemanha”, disse, ao mesmo tempo que Mateus Sapalo e Abel João resmungavam ao verem os preços estampados nas latas de tinta de vinte litros. “A única fonte de receita para um cidadão comum é o salário. Se não for compatível fica muito difícil alugar uma casa e muito mais comprar material de construção”,

disse Francisco Albino, que em companhia da esposa pretendia comprar chapas de zinco. Francisco Neto, arquitecto e especialista em urbanismo e construção civil, disse que o mercado vai ficar mais competitivo à medida que surgirem indústrias de material de construção nas províncias.

“Os preços de alguns produtos e materiais de construção só poderão baixar caso haja mais fábricas. Por enquanto é mesmo difícil”, salientou.

A tardia aplicação da Lei do Regime Geral dos Créditos, por alguns bancos comerciais, apresenta-se como o principal empecilho para o sucesso das vendas das habitações da centralidade do Kilamba, segundo o responsável do Delta Imobiliária, Paulo Cascão. Sublinha a importância desta lei, porque permitirá aos bancos comerciais que se comprometeram na cedência de crédito, definam as taxas dos créditos habitacionais, um acto que vai impulsionar a venda dos fogos habitacionais. A nova cidade, cujo projecto global contempla 710 edifícios, 24 creches, nove escolas primárias e oito secundárias e 50 quilómetros de estradas, constitui um elo de transição para a nova urbe de Luanda, que se vai situar junto à margem do rio Kwanza.

O projecto tem conclusão prevista para Outubro de 2012. Até lá, o empreiteiro deve entregar mais 595 edifícios, que correspondem a 16.822 apartamentos e 198 lojas. O acesso à nova cidade está facilitado pela primeira circular de Luanda, via com duas faixas de rodagem em cada sentido, cujo número pode ser aumentado.

### 6.13 Lei vai resolver o problema do crédito habitacional

*Semanário CONTINENTE*  
*De 3 de Fevereiro de 2012*

O ministro das Finanças, Carlos Alberto Lopes, disse em Dezembro último, que é intenção do Executivo aprovar a Lei da Alienação Fiduciária para resolver a problemática do crédito à habitação. Enfatizou na ocasião que a medida gizada, a princípio, enquadra-se no Programa Nacional de Habitação, além de garantir que a Lei da Alienação Fiduciária facilita a entrada de capitais externos para financiar a compra de habitação, bem como desobrigar o Estado de grandes volumes de subvenções aos financiamentos. Por outro lado, quando implementada, a referida lei vai permitir a arrecadação de mais impostos, fortalecer o crédito imobiliário e incentivar o aumento da indústria nacional ligada ao sector imobiliário. O ministro acredita que a lei irá conferir mais garantias nas operações imobiliárias, diminuir de forma drástica o incumprimento e aumentar a

concorrência entre os bancos e a consequente redução dos juros. Localizada há 20 quilómetros do centro de Luanda, a cidade do Kilamba está a ser desenvolvida em três fases e prevê a construção num total de 82 mil apartamentos, numa área de 54 quilómetros quadrados. A nova cidade, cujo projecto global contempla 710 edifícios, 24 creches, nove escolas primárias e oito secundárias e 50 quilómetros de estradas, constitui um elo de transição para a nova urbe de Luanda, que se vai situar junto à margem do rio Kwanza. O projecto tem conclusão prevista para Outubro de 2012. Até lá, o empreiteiro deve entregar mais 595 edifícios, que correspondem a 16.822 apartamentos e 198 lojas. O acesso à nova cidade está facilitado pela primeira circular de Luanda via com duas faixas de rodagem em cada sentido, cujo número pode ser aumentado.

### 6.14 Município de Icolo e Bengo constrói novas casas sociais

*Jornal de Angola*  
*De 9 de Fevereiro de 2012*

Ao todo, 75 casas sociais vão ser construídas ainda este ano no município do Icolo e Bengo, em Luanda, no âmbito do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza.

O administrador municipal de Icolo e Bengo, António Calado, disse, na terça-feira, à agência de notícias Angop que as habitações vão ser destinadas a pessoas que vivem em condições precárias nas comunas de Bom Jesus, Cabiri, Cassoneca, Caculo Cabango e Catete.

António Calado frisou que o programa social vai chegar a todas as comunas e sectores. Entre as acções previstas para o Icolo e Bengo estão ainda a distribuição de água potável, a construção de escolas e postos de saúde, o acesso ao crédito e a distribuição de equipamentos agrícolas e gado bovino e caprino para o repovoamento animal na circunscrição.

O município de Icolo e Bengo, integrado na província de Luanda, no quadro da nova divisão política e administrativa, conta com uma população estimada em 180 mil habitantes. O município de Icolo e Bengo tem 78 povoações, numa área de 3.820 quilómetros quadrados.

Na sequência da divisão política e administrativa, a província de Luanda tem agora sete municípios, menos dois em relação à antiga divisão política e administrativa.

Os sete actuais municípios que integram a província de Luanda são Luanda, Icolo e Bengo, Quissama, Cazenga, Belas, Viana e Cacuaco.

## 6.15 Imposto predial alimenta dúvidas dos contribuintes

*NOVO JORNAL*

*De 10 de Fevereiro de 2012*

As alterações introduzidas no seguimento da reforma fiscal em curso trouxeram algumas dificuldades junto dos cidadãos. Para além da introdução de um novo modelo de preenchimento obrigatório (Modelo O), também os valores cobrados levantaram algumas dúvidas.

No âmbito da reforma fiscal que está a ser impulsionada pelo PERT – Projecto Executivo para a Reforma Tributária (organismo que responde perante o Ministério das Finanças) o mecanismo de cálculo do IPU – Imposto Predial Urbano foi alterado. A partir de agora o imposto predial é calculado em função de diversos factores: localização do imóvel, área, tipologia e acesso a serviços (água, energia, saneamento).

Também o novo formulário de preenchimento obrigatório foi alterado, o que provocou atrasos consideráveis no atendimento ao público. Os contribuintes, por não estarem a par das novas orientações, foram surpreendidos o que acabou por congestionar a capacidade de atendimento da administração pública. Ao mesmo tempo, um atraso da Imprensa Nacional na impressão dos formulários fez com que o IPU apenas fosse cobrado a partir do dia 10 de Janeiro. Oficialmente o imposto em causa é pago entre os dias 1 e 31 de Janeiro. Esta situação levou mesmo a Direcção Nacional de Impostos (DNI) a prorrogar o período de pagamento do imposto predial. Em comunicado com data de 6 de Fevereiro, a DNI leva ao conhecimento de todos os contribuintes que “se procedeu à extensão dos prazos de cadastramento e re-cadastramento de prédios urbanos, bem como do pagamento da primeira prestação anual do Imposto Predial Urbano (IPU) até ao próximo dia 31 de Março do corrente ano, conforme estipulado por despacho do Ministro das Finanças”. “Nestes termos, os contribuintes que procederem ao pagamento do IPU até ao próximo dia 31 de Março, efectuarão sem qualquer acréscimo legal (multa e juros associados)”, reforça.

final. Há também algumas disparidades em casos similares, muitas vezes situados nos mesmos prédios e em apartamentos com áreas quase iguais.

Por exemplo, o Novo Jornal teve acesso a casos concretos onde um apartamento de 1 quarto, na Maianga (em Luanda), com 52 metros quadrados, que pagou no presente ano uma taxa de 1425 kwanzas. Por sua vez, na zona da Igreja do Carmo, também em Luanda, um imóvel de 1 quarto e uma área de 61 metros quadrados pagou 6 mil kwanzas de IPU (anteriormente pagava

2448 kwanzas). Noutro caso similar, um apartamento com um quarto e 58 metros quadrados de área entregou ao Estado 4400 kwanzas, quando anteriormente pagava 2400. Também as diferenças entre valores deixaram muitos contribuintes na dúvida: por exemplo um imóvel de 2 quartos, na zona da Maianga (sabe o Novo Jornal), com 79 metros quadrados, pagou um imposto de 18 mil kwanzas, uma enorme diferença em relação aos valores referidos anteriormente.

Segundo foi possível apurar, as discrepâncias podem estar relacionadas com a nova forma de cálculo, mas há também algumas ineficiências ao nível do atendimento ao público. Como a tabela de preços foi modificada, os funcionários do Estado estão em alguns casos a cobrar valores errados. Amélia Rita, chefe de departamento do Ministério das Finanças, recomendou (em declarações ao Novo Jornal) a formalização de reclamações junto dos bairros fiscais. “Caso o contribuinte tenha alguma dúvida ou reclamação deve procurar alertar a administração fiscal. Basta preencher um formulário e entregá-lo no mesmo local onde efectua o pagamento. Posso garantir que desta forma a reclamação vai ser analisada”. Sobre as diferenças e eventuais discrepâncias entre imóveis similares, ou sobre os aumentos em relação ao imposto que era cobrado anteriormente, Amélia Rita exemplifica com o seu caso pessoal. “Muitos contribuintes encontram-se na mesma situação mas parece-me que há aqui uma noção de justiça que é preciso não esquecer. Eu tenho uma casa de três andares na ilha de Luanda, que por acaso até está alugada, onde pagava 2 mil kwanzas de IPU. Neste momento, com a nova fórmula de cálculo, o imposto subiu para os 140 mil kwanzas. No entanto, julgo que este valor é muito mais consentâneo com a tipologia do imóvel em causa. Pode haver algumas injustiças mas nesse caso, como disse anteriormente, os cidadãos devem apresentar a sua reclamação”, frisou.

O Novo Jornal tem conhecimento de um caso parecido. Um apartamento de 131 metros quadrados, na Maianga, com três quartos, pagava 4800 kwanzas de IPU mas com as alterações introduzidas no sistema o valor disparou para os 41.574 kwanzas. O dono do imóvel contou ao Novo Jornal que “ficou surpreendido” e mais estranhou quando um vizinho, no mesmo prédio e num imóvel de 101 metros quadrados (ligeiramente menor do que o seu), pagou “apenas” 26 mil kwanzas. “Assim ficamos sem saber muito bem quais são os critérios para o cálculo do imposto predial”, explica o proprietário. “A revisão do imposto predial está enquadrada com outras medidas que, no seu conjunto, constituem o pacote predial o qual contempla não só alterações a nível legislativo mas também um conjunto de iniciativas com o objectivo de simplificação burocrática”, explicou Francisco Brandão,

Director da Unidade Técnica Executiva para a Reforma Tributária (UTERT) em entrevista ao Novo Jornal, em Novembro de 2011. “A priorização dada à revisão, não só do imposto predial, mas a todo o pacote” predial (SISA, Imposto do Selo, emolumentos associados à aquisição de imóveis para habitação) resulta de um crescimento exponencial das transacções imobiliárias em Angola, bem como do mercado de arrendamento, e é vista como uma questão de justiça e equidade fiscal”, explicou na altura.

## 6.16 Novas Casas no Lubango para Professores

*Jornal de Angola*

*De 13 De Fevereiro de 2012*

Novas casas estão a ser erguidas nas comunas da Quilemba, Hoque, Arimba e Huíla, município do Lubango, no quadro do Programa Habitacional. As obras foram adjudicadas ao empreiteiro e pertencem à Administração Municipal do Lubango, devendo ficar concluídas dentro de 130 dias.

A responsável do gabinete de estudos e planeamento da Administração Municipal do Lubango, Margarida Acácio, esclareceu que o programa contempla 22 casas que estão a ser erguidas nas localidades da Quilemba, Chicala (Hoque), Mateta (Arimba) e Banda, na comuna da Huíla.

Margarida Acácio informou que, para o sucesso das obras, a Administração Municipal do Lubango vai gastar 140 milhões de kwanzas. Estão envolvidas empresas de construção civil como a Orcalves e a Marafashion.

Além da construção das casas que se destinam aos quadros da administração do Estado e professores das comunas do Lubango, o programa contempla ainda o acabamento das obras de construção do cemitério do Mutundo e um centro para cegos. Margarida Acácio esclareceu que as condições estão criadas para que, no prazo de 130 dias, as casas sejam entregues às administrações comunais.

Na comuna da Quilemba vão ser erguidas sete casas. O administrador local, Manuel António, disse que esta obra representa um grande benefício para a comuna que ainda enfrenta dificuldades de alojamento para os quadros.

Manuel António disse que durante o ano passado, a Administração Municipal do Lubango construiu um centro médico comunal, a nova sede da administração comunal, uma escola, um campo desportivo polivalente e uma casa para professores.

Na comuna da Huíla estão em curso as obras de construção de cinco moradias. A administradora local, Maria do Carmo, disse que a localidade está em crescimento acelerado.

Referiu que a comuna tem um novo centro comunal de saúde e foram construídas e reabilitadas escolas primárias e secundárias.

## 6.17 Reservas Fundiárias na Lunda-Norte Estão Livres de Engenheiros Explosivos

*Jornal de Angola*

*De 15 De Fevereiro de 2012*

Na Lunda-Norte foram removidas, no ano passado, pela comissão provincial de acção contra minas, 102 minas, anunciou, no Dundo, o oficial de ligação e informação.

Lucas Mendes referiu que 84 daquelas minas eram anti pessoal e 18 anti tanque e que também tinham sido removidos 431 engenheiros, 1.482 munições diversas, 27.883 metais, três espoletas e um carregador de RPK.

Com remoção de todos estes engenheiros, afirmou, ficou limpa uma área de 401.768 metros quadrados. As acções de desminagem, quer a operacional, quer a pontual, foram da responsabilidade das brigadas de sapadores do Instituto Nacional de Desminagem (INAD), Polícia de Guarda Fronteira e da 33 brigada especial da Casa Militar da Presidência da República, nas localidades de Canzar, Chicapa, no perímetro fronteiriço de Txissanda e N achiri, no Txacala e na área eleita para a reserva fundiária, no município de Xá-Muteba.

No ano passado, realçou, não foi registada a ocorrência de acidentes com minas ou outros engenheiros explosivos, contribuindo para isso as acções de sensibilização realizadas pelo INAD em Lúmua, na sede de Cambulo e em Canzar. Lucas Mendes lamentou que, em 2011, não tivesse havido assistência às vítimas de minas por falta de financiamento do Centro de Apoio e Desenvolvimento das Comunidades (CADC).

O CADC é, em colaboração com as direcções provinciais dos assuntos sociais e antigos combatentes e veterano da pátria, o responsável pelo apoio às vítimas de minas. A insuficiência de operadores de desminagem na província, a falta de operadores em educação sobre o risco de minas e assistência às vítimas, tal como de um centro de reabilitação física e de meio de transporte são as principais dificuldades vividas pela comissão provincial de acção contra minas.

A comissão tem, este ano, como metas, entre outras, a mobilização de mais sapadores, garantir a livre circulação de pessoas e bens, tendo em conta as eleições gerais, libertar as áreas para o exercício da actividade agrícola e acompanhamento das obras de reabilitação da Estrada Nacional, vias secundárias e terciárias.

As acções de desminagem no país têm contado com o concurso de vários operadores, entre os quais organizações não governamentais que ajudam a Comissão Interministerial criada para o efeito.

## 6.18 Moradores Estão Satisfeitos com a Nova Vida

*Jornal de Angola*

*De 15 De Fevereiro de 2012*

A cidade do Kilamba, sete meses depois da inauguração oficial pelo Presidente da República, recebe as primeiras 91 famílias. A reportagem do Jornal de Angola testemunhou a alegria de quem, finalmente, concretizou o sonho de ter uma casa própria numa urbe moderna e segura.

O funcionário público Oliveira Manuel, 44 anos, comprou um apartamento T3+ 1, onde agora vive com a mulher e quatro filhos. Incapaz de esconder a sua satisfação, disse que se interessou pelo projecto do Kilamba logo no início. “Vivi durante 12 anos com a minha família no bairro da Estalagem, em Viana. Devido à falta de condições de saneamento básico naquele bairro, decidi mudar para um sítio que oferecesse melhor qualidade de vida”, declarou.

Ele é, por enquanto, o único morador do seu prédio, por isso, alguns serviços do condomínio ainda não estão a funcionar, o que, em seu entender, deve ser rapidamente resolvido, para facilitar a vida das pessoas que já se mudaram para lá.

Oliveira Manuel referiu que, algumas famílias que já têm as chaves dos seus apartamentos, ainda não mostraram interesse em se mudar por terem receio de ir para um novo local.

“Não tenho dificuldades em viver aqui. Saio de casa todos os dias às 6h30, para ir trabalhar no centro da cidade. Felizmente os meus filhos já estão matriculados aqui nas escolas do Kilamba”, esclareceu.

José Miguel, 24 anos, vive na nova cidade com a mãe, Maria Antónia, funcionária pública, de 57 anos. Antes moravam na Maianga. O jovem considera que a Cidade do Kilamba é moderna, bonita e calma e evidencia uma boa qualidade de vida.

“Viver aqui é prestigiante, porque representa o melhor lugar para se viver actualmente em Angola”, assegurou José Miguel.

Mas aponta algumas dificuldades que enfrenta na nova urbanização, como a falta dos serviços de Internet e de TV Cabo. “No apartamento onde vivemos tivemos de montar a parabólica e perfurar as paredes para instalar os cabos. Este tipo de serviços já devia estar disponível”, observou.

Naturalmente, como não podia deixar de ser, a cidade situa-se em Angola e os seus moradores transportam consigo hábitos dos locais onde viviam, disse-nos o chefe da área de fiscalização e monitorização da cidade, Nzoge de Carvalho. “Uma das maiores preocupações que temos consiste na má convivência de alguns moradores. As maiores infracções que verificamos prendem-se com o mau estacionamento das viaturas. E há também alguns moradores que fazem alterações nos seus apartamentos, sem consultar a administração”, lamentou.

O fiscal entende ser importante que os moradores leiam o regulamento do condomínio, antes de iniciarem qualquer acção, e, no caso de dúvidas, devem consultar a Delta Imobiliária ou a administração do Kilamba.

O chefe de zona da Delta imobiliária, Gustavo Castelo Branco, confirmou que, até ao momento, já foram entregues 9 I chaves de apartamentos. “São famílias que adquiriram os imóveis através das modalidades de crédito bancário e pronto pagamento”, esclareceu.

### Boas condições

Alguns moradores enumeraram, entre as vantagens da nova urbanização, o excelente saneamento básico, a segurança electrónica, o policiamento durante 24 horas por dia e a existência de serviço de transporte público, prestado pela TCUL.

A reportagem do Jornal de Angola constatou a existência de equipamentos sociais, prontos a entrar em funcionamento, como escolas primárias e secundárias e espaços desportivos multiusos. A cidade conta, igualmente, com estações de tratamento de água potável e de águas residuais e de duas subestações eléctricas.

O condomínio dispõe ainda de bancos, oito parques de estacionamento, paragens para os transportes públicos e 24 creches.

A cidade foi construída sem barreiras arquitectónicas, de modo a que as pessoas portadoras de deficiência possam circular de forma autónoma e com segurança. A centralidade dispõe de um hospital, clínicas e está prevista a construção de pelo menos 12 centros de saúde.

Estão a ser instalados depósitos selectivos de lixo, com critério ecológico, para facilitar a recolha e tratamento dos resíduos. Ao lado das zonas residenciais foram reservados espaços para os investidores privados que queiram construir prédios, centros comerciais e outros empreendimentos. Estão ainda planificadas infra-estruturas destinadas aos serviços municipais, nomeadamente Câmara Municipal, Tribunal Municipal e outros, num modelo preparado para a criação das autarquias em Angola.

Os prédios estão dispostos em quatro quarteirões, equipados com jardins-de-infância, escolas primárias e secundárias. Na arquitectura dos edifícios foram incorporados aparelhos de ar condicionado.

Está previsto que, nesta primeira fase, sejam alojadas cerca de 19 mil pessoas em 115 edifícios, num total de 3.180 apartamentos, erguidos em padrão urbano, com serviços públicos integrados. O projecto foi concebido para ser desenvolvido em três fases, com um total de 82 mil apartamentos, numa área de 54 quilómetros quadrados. A Delta Imobiliária é a empresa responsável pela comercialização dos apartamentos, cujos preços variam entre 125 mil e 200 mil dólares.

A cidade está localizada a 20 quilómetros do centro de Luanda e tem como local de referência o Estádio Nacional 11 de Novembro. A par do Kilamba, o Executivo angolano está a desenvolver projectos idênticos noutros pontos do país.

## 6.19 Centenas de habitações Sociais são Construídas nos municípios

*Jornal de Angola*

*De 16 De Fevereiro de 2012*

O Presidente da República e Chefe do Executivo, José Eduardo dos Santos, deu instruções para que sejam construídas 100 habitações até Junho próximo, em cada município do Bié, garantiu Rosa Pacavira, coordenadora do Programa Municipal integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza.

A também secretária do Presidente da República para os Assuntos Sociais garantiu que numa primeira fase devem ser construídas 50 habitações em cada município. A província tem nove municípios.

Rosa Pacavira falava no final de uma visita às infra-estruturas sociais no município de Chitembo, na qualidade de coordenadora do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza. A secretária do Presidente da República antes tinha anunciado, em Ndalatando, a construção, este ano, de aldeamentos

rurais em todo o país, para dar resposta ao problema da habitação nas zonas mais isoladas do país.

Rosa Pacavira garantiu que as aldeias são uma inovação do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza (PMIDRCP). As autoridades tradicionais e os administradores municipais manifestaram interesse em trabalhar na construção das aldeias rurais.

A coordenadora do programa anunciou igualmente a construção de cozinhas comunitárias e centros nutricionais para crianças e a distribuição de merenda escolar em todos os municípios.

A secretária do Presidente da República para os Assuntos Sociais defendeu a elaboração de estudos para avaliar o impacto da concretização do Programa Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza, que está em curso.

### Informação estatística

Rosa Pacavira disse que é necessário recolher informação estatística directamente ligada aos indicadores do programa do Executivo, uma vez que foram identificadas dificuldades nos municípios, como a falta de informação fiável para a planificação, falta de dados demográficos, cobertura e qualidade dos diferentes serviços sectoriais e de mapas geográficos dos projectos em curso. A aplicação do programa enfrenta igualmente dificuldades em atrair quadros qualificados nas áreas técnicas e de gestão dos projectos nas comunidades. Rosa Pacavira afirmou que os municípios precisam de orçamentos compatíveis com a carteira de projectos aprovados, devendo as verbas para esses orçamentos ser disponibilizadas de forma “regular e previsível”.

### Maior actuação

A coordenadora nacional do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza lembrou que é a nível dos municípios, comunas e aldeias que as instituições devem actuar. “É nas comunidades que devem ser prestados os serviços básicos e onde deve haver um diálogo mais eficaz com a sociedade, para identificar os problemas e as prioridades para o desenvolvimento”, salientou Rosa Pacavira.

O programa do Executivo contra a pobreza tem despertado o interesse das agências de desenvolvimento internacional, por incorporar a segurança alimentar, saúde, educação, ambiente e empreendedorismo, adiantou. “Para ser eficaz, torna-se imperioso que cada actor perceba o seu papel”, afirmou Rosa Pacavira, ao mesmo tempo que pediu o empenho de todos os agentes sociais, administrações municipais e autoridades tradicionais.

## 6.20 Meio milhão de Moradias para os Militares

*Jornal de Angola*

*De 16 De Fevereiro de 2012*

Mais de 500 mil casas estão ser construídas em vários pontos do país para os efectivos das Forças Armadas Angolanas (FAA), familiares e civis que trabalham em unidades militares no âmbito do Programa Nacional de Habitação.

O projecto, desenvolvido pela cooperativa militar Pérola Verde, é do Estado-Maior General das FAA e do número de casas anunciadas, 400 mil são sociais, 70 mil de renda média e as restantes de renda alta, com as tipologias T3, T4 e T5.

Numa primeira fase, são contemplados militares do Huambo, Luanda, Kwanza-Norte, Kwanza-Sul, Malange e Kuando-Kubango, que se candidataram, em Novembro, a uma de mais de 300 casas.

O chefe de Estado-Maior General das FAA, Geraldo Sachipengo Nunda, fez, ontem, a apresentação das casas modelos na província do Kwanza-Norte e amanhã, faz o mesmo no Uije. A cooperativa, que tem mais de 40 mil associados em vários pontos do país, entregou as primeiras 300 casas em 11 de Novembro e tenciona ter concluído 25 mil até ao primeiro trimestre.

## 6.21 Despejados do Maculusso: Irmãos Gorita Recusam-se a Ir ao Zango

*O País*

*De 17 De Fevereiro de 2012*

Tudo começou na primeira semana de 2012, quando uma delegação composta por três elementos que, preferindo agir sob anonimato, anunciaram a sua missão como uma recomendação superior da Casa Presidencial, de acordo com Heliodoro da Silva, o mais velho de entre os irmãos Gorita.

“Eram duas senhoras e um senhor, vieram para aqui e disseram que não sabiam da situação, por isso tinham recebido ordens da Presidência da República, para se inteirarem acerca do problema”, contou Heliodoro da Silva, tendo acrescentado que a equipa não escondeu o desejo de ter saído dali com uma boa leitura, aventando mesmo a possibilidade de a razão estar da parte dos órfãos da cubata do Maculusso.

Daí que não o tenha admirado o regresso da comissão, uma semana depois, com apenas um dos integrantes da primeira empreitada, o qual diz ter ouvido trata-

rem por Elisabete. Dessa vez, a delegação tinha vindo para convidar os irmãos Gorita a irem expor o caso ao actual presidente da administração do município de Luanda, José Tavares, ex-administrador municipal do Sambizanga.

“Foi aí que ouvimos de José Tavares a proposta de irmos a uma casa do Zango, enquanto aguardávamos pela resolução do caso”, revelou, adiantando que, em função do silêncio da família que acenava a cabeça em jeito de negação, passaram a ouvir um discurso mais agressivo, onde o titular do município sede da Capital punha em causa o poder que tem de os mandar tirar de frente da casa em disputa, por estarem a descaracterizar a estética da rua Ché Guevara e criar transtornos ao trânsito urbano.

Na verdade, a cubata dos Goritas, que foi construída entre a berma e parte do passeio, atrai perigo de vária ordem, mas foi aí, defronte à casa que os viu nascer, que os órfãos que se consideram herdeiros legais decidiram ficar, para não verem a justiça distante.

Apesar de a cabana criar obstrução ao tráfego, paragem e estacionamento automóvel, as vítimas do despejo nunca sofreram qualquer incómodo por parte da fiscalização, polícia da ordem pública ou de trânsito, o que lhes faz crer que os dirigentes locais estão conscientes da sua legalidade.

Voltando à proposta do número do município de Luanda, suas irmãs, que acabavam de sair abaixadas da cabana, disseram que os verdadeiros motivos que os fizeram rejeitar a proposta tem a ver com a certeza de que a casa em disputa lhes pertence.

Questionada sobre o facto de não serem eles os únicos filhos que Ernesto João Francisco Gorita deixou, uma delas corrigiu, dizendo que quando se refere aos filhos está a incluir os irmãos nascidos da relação com a madrastra Isabel José Ricardo da Cruz e com outra no Moxico ou Kuando Kubango, como ouvem dizer. “Somos todos irmãos e herdeiros da casa de nosso pai que em momento algum, o Tribunal devia ter passado para Isabel da Cruz, forçando-nos a um despejo desnecessário”, considerou Heliodoro, fazendo menção ao peso de consciência que os interessados têm de viver ou arrendar a residência.

### **Procuradoria agastada**

Agastado por saber que, contra a causa da família despejada, se movem pessoas cuja posição hierárquica, no xadrez político da província de Luanda, é superior à sua, um dirigente afecto à Procuradoria Provincial de Luanda confessou à família queixosa que está cansado de

ver os processos na mesa sem nenhuma solução, ‘apurou a reportagem deste semanário junto de Maria e Zélia Gorita, que acentuam a insatisfação do funcionário resultante do uso do poder por parte dos envolvidos.

De acordo com os irmãos Gorita, de início, o homem da procuradoria animou-se com o caso, tendo garantido que a causa requerida pelos despejados era justa e que os documentos os favorecia, sendo que o regresso à casa que os viu nascer não andava muito longe de acontecer.

Sabem ainda que o dirigente dedicava parte do seu tempo a aproximar-se da promessa que assumira, até que o silêncio tomou conta de si, passando a solicitação das vítimas do despejo a constituir um tormento.

A agravar as coisas, dizem os queixosos pessoas muito próximas dos advogados de defesa estão a desincentivá-los a cederem, a ponto de forçarem a aceitação da proposta de José Tavares.

### **Consenso distante**

Na sequência dos argumentos que pesaram para a família Gorita não aceitar a proposta do zango, os despejados revelaram que só se aperceberam que, no encontro com administração, estavam presentes o secretário de Estado para construção, Joanes André, e a directora provincial da habitação, Rosa Micoló, depois de o primeiro ter intervindo e recomendado o caso à titular da habitação de Luanda, para, quem a balança estaria a favor dos Gorita.

“Ela foi clara em dizer-nos que os documentos provavam a nossa legalidade, mas, embota não o tenham declarado, percebi também que precisam de tempo para identificar as pessoas que estão a jogar contra a verdade”, disse Heliodoro Silva.

Por intermédio do entrevistado, O PAÍS ficou a saber ainda que, na reunião, deviam ter estado presentes Carlos Kavuquila, o advogado de Isabel da Cruz e representantes do tribunal, que assegurou terem sido solicitados pelos dirigentes presentes.

Até ao fecho desta edição, O jornal envidou esforço para contactar a directora provincial da habitação de Luanda não tendo embora sido bem sucedido.

## **6.22 Vietnamitas constroem meio milhão de casas**

*JORNAL de ANGOLA*

*De 17 de Fevereiro de 2012*

Um acordo de cooperação para a construção de 500 mil casas, no valor de três mil milhões de dólares, foi ontem assinado em Hanói, à margem do Fórum Empresarial Angola-Vietname.

A cerimónia foi testemunhada pelos Vice-Presidentes de Angola e do Vietname, Fernando da Piedade Dias dos Santos e Nguyen Thi Doan. Celeste de Brito, presidente do Conselho de Administração da empresa angolana Tamar Lda, que rubricou o acordo, garantiu que o financiamento é concedido no seu todo pela parte vietnamita.

Numa primeira fase, referiu, uma construtora vietnamita tem o compromisso de construir 50 mil habitações, entre as quais 300 já estão concluídas, e devem ser entregues aos efectivos das Forças Armadas Angolanas (FAA).

O Vice-Presidente da República, Fernando da Piedade Dias dos Santos, ao discursar na abertura do Fórum Empresarial Angola-Vietname, que decorreu ontem, garantiu que apesar da crise financeira internacional, a economia angolana continua a dar “sinais claros” de recuperação e oferece um ambiente favorável para o investimento.

Fernando da Piedade Dias dos Santos afirmou que a nível da política macroeconómica foram adoptadas medidas específicas que permitiram a economia crescer 3,4 por cento em 2011, prevendo-se para 2012 um crescimento na ordem de nove por cento.

“A nossa participação no Fórum testemunha a vontade política dos nossos Governos de continuar a consolidar a cooperação, estabelecer parcerias e promover as relações comerciais, no quadro do reforço da amizade e solidariedade entre os dois Estados”, afirmou o Vice-Presidente da República.

Fernando da Piedade Dias dos Santos lembrou os instrumentos aprovados há pouco tempo pelo Executivo, com vista à promoção do investimento privado e apontou os sectores da agricultura, pecuária, agro-indústria, indústria transformadora, como as áreas prioritárias definidas pelo Executivo para promover a diversificação da economia. a Vice-Presidente da República destacou que o restabelecimento da rede logística e distribuição, em particular o comércio rural para permitir o aumento da produção e escoamento dos produtos, constituem também prioridades do Executivo. Desde a conquista



da paz, em 2002, sublinhou, Angola vive uma situação de estabilidade política, o que permitiu ao Executivo lançar as bases para a reconstrução das principais infra-estruturas económicas e sociais.

Aos empresários angolanos e vietnamitas, Fernando da Piedade Dias dos Santos lançou um repto para que contemplem propostas e soluções com vista à participação activa de empresas dos dois países em projectos de diversificação da economia, através do estabelecimento de parcerias que permitam a transferência de conhecimentos e de práticas modernas de gestão.

### **Maior parceria**

O vice-governador do Moxico, Francisco Kambango, disse que a sua estada no Vietname serviu para mobilizar parcerias públicas e privadas para desenvolver projectos que possam propiciar o desenvolvimento da agricultura, sobretudo a produção do arroz naquela região do Leste do país.

## **6.23 Bancos Rejeitam Financiamento Imobiliário**

*Semanário Agora*

*De 18 De Fevereiro de 2012*

Dados apontam que mais de 60% é facultado pelas famílias, sendo os maiores destinatários do crédito bancário os indivíduos de classes média ou alta.

Mesmo com a instituição do Fundo de Fomento à Habitação, à procura de imóveis construídos em Luanda continua fraca, onde cerca de 80% dos projectos imobiliários privados, estão sem clientes.

A primeira dificuldade apontada prende-se com os elevados preços praticados pelos promotores e, não menos importante, a falta de credibilidade bancária dos interessados na concepção de crédito à habitação agrava ainda mais o processo.

O reflexo está na resposta do mercado em que os investidores apostaram na construção de casas de padrão alto, mas as necessidades são mais assinaláveis na classe baixa, onde muitas famílias não têm condições de pagar a casa própria com os seus rendimentos.

O economista Carlos Rosado, garantiu ao AGORA que o grande medo dos bancos comerciais são as quedas nos seus capitais com o financiamento de um negócio que já não é tão atraente como há quatro anos, quando o país conheceu um 'boom' significativo no sector imobiliário.

Com o aumento considerável do crédito malparado (financiamento para a aquisição de casa própria), a situação tende a complicar, ainda mais, embora as instituições financeiras tenham reduzido a percentagem de pedidos de empréstimo aprovados.

Salienta também que, em termos de indicadores, já atingiu os 8%, porque a maior parte dos projectos financiados não conseguiu vender pelo menos 10% dos fogos erguidos com o dinheiro dos empréstimos.

Há vários projectos parados por falta de financiamento bancário, particularmente nos arredores de Talatona e Benfica.

A avaliar pelos mais recentes indicadores do sistema financeiro divulgados pelo Banco Nacional de Angola (BNA), após ter passado de 2,6% no final de 2009 para 13,5% em Março de 2010, o fenómeno da queda de interesse dos compradores de casas estará associado a circunstâncias conjunturais.

O crédito malparado é habitualmente definido pelo coeficiente entre o crédito vencido a mais de 180 dias e o total. O primeiro indicador não coberto por provisões específicas sobre os fundos próprios passou de 11,6% no final de 2009 para 19,6% em Novembro de 2010, tendo atingido o máximo de 22,9, em Agosto passado.

Segundo o BNA, o rácio de solvabilidade regulamentar, que constitui, fundamentalmente, o indicador síntese do risco sistémico do sector bancário, e que compara a compatibilização dos Fundos Próprios Regulamentares com o risco de crédito e o risco de câmbio reduziu-se, passando de 19,5% no final de 2009 para 14,4% em Novembro de 2010.

Os bancos, nos últimos tempos, mostram-se bastante relutantes em entrar no mercado do crédito à habitação, alegando várias razões para recusarem as solicitações feitas pelos seus clientes, numa altura em que se regista um forte crescimento da procura do financiamento para a aquisição de habitação, com maior ênfase nas zonas urbanas.

O facto de a legislação impedir que a propriedade possa ser oferecida como garantia, o longo período que os bancos precisam para recuperarem os investimentos, e a falta de uma política governamental para subsidiar créditos habitacionais são algumas das razões apontadas para o escasso crédito concedido pelas instituições bancárias que actuam no sector.

Os clientes bancários que vivem em casas arrendadas, as novas famílias criadas e os migrantes das áreas rurais

estão entre os que mais procuram financiamentos para habitação própria e grande parte tem sido preterida, uma vez que a tendência dominante, entre as várias instituições bancárias, consiste em ceder preferencialmente crédito às famílias com mais poder de compra e que garantam uma maior possibilidade de reembolso.

Arrendamento. É a solução imediata para quem deseja viver numa zona urbanizada, visto que os preços de casas continuam altos. Arrendar é o negócio que domina o sector imobiliário, nos últimos anos, sendo que mais de 54% dos actuais arrendatários estão nesta posição agora pela primeira vez.

Destes, 61% ocupa anexos construídos em casas já existentes, sendo que mais de metade, deles são constituídos por apenas um quarto sem condições de saneamento básico e energia.

Por outro lado, mais de metade da população vive em habitações sem instalações sanitárias e dos 45% que possuem as habitações 39% estão ligadas à rede de esgotos e 37% e 24% possuem latrinas.

A solução consistirá na lei da renda resolúvel subsidiar as rendas para colmatar a falta de habitação ou criar rapidamente, projectos habitacionais mais baratos para minimizar o défice de fogos e promover uma política mais aceitável.

Há quatro anos o Presidente da República garantiu “aos quatro ventos” que o Executivo aplicaria mais de 5 mil milhões de dólares num programa de habitação que inclui a construção de um milhão de casas ano, uma empreitada que já se apresenta espinhosa em função dos prazos.

Fundo à habitação. A construção de um milhão de casas para as classes menos favorecidas e jovens foi, aliás, uma das promessas da campanha eleitoral mais enfatizadas pelo Chefe de Estado em 2008, embora tenha reconhecido, na altura, não ser tarefa fácil, tendo em conta o preço médio destas casas calculado em cerca de 50 mil dólares. O objectivo desta estratégia é proporcionar melhor habitação, progressivamente, num ambiente cada vez mais saudável.

O ministro do Urbanismo e Construção, Fernando Fonseca, anunciou, em Janeiro, a entrada em funcionamento do Fundo de Fomento Habitacional para fazer face às necessidades. O programa de crédito para compra de habitação no país funcionará com base num protocolo financeiro, no qual entrevêm os bancos de Poupança e Crédito, Banco Bic, Angolano de Investimento, Fomento Angola, Negócio Internacional, Privado do

Atlântico, SOL e Keve e de acordo com o protocolo, o Fundo assegurará até 80% o valor do imóvel, exercendo papel de intermediação dos interesses em presença.

No domínio de habitação, o Executivo aprovou os instrumentos legais para facilitar o acesso ao crédito habitacional, e a normalização de procedimentos legais por parte de quem busca a oportunidade de ter casa própria.

Juros. O Grande entrave reside nas taxas de reembolso e, mais uma vez, as famílias poderão ressentir no preço final dos imóveis. De acordo com informações do Instituto Nacional da Habitação (INH) as taxas do crédito à habitação praticadas pelos bancos comerciais são muito altas, situando-se acima de 30%, criando um espaço fértil para a especulação. “Convém lembrar que mais de 3 mil apartamentos na cidade do Kilamba estão às moscas como consequência do custo dos memos”, sublinhou a fonte do INH, reconhecendo os esforços positivos do Executivo, mas sem esquecer que em nenhuma parte do mundo subdesenvolvido as pessoas conseguem pagar uma habitação de 3 milhões de dólares.

## 6.24 Executivo Descentraliza Construção de Casas

*Jornal de Angola*

*De 18 De Fevereiro 2012*

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, decidiu descentralizar a execução e ajustar o orçamento do subprograma de construção de 200 fogos em todos os municípios do país, no período 2012/2013, e recomendou celeridade na contratação de mais empresas angolanas.

Um comunicado da Casa Civil do Presidente da República indica que a decisão do Chefe do Executivo resultou de uma reunião com os governadores provinciais, na terça-feira, fundada na constatação da variação de preços em função da localização geográfica de cada uma das províncias.

Na ocasião, refere a nota, discutiu-se também o programa de recuperação das vias secundárias que ligam as sedes capitais de província às sedes municipais, que visa assegurar a operacionalidade dos corredores de escoamento da produção agro-pecuária e o consequente desenvolvimento do comércio rural.

Durante o encontro foi também discutido o plano integrado de desenvolvimento do comércio rural e empreendedorismo, como um instrumento para impulsionar o crescimento económico sustentável, reduzir a pobreza, aumentar a produção, fomentar o surgimento de novos

empreendedores e, principalmente, gerar empregos. A nota dá conta ainda da aprovação, no dia 15, do orçamento do município de Luanda, bem como do Programa de Fomento Empresarial para a aplicação da Lei das Micro, Pequenas e Médias Empresas. A aprovação do orçamento aconteceu, informa o comunicado, durante o Conselho Estratégico da Província de Luanda.

O Programa de Fomento Empresarial, a ser depois estendido a todas as províncias, foi elaborado por um grupo de trabalho coordenado pelo titular do poder Executivo. O mesmo, informa o comunicado, é supervisionado pelo ministro da Economia e executado pelo governo provincial. Durante o Conselho Estratégico da Província de Luanda foram igualmente apreciados o programa e orçamento para a reabilitação das ruas secundárias e terciárias da cidade capital, dirigidos pelo ministro do Urbanismo e Construção, com a participação do Governo Provincial e das administrações municipais. O órgão também determinou a reestruturação do programa de construção de casas para o realojamento e a criação do Programa Provincial de Habitação Social, dividido em dois subprogramas que visam, por um lado, atender às necessidades das famílias sinistradas por calamidades naturais, com a construção de cerca de dez mil casas evolutivas e de outra natureza para alojar as pessoas transferidas das zonas de risco e, por outro, a autoconstrução dirigida, com vista a desencorajar e a travar as construções anárquicas.

O comunicado da Casa Civil do Presidente da República indica, a finalizar, que na reunião foi decidida a transferência para a responsabilidade das estruturas centrais a Unidade de Saneamento Básico, o Gabinete de Obras Especiais (GOE) e a Direcção do Programa das Vias Estruturantes.

“Doravante, estes órgãos ficam com a responsabilidade da construção de casas para realojar as famílias residentes nas áreas afectas às empreitadas das obras públicas por si executadas, estando os seus custos incluídos nos respectivos contratos”, conclui o documento.

## 6.25 Julião António Satisfeito Com a Qualidade das Casas

*Jornal de Angola*  
De 19 De Fevereiro de 2012

O presidente do Tribunal de Contas, Julião António, apreciou ontem, em Ondjiva, província do Cunene, as condições de realojamento da população vítima das cheias que vivia provisoriamente em tendas.

Julião António, que visitou o local de realojamento da população sinistrada, reconheceu que as novas casas oferecem condições dignas de habitabilidade. No bairro da Kashila foram já erguidas 332 moradias, das 2.500 previstas. A população de Onahumba, arredores de Ondjiva, já recebeu as primeiras casas, de um projecto de 1.800 em construção.

Julião António frisou que a construção das casas ilustra a boa vontade do Executivo em proporcionar condições de vida dignas. O presidente do Tribunal de Contas esteve no município de Ombadja, onde visitou as obras de construção da conduta Ondjiva/Xangongo, Instituto Médio Agrário, Palácio de Justiça e inteirou-se do Programa de Intervenção Municipal, no âmbito do combate à fome e à pobreza.

## 6.26 CNHP Prevê a Construção de 200 Fogos em Todos os Municípios de Angola

*Jornal de Economia e Finanças*  
De 21 De Fevereiro de 2012

A Comissão Nacional do Programa de Habitação (CNPH) está a desenvolver um projecto que visa a construção de 200 fogos habitacionais em cada município do país. Segundo informações avançadas no 1.º Q Conselho Consultivo alargado do Ministério do Urbanismo e Construção, o Executivo já aprovou o investimento a ser aplicado.

No encontro, os participantes abordaram igualmente o grau de execução das obras das novas centralidades, enquadradas no Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, cujo projecto abrange quatro províncias do país.

Brevemente será implementado o Fundo de Fomento Habitacional, medida que vai ajudar no desenvolvimento do Programa Nacional do Urbanismo e Habitação.

### Melhorias

O regulamento de concessão de terras vai facilitar o processo de distribuição de parcelas. Segundo dados do Ministério do Urbanismo e Construção (MINUC), a lei sobre a gestão de terras permite harmonizar os interesses legítimos, nos processos de concessão.

No entanto, verificam-se ainda muitas insuficiências na interpretação da Lei do Ordenamento do Território e Urbanismo bem como aspectos nela previstos. As administrações locais continuam a não dispor de técnicos com perfil requerido para assegurar a correcta concepção dos planos e a subsequente execução, não obstante ter-se procedido à elaboração de alguns planos, em diversas províncias.

De acordo com o Minuc, a nível de todo o país estão em curso iniciativas viradas para a elaboração de diversos instrumentos do ordenamento territorial, numa altura em que se denota insuficiência na vertente da gestão territorial, resultante da não clarificação e observância das hierarquias e competências dos respectivos gestores.

Como recomendação saída do encontro do Moxico, o Minuc deverá preservar nas suas atribuições, a formulação da política nacional dos materiais de construção. Cabe ainda a instituição proceder a desanexação e transformação de prédios, em propriedade horizontal, em todo o território nacional.

Para facilitar a legalização, as representações do Minuc nas províncias, em parceria com o Ministério Público, vão fornecer elementos de defesa nos processos jurídicos que incidam sobre imóveis abrangidos pelas Leis 43/76 e 7/95, para garantir a defesa do património do Estado.

As autoridades locais vão também observar o preceituado legalmente, no sentido de não serem atribuídos terrenos, em áreas não infra-estruturados.

No quadro da modalidade da auto-construção dirigida, que representa 65 por cento das obrigações do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação (PNUH), as administrações municipais com a requerida assistência técnica vão acelerar as medidas para o efeito de atribuição de terrenos aos cidadãos interessados.

## 6.27 Mais Habitação

*Jornal de Economia e Finanças*  
*De 21 De Fevereiro de 2012*

Um acordo de cooperação para a construção de 500 mil casas, no valor de três mil milhões de dólares, foi assinado em Hanói, à margem do Fórum Empresarial AngolaVietname. A cerimónia foi testemunhada pelos Vice-Presidentes de Angola e do Vietname, Fernando da Piedade Dias dos Santos e Nguyen Thi Doan. Celeste de Brito, presidente do Conselho de Administração da empresa angolana Tamar Lda, que rubricou o acordo, garantiu que o financiamento é concedido no seu todo pela parte vietnamita. Numa primeira fase, referiu, uma construtora vietnamita tem o compromisso de construir 50 mil habitações, entre as quais 300 já estão concluídas, e devem ser entregues aos efectivos das Forças Armadas Angolanas (FAA). A nossa participação no Fórum testemunha a vontade política dos dois Governos de continuar a consolidar a cooperação e estabelecer parcerias.

## 6.28 Construtora Aposta em Projectos Imobiliários de Alto Luxo

*Jornal de Economia e Finanças*  
*De 21 De Fevereiro 2012*

A construtora Egol-empresendimentos vai apostar em projectos imobiliários voltados à média e baixa rendas. Para o efeito, a empresa está a levar a cabo um estudo de viabilidade, onde o principal objectivo é de comercializar residências ao preço de 200 a 300 mil dólares norte-americanos.

No mercado angolano desde há três anos, grande parte da actividade da firma sempre esteve ligada à construção de empreendimentos imobiliários de luxo, num investimento de 50 milhões de dólares.

Dada à procura que se regista no mercado, a empresa decidiu apostar também no segmento imobiliário de baixa renda, para atender clientes que pretendam adquirir casas e apartamentos.

“O mercado imobiliário apresenta uma procura aceitável. Queremos contribuir para a baixa de preços no sector, medida que vai permitir que mais pessoas de menor renda possam comprar os seus imóveis nos nossos condomínios”, augurou o chefe da área de incorporação imobiliária da empresa, Manuel Pombal.

### Parcerias

Com o objectivo de impulsionar o segmento imobiliário de média renda, a Egol-empresendimentos encetou parcerias com instituições bancárias, onde o cliente pode recorrer para pedir financiamentos.

“Os bancos comerciais estão a nos ajudar a financiar os nossos projectos. Já sentimos retorno do capital investido, o que favorece todas as, partes envolvidas no negócio, disse Manuel Pombal, antes de sugerir uma maior interacção entre o sector bancário, o Governo e as construtoras, medida que vai ajudar a baixar os preços dos imóveis.

Actualmente, o sector de residências voltado para a alta renda é o principal foco da imobiliária, tendo erguido na zona de Talatona, em Luanda-Sul um edifício residencial com 145 apartamentos de tipologia T3 e T4. Todos os apartamentos foram vendidos na fase de construção.

Em parceria com as empresas imobiliárias Reis Campos Living (portuguesa) e Insect-Compus (moçambicana) está a implementar um projecto denominado “Muxima Yetu” com 145 apartamentos na zona do Benfica (Samba), cujas obras terminam em finais do presente ano.

A fonte acrescentou que os apartamentos de menor dimensão serão vendidos ao preço de 700 mil, enquanto os maiores serão comercializados a um milhão de dólares, cada um.

As estimativas indicam que, depois de concluído o projecto, a empresa poderá facturar 130 milhões de dólares, numa altura em que o gestor sublinhou que “o Muxima Yetu está a ser um bom negócio”.

### Projectos

A construtora pretende lançar no mercado, um novo empreendimento residencial e comercial na zona do Zango, em Viana. O projecto comportará 200 casas e 10 lojas, num investimento de 110 milhões de dólares.

### Dinâmica do mercado

Com um volume de negócios anual de 100 milhões de dólares, a empresa estima que as residências consideradas de médio preço vão custar entre 200 a 300 mil dólares, a depender das dimensões dos apartamentos.

Segundo o responsável, nos mercados imobiliários de algumas grandes cidades mundiais, como por exemplo Paris (França), Lisboa (Portugal) e Joanesburgo (África do Sul) esse valor faz parte do segmento de alta renda.

Apesar de reconhecer que no mercado nacional os preços das residências ainda continuam altos, o gestor sublinha que dada à crise económica e financeira, os custos dos imóveis serão competitivos nos próximos anos.

Instado a se pronunciar sobre a receptividade dos produtos da empresa por parte do mercado, Manuel Pombal salientou que os projectos imobiliários voltados para a renda baixa são os que mais clientes atraí, tendo acrescentado que a sua instituição vai continuar a apostar na construção de imóveis diferenciados e de qualidade.

## 6.29 Populares ocupam casas do panguila à força

*Jornal O PAÍS*

*De 24 de Fevereiro de 2012*

Desde Janeiro do ano em curso que alguns populares provenientes maioritariamente dos bairros Hoji-Ya-Henda, município do Cazenga, Kikolo e da Chapa, município do Cacuaco, começaram a ocupar ilegalmente as residências da zona habitacional do Panguila, actualmente adjudicada à administração da província do Bengo, apurou O PAÍS. Sábado, 18, testemunhámos a entrada de parte destes novos inquilinos nas casas cor-de-rosa, que configuram o que é conhecido naquelas paragens como Sector 10.

Trata-se de mais de 30 casas que agora se encontram na posse de clandestinos, quando terão sido construídas pelo Governo para albergar moradores que, por força de circunstâncias normalmente decorrentes do plano de requalificação da cidade capital, vissem as suas habitações demolidas. Foi o caso do pessoal dos bairros NGuanhá e dos Ossos, município do Sambizanga, hoje estacionado no Sector um do Panguila, e cujas casas da zona de origem tiveram de dar lugar a uma estrada que liga a referida municipalidade com a do Cazenga.

De acordo com um dos moradores do referido sector, onde as casas ora se apresentam amarelas, ora cinzentas, a cor do cimento das paredes sem reboque, trata-se da segunda vez que o Panguila regista ocupações anárquicas de pessoas voluntárias.

“Em Dezembro de 2011, um grupo de cinco ou sete indivíduos ocuparam apenas quatro casas mas, após uma semana, foram retirados pelos homens do Governo da Província do Bengo, a quem agora diz respeito a nossa condição como residentes e titulares de apartamentos”, explicou o morador, questionando-se se, desta vez, os dirigentes de Caxito terão punhos para retirar mais 30 famílias daquelas que eles também consideram como casas sociais.

Na verdade, cada uma das 33 casas contabilizadas pela equipa deste jornal alberga mais de cinco elementos, pelo que o Governo da Província do Bengo tem em mãos um confronto directo com perto de 200 cidadãos.

Apesar do sentimento de cumplicidade estampado na expressão dos rostos da maioria dos populares que forçaram a vizinhança com outros provenientes de Luanda e que já vivem há mais de cinco anos no Panguila, os invasores nem por isso voltaram as costas à imprensa, dispondo-se a falar sobre a sua situação.

“Nós sabemos que a nova administração da província de Luanda passou a região do Panguila para o Bengo, o que significa claramente que estas casas já não serviram a quem o (GPL) queira mandar para aqui, então, fruto de uma pesquisa que fomos fazer em Caxito e no Dande, o povo está bem e não tem ambições de viver no Sector 10, daí que decidimos sair da capital para vir residir no Bengo”, desabafou um dos novos inquilinos, acrescentando que outros terão ouvido falar sobre a proeza cometida por ele e pelos seus quatro companheiros e seguiram o exemplo.

O cidadão, que não aceitou que o nome fosse citado nesta reportagem, refutou a classificação de ‘invasores ou ilegais’ que lhes foi atribuída, acusando ainda dirigentes de Luanda, em conexão com os que trata por

‘corruptos do Bengo’, e que adquirem e reabilitam casas no décimo sector do Panguila, de pretenderem ainda negociar as residências.

“Esta casa é uma delas”, apontou com o dedo em riste para uma residência remodelada a gosto do proprietário e uma configuração arquitectónica bastante diferenciada das demais.

Ao justificar a sua participação numa acção que ele próprio acha desautorizada por qualquer instituição do Estado, um dos seus companheiros pôs em causa a promessa do Governo de construir um milhão de casas para os cidadãos, lembrando que já se está no ano de 2012, o prazo limite &ido pelos governantes a si próprios e ao projecto com que se comprometeram.

Por seu turno, a mãe de uma família composta por oito elementos, garantiu ter encontrado um conforto temporário, pois no Kikolo, onde vivia com seus filhos, já passou por várias situações.

“Os meus filhos pequenos não podiam brincar à vontade, os vizinhos vinham chamar a atenção por terem invadido a sua área de jurisdição”.

À pergunta sobre se acha que se encontra ali legalmente, ela respondeu: “Quem sabe, de repente o Estado nos deixa já ficar aqui, porque somos muitos e todos são pobres como eu e não devem ter mesmo onde ficar”, lamentou a viúva, tendo anunciado a sua disposição para ir pagando a residência caso o Governo decida enveredar por essa via.

### 6.30 Moradores Reclamam as Falhas de Água e Luz

*Novo Jornal*

*De 24 De Fevereiro de 2012*

Cidade adormecida. assim, ainda é a vida no Kilamba, o maior projecto habitacional até agora construído. Concebido para albergar milhares de famílias, o empreendimento acolhe actualmente um número que fica muito além do preconizado. Os altos preços na venda dos apartamentos, entre 125 e 200 mil dólares, tem sido apontado como o motivo para a desistência na compra dos imóveis e, conseqüentemente, o actual vazio que a cidade apresenta.

Para saber como está a ser a vida no Kilamba, o Novo Jornal visitou esta semana o local e conversou com alguns dos primeiros moradores da cidade, que entre a alegria e a satisfação de serem residentes da nova urbe, mostraram-se descontentes com alguns problemas que

pensavam ter deixado para trás: “As falhas no fornecimento de água e luz eléctrica”.

Na cidade do Kilamba, a água está a ser o maior problema, o que tem deixado os poucos moradores com os nervos à flor da pele. Um residente que não se quis identificar disse à nossa reportagem que ficou durante cerca de 10 dias sem água no seu apartamento, devido à descida do caudal no Kikuxe, segundo informações recebidas dos técnicos da EPAL. O morador, que reside naquela cidade há cerca um mês, vive no primeiro andar de um dos edifícios de 10 andares, que actualmente é ocupado por apenas por dois moradores. “Mas o outro quase não vive aqui. Ele está sempre fora da cidade”, notou, relatando os momentos vividos pela falta de água.

“De vez em quando, a água não sobe porque a pressão é baixa e nós somos obrigados a ir buscá-la lá em baixo. Pegámos nalguns bidões e transportamos. Isto é inadmissível para uma cidade imponente como esta”, desabafou o morador, informando que a luz eléctrica também tem as suas intermitências..

“Já tivemos falha de luz por duas ou três vezes”. Anteontem, a luz foi por volta das 19h00 e só regressou de manhã. Eu estava de regresso a casa e encontrei a cidade toda às escuras. Meu, já viste o que é andar numa cidade destas, vazia e escura. Mas, fazer o quê? Este é o nosso país”, reclamou o interlocutor, para quem o problema no fornecimento da água e luz reside na falha de fiscalização por parte dos técnicos angolanos.

#### Desentendimentos

Conta, por exemplo, que o sistema de pagamento da luz eléctrica concebido é o do pronto pagamento, ou seja pré-pago, mas, no seu entender, devido à falta de passagem de testemunho sobre o manuseamento do equipamento, os técnicos angolanos optaram por cancelar o sistema, passando-o para o pós-pagamento.

“Aqui parece-me que há desentendimentos entre os técnicos chineses e os angolanos. Os chineses não instruem os angolanos sobre como trabalhar com o sistema porque pensam que vão ficar em Angola para toda a vida. Então, às tantas, cada um faz o que quiser. Agora os angolanos fizeram ligação directa e o sistema deixou de ser pré-pago. A contagem do consumo agora é feita aleatoriamente”, explicou a fonte que teme o agudizar da situação com o aumento de mais moradores na cidade. “Não temos fontes alternativas quando a luz geral vai. Tudo fica escuro. Não existem reservatórios de água. É pá, já viste quando houver mais moradores!? Esse traz gerador, aquele tanque de água. Isto vai ser uma desordem”, advertiu o interlocutor.

Já António Victoriano, um outro morador a residir no Kilamba há duas semanas, disse que se sente feliz por morar naquela cidade e por ser um dos primeiros residentes desta zona, “calma e bonita para viver”.

O morador que, na companhia de sua mulher e dois filhos, forma os únicos ocupantes do edifício L16 de quatro andares, mostrou-se igualmente preocupado pelos defeitos encontrados na nova urbe.

“Bem, somos das primeiras famílias a morar aqui. Logo, somos os primeiros a apontar os defeitos. Estou com problemas -de luz nas escadas. Já fizemos a reclamação e até agora nada. Eles dizem que a luz trabalha com sensores que precisam ser ligados. Agora quem vai ligar, ninguém sabe, se são os chineses ou angolanos. Este é o baile que nos estão a dar”, explicou Victoriano.

### Às escuras

Quanto à água – continuou o interlocutor – “disseram que os tubos que dão acesso estavam nos apartamentos fechados, porque não havia morador. Então, havia necessidade de passar o técnico e foi feita a abertura. Apanhamos esta fase da falta de água na cidade de Luanda, e a água corre com pouca pressão. Algumas vezes sai e outras vezes não. Agora mesmo não tenho água”, disse o interlocutor, confirmando igualmente a falha de luz naquela cidade.

“Olha, o dia que mais me arrepiou foi quando chegámos aqui à cidade e encontrámo-la toda escura. Já vivo num prédio sozinho, agora a cidade às escuras foi sinistro, mas o problema foi resolvido no dia seguinte. Disseram-nos que foi uma avaria na estrada do Camama. A luz não falha tanto, mas a água é a nossa maior preocupação”, disse o antigo residente da Terra-Nova, no distrito do Rangel.

Depois de Victoriano, procurámos ouvir outros moradores que não aceitaram falar, evitando a exposição, segundo explicaram. Acabámos por ser acolhidos na casa de Rita Victoriano, irmã de um dos nossos entrevistados.

A cidadã, que reside naquela cidade há cerca de 12 dias, mostrou-se igualmente feliz por ali habitar na companhia de sua família. Após a saudação, a filha de dona Rita, que aparentava ter oito anos, reclamou da falha de luz. “Eu fico irritada quando a luz vai. Aqui fica muito escuro e não gosto”, disse a menina aos repórteres.

Rita Victoriano contou-nos a sua experiência de poucos dias no Kilamba. “Há muita paz. Os edifícios quase não estão habitados. Mas a nossa preocupação é a água que ainda não é regular, embora os senhores da Epal tenham estado aqui ontem, segunda-feira 20, a dizer-nos que a partir da próxima semana a água será regular”. A mesma

confirma o que os antigos moradores disseram. “Durante estes dias, a água está difícil. Temos que mandar puxá-la lá de baixo. Não sei de onde sai, se é do reservatório, mas de quando em vez temos água”, disse.

### “ O Dinheiro é que manda”

Os moradores com quem o Novo Jornal falou revelaram que não tiveram dificuldade em adquirir as casas uma vez que conseguiram-nas a pronto pagamento.

“Todas as famílias que já vivem cá adquiriram as moradias a pronto pagamento. Por isso, quem deseja vir para cá morar basta ter o dinheiro e pagar. Não aguardem pelas listas que foram feitas anteriormente”, advertiram as fontes. Por outro lado, os interlocutores apelam ao governo a optar por outras medidas para ver a cidade do Kilamba mais habitada. “As casas estão muito caras e os bancos não estão a conceder créditos. Nós conseguimos as residências por meios próprios. O Estado deveria optar pelo arrendamento dos imóveis para as pessoas virem para cá morar”, alertaram os interlocutores. Refira-se que numa recente entrevista ao Novo Jornal, o administrador da Delta Imobiliária, Paulo Cascão, referiu que a sua empresa já tinha entregado cerca de 40 apartamentos do tipo T3 aos primeiros moradores do Kilamba que pagaram o valor total das moradias.

Na ocasião, o responsável deu a conhecer que a Delta Imobiliária registou mais de 70 mil pessoas interessadas na obtenção de uma residência no Kilamba. Referiu ainda que a urbanização tem disponíveis, 3.180 apartamentos, com preços que variam entre os 125 mil e os 200 mil dólares norte-americanos.

## 6.31 Jovens Descontentes com Casas Sociais Inacabadas

*Semanário Continente*

*De 24 De Fevereiro de 2012*

Quando menos se esperava, o caldo entornou no passado dia 16, altura em que o ministro da Juventude e Desportos, Gonçalves Muandumba, na presença do secretário-geral dos desportos de Portugal, Alexandre Mestre, membros do corpo diplomático português, do Governo Central e local, entidades políticas, líderes de associações juvenis, bem como autoridades tradicionais, fez a entrega das respectivas residências.

A empreitada esteve a cargo da empresa Angospencer, não tendo esta empreiteira acabado as mesmas, tão pouco mobilada, tal como haviam prometido às autoridades.

Os sorteados avançaram, também, que a qualidade dos materiais usados para a construção dos fogos habita-

cionais deixa muito a desejar e duvidam muito que venha ter 20 anos como tempo de vida útil.

No acto simbólico da entrega destes imóveis, o ministro Muandumba justificou que algumas casas se encontram naquele estado devido ao roubo de materiais, não tendo avançado o nome dos larápios, prometendo apenas que a empreiteira irá concluir as obras na presença dos proprietários das residências.

Dada a réplica lançada pelo titular da pasta da Juventude e Desportos, os jovens deslocaram-se nesta segunda-feira, 20, ao local (Bairro Social da Juventude) com o objectivo de acertarem com a direcção da Angospencer a data da conclusão das obras, não tendo esta se feito presente, desconhecendo-se até agora os motivos da sua ausência.

Sabe-se, no entanto, que o encontro entre os jovens e a empreiteira foi anunciado pelo governante, na presença das duas partes.

Entretanto, este jornal apurou no local que os roubos de materiais de construção, frisado por Gonçalves Muandumba, na sua intervenção, supõe-se terem sido protagonizados pelos trabalhadores ligados a empresa Angospencer, dado o atraso salarial que se verifica, alegadamente, pelo facto do MINJUD não ter honrado os seus compromissos em termos financeiros. Carla Mariza, uma das sorteadas, mostrou-se arrependida por ter concorrido ao sorteio. Na sua óptica, se lhe fosse comunicado que o MINJUD entregaria casas inacabadas, não teria concorrido. “Isto é brincadeira de mau gosto. Primeiro, puseram-nos aqui a espera do ministro Muandumba, das 10 às 12 h 30. Agora nos confrontamos com esta realidade, resumida em casas inacabadas, algumas delas sem portas e janelas”, disse Carla Mariza, visivelmente desapontada.

Os futuros moradores deverão pagar uma renda mensal de 26 mil kwanzas, durante 20 anos, tempo que lhes dará direito a titularidade do imóvel.

As autoridades dizem que as casas estão avaliadas em 40 mil dólares, cada, quando, na verdade, custam 60 mil dólares, tendo em conta as taxas de juros. Face ao descontentamento dos beneficiários, Gonçalves Muandumba saiu em defesa da “sua dama” para acalmar os ânimos, admitindo que a entrega das residências em causa foi feita de forma precipitada.

“Já devia ter sido feita há bastante tempo, essas casas demoraram-se um pouco por causa das infra-estruturas. O governo de Benguela pensou, e muito bem, primeiro terminar as infra-estruturas e depois as casas, tendo em conta as características da zona”, disse, acrescentando

que as casas não foram terminadas porque houve problemas graves de segurança, daí o governo de Benguela achar por bem entregar as casas aos beneficiários, tal como elas se encontram.

“A empresa construtora vai completar o que falta, vai na presença do beneficiário terminar o que falta, nós estamos aqui, o senhor governador em exercício está aqui e vai acompanhar para que o que falta seja concluído, foi isso que acordamos com a empresa que fez aqui as obras. Portanto não pode ser de outra forma, será assim o que falta será colocado com segurança” disse Muandumba. De realçar que as casas são do tipo T3 e foram construídas na zona da Graça actualmente denominado por “Bairro Social da Juventude”.

### 6.32 Secretário de Estado para Construção Vai a Tribunal

*Semanário Continente*

*De 24 De Fevereiro de 2012*

A administração municipal da Catumbela, em Benguela, está em vias de mover um processo-crime contra o secretário de Estado para a Construção, Joanes André, por desobediência as orientações daquela instituição. Segundo consta, Joanes André está a erguer uma obra naquelas paragens, num local inapropriado, existindo por debaixo do mesmo, condutas de água.

De acordo com a administradora municipal, o governante arrogou-se em levar avante o seu projecto, relegando para as calendas gregas as normas administrativas estabelecidas por lei, não tendo sequer consultado as autoridades locais sobre o estado em que se encontrava o terreno.

Trata-se, porém, de um braço de ferro que ainda vai dar muito pano para a manga, uma vez que a administração municipal já decidiu embargar o empreendimento e levar o seu mentor ao tribunal, pelo que o processo corre já os seus trâmites legais e não tarda que Joanes André seja convocado para depor. Fontes deste jornal asseguram que o dirigente agiu com arrogância, por estar habituado com a mesma postura em Luanda onde os governantes fazem e desfazem sem, no entanto, apanharem por tabela. “Aqui nas Acácias Rubras as coisas são diferentes, não sendo para menos que um antigo secretário-geral do ministério da Saúde foi aqui condenado por estar envolvido na venda de terreno alheio”, disse, acrescentando que “o Joanes André aqui não vai brincar, vai mesmo parar ao tribunal”.

Comenta-se, por outro lado, que nos últimos dias a corrente não passa entre Joanes André e o ministro Fonseca,



estando este último a ponderar a sua exoneração. Para além dos problemas que tem em Luanda, sobretudo de distribuição de casas, o ministro está desapontado pelo facto do secretário de Estado da Construção ter como assessor Alberto Sabino, que também tem muitos problemas com o partido MPLA, tendo sido apeado do cargo de director-adjunto da Base do Cuanda no Soyo, alegadamente, por não ter honrado os seus compromissos com aquela instituição partidária.

Tentamos várias vezes contactar Joanes André, para o respectivo contraditório, mas este se manteve indisponível.

### 6.33 Construção de moradias no zango para efectivos da polícia nacional

*JORNAL DE ANGOLA*

*De 25 de Fevereiro de 2012*

O vice-ministro do Interior, Eugénio Laborinho, colocou, na quarta-feira, a primeira pedra para a construção de 652 moradias sociais para efectivos da Polícia Nacional no Zango, município de Viana.

As casas vão ser erguidas ainda este ano, num terreno de 30 hectares, no âmbito de um projecto a cargo do Cofre de Previdência do Pessoal da Polícia Nacional, de que são sócios agentes e trabalhadores civis de órgãos afectos ao Comando-Geral da corporação.

Após o acto simbólico, o Vice-Ministro do Interior, acompanhado pelo comandante-geral da Polícia Nacional, comissário-geral Ambrósio de Lemos, e de altas patentes da corporação, visitaram a casa modelo do tipo T3.

O projecto, que vai ser executado por uma empresa de construção civil chinesa, inclui a construção de edifícios de quatro andares, escolas, centro médico e zona desportiva. O Cofre de Previdência do Pessoal da Polícia Nacional, que actualmente tem mais de 90 mil sócios, é uma associação mutualista de utilidade pública, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

A associação tem como objectivos assegurar a protecção social, especial e complementar dos seus associados e respectivas famílias.

A instituição vive das contribuições dos associados e não depende de subsídios do Estado. O Cofre de Previdência do Pessoal da Polícia Nacional presta um serviço especial de previdência social que aos efectivos e complementa a pensão de reforma subsidiada pelo Estado. O órgão emana do antigo Cofre de Previdência da Polícia de Segurança Pública do regime colonial português.

### 6.34 Casas Abandonadas Acolhem Meliantes

*Semanário Factual*

*De 25 De Fevereiro A 03 De Março de 2012*

A situação verifica-se desde os primeiros meses do ano em curso, nos projectos habitacionais do Panguila, do Zango e de Mulenvos, em Luanda, tidos pelos meliantes como baluarte dos seus dormitórios clandestinos e esconderijos de bens roubados dos moradores.

Segundo habitantes ouvidos pelo Factual, as residências abandonadas nessas áreas servem, ao mesmo tempo, para violações sexuais, agressões físicas e lutas entre rivais.

Ademais, a venda e o uso de estupefacientes nestas residências norteiam a rotina nocturna dos demais grupos nos municípios de Cacucaco, de Dande/Panguila, em Caxito e do bairro Mulenvos, em Viana.

Os meliantes, durante o dia, dispersam-se nos mercados do Roque-Panguila, do Kicolo e da Estalagem, onde se infiltram, forçadamente, para saquear bens alheios à mão armada, por falta de ocupação profissional e abandono familiar.

Em contrapartida, a Polícia nada faz para deter as acções ilegais destes jovens e, como se não bastasse, os vendedores e clientes são os mais lesados.

Nos Mulenvos, bairro de divisão administrativa entre os municípios de Cacucaco e de Viana, os meliantes dedicam-se, à luz do dia, a assaltos de motorizadas e de viaturas que circulam nas vias de acesso ao município de Viana. Logo, os meliantes têm as residências abandonadas como albergue dos bens pilhados, nos mercados e nas viaturas queimadas na via pública.

#### **Movimentação de moradores é restrita**

Desde finais de 2011, três viaturas foram queimadas por meliantes nas ruas dos Mulenvos de baixo e Mulenvos de cima, correspondendo aos municípios de Cacucaco e de Viana, por jovens desconhecidos pelo posto policial instalado naquela zona. De lá para cá, nada foi revelado pelas investigações policiais.

Inês Correia, de 40 anos, contou ser uma situação desastrosa a presença dos meliantes e das suas acções efectuadas durante o dia e a madrugada, pois a circulação dos moradores se tornou restrita.

Em contrapartida, crianças e adultos furtam-se das suas actividades normais, como o trabalho e a escola, tudo pela presença dos meliantes e pela ausência de patrulhamento do bairro pela Polícia.

Para moradores do Panguila, a presença de répteis, de falta de água e de salubridade do terreno, em épocas chuvosas, retraiu a convivência mútua ao ponto de abandonarem algumas residências.

Por estes motivos, moradores arrendaram as suas casas, enquanto outros se decidiram a vendê-las, dada a insegurança presente.

O Factual constatou, naquele bairro, agora como parte integrante do município do Dande, em Caxito, que mais de 400 casas foram abandonadas, havendo outros projectos não habitáveis.

Moradores do Panguila afirmam ter apresentado queixas à Polícia, e esta instalou-se durante horas de alguns dias da semana nas áreas mais polémicas. Após a retirada dos agentes policiais, o problema regressou. Assim, por medo de retaliações, alguns moradores estão sujeitos a abandonar as suas residências.

Perante esta realidade, urgem as acções máximas da Polícia Nacional para se estancar, de uma vez por todas, os novos métodos de supostos meliantes que oprimem o bem-estar social das familiares que, outrora, residiam nos locais de riscos, antes que não se criem bairros de marginais legalmente consagrados.

### 6.35 Ministro Muandumba Entrega Casas Sem Portas Nem Janelas

*Semanário Factual*

*De 25 De Fevereiro A 03 De Março de 2012*

As residências fazem parte das 92 concebidas pelo projecto no quadro do programa do Executivo, virado, inteiramente, para a juventude, o que visa atender às suas preocupações no capítulo habitacional.

Os jovens beneficiadores das residências mostraram o seu descontentamento e afirmaram o Ministério da Juventude e Desportos não ter cumprido com o prometido, que era entregar as casas totalmente acabadas e mobiladas.

Os beneficiários avançaram que a qualidade dos materiais usados para a construção dos fogos habitacionais deixa muito a desejar e duvidam muito que venha a ter 20 anos como tempo de existência útil.

No acto simbólico de entrega, o ministro da Juventude e Desportos justificou que algumas casas se encontram daquele jeito sem portas nem janelas porque havia roubos dos materiais, pelo que caberá à empreiteira “ANGOSPENCER” concluir as casas na presença dos seus proprietários.

Dada a réplica lançada por Gonçalves Muandumba, os jovens deslocaram-se na segunda-feira, 20, ao local (bairro social da juventude), a fim de acertarem com a empreiteira as partes inacabadas, mas esta não compareceu, desobedecendo às ordens do ministro da Juventude e Desportos.

Neste momento, o que se questiona é se a posição da empreiteira em não comparecer ao local uma vez acordado tenha alguma coisa a ver com facto de o Executivo não ter honrado com os compromissos financeiros, visto a ANGOSPENCER ser a terceira empresa a passar pela construção das casas, depois de uma empresa portuguesa e outra chinesa, tendo desistido pelo não compromisso financeiro a tempo e hora por parte do Ministério.

#### Casas foram entregues sem condições

Durante o acto de entrega, o Pactual tomou conhecimento de que algumas casas não têm portas nem janelas, devido aos roubos dos materiais de construção protagonizados por trabalhadores ligados à empresa, dados os atrasos salariais que se verificam até então pelo facto de o Ministério não ter honrado com os seus compromissos em termos financeiros.

Carla Mariza, uma das sorteadas, mostrou-se arrependida por ter concorrido ao sorteio. Ela afirmou que, se soubesse que o Ministério da Juventude e Desportos entregaria aquele tipo de casas inacabadas, jamais optaria por essa.

“Mas, o Ministério ao menos está a brincar connosco. Em princípio, é que nos puseram aqui à espera do ministro desde 10 horas, mas o ministro só apareceu às 12h30. Agora, viemos aqui nos confrontarmos com esse tipo de realidade com as casas inacabadas, algumas delas sem portas, sem janelas ou, melhor, sem o mínimo de condições. Eles têm que ver isso, porque nós vamos pagar 26 mil Kz/mês e é muito. Eles estão a dizer que os custos da são de 40 mil dólares, mas feitas as nossas contas e dadas às taxas de juros até o tempo de 20 anos, em que teremos que desembolsar os valores, vai dar por aí 60 mil dólares”, cimentou.

Por sua vez, o ministro, como forma de acalmar os ânimos dos jovens, admitiu que a entrega das residências é muito precipitada.

“Para o que falta, vai ser feito na presença do beneficiário. Estamos aqui, o senhor governador em exercício está aqui e vai acompanhar para que o que falta seja concluído. Foi isso que acordámos com a empresa que fez aqui a obra. Portanto, não pode ser de outra forma, será assim. O que falta será colocado com segurança”, garantiu o titular da pasta da Juventude.

De realçar que as casas são do tipo T3 e foram construídas na zona da Graça, actualmente denominada por “bairro social da Juventude”. De acordo com o projecto, os beneficiários receberiam casas com mobílias dentro.

### 6.36 Mais empreendimentos são erguidos na nharea

*JORNAL DE ANGOLA*

*De 27 de Fevereiro de 2012*

A administração municipal de Nharea, província do Bié, está engajada na construção e reabilitação de várias infra-estruturas, com vista a proporcionar uma vida digna aos seus habitantes, disse o administrador Nicolau Sapalo.

Entre os projectos em curso está a construção de duas escolas, uma de seis salas, na sede municipal, que alberga alunos do II Ciclo, outra de quatro salas, na localidade de Cangolologo, onde também está a ser erguido um posto de saúde.

Sistemas de distribuição da rede eléctrica pública e domiciliar nas comunas de Caiei, Dando e Lúbia estão também a ser construídos. Nesta última localidade, a administração local constrói três pontos de abastecimento de água potável.

O administrador municipal de Nharea, Nicolau Sapalo, assegurou que, no quadro do Programa de Combate à Fome e à Pobreza, são desenvolvidas acções noutras sectores, com destaque para a reparação das vias de acesso, distribuição de energia e água potável aos moradores do município.

As autoridades, disse, estão ainda empenhadas na construção de escolas primárias para reduzir o número de crianças fora do sistema normal de ensino. O administrador da Nharea considerou positivo o nível de execução das obras por parte dos empreiteiros, antevendo que os trabalhos estejam concluídos nos prazos acordados.

Nicolau Sapalo afirmou que a reabilitação da estrada AnduloNharea facilita a circulação e as trocas comerciais entre as populações da região. O administrador salientou que a conclusão das referidas obras proporciona aos habitantes um aumento da oferta de serviços e apoia o desenvolvimento económico e social da região.

### 6.37 Kilamba é um bom projecto (avaliação do secretário da onu)

*JORNAL DE ANGOLA*

*De 28 de Fevereiro de 2012*

O Secretário-Geral das Nações considerou a Cidade do Kilamba um “projecto muito bom”. Ban Ki-moon afirmou que os preços dos apartamentos, que variam entre os 125 e 200 mil dólares, são mais baratos do que os praticados no seu país, a Coreia do Sul.

Ban Ki-moon, que fez essa avaliação durante a visita que efectuou à referida cidade, no quadro da sua estada de dois dias em Angola, disse ainda que os compartimentos da casa onde viveu, na Coreia do Sul, também são mais pequenos que os do Kilamba. “É um bom projecto”, concluiu. O ministro do Urbanismo e Construção, Fernando Fonseca, sublinhou que os preços dos apartamentos do Kilamba se adequam à época. Fernando Fonseca disse que a redução dos preços das residências depende também do fomento da indústria nacional de materiais de construção, para que não se dependa apenas das importações. O ministro adiantou que a construção de mais projectos similares ao da Cidade do Kilamba contribui para a redução dos preços.

O ministro informou que o Estado tem feito um “esforço muito grande” em relação à legislação complementar e o apoio e assistência às pessoas que possam candidatar-se ao projecto. Disse haver um pacote financeiro no Fundo de Fomento Habitacional, além da assinatura de um protocolo com a banca nacional para o financiamento de projectos como o do Kilamba.

Localizada a 20 quilómetros do centro de Luanda, a cidade do Kilamba está a ser desenvolvida em três fases e prevê a construção de um total de 82 mil apartamentos, numa área de 54 quilómetros quadrados.

### 6.38 Vietnamicas vão construir 500 mil casas

*FOLLHA 8*

*De 25 de Fevereiro de 2012*

Um acordo de cooperação para a construção de 500 mil casas, no valor de três mil milhões de dólares, foi recentemente assinado em Hanói, à margem do Fórum Empresarial Angola-Vietname. A cerimónia foi testemunhada pelos Vice-Presidentes de Angola e do Vietname, Fernando da Piedade Dias dos Santos e Nguyen nu Doan. Celeste de Brito, presidente do Conselho de Administração da empresa angolana Tamar Lda, que rubricou o acordo, garantiu que o financiamento é concedido no seu todo pela parte vietnamita. Numa primeira

fase, referiu, uma construtora vietnamita tem o compromisso de construir 50 mil habitações, entre as quais 300 já estão concluídas, e devem ser entregues aos efectivos das Forças Armadas Angolanas (FAA). Entretanto, no seu mural do Facebook, o ministro Bornito de Sousa referiu-se a este evento como sendo mostra não só da vitalidade da economia angolana como indício de que a promessa proferida JES, de construção do famigerado milhão de casas, Vai ser cumprida. Mas •.. Sr. ministro, sendo você tão inteligente, acredita nesses vietnamitas? Passaram mais de três anos sobre a tirada eleitoralista e demagógica do PR e agora só faltam 500 mil casas a construir, do milhão que ele prometeu para 2012, será isso? Estamos atrasados, mas, de resto, muito mais do que isso... Enfim, agora vamos recuperar, com os viete, vamos fazer 500 mil casas em 6 meses? ••• Meu Deus, por que razão se despreza tanto a inteligência dos angolanos? Tanta mentira junta até parece propaganda duma seita religiosa.

Quanto à nossa capital, o mais que posso dizer é que nos vamos acomodando às torres. A cidade onde devia ser agradável viver está a abarrotar de gente pobre, viaturas e pessoas bem vestidas, muito parecidas com paus de dois bicos. O trânsito na estrada da Sambe, a única que frequento, pois quando vou à Baixa, estaciono no Josina Machel e movimento-me em candongueiros ou a pé, está a melhorar muito, não sei porquê

## 6.39 Crise nos condomínios i

*Folha 8*

*De 25 de Fevereiro de 2012*

Segundo parece os condomínios privados construídos em Luanda estão a caminhar para uma espécie de rebentamento de bolha, semelhante à da subprime, responsável pela actual crise económica que já levou alguns países para as ruas da amargura, exactamente, essas que levam direitinho às falências. E isso porque os nossos geniais especuladores do mercado imobiliário começaram a praticar preços astronómicos na capital angolana, ao que se juntou a falta de credibilidade bancária dos compradores interessados, no momento de concessão do crédito à habitação. Mais de 80% dos condomínios privados construídos em Luanda nos últimos anos estão sem clientes, em certos pontos nem sequer 10% dos imóveis foram vendidos, e o financiamento bancário desses miríficos projectos encalhou num mar de dúvidas e de dívidas porque a legislação angolana impede que a propriedade possa ser oferecida como garantia e porque demasiado longo é período de que os bancos precisam para recuperarem os investimentos. Numa palavra, política governamental para subsidiar créditos habitacionais é coisa do outro mundo em Angola!

## Crise nos condomínios ii

Dadas estas terríveis coincidências estruturais perfeitamente, mui poderosos argumentos das diferentes demonstrações da inultrapassável incompetência dos nossos governantes, verdade, verdadinha, é que no ano de 2008 apenas 7,6% do financiamento destinado à habitação provém do sistema bancário, tal como ficou bem explícito num estudo publicado, no ano passado, pelo CEIC (Centro de Estudo e Investigação da Católica). Quanto ao resto, quer dizer, mais de 92 por cento do crédito à habitação, vem doutros horizontes menos tenebrosos que os que são apanágio do sistema bancário (!!!). A maioria dos empréstimos obtidos para a construção de casas, cerca de 60 por cento, é facultada por um ou outro membro do agregado familiar, sendo os principais beneficiários os indivíduos pertencentes a famílias de classe média ou alta. O que, curiosamente, não impede que no que toca às instalações sanitárias o panorama seja altamente preocupante. Com efeito, dentre os 45% de alojamentos que possuem algum tipo de instalação sanitária, apenas menos de 40 por cento estão ligados à rede de esgotos, estando os restantes 60% à espera que os projectos em carteira a que estão ligados saiam das respectivas carteiras, mas com dinheiro suficiente para os levar a bom termo!

## 7 TERRA

### 7.1 Fazenda kamphanda – a crónica da humilhação continua

*Jornal ANGOLENSE*  
*De 3 Fevereiro de 2012*

É uma zona de exuberante e luxuriosa vegetação, onde temos a sensação de penetrarmos num verdadeiro pulmão natural, cheio de copas de copaíferas e muyumbas sombrias, arredados da poluição urbana. De acordo com especialistas agrários, é das poucas zonas com uma vegetação especializada para ser alternativa alimentar de vE?rão para o gado. No livro do Padre Cristiano Pehena, esta zona é descrita com uma imagem idílica e tão vívida que faria inveja ao paraíso de Adão.

É nesta mesma zona, cujas potencialidades científicas a comunidade conhece e explora, sem prejuízo do meio ambiente. Mas a partir dos anos 60, quando os fazendeiros colonos iniciaram os cercos, despoletou uma disputa renhida, que ultrapassava as simples ambições, mas alcança conflitos que envolvem visões e ideologias, algumas até roçando leses puramente coloniais.

Essa disputa continua até hoje: a fazenda Kamphanda, que recebe o nome da aldeia local, passa, eventualmente, entre 2002 e 2003 a um novo proprietário de nome António Bicho. Aguardava o povo, que o novo inquilino fosse cordial como o primeiro, numa zona onde a carência é total, e fosse ele uma alma de mão cheia. Ledo engano. O gerente daquela fazenda, naturalmente sob ordens do patrão, desencadeou um terror nunca antes visto. que era o de torturar suspeitos de roubo de gado, transeuntes, mulheres parentes de perseguidos, todos tinham um destino: uma masmorra feita de contentor, onde havia pranto e ranger de dentes depois de pauladas, chibatadas, e para apimentar a emenda, sessões contínuas de electrocussão, que não poupou as partes pudibundas!

Acto contínuo, num acesso de total desprezo e sobrançeria, o patrão Bicho, insatisfeito com os limites da fazenda, tal como o Rei Acab se apropriou da vinha de Nabot, aquele se apropriou de uma porção onde viviam oito famílias e ao mesmo tempo era passagem para o gado e para as pessoas, sobretudo à noite quando as doenças assaltam e almas generosas devem kakundar os doentes em motorizadas. O povo sempre se interrogou: esta terra é nossa e nós a tínhamos cedido aos fazendeiros. O Fernando Borges, de feliz memória nunca teve rixas destas connosco. Porque razão, por cima da nossa generosidade, somos maltratados por uma visita que nós

acolhemos? Desde Maio de 2003 que as comunidades, numa paciência quase subserviente, têm estado a bater as portas de António Bicho, mas este fazendo ouvidos de mercador, nunca teve em conta os pedidos para reabrir o corredor.

Naquela altura, sob a égide da Associação Leonardo Sikufinde Shalom Angola (ALSSA), escrevemos uma carta ao MINADER, aos 11 de Julho onde chamávamos a atenção do MINADER para o potencial conflito dizendo que se tratava “de uma grave infracção... na medida em que limita a livre circulação de pessoas e bens”. De facto, recebemos resposta de como a questão estava sendo tratada. No entanto, apesar dos esforços do MINADER e da Administração Municipal dos Gambos, a questão nunca foi realmente abordada como merece.

Os donos da terra continuaram a não passar pelo seu caminho, mas sim a dar uma volta formidável, não importando a gravidade da situação. Até à noite, dizem jocosamente os velhos que as almas dos antepassados que quisessem regressar para visitar os parentes, os campos e seu gado, tinham também receio de passar por este arame farpado e, indignados regressavamàs tumbas, antes do alvorecer! Os humanos mais ousados que por ai tentaram passar, viram sua integridade física e moral ameaçada. E os cadáveres tinham de ser içados para serem recebidos doutro lado do arame, passando igualmente pelo ritual da humilhação, descendo à cova indignados! Existem copiosos testemunhos dessa barbaridade. Depois de quase 9 anos de continuada humilhação, os líderes juntaram a última réstia de paciência e lá foram ter com o fazendeiro. Mas este desdenhou pura e simplesmente a presença da comunidade. Para por fim ao jugo, todos os homens (com calças e porrinhos) combinaram, como se fosse um só, a partir de 13 de Setembro de 2011, derrubar a cerca de arame farpado que tinha encerrado seu ancestral caminho. Tal assustou ao fazendeiro, que habituado a ter a comunidade pela trela, viu que doutro lado, a sede da liberdade havia vencido o medo. Informada algum tempo mais tarde, a Associação Construindo Comunidades (ACC), escreve a 14 de Outubro à Administração dos Gambos sobre o ocorrido. No entanto, todos estavam à espera que o fazendeiro, uma vez regressado de sua viagem, abordasse de forma humana o problema. Transcorreu o tempo sem bulício algum.

Por isso, foi com imensa surpresa que as 14HOO do dia 19 deste, o móvel tocou e era um dos líderes da comunidade pastoril dos Gambos dizendo que o mais velho Kakandi Kakolo e outros quatro líderes tinham sido detidos no Vale do Tcimbolelo, na localidade da Kamphanda, Vale do Tchimbolelo, por agentes da Polícia Nacional, mas numa carrinha, presumivelmente do Sr. António Bicho.

Tendo sido lançado o SOS, veio uma advogada, de fibra de aço, enviada pelo escritório do Dr. Marcolino Moco. Foi uma semana de corrida infinda atrás de papéis e de caução. A grande culpa reside no facto de a comunidade, cansada de humilhação de pendor colonial, ter aberto o corredor que lhe pertence de iure! Quando na verdade, quem devia ser preso é o fautor do cerco às comunidades. E para provar que tou certo, um dia saio da Huila, vou cercar uma cotada qualquer do Presidente da República de Angola.

*Ou para variar, e buscar maior fama mundial, vou cercar o palácio de Buckingham! Em verdade vos digo que apesar de todo o respeito que se tem por um padre, não irei eu parar ao chilindró? E porque na Huila tem de ser diferente?*

Na verdade, António Bicho protagonizou o golpe, há muito planeado: humilhar e decapitar o conselho dos anciãos que desde o tempo colonial se bateu pela preservação do espaço de pastorícia comunitária.

*O fazendeiro cuspiu no prato que lhe alimentara ao mandar prender aqueles que tinham deliberado para lhe conceder a terra. Senão, como se pode entender esta prisão, direccionada sobretudo aos anciãos, quando toda a comunidade de homens masculinos tomara parte na missão de, em pleno sol de setembro, derrubar a cerca?*

Depois de dias de batalha, a advogada, essa mulher de fibra que conhecemos, há muito, nos corredores da batalha pela dignidade, conseguiu ajudar a libertar os detidos, sob caução! Tínhamos o arco retesado para batalhas mais bravas e prolongadas que nos pudessem levar até à Comissão Africana. Mas no fim, houve suspiro de alívio, mesmo que temporário. Foram dias de autêntica humilhação, na voz dos detidos.

A cela, a feder dejectos e urina, para pessoas habituadas desde à sanidade ambiental. Mais do que isso, dos dez, havia dois pais presos com os respectivos filhos. Tinham todos de fazer suas necessidades fisiológicas uns diante dos outros! Haja respeito! Valeram igualmente as mensagens de solidariedade dos amigos, a OMUNGA em Benguela, muitos líderes da sociedade civil em Luanda, a solidariedade lubanguense reflectida na torrente de mensagens recebidas. De Cabinda, o amigo indefectível, Marcos Mavungo mandou um bote bem forte!

Dia 26 de Janeiro, depois de uma noite de repouso no Lubango, levamos em caravana automóvel os dez ex-detidos a Kamphanda. Que emocionante a festa do reencontro. O batuque a cantar o olundongo, o grito de Omuhelo, enaltecendo as batalhas vencidas de antanho, o choro das parentas, o ulular das mulheres felizes...

Uma das mais velhas tentou pôr o nosso director executivo às costas, mas os bons quilos deste impediram o desiderato! Até a manada inteira de bovinos extasiou-se

e parou atónita, como que a escutar o relato da vitória dos humilhados!

Na verdade, a humilhação na Huila é somente parte do modo como os pobres são tratados, desde as populações das Lundas, as zungueiras, as famílias vítimas de demolições, os famintos que aumentam enquanto a chuva escasseia, os pescadores que não conseguem nada porque os arrastões levam tudo, a mando de quem impávido nada faz para reverter o quadro. Assim iniciou a revolução em Angola, com um rastilho que se chama Baixa de Cassange. Agora entendo porque os pobres em suas tertúlias afirmam que a guerra ainda não acabou. Agora estão a ser combatidos os pobres e a batalha estará perdida se Deus não estiver do nosso lado.

Mas uma coisa me anima: quando se esperava que saíssem humilhados, todos os dez detidos emergiram da prisão mais firmes e decididos a encarar o julgamento. A cadeia teve efeito perverso. Eles acreditam na justiça Huilana. E eu também creio nela. Amén!

## 7.2 Juíza acusada de apropriação de imóvel

*Jornal ANGOLENSE*

*De 3 de Fevereiro de 2012*

O litígio começou quando Marcelina Vaz arrendou o imóvel de dois quartos, sala, dispensa e casa de banho ao preço de mil dólares por mês à funcionária judicial, Ana Valente por um prazo de um ano. Mas diz que ela acabou por ficar um ano e sete meses há mais, por se ter recusado devolver a residência dentro dos prazos estabelecidos. “Na altura em que negociamos, acordamos que se deveria efectuar algumas obras de restauro no imóvel, o que não aconteceu. No momento em que quis reaver à casa ela exigiu que fosse reembolsada com oito mil dólares pelas obras que teria feito”, explicou Marcelina Vaz, acrescentando que, aquilo era uma aberração porque “a única coisa que ela fez foi construir o balcão que separa a cozinha da sala”, adiantou.

A queixosa disse que a sua inquilina exigia o pagamento dos valores acima mencionados como condição para desocupar a casa e teria contratado os serviços de uma empresa de segurança a impedir de ter acesso a mesma. A Juíza abandonou o imóvel sem lhe ter comunicado directamente, após uma ordem judicial, recordando que antes de travar esta “dura batalha”, mantinham uma relação saudável e dedicava-se à troca de moeda estrangeira na baixa da cidade. Atendendo a sua situação de invalidez, pediu aos seus familiares e “irmãos em Cristo” que continuem a apoiá-la.

O clima de tensão que se instalou entre as duas famílias agravou-se ainda mais no dia 24 de Dezembro, quando um dos filhos de Marcelina Vaz se cruzou com Ana Valente num dos supermercados da capital.

O jovem é acusado de ter ameaçado de morte a Juíza, o que deixou Ana Valente com os nervos a flor da pele e, em companhia de uma amiga, foi explicar à ex-senhoria o que se passara.

Insatisfeita com alegada atitude do jovem, Ana Valente recorreu a mãe para aconselhar o filho a não praticar tal crime. Mas, para o seu espanto, a mesma não acreditou que o seu filho tivesse aquele comportamento e bateulhe com à porta na cara. Esta situação provocou uma briga que teve que ser apaziguada pelas autoridades policiais. Segundo uma fonte ligada à família da funcionária sénior do TPL, a acusada não teve interesse em se apropriar do imóvel e nem sequer exigiu oito mil dólares para desocupá-lo.

“O que se passou foi que a senhoria estava a exigir a desocupação da casa sem ter cumprido com alguns pressupostos legais, que é a emissão de um aviso prévio, contendo um prazo, para que a inquilina possa procurar uma nova residência”, explicou.

Por outro lado, a nossa fonte disse que a sua parente ficou preocupada ao notar que o imóvel está em nome da cidadã Domingas Pedro Vaz e quem assinou o contrato de arrendamento é um outro indivíduo de nome Domingos Pedro Vazo. Quanto a isto, a senhora Marcelina Vaz esclarece que o imóvel pertencia a uma das suas filhas que já faleceu e quem rubricou o contrato foi um dos seus filhos. A morte da sua descendente tornou-a herdeira legítima.

Por outro lado, este jornal tentou ouvir Ana Valente, mas esta mostrou-se indisponível por considerar que a situação já foi ultrapassada, isto é, jamais foi sua intenção apropriar-se da residência da cidadã em causa.

### 7.3 Governo de benguela acusado de querer demolir monumentos históricos.

*Semanário CONTINENTE*  
*De 3 de Fevereiro de 2012*

Tratam-se do Ciclo Velho, também conhecida como «Escola Comandante Augusto Chipenda», 1.º liceu de Benguela e da Companhia de Açúcar de Benguela (ex-Aliança Francesa) para dar lugar a um complexo hoteleiro. Segundo apurou este jornal, na Escola Augusto Chpnda passaram proeminentes figuras dos governos

angolanos e português. Nesta quarta-feira, a sociedade civil chamou a atenção do executivo local sobre a necessidade de se preservar a história de Benguela, tendo defendido, igualmente, a necessidade da valorização dos poucos patrimónios históricos de que a província dispõe. No entender daquelas organizações, a acção do governo choca negativamente a sociedade Benguelense, principalmente aqueles que foram alunos da escola nos anos pretéritos.

*Dado ao facto de proporcionar cada vez mais o acesso a escola, a sociedade questiona-se como é possível que o executivo vai conseguir acabar com as pessoas fora do sistema de ensino se tenciona extinguir um imponente estabelecimento de ensino com capacidade para albergar muitos alunos do primeiro ciclo?*

A sociedade civil interroga-se, igualmente, sobre as reais prioridades que o governo tem para o nosso povo. Reza a história que o Ciclo Velho é um edifício que foi construído nos meados doséculo XIX, tendo servido de primeiro Palácio do distrito de Benguela, no Governo colonial português. Serviu também as instalações dos Correios e Serviços Telegráficos de Benguela, Secretária do Exército português e primeiro Liceu das terras das Acácias Rubras.

Já a Companhia de Açúcar de Benguela, ou seja, ex-Aliança Francesa, foi ergui da nos finais do mesmo século pela Companhia Comercial de Angola, que em meados de 1920, vendeu a Companhia de Açúcar de Angola, depois de 1965 o imóvel foi adstrito ao Museu Nacional de Arqueologia. Os dois imóveis estão classificados como património nacional e constam do Diário da República de 1950. Actualmente, na ex-Aliança Francesa de Benguela, encontra-se uma escola de artes plásticas. Paula Russa, docente universitária da cadeira de arqueologia e história, teme que se apaguem os traços culturais, bem como amemóri colectiva dos benguelenses.

A docente pede as autoridades para que metam a mão na consciência antes de avançarem para qualquer acção que visa a demolição dos dois patrimónios his nco, sera um aesresp to aos benguelenses e à sua história.

«A que ter mais um bocado de consciência, porque as pessoas não podem só pensar nos bolsos. Meter aí na Praia Morena um complexo hoteleiro e que vai beneficiar meia dúzia de indivíduos e que nós nem sabemos quem são, há que pensar bem», apelou.

Por sua vez, o comentarista da Rádio Benguela para as questões política e social, Jaime Azulai, pensa que projectos dessa natureza devem ser precedidos de uma consulta pública, a fim de saber se os cidadãos se revêm ou não para não pôr em causa a memória colectiva da sociedade.

O governo provincial, em defesa da “sua dama”, diz existir de facto projectos para aqueles locais, mas visam a reabilitação e requalificação dos mesmos, aguardando-se o seu enquadramento no Programa de Investimentos Públicos. “O governo de Benguela reafirma o seu compromisso e total engajamento na defesa e preservação do património histórico» lê-se no documento, tomado público no dia 26 de Janeiro de 2012.

## 7.4 Moradores da vala da comarca de luanda querem mudar de lugar

*NOVO JORNAL*

*De 3 de Fevereiro de 2012*

OS MORADORE- que vivem junto à ponte da vala da Comarca Central de Luanda temem pelas suas vidas devido às constantes inundações do riacho que atravessa as suas moradias, pelo que solicitam ao Governo da Província de Luanda (GPL) a sua transferência urgente para zonas mais seguras. A administração do Sambizanga pede calma aos munícipes Máquinas do GPL em movimento e trânsito congestionado foi o cenário que o Novo Jornal encontrou esta terça-feira, dia 31, na zona do Nguanha, no município do Sambizanga, local onde alguns munícipes viram quase submersas as suas residências, devido à enchente de uma vala que atravessa a ponte da rua direita de Cacuaco, situada bem em frente à Comarca Central de Luanda.

O pânico, que segundo os moradores durou cerca de um mês, só foi atenuado pelas autoridades locais, depois de os cidadãos terem decidido desviar o curso normal das águas para a estrada por temerem a inundação e o desabamento das suas residências. Uma forma de chamar a atenção das autoridades que teve resultados. Dona Ricardina, residente na zona há mais de 20 anos, visivelmente feliz pela intervenção das autoridades, disse que a atitude dos moradores foi louvável porque surtiu efeitos. “Ficamos mais de um mês com a ponte entupida. Fomos à administração e ninguém resolvia.

Só depois da água ter invadido a estrada e provocar engarrafamentos é que o governo veio resolver o nosso problema, porque tem mais amor pela estrada! exclamou a cidadã.

De acordo com a interlocutora, o lixo que frequentemente é deitado na vala é a causa do entupimento do esgoto, que tem inundado as residências localizadas a escassos metros.

“Aqui não há contentores, então, todo o mundo atira o lixo para a vala, tanto faz serem os moradores, como aquelas pessoas que vêm visitar os seus familiares presos

na Comarca de Luanda”, contou a fonte, acrescentando que se trata da segunda vez que a vala transborda, sem no entanto causar vítimas.

“O que se passa aqui é uma lástima. Esses tubos que vocês vêem aqui são os esgotos das casas de banho, provavelmente de todos os bairros da Petrangol As águas das empresas também passam por aqui. Também despejam aqui os pneus estragados dos carros e, assim, acumula-se o lixo que, por sua vez, entope o canal de passagem das águas. O resultado é a enchente que vivemos quase sempre”, explicou, uma vez mais, dona Ricardina.

### Paludismo e cólera

No tempo chuvoso, a situação é mais dramática. A cólera e o paludismo fazem morada no local. Recentemente, uma das vizinhas morreu devido à cólera, de acordo com dona Luzia, residente na zona desde 1992.

“Quando a vale entope nós passamos mal. Graças a Deus, não está a chover, porque senão poderíamos afundar. Desde o mês de Novembro, que a água estava em cima. Enterrámos uma vizinha porque morreu de cólera. A neta da minha outra vizinha também está com cólera e encontrase hospitalizada. A situação aqui está mal”, lamentou.

## 7.5 Requalificação, cazenga a 45 por cento

*Jornal O PAÍS*

*De 3 de Fevereiro de 2012*

A construção das infra-estruturas enquadradas no programa de requalificação urbana do município do Cazenga, em curso desde 2010, está executada na ordem dos 45 por cento, de acordo com uma dos responsáveis do Ministério do Urbanismo e Construção.

Segundo o coordenador dos projectos de requalificação do referido ministério, Hugo Azancot Mendes, o projecto está a contemplar a construção de redes de abastecimento de água potável, drenagem de águas residuais domésticas, entre outras.

Acrescentou que a posterior se darão início aos trabalhos de colocação de passeios, rede de iluminação pública e sinalização vertical e horizontal.

O projecto de requalificação no Cazenga visa a edificação de residências de tipo T2 e T3, em edifícios de quatro pisos, numa área útil de 100 metros quadrados.

“Quando construída esta primeira fase, para aqui virão os habitantes da área seleccionada para a limpeza do



terreno, loteamento e a urbanização, para um novo realojamento”, disse o responsável.

Segundo afirmou, o ciclo só vai terminar quando todo o Cazenga estiver reconvertido. Esse projecto de reconversão obedece ao princípio da inclusão social.

Considerou que o referido projecto obedece os padrões internacionais, sendo 55 por cento da área destinada à habitação, 30 por cento para as vias públicas e 15 para os equipamentos sociais e espaços verdes.

Para ele, o projecto reflecte o esforço do Governo numa empreitada social de larga escala com o objectivo de construir habitação condigna para os angolanos.

## 7.6 Moradores dos prédios sul-africanos exigem exoneração da administradora.

*Semanário CONTINENTE*  
*De 3 DE Fevereiro de 2012*

Em causa estão as casas do Zango 3 onde seriam transferidos no dia 28 do mês passado. Mas, acontece que as residências não oferecem as condições desejadas pelos moradores, pelo que as rejeitaram categoricamente. Agastada com atitude dos moradores, a administradora municipal do Rangel, Maria Clementina Gomes da Silva, disse aos moradores, alto e bom som que “caso não aceitarem as casas que estamos a oferecer no Zango 3, então que estes edifícios desabem e vocês que morram”, preferiu a responsável. Em função das palavras da dirigente, os moradores em causa consideram a governante, como sendo pessoa sem espírito de servir a população.

“Como é possível uma governante, sendo pastor do povo, faz estas declarações?”, interrogaram-se, tendo rogado a quem de direito no sentido de rever as políticas de nomeação de certos responsáveis que podem exercer cargos públicos. De acordo com os munícipes, o secretário de Estado de Urbanismo e Construção, garantiu que dentro em breve os afectados poderão ser transferidos para o Zango em condições aceitáveis. Os habitantes lembraram que desde a sua nomeação que a administradora Maria da Silva, se dirige para as comunidades usando ofensas sem ter em conta que a sua existência como governante depende deste mesmo povo que ela despreza, considerando a atitude não ser peculiar para uma servidora do Estado.

## 7.7 Dizem-se Enganados

*Moradores do Kaputo Recusam Zango*  
*Semanário Angolense*  
*De 04 De Fevereiro de 2012*

Os moradores, mesmo sem os terem ainda as chaves das novas moradias, localizadas no projecto habitacional do Zango 3 (Viana), fizeram uma visita surpresa ao local e constataram que «não é digno de ser considerado num projecto habitacional, pois não tem sequer as condições básicas que têm os prédios que pretendemos abandonar. Antes de mais, o espaço que será concedido a cada família é muito pequeno, de acordo com o que vimos, as nossas mobílias não vão chegar, mesmo que nos derem duas casas para cada», alegam.

A mudança, que estava prevista para o dia 28 de Janeiro, não foi realizada porque os moradores dizem que estão a ser manipulados pela administração do distrito urbano do Rangel e, conseqüentemente, pelo Secretário de Estado do Urbanismo e Construção, Joanes André, pois estes disseram que as suas casas estão localizadas no Zango 3, quando, na realidade, é no Zango 4, com péssimas condições e inacabadas. «Não está certo, aquilo que querem fazer conosco, porque nós somos «inquilinos do governo», não passamos mais de 30 anos a viver de favor aqui nos prédios. A maior parte das famílias que aqui estão pagam aproximadamente 700 kwanzas (mensal) do aluguer.

*Como é que agora, o próprio governo está a cometer esta injustiça, dando-nos casas que nem mosaicos têm?»,* perguntam eles, preferindo o anonimato de modos a evitar correr o risco de serem abandonados. Numa notícia publicada na Agência Angolana de Notícias, Angop, o secretário Joanes André confirma ter mantido um encontro com os moradores dos edifícios, onde se fez presente também o coordenador da Comissão daqueles moradores, Manuel Mateus, tendo concluído que a reunião foi proveitosa.

Segundo Joanes André, no Zango 3 as condições estão criadas para os novos habitantes, uma vez que a zona é urbanizada, as residências possuem energia eléctrica, água e tecto falso. Tendo explicado que não existem casas de pobres, porque cada cidadão em função das suas possibilidades cria o seu modo de vida. Disse que nas residências onde vão morar há melhores condições, ao contrário do espaço onde estão a viver actualmente com o perigo de os blocos desabarem.

«Para quem tem muito gosto e quer ter uma casa de luxo... repito, não existem casas de pobres, pode no interior da residência fazer os arranjos ao seu gosto, porque o Estado não proíbe que tais alterações sejam feitas», frisou.

Em conversa com o Semanário Angolense, os populares desmentiram este facto dizendo que naquele encontro não houve sequer consenso entre as duas partes, pois o Secretário de Estado do Urbanismo e Construção mostrou isso, destratando-os, ao proferir as seguintes palavras: «quem quiser morrer nos prédios que fique aí mesmo, pois ainda que vocês forem ver as casas não mudará nada».

Aqueles populares alegam ainda que estão a tentar manter uma audiência, pelo menos, com a administração local, de modos que a situação seja minimizada. Mas infelizmente, a administradora anda a esquivar-se. «Estamos a ser tratados como se fôssemos cães, quando ontem cobravam rigorosamente o aluguer. Por isso, não vamos sair daqui se não nos derem casas condignas (com água e luz) e não aquelas que ainda temos que depender do abastecimento por cisternas», finalizam.

Por outro lado, convictos de que será difícil «começar a vida do zero», uma vez que para aqueles moradores, a ida ao Zango 3, ou 4, terão tudo muito distante, desde os trabalhos, escolas e os seus negócios. Assim sendo, apelam que, pelo menos, o governo tenha o mínimo de dignidade em colocar, naquelas circunscrições, uma escola, esquadra policial e um posto médico.

Para finalizar, este jornal exerceu esforços para contactar a administradora do supracitado distrito, mas infelizmente, das vezes que se bateu à sua porta, foi dito que a mesma não se encontrava presente e que era impossível marcar uma audiência, segundo a sua secretária.

## 7.8 Lançado projecto de requalificação do mukufi.

*NOVO JORNAL*

*De 6 de Fevereiro de 2012*

A CIDADE DO LUBANGO está a ser preparada para acolher cerca de 3 milhões de habitantes nos próximos anos contra os actuais pouco mais de um milhão e meio”, disse na capital da Huíla o governador provincial, Isaac dos Anjos, quando explicava aos presentes o projecto de requalificação do rio Mukufi, que esteve na base de uma das mais polénricas demolições de residências, ocorridas em Setembro de 2010.

O projecto, a cargo da empresa Andrade Gutierrez, está avaliado em mais de 80 milhões de kwanzas e prevê, numa primeira fase, a construção e reabilitação de espaços de lazer, zonas verdes, estradas, para além da abertura de valas de drenagem para a passagem das águas residuais e das chuvas.

Apesar de não ter ficado claro o prazo de duração das obras, o responsável pela empresa construtora, João Madeira, disse que tudo será feito no sentido dos prazos serem cumpridos tão logo arranque a empreitada. Os trabalhos, numa primeira fase, vão concentrar-se na limpeza do troço de pouco mais de um quilómetro, ligando a praça João Paulo I ao prédio dos Laureanos, bem no centro da cidade do Lubango.

Para Isaac dos Anjos, o projecto faz parte de um programa de urbanização do Lubango, enquadrado na estratégia de requalificação da velha para a nova cidade que se vai implementando com o surgimento das chamadas novas centralidades, numa alusão aos bairros da Tchavola, Mutundo, Chimukwa e Eiwa, arredores do centro urbano.

O governador da HUÍLA fez perceber que o Lubango tende para o crescimento demográfico acelerado, razão pela qual, alertou, os projectos urbanísticos devem ser concebidos pensando neste factor. Isaac dos Anjos reconheceu, na ocasião, numa explicação dada ao 10.º secretário do MPLA na HUÍLA, João Marcelino Tchippingui, também presente no acto, que o trabalho é longo, dispendioso e difícil, devendo o seu executivo precisar de, pelo menos, mais um mandato para concretizar o que está projectado.

A requalificação do velho Lubango - sublinhou o governador da Huíla - carecerá também da intervenção efectiva do sector empresarial que deve estar preparado para, em parceria com as autoridades competentes, desenvolver projectos imobiliários sem prejudicar a movimentação de eventuais famílias identificadas nas respectivas áreas em caso de necessidade de desalojamentos.

### **Teodoro albano, na huíla. Especialista realça que projecto protege ambiente**

O ESPECIALISTA em ambiente e ordenamento do território, Silvano Levy, disse ao NJ que o projecto de requalificação do rio Mukufi foi bem concebido e responde satisfatoriamente” às questões de ordem ambiental. Para ele, a concepção do projecto deve orgulhar o município porque este vai poder desfrutar das zonas de lazer nele contidas. “Ambientalmente, a obra satisfaz porque vai contribuir para o melhoramento paisagístico da área e dar um pico na criação de zonas verdes no meio urbano”, enfatizou.

Segundo Silvano Levy, o projecto, se for concebido como está projectado, irá provocar melhorias no saneamento básico e a montante vai fazer com que as linhas de água possam cair sobre a respectiva zona de requalificação do Mukufi, trazendo, por arrasto, melhor processamento das águas, sobretudo no escoamento sobre a superfície.

## 7.9 Imposto predial alimenta dúvidas dos contribuintes

*NOVO JORNAL*

*De 10 de Fevereiro de 2012*

As alterações introduzidas no seguimento da reforma fiscal em curso trouxeram algumas dificuldades junto dos cidadãos. Para além da introdução de um novo modelo de preenchimento obrigatório (Modelo O), também os valores cobrados levantaram algumas dúvidas.

No âmbito da reforma fiscal que está a ser impulsionada pelo PERT - Projecto Executivo para a Reforma Tributária (organismo que responde perante o Ministério das Finanças) o mecanismo de cálculo do IPU - Imposto Predial Urbano foi alterado. A partir de agora o imposto predial é calculado em função de diversos factores: localização do imóvel, área, tipologia e acesso a serviços (água, energia, saneamento).

Também o novo formulário de preenchimento obrigatório foi alterado, o que provocou atrasos consideráveis no atendimento ao público. Os contribuintes, por não estarem a par das novas orientações, foram surpreendidos o que acabou por congestionar a capacidade de atendimento da administração pública. Ao mesmo tempo, um atraso da Imprensa Nacional na impressão dos formulários fez com que o IPU apenas fosse cobrado a partir do dia 10 de Janeiro. Oficialmente o imposto em causa é pago entre os dias 1 e 31 de Janeiro. Esta situação levou mesmo a Direcção Nacional de Impostos (DNI) a prorrogar o período de pagamento do imposto predial. Em comunicado com data de 6 de Fevereiro, a DNI leva ao conhecimento de todos os contribuintes que “se procedeu à extensão dos prazos de cadastramento e re-cadastramento de prédios urbanos, bem como do pagamento da primeira prestação anual do Imposto Predial Urbano (IPU) até ao próximo dia 31 de Março do corrente ano, conforme estipulado por despacho do Ministro das Finanças”. “Nestes termos, os contribuintes que procederem ao pagamento do IPU até ao próximo dia 31 de Março, efectuarão sem qualquer acréscimo legal (multa e juros associados)”, reforça.

final. Há também algumas disparidades em casos similares, muitas vezes situados nos mesmos prédios e em apartamentos com áreas quase iguais.

Por exemplo, o Novo Jornal teve acesso a casos concretos onde um apartamento de 1 quarto, na Maianga (em Luanda), com 52 metros quadrados, que pagou no presente ano uma taxa de 1425 kwanzas. Por sua vez, na zona da Igreja do Carmo, também em Luanda, um imóvel de 1 quarto e uma área de 61 metros quadrados pagou 6 mil kwanzas de IPU (anteriormente pagava 2448 kwanzas).

Noutro caso similar, um apartamento com um quarto e 58 metros quadrados de área entregou ao Estado 4400 kwanzas, quando anteriormente pagava 2400. Também as diferenças entre valores deixaram muitos contribuintes na dúvida: por exemplo um imóvel de 2 quartos, na zona da Maianga (sabe o Novo Jornal), com 79 metros quadrados, pagou um imposto de 18 mil kwanzas, uma enorme diferença em relação aos valores referidos anteriormente.

Segundo foi possível apurar, as discrepâncias podem estar relacionadas com a nova forma de cálculo, mas há também algumas ineficiências ao nível do atendimento ao público. Como a tabela de preços foi modificada, os funcionários do Estado estão em alguns casos a cobrar valores errados. Amélia Rita, chefe de departamento do Ministério das Finanças, recomendou (em declarações ao Novo Jornal) a formalização de reclamações junto dos bairros fiscais. “Caso o contribuinte tenha alguma dúvida ou reclamação deve procurar alertar a administração fiscal. Basta preencher um formulário e entregá-lo no mesmo local onde efectua o pagamento. Posso garantir que desta forma a reclamação vai ser analisada”. Sobre as diferenças e eventuais discrepâncias entre imóveis similares, ou sobre os aumentos em relação ao imposto que era cobrado anteriormente, Amélia Rita exemplifica com o seu caso pessoal. “Muitos contribuintes encontram-se na mesma situação mas parece-me que há aqui uma noção de justiça que é preciso não esquecer. Eu tenho uma casa de três andares na ilha de Luanda, que por acaso até está alugada, onde pagava 2 mil kwanzas de IPU. Neste momento, com a nova fórmula de cálculo, o imposto subiu para os 140 mil kwanzas. No entanto, julgo que este valor é muito mais consentâneo com a tipologia do imóvel em causa. Pode haver algumas injustiças mas nesse caso, como disse anteriormente, os cidadãos devem apresentar a sua reclamação”, frisou.

O Novo Jornal tem conhecimento de um caso parecido. Um apartamento de 131 metros quadrados, na Maianga, com três quartos, pagava 4800 kwanzas de IPU mas com as alterações introduzidas no sistema o valor disparou para os 41.574 kwanzas. O dono do imóvel contou ao Novo Jornal que “ficou surpreendido” e mais estranhou quando um vizinho, no mesmo prédio e num imóvel de 101 metros quadrados (ligeiramente menor do que o seu), pagou “apenas” 26 mil kwanzas. “Assim ficamos sem saber muito bem quais são os critérios para o cálculo do imposto predial”, explica o proprietário. “A revisão do imposto predial está enquadrada com outras medidas que, no seu conjunto, constituem o pacote predial o qual contempla não só alterações a nível legislativo mas também um conjunto de iniciativas com o objectivo de simplificação burocrática”, explicou Francisco Brandão, Director da Unidade Técnica Executiva para a Reforma

Tributária (UTERT) em entrevista ao Novo Jornal, em Novembro de 2011. “A priorização dada à revisão, não só do imposto predial, mas a todo o pacote”predial (SISA, Imposto do Selo, emolumentos associados à aquisição de imóveis para habitação) resulta de um crescimento exponencial das transacções imobiliárias em Angola, bem como do mercado de arrendamento, e é vista como uma questão de justiça e equidade fiscal”, explicou na altura.

## 7.10 Questões Laborais e de Terrenos entre as Principais reclamações

*Jornal de Angola*

*De 11 De Fevereiro de 2012*

Reclamações sobre problemas laborais e de terrenos, além de questões relacionadas com disputas por bens imobiliários, são as que chegam em maior número à Provedoria de Justiça, revelou, ontem, o titular do cargo, no lançamento do “Guia do Cidadão”.

Paulo Tchিপilica disse que hoje os cidadãos já começam a procurar mais os serviços da Provedoria para expor os problemas e que as reclamações são feitas por carta e no portal da instituição.

### Guia do Cidadão

O “Guia do Cidadão”, apresentado na União dos Escritores Angolanos e escrito em português, quimbundo e umbundu, é uma brochura que especifica o papel da Provedoria de Justiça e as atribuições que tem. O encarregado de negócios da Embaixada do Reino Unido em Angola, que financiou a produção da brochura, sublinhou o “importante papel” que a Provedoria desempenha na garantia dos direitos dos cidadãos.

Andrew Bowes recordou que a Provedoria ajuda a garantir os direitos de defesa, liberdade dos cidadãos e contribui para a manutenção de valores como lealdade, dignidade e justiça.

O Reino Unido, referiu, está empenhado em apoiar iniciativas sobre os direitos humanos, a democracia e boa governação, dentro dos princípios de aceitação da equidade e do respeito pela lei.

“O país foi teatro de violência e é conveniente que haja um Estado democrático de direito, que tem como a aceitação a diferença e, sobretudo, a tolerância, englobando naquilo que representa e está pautado na Constituição, que é a defesa dos direitos e liberdade de garantias”, declarou o provedor.

## 7.11 Situação nos Zangos vai de Mal a Pior

*Semanário factual*

*11 A 18 De Fevereiro de 2012*

Essa situação agradável levou as autoridades a desbravarem mais áreas da região do Zango, para construir aldeamentos, a fim de albergar mais cidadãos saídos das zonas de risco de Luanda.

Assim, nasceram o Zango 2, em 2006 e, em 2010, o Zango 3, a maior “urbe” da região, mais ordenada e com ruas largas, abastecidos de energia eléctrica permanente e água potável ininterrupta.

Em contrapartida, em 2011, a energia eléctrica começou a sofrer apagões e a água potável apenas passou a surgir nas torneiras das casas, junto à estrada com destino a Calumbo, quando, no interior, ela desapareceu por completo, levando os moradores a construir tanques reservatórios.

O Factual foi aos Zangos e confirmou que os moradores atravessam momentos difíceis, longe do período em que viviam folgados, com água e luz a tempo e hora.

“De facto, posso dizer que já foi bom morar no Zango. Aqui havia sempre energia e água, mas agora é o que o senhor jornalista vê: torneiras vazias e escuridão nas casas à noite”, desabafou Angelina Pacavira, de 50 anos, e a viver com os filhos no Zango 3.

Segundo ela, os postes de iluminação da zona já não acendem às noites, por falta de substituição das lâmpadas, e, pelo menos, mais de quinhentos postes estão fora de serviço, sem que a EDEL intervenha para pôr cobro à situação.

“E, são muitos os postes de energia apagados, já fomos à EDEL, mas nada acontece. O pior é que, às noites, muitas áreas ficam às escuras, facilitando a movimentação de suspeitos”, acrescentou Angelina Pacavira, no que foi corroborada por outras moradoras também vítimas.

### Procura de água tornou-se constante

Na altura em que o Factual esteve nos Zangos, deu conta que dezenas de jovens raparigas levavam à cabeça bacias e baldes à procura de água, porque, como afirmaram algumas delas, “os Zangos estão secos, não tem água”.

Agora, além da falta de água na tubagem dos Zangos, há alguns dias que a energia é fornecida de forma alternada, quer dizer, se o Zango 1 tiver luz, é porque o Zango 3 está às escuras.

“É verdade, a luz agora é dada por fases: se o Zango 2 tiver energia, com certeza o Zango 1 fica sem luz”, fizeram saber os moradores do Zango 1, que se dizem agastados, que até pensam em mudar de residência.

“Está a tornar-se insuportável, a luz fornecida nem chega aos 220 volts, pois vem fraquinha, quase uma vela”, asseverou António Azevedo, de 40 anos e possuidor de uma pequena loja de peças de viaturas, no Zango 2.

Para ele, o pessoal da EDEL e da EPAL adstrito aos Zangos, deve ser substituído, porque já está em funções há mais de quatro anos!

“Já estão no marasmo, já não vêem nada, pelo que devem ser substituídos”, criticou António Azevedo, que afirmou ter arrendado a sua casa no Zango 3, preferindo ir morar na zona da Estalagem, em Viana, “apesar do barulho e da confusão que não se regista no Zango 3, onde tudo é calmo”, frisou.

## 7.12 Reforma Tributária Reduz 80 por cento da Taxa de Imposto de SISA

*Semanário factual*

*De 11 A 18 De Fevereiro de 2012*

De acordo com o técnico do Projecto Executivo para a Reforma Tributária (PERT), N’gouabi Salvador, citado pela A1”JGOP, apontou como novidades trazidas pela execução do projecto a revisão do Código de Imposto Predial Urbano e a adopção do critério diferenciador entre a tributação do património e do rendimento do património.

O especialista afirmou que, no âmbito da revisão do Código de Imposto Predial Urbano (IPU), foi também aprovada uma redução generalizada da sua taxa, como resultado da aprovação dessa redução, afirmou N’gouabi Salvador, sendo que os imóveis estão agora sujeitos a uma taxa de 15 por cento quando antes da revisão legislativa a taxa aplicável era de 24 por cento, enquanto os imóveis não arrendados passaram de 30 por cento para 0.5 por cento sobre o excesso de cinco milhões de Kwanzas.

No âmbito da revisão do Código do IPU, afirmou terem sido adoptadas, entre outras medidas, a redução em 80 por cento da taxa de imposto de SISA, que antes era de 10 por cento sobre o valor da transacção do imóvel, actualmente passou a ser de 2 por cento.

Adiantou que no quadro do imposto de SISA se procedeu à eliminação do selo de conhecimento de SISA, que sobrecarregava a carga fiscal que já era elevada. “O selo

de conhecimento de SISA era de 8 por cento e no âmbito do PERT eliminamo-lo”, fez saber.

Assegurou que outras medidas de carácter legislativo foram tomadas, com particular destaque para a aprovação do Regime Simplificado das Execuções Fiscais, que veio cobrir um vazio de cerca de dez anos, quando pagar ou não impostos estava dependente da vontade do contribuinte.

“Antes da aprovação desse regime simplificado para as execuções fiscais, o Estado não tinha instrumentos para proceder à cobrança coerciva dos impostos”, explicou.

### País prepara Tribunal Fiscal

Por outro lado, o especialista Dinis Dungo informou, em Luanda, que a criação de um Tribunal Fiscal está entre as prioridades do PERT em curso no país.

De acordo com Dinis Dungo, que apresentava aos jornalistas as linhas gerais do PERT, a criação desse tribunal especializado visa, sobretudo, agilizar decisões de questões tributárias que não tenham natureza criminal.

A par da criação do Tribunal Fiscal, o PERT, um projecto a ser executado em cinco anos, tem dentro das suas metas a construção do Conselho Superior de Contribuintes como instância da administração tributária.

Salienta-se que o PERT, em curso no país por intermédio do decreto presidencial nº 155/10, define metas extremamente importantes que passam pela modernização da administração e do sistema tributário angolanos, pelo aumento da arrecadação de receitas não-petrolífera para o Estado, assim como pela constituição de um válido e eficaz instrumento para atracção de investimento, equidade e justiça social.

O Executivo pretende que o esforço de diversificação económica em curso no país tenha reflexos na arrecadação de receitas, tendo como pressuposto o alargamento da base produtiva, que propiciará o fomento do emprego e melhorias das condições de vida da população angolana.

O PERT leva a cabo uma aturada revisão dos principais procedimentos nas repartições fiscais, particularmente na área de fiscalização tributária, que maior impacto tem na potenciação da receita tributária, assim como está em curso uma ampla revisão do sistema tributário, cuja filosofia principal passa pelo desagramento de algumas taxas.

Estima ainda o apetrechamento tecnológico das repartições em todo o país, instalando-se computadores e

modernizando-se o parque de aplicações tributárias, tendo por base a experiência das melhores práticas internacionais e espera-se que tal investimento deverá tornar mais rápido, seguro e eficaz o processo de pagamento de impostos nas repartições fiscais.

### 7.13 Administração vai Reforçar o Controlo da Exploração

*Jornal de Angola*

*De 15 De Fevereiro de 2012*

As autoridades administrativas da Quissama vão, em breve, reforçar as medidas para controlar e regularizar a exploração de inertes e acabar com a ocupação anárquica de terrenos na circunscrição.

A administradora municipal, Ana Silva, referiu à Angop que, por ser um município muito extenso (cerca de 14 mil quilómetros quadrados) e pouco habitado, muitas pessoas aproveitam-se da situação para explorar ilegalmente os inertes e ocupar grandes parcelas de terra de forma ilegal. De acordo com a responsável, numa primeira fase, vai ser intensificada a fiscalização e realizadas campanhas de sensibilização da população, para ficarem esclarecidas sobre como deve ser feita a exploração dos inertes nas áreas autorizadas pelas autoridades.

A administradora disse que vai ser regulamentada e licenciada a ocupação de terras, e a vedação ou construção de infra-estruturas.

### 7.14 Reservas Fundiárias na Lunda-Norte Estão Livres de Engenhos Explosivos

*Jornal de Angola*

*De 15 De Fevereiro de 2012*

Na Lunda-Norte foram removidas, no ano passado, pela comissão provincial de acção contra minas, 102 minas, anunciou, no Dundo, o oficial de ligação e informação.

Lucas Mendes referiu que 84 daquelas minas eram anti pessoal e 18 anti tanque e que também tinham sido removidos 431 engenhos, 1.482 munições diversas, 27.883 metais, três espoletas e um carregador de RPK.

Com remoção de todos estes engenhos, afirmou, ficou limpa uma área de 401.768 metros quadrados. As acções de desminagem, quer a operacional, quer a pontual, foram da responsabilidade das brigadas de sapadores do Instituto Nacional de Desminagem (INAD), Polícia de Guarda Fronteira e da 33 brigada especial da Casa Militar da Presidência da República, nas localidades de

Canzar, Chicapa, no perímetro fronteiro de Txissanda e N achiri, no Txacala e na área eleita para a reserva fundiária, no município de Xá-Muteba.

No ano passado, realçou, não foi registada a ocorrência de acidentes com minas ou outros engenhos explosivos, contribuindo para isso as acções de sensibilização realizadas pelo INAD em Lúmua, na sede de Cambulo e em Canzar. Lucas Mendes lamentou que, em 20 11, não tivesse havido assistência às vítimas de minas por falta de financiamento do Centro de Apoio e Desenvolvimento das Comunidades (CADC).

O CADC é, em colaboração com as direcções provinciais dos assuntos sociais e antigos combatentes e veterano da pátria, o responsável pelo apoio às vítimas de minas. A insuficiência de operadores de desminagem na província, a falta de operadores em educação sobre o risco de minas e assistência às vítimas, tal como de um centro de reabilitação física e de meio de transporte são as principais dificuldades vividas pela comissão provincial de acção contra minas.

A comissão tem, este ano, como metas, entre outras, a mobilização de mais sapadores, garantir a livre circulação de pessoas e bens, tendo em conta as eleições gerais, libertar as áreas para o exercício da actividade agrícola e acompanhamento das obras de reabilitação da Estrada Nacional, vias secundárias e terciárias.

As acções de desminagem no país têm contado com o concurso de vários operadores, entre os quais organizações não governamentais que ajudam a Comissão Interministerial criada para o efeito.

### 7.15 Despejados do Maculso: Irmãos Gorita Recusam-se a Ir ao Zango

*O País*

*De 17 De Fevereiro de 2012*

Tudo começou na primeira semana de 2012, quando uma delegação composta por três elementos que, preferindo agir sob anonimato, anunciaram a sua missão como uma recomendação superior da Casa Presidencial, de acordo com Heliodoro da Silva, o mais velho de entre os irmãos Gorita.

“Eram duas senhoras e um senhor, vieram para aqui e disseram que não sabiam da situação, por isso tinham recebido ordens da Presidência da República, para se inteirarem acerca do problema”, contou Heliodoro da Silva, tendo acrescentado que a equipa não escondeu o desejo de ter saído dali com uma boa leitura, aventando mesmo a possibilidade de a razão estar da parte dos órfãos da cubata do Maculso.

Daí que não o tenha admirado o regresso da comissão, uma semana depois, com apenas um dos integrantes da primeira empreitada, o qual diz ter ouvido tratarem por Elisabete. Dessa vez, a delegação tinha vindo para convidar os irmãos Gorita a irem expor o caso ao actual presidente da administração do município de Luanda, José Tavares, ex-administrador municipal do Sambizanga.

“Foi aí que ouvimos de José Tavares a proposta de irmos a uma casa do Zango, enquanto aguardávamos pela resolução do caso”, revelou, adiantando que, em função do silêncio da família que acenava a cabeça em jeito de negação, passaram a ouvir um discurso mais agressivo, onde o titular do município sede da Capital punha em causa o poder que tem de os mandar tirar de frente da casa em disputa, por estarem a descaracterizar a estética da rua Ché Guevara e criar transtornos ao trânsito urbano.

Na verdade, a cubata dos Goritas, que foi construída entre a berma e parte do passeio, atrai perigo de vária ordem, mas foi aí, defronte à casa que os viu nascer, que os órfãos que se consideram herdeiros legais decidiram ficar, para não verem a justiça distante.

Apesar de a cabana criar obstrução ao tráfego, paragem e estacionamento automóvel, as vítimas do despejo nunca sofreram qualquer incómodo por parte da fiscalização, polícia da ordem pública ou de trânsito, o que lhes faz crer que os dirigentes locais estão conscientes da sua legalidade.

Voltando à proposta do número do município de Luanda, suas irmãs, que acabavam de sair abaixadas da cabana, disseram que os verdadeiros motivos que os fizeram rejeitar a proposta tem a ver com a certeza de que a casa em disputa lhes pertence.

Questionada sobre o facto de não serem eles os únicos filhos que Ernesto João Francisco Gorita deixou, uma delas corrigiu, dizendo que quando se refere aos filhos está a incluir os irmãos nascidos da relação com a madrasta Isabel José Ricardo da Cruz e com outra no Moxico ou Kuando Kubango, como ouvem dizer. “Somos todos irmãos e herdeiros da casa de nosso pai que em momento algum, o Tribunal devia ter passado para Isabel da Cruz, forçando-nos a um despejo desnecessário”, considerou Heliodoro, fazendo menção ao peso de consciência que os interessados têm de viver ou arrendar a residência.

### **Procuradoria agastada**

Agastado por saber que, contra a causa da família despejada, se movem pessoas cuja posição hierárquica, no xadrez político da província de Luanda, é superior à

sua, um dirigente afecto à Procuradoria Provincial de Luanda confessou à família queixosa que está cansado de ver os processos na mesa sem nenhuma solução, ‘apurou a reportagem deste semanário junto de Maria e Zélia Gorita, que acentuam a insatisfação do funcionário resultante do uso do poder por parte dos envolvidos.

De acordo com os irmãos Gorita, de início, o homem da procuradoria animou-se com o caso, tendo garantido que a causa requerida pelos despejados era justa e que os documentos os favorecia, sendo que o regresso à casa que os viu nascer não andava muito longe de acontecer.

Sabem ainda que o dirigente dedicava parte do seu tempo a aproximar-se da promessa que assumira, até que o silêncio tomou conta de si, passando a solicitação das vítimas do despejo a constituir um tormento.

A agravar as coisas, dizem os queixosos pessoas muito próximas dos advogados de defesa estão a desincentivarlos a cederem, a ponto de forçarem a aceitação da proposta de José Tavares.

### **Consenso distante**

Na sequência dos argumentos que pesaram para a família Gorita não aceitar a proposta do zango, os despejados revelaram que só se aperceberam que, no encontro com administração, estavam presentes o secretário de Estado para construção, Joanes André, e a directora provincial da habitação, Rosa Mícolo, depois de o primeiro ter intervindo e recomendado o caso à titular da habitação de Luanda, para, quem a balança estaria a favor dos Gorita.

“Ela foi clara em dizer-nos que os documentos provavam a nossa legalidade, mas, embota não o tenham declarado, percebi também que precisam de tempo para identificar as pessoas que estão a jogar contra a verdade”, disse Heliodoro Silva.

Por intermédio do entrevistado, O PAÍS ficou a saber ainda que, na reunião, deviam ter estado presentes Carlos Kavuquila, o advogado de Isabel da Cruz e representantes do tribunal, que assegurou terem sido solicitados pelos dirigentes presentes.

Até ao fecho desta edição, O jornal envidou esforço para contactar a directora provincial da habitação de Luanda não tendo embora sido bem sucedido.

## 7.16 Pert disponibiliza simulador de cálculo do imposto predial urbano. (ipu)

*NOVO JORNAL*

*De 17 de Fevereiro de 2012*

A ECONOMISTA Alice Neves, líder do Domínio da Reforma da Administração Tributária, anunciou hoje, em Luanda, que se encontra disponível no site do PERT ([www.pert.minfin.gv.ao](http://www.pert.minfin.gv.ao)) um simulador do cálculo de valor patrimonial do imóvel, de modo a facilitar o pagamento do Imposto Predial Urbano.

De acordo com aquela responsável, esta tabela foi alterada e produzida no âmbito das medidas da Reforma Tributária que incidem sobre o pacote predial. “A colocação do simulador no website do PERT visa também conferir maior conforto aos contribuintes, no sentido de estes poderem ter uma noção clara do imposto a pagar, evitando-se deslocações desnecessárias à Repartição Fiscal, muitas vezes exclusivamente com este propósito. Com isso, estamos em crer que podemos ajudar a diminuir as enchentes a que temos assistido ultimamente”.

Alice Neves informou ainda que está disponível no website um explicativo sobre a forma correcta de preenchimento do modelo 5 do IPU, uma vez que decorre em simultâneo o processo de cadastramento e re-cadastramento de imóveis.

Recorde-se que, à luz de um despacho do Ministro das Finanças, a Administração Fiscal procedeu à extensão dos prazos de cadastramento e re-cadastramento de prédios urbanos, bem como do pagamento da primeira prestação anual do IPU, até ao dia 31 de Março do corrente ano. Nestes termos, os contribuintes que procederem ao pagamento do IPU até ao próximo dia 31 de Março efectua-lo-ão sem qualquer acréscimo legal (multa e juros associados).

Entre as medidas promovidas pelo PERT, destacam-se as alterações ao pacote predial, onde se efectuou a separação do IPU sobre a propriedade e o rendimento, para além da redução das respectivas taxas, que desceram para 0,5%, e 15%, respectivamente; a introdução do mecanismo de retenção na fonte para os imóveis arrendados; a redução dos custos com taxas e emolumentos; assim como o desagravamento do Imposto de Sisa e de Selo.

Para além do conteúdo resultante da revisão sobre o pacote predial, o site dispõe, igualmente, de legislação e outras matérias produzidas no âmbito da Reforma Tributária.

## 7.17 Ocupação de Terrenos no Soyo Ameaça a Sobrevivência da Indústria Petrolífera

*Jornal de Economia e Finanças*

*De 21 De Fevereiro de 2012*

Estou de visita ao Soyo pela segunda vez nos últimos dois anos e o que encontro é uma situação deveras preocupante, traduzida na crescente ocupação anárquica de terrenos das concessões FS e FST onshore, antes atribuídas à Fina Petróleos, e hoje sob responsabilidade da Sociedade Petrolífera Angolana (Somoil), a primeira empresa privada angolana a marcar presença na indústria do petróleo em Angola como operadora, função que assumiu a partir de Janeiro de 2009, numa parceria com a Sonangol, Chevron e Sonangol P&P.

As ocupações de terrenos dentro da concessão petrolífera aumentam a um ritmo aceleradíssimo, seja para fins habitacionais, industriais ou agrícolas, facto que não só ameaça a sobrevivência da própria indústria de produção de petróleo e gás, como também aumenta os perigos da população que insiste em construir ou trabalhar até mesmo por cima das condutas.

A fiscalização não tem tido capacidade para exercer a competente fiscalização e, em alguns casos, em áreas de risco, a população até exhibe placas com referências a licenças alegadamente passadas pela Administração Municipal. A comissão técnica criada para o efeito e na qual estão representadas a Somoil, a Administração Municipal, o Instituto Nacional do Ordenamento Territorial (INOT) e a Polícia Nacional não apresenta resultados e não parece estar à altura de conduzir a exigida fiscalização.

O caso mais paradigmático diz respeito a uma área de restauração construída mesmo sobre a tubagem de descarga de água para o mar e a conduta que transporta o petróleo do Terminal de Quinquena para a plataforma de exportação. Trata-se da “Esplanada do Zé Kintomba”, como consta da publicidade exibida. Mais acima, também dentro da concessão, está em construção um complexo turístico.

Perante este complexo quadro, existe toda uma urgência, por parte das autoridades competentes, em fazer respeitar a delimitação existente do perímetro da concessão petrolífera, a fim de que se previnam as ocupações anárquicas de terrenos, com todos os riscos daí decorrentes. As autoridades devem definir o sentido de orientação que deverá seguir o crescimento da cidade. Quanto mais tarde se pensar no assunto, mais complicada será a solução, como se tem visto em situações idênticas em várias províncias.



Mais grave ainda é que a população acompanha os novos corredores das condutas de petróleo e gás, que a Sonangol montou para fugir dos aglomerados populacionais.

E as construções de casas são mesmo feitas sobre as tubagens ou muito próximo delas. As placas sinalizadoras do perigo ou da existência dessas linhas são arrancadas continuamente. Os cidadãos ignoram simplesmente que as terras são do Estado e que cabe a este a sua distribuição e gestão. E que o petróleo produzido na área gera empregos e alimenta muitas famílias, sem falarmos dos impostos que verte para o erário público, que, em definitivo, sustentam as grandes obras sociais em benefício de todos os angolanos.

São vários os riscos a ter em conta, sobretudo quando se trata de condutas de gás. Podem ocorrer fugas e haver incêndios ou contaminação do ar. São vidas humanas que estão em perigo. Um exemplo bem ilustrativo da situação regista-se bem próximo do antigo campo de futebol da Fina Petróleos, hoje da Académica do Soyo, onde um poço de produção de gás reparte o mesmo terreno a escassos metros de distância com um restaurante-discoteca.

A questão que se coloca é de se saber a quem pedir responsabilidades, em caso de ocorrência de um acidente que tire a vida a essa mesma população que está a ocupar anarquicamente os espaços. Ao ritmo e na proporção em que estão a ser ocupados os terrenos, o Governo tem que agir já, sob o risco de parte dos poços de produção de petróleo e gás serem pura e simplesmente encerrados, com pesadas consequências em termos de desemprego e cortes na colecta de impostos, ou a população ser vítima de acidentes a qualquer momento. De resto, o que aconteceu em Quenguela Norte, na Bacia do Kwanza, poderá, a longo prazo, suceder no Soyo.

### **Poluição bélica**

Outra grande preocupação com que convive a população do Soyo está relacionada com os danos que a guerra provocou nas infraestruturas petrolíferas. Por exemplo, em 1992 foram destruídos no Terminal de Quinquena dois tanques de armazenamento com capacidade para 400 mil barris de óleo bruto cada, mesmo diante da base de operações das Associações FS e FST operadas pela Somoil. Um dos tanques continua mergulhado numa mistura de óleo e água. O conteúdo do segundo já secou, mas o terreno continua contaminado.

Esta situação acontece um pouco por toda a concessão. Vários poços em produção haviam sido sabotados, o que deixou o óleo a céu aberto, gerando autênticas lagoas de petróleo.

Para os casos de poluição resultantes da guerra, é consensual que a despesa deve ser assumida pelo Governo. E, nesta direcção, está em estudo um programa ambiental para o Soyo, numa primeira fase com um investimento acima dos 100 milhões de dólares. Esta é apenas uma parte das necessidades, porque a descontaminação total dos terrenos afectados durante a guerra pode muito bem chegar aos 200 milhões de dólares.

Uma saída mais expedita para a questão seria as Associações FS e FST, por intermédio da sua operadora Somoil contratarem por sua conta empresas especializadas para executarem o trabalho, desde que os valores a pagar sejam depois deduzidos dos impostos que as empresas associadas na FS e FST pagam ao erário público pela operação na concessão.

## **7.18 Secretário de Estado para Construção Vai a Tribunal**

*Semanário Continente*

*De 24 De Fevereiro de 2012*

A administração municipal da Catumbela, em Benguela, está em vias de mover um processo-crime contra o secretário de Estado para a Construção, Joanes André, por desobediência as orientações daquela instituição. Segundo consta, Joanes André está a erguer uma obra naquelas paragens, num local inapropriado, existindo por debaixo do mesmo, condutas de água.

De acordo com a administradora municipal, o governante arrogou-se em levar avante o seu projecto, relegando para as calendas gregas as normas administrativas estabelecidas por lei, não tendo sequer consultado as autoridades locais sobre o estado em que se encontrava o terreno. Trata-se, porém, de um braço de ferro que ainda vai dar muito pano para a manga, uma vez que a administração municipal já decidiu embargar o empreendimento e levar o seu mentor ao tribunal, pelo que o processo corre já os seus trâmites legais e não tarda que Joanes André seja convocado para depor. Fontes deste jornal asseguram que o dirigente agiu com arrogância, por estar habituado com a mesma postura em Luanda onde os governantes fazem e desfazem sem, no entanto, apanharem por tabela. “Aqui nas Acácias Rubras as coisas são diferentes, não sendo para menos que um antigo secretário-geral do ministério da Saúde foi aqui condenado por estar envolvido na venda de terreno alheio”, disse, acrescentando que “o Joanes André aqui não vai brincar, vai mesmo parar ao tribunal”.

Comenta-se, por outro lado, que nos últimos dias a corrente não passa entre Joanes André e o ministro Fonseca, estando este último a ponderar a sua exoneração. Para

além dos problemas que tem em Luanda, sobretudo de distribuição de casas, o ministro está desapontado pelo facto do secretário de Estado da Construção ter como assessor Alberto Sabino, que também tem muitos problemas com o partido MPLA, tendo sido apeado do cargo de director-adjunto da Base do Cuanda no Soyo, alegadamente, por não ter honrado os seus compromissos com aquela instituição partidária.

Tentamos várias vezes contactar Joanes André, para o respectivo contraditório, mas este se manteve indisponível.

## 7.19 Pert disponibiliza simulador de cálculo do imposto predial urbano (ipu)

*Jornal O PAÍS*

*De 24 de Fevereiro de 2012*

O PERT passou a disponibilizar no seu site (<http://www.pert.min-pacho.do.Ministro.das.Financas,.a.fin.gv.ao>) um simulador do cálculo de valor patrimonial do imóvel, de modo a facilitar o pagamento do imposto Predial Urbano, anunciou a economista Alice Neves, líder do domínio da reforma da administração tributária.

De acordo com a responsável, esta tabela foi alterada e produzida no âmbito da reforma tributária que incidem sobre o pacote predial. “A colocação do simulador no Website do PERT visa também conferir maior conforto aos contribuintes, no sentido de este poderem ter uma noção clara do imposto a pagar, evitando-se deslocações desnecessárias à repartição fiscal, muitas vezes exclusivamente com este propósito. Com isso, estamos em crer que podemos ajudar a diminuir as enchentes que temos assistido ultimamente”.

Alice Neves informou ainda que está disponível no Website um explicativo sobre a forma correcta de preenchimento do modelo 5 do IPU, uma vez que decorre em simultâneo o processo de cadastramento e re-cadastramento d imóveis.

Recorde-se que, à luz de um despacho do Ministro das Finanças, a Administração Fiscal procedeu a extensão dos prazos de cadastramento e re-cadastramento do prédios urbanos, bem como a primeira prestação anual do IPU, até ao dia 31 de Março do corrente ano. Nestes termos os contribuinte que procederem o pagamento do IPU até o dia 31 de Março efectuá-lo-ão sem qualquer acréscimo legal (multa e juros associados).

Entre as medidas promovidas pelo PERT destacam-se as alterações ao pacote predial, onde se efectuo a separação

do IPU sobre propriedade e o rendimento, para além da redução das respectivas taxas, que desceram par 5%, e 15%, respectivamente, a introdução do mecanismo de retenção na fonte para os imóveis arrendados; a redução de taxas e emolumentos; assim como o desagravamento do imposto de sisa e do selo.

Para alem do conteúdo resultante da revisão sobre o pacote predial, o site dispõe, igualmente de legislação e outras matérias produzidas no âmbito da reforma tributária.

## 7.20 Sinistrados do cazenga abandonam tendas

*JORNAL DE ANGOLA*

*De 24 de Fevereiro de 2012*

As restantes famílias sinistradas por força das enxuradas de 2007 no município do Cazenga e que ainda vivem em tendas no campo da Poeira, naquela municipalidade, começam a ser transferidas hoje para a vila do Zango, em Viana.

A garantia foi dada ontem pelo governador de Luanda, Bento Bento, durante uma visita que efectuou ao local.

Acompanhado por directores e técnicos das várias instituições adstritas ao governo provincial de Luanda, Bento Bento, que também visitou diversas obras em curso no município, no âmbito do Programa de Investimentos Públicos, solicitou à equipa responsável pelo processo de transferência a redobrar o controlo para se evitar o aproveitamento de eventuais oportunistas em detrimento dos verdadeiros beneficiários.

O administrador do Cazenga, Nataniel Narciso, disse que as famílias que ali permanecem constituem parte do total de 213 famílias que foram ali abrigadas, oriundas de vários pontos do município que na época apresentavam enchentes.

“Havia setenta famílias que não estavam alojadas e que o governador visitou e orientou para que sejam retiradas amanhã (hoje)”, disse. A visita do governador de Luanda ao município do Cazenga visou constatar o estado de governação da administração local.

A visita incluiu o mercado Asa Branca, o hospital municipal, administrações comunais, valas de drenagem, áreas de reassentamento das vendedoras ambulantes, estrada das condutas e o projecto de requalificação do município do Cazenga, que prevê a construção de edifícios modernos.

### Requalificação do Cazenga

O director do Gabinete Técnico de Reconversão Urbana do Cazenga e do Sambizanga afirmou ontem que as obras de requalificação em curso no município do Cazenga registam um avanço das infra-estruturas na ordem dos 45 por cento.

Bento Soito declarou à imprensa que no Cazenga os primeiros edifícios já começaram a ser erguidos.

“Pensamos que estamos no bom caminho. Tentamos cumprir os prazos estipulados para que até Março de 2013 tenhamos tudo em condições para dar início ao alojamento das primeiras pessoas”, salientou.

Bento Soito lembrou que o projecto prevê a construção de mais de dois mil fogos para acomodar cerca de 18 mil habitantes.

O projecto, idealizado para mudar a paisagem e vida dos seus habitantes, teve o lançamento da primeira pedra em Novembro de 2010. Hoje, já estão instaladas as redes de água potável, energia eléctrica, telecomunicações e drenagem pluvial e viária. Os trabalhos de colocação de asfalto nas ruas decorrem em bom ritmo.

### 7.21 A república das reservas fundiárias do estado

*FOLHA 8*

*De 25 de Fevereiro de 2012*

Temos um batalhão de juristas e a justiça não funciona. Temos um batalhão de economistas e a economia não funciona. Temos um batalhão de poetas e não temos poesia, ninguém lê. Não temos um batalhão de engenheiros, o que ninguém vê, só muitos batalhões de estrangeiros passando-se por engenheiros.

A última invasão neste reino das epidemias: empresas imobiliárias que já suplantam de longe, os exércitos de doutores e poetas. É necessário partir casas e proceder a desalojamentos forçados, este estado-maior de gente precisa de trabalhar. E como o nosso partido da vanguarda imobiliária lhes abastece com os solidários e fraternos laços, a curto prazo respiraremos muito pó vulcânico.

E o mwangolé lutou na luta de libertação nacional e conseguiu a independência quando a economia está deprimida deprime a economia ainda mais.» Muito curioso, sim senhor! Quantos mais ganhos com o petróleo, menos água e energia eléctrica temos. *O que é que está errado?*

Acabei de ver o programa PATO da TPA 2 onde perguntava-se sobre o dia 4 de Fevereiro. Fiquei arrepiado!!! Quase 95% dos entrevistados não sabia dizer a razão histórica e o ano em que aconteceu. Muitos associaram ao dia dos namorados, dia da independência e do herói nacional. Afinal em patriotismo estamos mesmo mal!!

### 7.22 Casas Abandonadas Acolhem Meliantes

*Semanário Factual*

*De 25 De Fevereiro*

*A 03 De Março de 2012*

A situação verifica-se desde os primeiros meses do ano em curso, nos projectos habitacionais do Panguila, do Zango e de Mulenvos, em Luanda, tidos pelos meliantes como baluarte dos seus dormitórios clandestinos e esconderijos de bens roubados dos moradores.

Segundo habitantes ouvidos pelo Factual, as residências abandonadas nessas áreas servem, ao mesmo tempo, para violações sexuais, agressões físicas e lutas entre rivais.

Ademais, a venda e o uso de estupefacientes nestas residências norteiam a rotina nocturna dos demais grupos nos municípios de Cacucaco, de Dande/Panguila, em Caxito e do bairro Mulenvos, em Viana.

Os meliantes, durante o dia, dispersam-se nos mercados do Roque-Panguila, do Kicolo e da Estalagem, onde se infiltram, forçadamente, para saquear bens alheios à mão armada, por falta de ocupação profissional e abandono familiar.

Em contrapartida, a Polícia nada faz para deter as acções ilegais destes jovens e, como se não bastasse, os vendedores e clientes são os mais lesados.

Nos Mulenvos, bairro de divisão administrativa entre os municípios de Cacucaco e de Viana, os meliantes dedicam-se, à luz do dia, a assaltos de motorizadas e de viaturas que circulam nas vias de acesso ao município de Viana. Logo, os meliantes têm as residências abandonadas como albergue dos bens pilhados, nos mercados e nas viaturas queimadas na via pública.

#### Movimentação de moradores é restrita

Desde finais de 2011, três viaturas foram queimadas por meliantes nas ruas dos Mulenvos de baixo e Mulenvos de cima, correspondendo aos municípios de Cacucaco e de Viana, por jovens desconhecidos pelo posto policial instalado naquela zona. De lá para cá, nada foi revelado pelas investigações policiais.

Inês Correia, de 40 anos, contou ser uma situação desastrosa a presença dos meliantes e das suas acções efectuadas durante o dia e a madrugada, pois a circulação dos moradores se tornou restrita.

Em contrapartida, crianças e adultos furtam-se das suas actividades normais, como o trabalho e a escola, tudo pela presença dos meliantes e pela ausência de patrulhamento do bairro pela Polícia.

Para moradores do Panguila, a presença de répteis, de falta de água e de salubridade do terreno, em épocas chuvosas, retraiu a convivência mútua ao ponto de abandonarem algumas residências.

Por estes motivos, moradores arrendaram as suas casas, enquanto outros se decidiram a vendê-las, dada a insegurança presente.

O Factual constatou, naquele bairro, agora como parte integrante do município do Dande, em Caxito, que mais de 400 casas foram abandonadas, havendo outros projectos não habitáveis.

Moradores do Panguila afirmam ter apresentado queixas à Polícia, e esta instalou-se durante horas de alguns dias da semana nas áreas mais polémicas. Após a retirada dos agentes policiais, o problema regressou. Assim, por medo de retaliações, alguns moradores estão sujeitos a abandonar as suas residências.

Perante esta realidade, urgem as acções máximas da Polícia Nacional para se estancar, de uma vez por todas, os novos métodos de supostos meliantes que oprimem o bem-estar social das familiares que, outrora, residiam nos locais de riscos, antes que não se criem bairros de marginais legalmente consagrados.

## 7.23 Nova Cimangola Vai Desalojar

*A Capital*

*De 25 De Fevereiro de 2012*

Os moradores do sector 08, bairro Boa Esperança III, vulgo bairro Novo, em Cacucaco serão desalojados pela empresa Nova Cimangola que reclama a titularidade do espaço. Em causa estão supostas matérias-primas existentes no local úteis para a actividade da cimenteira. A acontecer, o anunciado desalojamento, marcará a terceira fase de um processo iniciado há alguns anos, e que já teve duas fases.

Entretanto, as coisas parecem não estar a acontecer tal como concordado entre populares e a empresa. É que, segundo os moradores, há dois anos os responsáveis da

empresa em causa efectuaram o registo das casas visadas, tendo orientado os proprietários das residências inacabadas, no sentido de locarem as portas, janelas e chapas com vista a serem, igualmente cadastradas.

Ao contrário, porém, desta orientação, sucedeu que, momentos depois, os mesmos responsáveis da Nova Cimangola, acompanhados de um forte dispositivo de agentes da Polícia e da Fiscalização, surpreenderam os moradores, intimidando-lhes, para abandonarem o local, mas estes alegam não terem para onde nem como ir. No começo das demolições desta etapa, há um ano, já foram desalojadas de forma forçada quatro famílias que até ao momento não foram agraciadas com um abrigo sequer.

Aqui começa o pomo de discórdia entre os ocupantes do espaço e a empresa que se diz dona do mesmo e que, pretende explorar dele, matéria-prima. O que no fundo os moradores pretendem, é que sejam sim desalojados, mas, em contrapartida, realojados nalgum sítio. E como não têm uma Comissão de moradores, ou, se têm é inoperante, por iniciativa própria, alguns cidadãos reuniram-se, tendo decidido criar uma Comissão representativa, que junto da Nova Cimangola defenderá os interesses dos populares que alegam residir no local há mais de 12 anos.

O que é facto, como apurou o A Capital, é que o crescimento exponencial do bairro em tratamento afectou algumas áreas de exploração da empresa produtora de cimento.

Foi assim que, para aliviar as contendas, a empresa garantiu aos populares residentes nas casas mais antigas, uma moradia própria no bairro dos Mulenvos, ao passo que, aos das casas novas, serão dados terrenos, mais 50 sacos de cimento e um valor monetário equivalente a quatro mil dólares norte-americanos, numa zona situada a sete quilómetros da nova centralidade de Cacucaco. Os moradores não questionam as condições postas pela Nova Cimangola.

O que os inquieta, segundo depoimentos destes à nossa reportagem, primeiro é a indefinição em que o processo se encontra. Alguns deles, nem sequer conseguiram matricular os filhos nas escolas adjacentes ao bairro, julgando que a mudança haveria de acontecer quanto antes. Sentem suas vidas hipotecadas, daí a inquietude. De resto, garantiram ao A Capital que estão abertos ao diálogo com a direcção da empresa, desde que haja transparência na implementação do que está previsto.

O que eles dizem, entretanto, nunca ter sido referenciado pela Nova Cimangola são as condições básicas no espaço para onde serão transferidos, tais como escola, água potável, hospital ou centro médico, energia eléc-

trica, esquadra policial e não só. “Há duas semanas que apareceram aqui no nosso bairro os responsáveis das demolições.

Nos informaram para este ano lectivo não gastarmos dinheiro nas matrículas dos nossos filhos porque está para breve a retirada”, apontou um morador, aflito, porém, por não saber ao certo quando o processo arranca.

Satisfeitos estão também muitos dos populares, conscientes dos riscos que correm ao habitar numa zona de exploração de inertes. Tal é o caso da jovem Sandra Domingos que reside neste bairro há mais de 12 anos, para quem o local não oferece condições de segurança. Sandra contou que não guarda boas recordações do bairro, pois, há dois anos perdeu dois irmãos num incidente, indirectamente, provocado pela empresa em causa.

“Cavaram um enorme buraco. Quando caiu chuva, encheu-se de água. Os meus irmãos pequenos, nas suas brincadeiras, mergulharam lá. Já não saíram. Perderam a vida”, explicou condoída, a moradora, acrescentando que as ravinas do bairro também são um perigo, tanto é que, uma jovem mãe acabou matando-se nelas. “O filho dela estava doente e, numa noite acabou por falecer. A mãe não resistiu a esta realidade e decidiu forrar-se num lençol ao pé das ravinas e se lançar, pondo fim a própria vida”, ilustrou. Até ao fecho da presente edição, os nossos esforços no sentido de obter o parecer da Nova Cimangola foram infrutíferos.

#### **Transferência “zonas de riscos terão outro fim”**

Talvez fosse mesmo a pensar no risco que corriam alguns populares que, em Janeiro passado, a Administração municipal de Cacuaco iniciou um processo de registo dos moradores residentes em zonas de risco, com destaque para a orla marítima.

Fonte da Administração avançou que, na área existem perto de 70 famílias que vivem em condições inadequadas, nomeadamente, casas de chapas sem higiene nem saúde.

“Uma vez concluídas as inscrições, a Administração municipal de Cacuaco colocará as pessoas em áreas condignas”, garantiu a fonte para quem na área onde residem as pessoas em causa, está-se a trabalhar um projecto de construção de um mercado de peixe, que poderá ser erguido logo que as condições para o efeito estejam reunidas.

O município de Cacuaco tem uma vasta orla marítima, na qual os seus habitantes praticam a actividade piscatória.

Aí está uma boa intenção, o mais importante, como nos disse um morador, é que não haja manipulação na altura da atribuição de residências.

Para muitos moradores de zonas como a do bairro Novo, em Cacuaco mesmo, e que ocupam uma área de exploração da CIMANGOLA, as autoridades têm culpa por não intervirem no momento em que ainda eram poucos os habitantes.

Do mesmo modo, consideram que a própria Nova CIMANGOLA tem responsabilidade no que está acontecer pois, sabendo que o terreno era destinado à exploração de matéria-prima, não devia deixar que se levantassem casas nele.

O bairro Boa Esperança, por exemplo, segundo os moradores, está lá desde os anos 90, tempo mais do que suficiente para que se tomassem providências.

“Já foi bom assumirem que vão dar casas”, frisou um ancião, que à semelhança dos demais, pede aos responsáveis da empresa que agilizem o processo, para tirar as pessoas da indecisão em que se encontram.

Entre a vontade de sair do lugar perigoso onde estão há décadas e ir para outro, desconhecido, nascem os receios de perderem a comodidade a ainda que improvisada qual já se acostumaram.

Seja como for a grande esperança mantém-se porque ao que se sabe, tanto a Administração como a Nova Cimangola estão atentos.

## 8 SERVIÇOS BASICOS

### 8.1 Como conseguir manter luanda limpa?

*Jornal ANGOLENSE*  
*De 3 de Fevereiro de 2012*

Para quando os Luandenses e os angolenses em geral, poderão viver com dignidade. É necessário convidar os estrangeiros para limpar a cidade de Luanda? O mais importante para toda esta tarefa é remunerar bem os trabalhadores que têm como missão limpar e embelezar a nossa cidade e o resto do país. Com doze mil kwanzas, nem os expatriados limpariam o país...

### 8.2 Venda ambulante de água do kwanza agita as manhãs na cidade do dondo

*Jornal de Angola*  
*De 4 de Fevereiro de 2012*

Movimento de viaturas e motorizadas com diversos recipientes a bordo, chegada e partida de canoas, mulheres com trouxas de roupas para lavar, jovens carregando bidões e banhos no rio caracterizam o ambiente na margem do Kwanza, na cidade do Dondo, ao princípio de todas as manhãs.

As viaturas têm reservatórios que são cheios de água do rio para vender. A captação é feita com uma moto-bomba ligada a uma mangueira com comprimentos que variam entre os 50 e os 130 metros. E ligada a uma improvisada girafa e daí vai para as cisternas de todos os tamanhos. Ao longo da margem do Kwanza há cinco girafas e cada uma tem o seu proprietário.

Há girafas a facturarem 45 mil kwanzas por semana e cada girafa tem clientes certos.

Domingos Pascoal, 21 anos, trabalha numa girafa há três meses e abastece 12 motas que pagam por dia 500 kwanzas cada. “As motas transportam 500 litros de água de cada vez. O depósito fica cheio num minuto e meio e os condutores fazem carregamentos que podem durante o dia”. O trabalho na girafa rende-lhe um salário mensal de 24 mil kwanzas.

#### Preços praticados

João Manuel, 27 anos, motorista, é técnico e trabalha nas obras de construção civil, sobretudo no bairro Alto Fina. Transporta todos os dias, a partir das seis e meia da manhã, água das girafas do Kwanza para o local dos trabalhos.

“Vendemos a pipa de água com 2.000 litros a dois mil kwanzas, assim arrecadamos diariamente em média sete mil kwanzas, dos quais tiramos mil para pagar a girafa e outros mil para o combustível”, disse João Manuel.

O motorista Júlio Alfredo, 31 anos, dos quais dois a carregar água, é um dos pioneiros do negócio, que ele considera “calmo e rentável”. Disse que deixou de fazer a rota Dondo-Luanda para transportar dez mil litros de água por dia, em cinco viagens. Acha que assim poupa a viatura.

“Ganho dez mil kwanzas e apenas gasto 1.800, vale a pena”. Os moradores do Dondo consideram o preço da água “muito elevado” porque o rio é dádiva de Deus.

“No bairro Alto Fina 500 litros amiúde custa mil a 1.500 kwanzas”, disse o morador João Mendes, acrescentando que nem sempre há dinheiro suficiente para poder comprar água.

As pessoas protestam pela qualidade da água que dizem não ter qualquer tratamento. Na verdade a água das girafas instaladas na margem do Kwanza, na cidade do Dondo, não é tratada e nas proximidades das captações há mulheres e crianças a lavar roupa e tomar banho.

O vendedor João Manuel trata a água porque o Hospital Municipal fornece lixívia para colocar nas cisternas: “recebemos a lixívia em função da dimensão dos depósitos.

O vendedor Júlio Alfredo acrescenta que as autoridades sanitárias recomendaram que fosse adicionado cloro à água das cisternas. A proporção é uma garrafa pequena de água mineral por cada mil litros, segundo Júlio Alfredo.

### 8.3 Falta de água e energia e muita delinquência

*NOVO JORNAL*  
*De 6 de Fevereiro de 2012*

A falta de uma ponte não é o único problema com que os moradores do Morro da Areia se debatem. Eles reclamam também contra a falta de água potável e de energia eléctrica e a delinquência.

Rafael Dias disse que naquela área a delinquência não tem hora. Todos os dias é obrigado a correr riscos, porque precisa de trabalhar para “as panelas não entrem em greve.

“Não temos nenhuma protecção por partes dos polícias. Eles só fazem ronda aqui para incomodar os camionis-

tas e não para nos proteger”, denunciou outro morador, acrescentando que é obrigado a passar naquele local a altas horas da noite, por causa do seu serviço.”Eu saio às 23h00 do serviço e, todos os santos dias, corro risco de vida” Já no que diz respeito à falta de energia e água, segundo também Paula da Silva, a situação é lastimável. ‘Isso é uma lástima. Temos de ir para o outro lado à procura de água e, às vezes, temos de atravessar esta estrada com a banheira na cabeça. Todas as semanas, há atropelamentos nesta estrada e ninguém faz nada. Já o problema de energia é que nos tem dado mais dores de cabeça”, queixou-se a jovem moradora, acrescentando que têm de recorrer aos geradores ou a postos privados.

“Estes postos são caros. Estamos sem energia eléctrica da rede normal há vários anos, posso até dizer mesmo que nunca tivemos energia da rede”, rematou.

#### 8.4 Novos Centros de Distribuição de Água Entram em Funcionamento em Luanda

*Jornal de Angola*

*De 08 De Fevereiro de 2012*

A Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL) coloca em funcionamento, no final do primeiro semestre, mais cinco centros de distribuição na periferia da cidade, disse, à Angop, um dos seus responsáveis.

O director-geral adjunto para a área de Projectos e Investimentos da EPAL, Albertino Viegas, afirmou que a construção das centrais do Pólo Industrial de Viana, Benfica-II (Samba), Camama (Belas), Cacuaco e Mulenvos (Cazenga) está em fase de acabamento.

Os projectos, que fazem parte do Programa de Investimentos Públicos (PIP), referiu Albertino Viegas, pretendem assegurar e reforçar o abastecimento à província de Luanda e devem, numa primeira fase, distribuir água a outros grandes centros populacionais.

Já estão concluídos, declarou, cerca de 300 quilómetros da rede construída na zona do Benfica.

O responsável da EPAL disse que os centros de distribuição do Benfica-II, Camama, Cacuaco e Mulenvos vão, numa primeira fase, ter capacidade de armazenar e distribuir, cada um deles, cerca de 20 mil metros cúbicos de água. Os centros de distribuição são constituídos por dois reservatórios e uma torre elevatória de 500 metros cúbicos. O centro do Pólo industrial de Viana vai dispor de três reservatórios, de dez mil litros cada um, com um elevatório de 500 metros cúbicos. Avultados investimentos públicos são feitos no sector das Águas, e os

resultados já são visíveis em todas as capitais provinciais e em zonas periféricas. O programa “Água para todos” tem resolvido a gritante carência do líquido em áreas de Angola que já não viam água potável há muitos anos. De acordo com estatísticas, beneficiam do programa “Água para todos” uma percentagem considerável da população.

#### 8.5 Água potável está a chegar a mais pessoas

*Jornal de Angola*

*De 9 de Fevereiro de 2012*

Um universo de 6.775 pessoas das localidades da Chipipa, Calomanda e do bairro do Quilombo, na cidade do Huambo, beneficiam, desde segunda-feira, de três novos sistemas de abastecimento de água potável.

Enquadrado no programa “Água para Todos”, os novos empreendimentos, equipados com painéis solares para produzirem a energia que coloca em funcionamento os equipamentos das referidas estações de captação, tratamento e distribuição de água, custaram aos cofres do Estado mais de II milhões de kwanzas. Cada sistema tem capacidade de bombear cinco mil litros por hora.

O programa “Água para todos”, uma iniciativa do Executivo, visa dar mais qualidade à água consumida pelos cidadãos de todo o país, particularmente no meio suburbano, onde a população era obrigada a percorrer longas distâncias ou recorrer aos rios e cacimbas. O programa está a fazer com que diminuam as doenças causadas pelo consumo de água imprópria.

#### 8.6 15 Milhões de dolares todos os meses

*JORNAL O PAÍS*

*De 10 de Fevereiro de 2012*

O lixo como negócio em Luanda está claramente situado na faixa do melhor entre o melhor do filet mignon avidamente disputado no território.

Todos os meses, para que a cidade mantenha os actuais níveis de limpeza - muito melhorados se comparados aos de há apenas alguns poucos anos - o erário público desembolsa a choruda quantia de quinze (15) milhões de dólares. Esse valor é gerido pela ELISAL, que é a prestadora do serviço de recolha de resíduos ao Estado e que, por sua vez, tem subcontratado o trabalho de vários operadores. O lixo como factor de aferição da gestão do poder político e indiscutivelmente um dos principais focos de problemas.

Mais do que em qualquer outra urbe do país, em Luanda a questão da limpeza e saneamento básico, sempre muito associados, tem estatuto de matéria de primeira prioridade, por todas as razões. A cidade teve um crescimento desregrado por conta da guerra, os serviços municipalizados (como água, electricidade e outros ligados a gestão quotidiana) não tiveram estofo para acompanhar o rápido e desordenado sobrepovoamento da urbe e, durante anos, chegou mesmo a imperar uma quase impotência assumida perante a dificuldade de se manter a cidade -limpa. Vários governadores tiveram a carreira encurtada porque perderam, nitidamente, a batalha contra o lixo.

Nos últimos, aconteceu uma inflexão notada por todos, com uma melhoria generalizada do saneamento. Ao mesmo tempo que ruas, avenidas, largos, parques, passeios e outros espaços públicos foram sendo recuperados, Luanda ganhou vida nova com o cerco ao lixo que foi simultaneamente montado, não se podendo dizer hoje que a recolha de resíduos sólidos constitua a principal dor de cabeça dos luandenses. Ao lado das intermitências da luz eléctrica e da água, o lixo tornou-se na verdade um mal menor. No presente, mais do que tudo, do quase fala, em relação à matéria, é da optimização do serviço, e não já dos tempos críticos em que caminhar pela cidade se havia convertido num confronto a priori perdido contra os maus odores e a imundice.

## 8.7 Lixo por classes

*JORNAL O PAÍS*

*De 10 de Fevereiro de 2012*

Um gigantesco potencial no negócio do lixo tem andando a ser desperdiçado. Com efeito, a benéfica prática da reciclagem, praticamente já estendida a todo o Universo, é ainda um ente desconhecido entre nós. Ou, nos casos em que ela acontece, tem apenas um peso residual.

No encontro sobre o lixo, o Governador da Província de Luanda deu a conhecer que vai começar a ser implementado o método da separação dos resíduos por classes: papel de um lado, vidro de outro, plástico idem e os indiferenciados.

Segundo se soube, a experiência vai iniciar pela cidade do Kilamba. A ideia é desenvolver entre nós uma cultura que redunde no florescimento do negócio da reciclagem.

A fonte do GPL que falou com O PAÍS fez saber que neste caso há pelo menos empresários com potencial já para ganharem dinheiro com a futura separação do lixo por categorias. Revelou que na zona do Zango existem

pelo menos duas ou três empresas criadas por munícipes “com visão, empreendedores” que já reciclam lixo e fazem coisas interessantes. “Andam por aí umas vassouras de muito boa qualidade e são feitas a partir de plástico recuperado do lixo”, exemplificou.

## 8.8 Todo o mundo a ganhar

*JORNAL O PAÍS de*

*De 10 de Fevereiro de 2012*

O fim da era das tonelagens não foi a única novidade levada por Bento Bento à reunião com os operadores na tarde de quinta-feira. Tinha consigo mais duas, pelo menos.

Anunciou, por exemplo, que já a partir do dia 1 de Março vão entrar em cena novos figurantes de um negócio que, segundo a filosofia do GPL, pode ser o de todos (ou quase todos) na cidade capital. Nos diferentes municípios e distritos, funcionarão brigadas de jovens que terão a incumbência de auxiliar os operadores tradicionais fazendo aquilo que estes não conseguem, por limitações derivadas do tipo de equipamento que utilizam, regra geral camiões. Assim, brigadas de jovens apeados irão ao mais profundo dos bairros, sobretudo na periferia, recolhendo nos becos e outras passagens estreitas o lixo ali acumulado. O controlo dessas brigadas ficará por conta das respectivas administrações, sendo que a sua remuneração vai competir à ELISAL, do mesmo modo que os grandes operadores.

Um segundo momento (ainda sem data de início) desta alteração no modo de Luanda lidar com o seu lixo será quando a ELISAL começar a pagar ao munícipe individual que lhe aparecer nas suas instalações com o seu saco de resíduos. “Vai ser bom, sou morador, levo o meu lixo à ELISAL e ela paga-me por isso”, comentou, animado, o interlocutor de O PAÍS. Na visão da fonte, esta será uma forma muito concreta de se contribuir para a luta contra a pobreza, pois em teoria ninguém deixará de ter uma oportunidade para ganhar dinheiro. Vai bastar que “cada um sacuda a preguiça, pegue no lixo que ele próprio produz e rume até ao concessionário ELISAL, onde ganha o seu dinheiro pelo esforço”, disse.



## 8.9 Lixo velho, ideias novas

*JORNAL O PAÍS*

*De 10 de Fevereiro de 2012*

Vem de longe a batalha contra o lixo em Luanda. São abundantes, na literatura que ao longo do tempo acompanhou a expansão da urbe, as referências à insalubridade do lugar, aos hábitos displicentes dos moradores e, já então também, aos conflitos entre a edilidade e os concessionários do serviço de recolha dos resíduos sólidos.

E porque a História é cíclica, eis-nos no século XXI com o tema (ainda) sobre a mesa de prioridades da governação.

Quinta - feira, 9, o Governador de Luanda, Bento Sebastião Francisco Bento, reservou parte da sua agenda para lidar com o velho dilema da cidade, reunindo-se com os operadores que se ocupam da gestão do lixo. Para início de conversa, disse aos empresários que “há melhorias” no seu trabalho mas que não se chegou ainda ao patamar que o GPL tem definido como “ideal”.

Não sendo portanto plenamente satisfatória a leitura que a municipalidade faz do trabalho dos operadores - que sob orientação directa da concessionária do Estado, a ELISAL, actuam num dos mais apetecíveis quinhões da economia luandense -, torna-se previsível que o Governo de Luanda requeira daqueles prestadores de serviço regras novas. Tal e qual! Territórios vs pesagem

Bento Sebastião Francisco Bento, que governa Luanda há pouco mais de dois meses, estudou o seu próprio método e avançou-o na reunião que teve com os empresários do lixo. Acabou-se a fórmula dos pagamentos calculados com base na tonelagem dos resíduos levados até ao aterro sanitário, sistema que, no dizer de uma fonte do GPL que falou a O PAÍS, era “bastante permeável” porque dependia praticamente apenas da honestidade do prestador de serviço. “Era fácil, o operador podia passar por alguma obra em curso, enchia o camião de entulho e lá pesava no aterro, ganhando gordas maquiãs no fim do mês”, explicou.

O novo método, que vai precisar de umas duas semanas de acerto de pormenores entre operadores e a contratante ELISAL, difere em tudo do que agora se abandona. Ao invés do método da balança, as empresas ficam com determinados territórios sob sua responsabilidade, cabendo-lhes a gestão nesse espaço de todos os aspectos que concorrem para uma cidade limpa: recolhem o lixo, ocupam -se do estado higiénico dos contentores, cortam a erva daninha, varrem as ruas, lavam-nas, desobstruem as sarjetas e será o acumulado de todo esse trabalho que definirá o que ganham ou deixam de ganhar, com base num contrato previamente negociado.

“Vamos ter sempre, ao fim de cada mês, operadores penalizados por trabalharem mal; ou seja, que não vão poder receber a totalidade do valor contratual; e, por outro lado, existirão também as empresas que sairão beneficiadas, bastando que sejam capazes de fazer correctamente o seu trabalho”, detalhou o colaborador do Governador que falou a O PAÍS depois da reunião sobre o lixo.

## 8.10 Como conseguir manter luanda limpa?

*Jornal ANGOLENSE*

*De 3 de Fevereiro de 2012*

Para quando os Luandenses e os angolenses em geral, poderão viver com dignidade. É necessário convidar os estrangeiros para limpar a cidade de Luanda? O mais importante para toda esta tarefa é remunerar bem os trabalhadores que têm como missão limpar e embelezar a nossa cidade e o resto do país. Com doze mil kwanzas, nem os expatriados limpariam o país...

## 8.11 Energia Eléctrica/Geradores

*A Luta Desigual entre Titãs...*

*Semanário Factual*

*De 04 De Fevereiro de 2012*

Nunca a questão da energia eléctrica esteve tanto no centro de debates entre cidadãos de Luanda como hoje, já que dela estes dependem para uma vivência mais condigna.

Na verdade, há muito que as queixas sobre o não abastecimento de energia eléctrica têm levado a população Luandina a acreditar que as autoridades têm sido levadas por aqueles que superintendem a questão do sector, dados os avultados investimentos feitos ao longo do tempo para melhorar o fornecimento de luz eléctrica à capital.

Depois, são as acusações do fornecedor de energia, no caso a ENE, e do distribuidor, a EDEL, que atribuem à outra parte a falta do precioso bem, um atestando que a capacidade instalada é suficiente, até demais, e a outra a dizer que a energia fornecida é insuficiente.

O certo é que, no meio dessa situação, a população é a vítima permanente, já que nada pode fazer senão esperar o fornecimento de luz por parte de quem de direito.

Em anos idos, e durante o conflito armado, atribuíam-se a falta de energia ao pó acumulado sobre os cabos de transportação, à chuva, à sabotagem de cabos eléctricos e a acções de banditismo.

Mas, o surpreendente é -que, nessa altura, a luz, embora sofresse apagões, era fornecida regularmente, satisfazendo, grosso modo, a população, a menos que um cabo subterrâneo se queimasse, o que levava a escuridão a diversas zonas.

Até ai, havia a compreensão e o entendimento, pois, reparado o cabo, a energia voltava às moradias sem mais oscilações, que originam, sempre, a avaria de electrodomésticos.

No entanto, nos últimos anos, mais precisamente desde o alcance da paz, em 2002, o fornecimento de energia vem piorando gradativamente, uma vez que, quase diariamente, são vistos apagões demorados, às vezes por dias, não sabendo a população o porquê dessa situação, porque as autoridades não se prestam a esclarecimentos.

A barragem de Kapanda, sita em Malange, e com quatro turbinas, seria o salva-vidas para abastecer metade do País, mas está longe de satisfazer a demanda.

A barragem de Cambambe, no Cuanza-Norte, a mais antiga construída em Angola, foi, durante anos, a mãe da luz para Luanda e as províncias periféricas, mas hoje, em fase de reabilitação, a sua prestação é quase nula.

Foi por isso que, face a esse quadro, o Executivo investiu nas conhecidas centrais térmicas, uma solução válida para os graves problemas de fornecimento de energia a Luanda.

### **Centrais térmicas – A saída do momento**

A resposta dessas centrais térmicas tem dado conta do recado, mas, de igual modo, aos soluços. Porquê? Porque os “piscapiscas” existem há mais de 30 anos!

Assim, as pessoas, sabendo das constantes falha de energia, optaram pela aquisição de geradores, quase o único meio para se ter energia sempre à mão.

E, depois, a fama dos geradores cresceu em Luanda, de tal modo que até as pessoas de poucos recursos investiram em geradores, os famosos “fofandós”, de preço a acessível às camadas menos desfavorecidas.

Mas, como sói dizer-se, o feitiço virou-se contra o feitiçeiro, ou seja, o mau uso desses geradores vem resultando em mortes de proprietários, por inalação de gases tóxicos e queimaduras graves.

Pese os conselhos, os cidadãos continuam a apostar na compra de geradores, não se duvidando, mesmo, de que em Luanda, de dez pessoas, nove são possuidoras de fontes alternativas.

Aliás, hoje por hoje, é difícil viver-se sem um gerador ao lado, porque o fornecimento de energia eléctrica vai de certeza continuar a ser periclitante.

Não se sabe como será daqui para a frente, com a criação de novos aglomerados populacionais, com condomínios, novas centralidades e a requalificação de zonas, algumas delas então desprovidas de energia eléctrica.

Embora se fale que, para a regularização da energia em Angola são precisas mais de cinco barragens, esse dado pode ser acalentador, mas não satisfaz a necessidade, no que tange ao “canteiro de obras” em curso.

No meio de tudo, “há sempre quem seja a vítima, à semelhança do programa do Executivo “Água para todos”, que até agora só beneficiou ainda um milhão de pessoas com água potável.

Assim, na luta entre a energia eléctrica e os geradores, os dois titãs em antagonismo, o perdedor será sempre o primeiro, pois o ditado é elucidativo quando diz que “mais vale um na mão do que dois a voar”, ou seja, enquanto houver geradores, à venda, a energia eléctrica não dá garantias de que está para ficar, ininterruptamente.

Que digam os que, pacientemente, vêm recheios de arcas a serem deitados fora, por falta de energia eléctrica, quando, com geradores potentes, essa falha pode ser suprida sem mais delongas.

Portanto, os titãs, energia eléctrica e os geradores, hão de andar de mãos dadas, uns sempre à espreita de ver o outro falhar para entrar em acção tão logo possa, para a satisfação dos incansáveis e saturados beneficiários...

## **8.12 Actual Sistema de Recolha de Lixo Transforma a Imagem de Ondjiva**

*Jornal de Angola*

*De 06 De Fevereiro de 2012*

O sistema de recolha e tratamento do lixo na cidade de Ondjiva, capital da província do Cunene, está a ter bons resultados, desde que as operadoras locais começaram a adoptar um novo modo de trabalho.

O chefe da repartição municipal de Saneamento Básico e Espaços Verdes, Constantino Tiago, disse ontem que o recurso ao novo modelo conferiu maior qualidade ao saneamento básico e à saúde dos habitantes da cidade.

Além de melhorar a recolha de resíduos sólidos nas ruas e bairros periféricos de Ondjiva, dando outra imagem à cidade, o novo modelo permite que se diminuam as

doenças decorrentes da existência de lixo em locais próximos das casas.

O responsável confessou-se satisfeito pelo esforço que as operadoras têm feito para introduzir grandes melhorias na forma de limpeza da cidade.

Apesar de reconhecer o empenho das três operadoras, realçou a necessidade delas reforçarem a sua actuação, sempre em colaboração com os munícipes.

Para a deposição segura do lixo, Constantino Tiago disse que a administração municipal vai proceder à abertura de um novo aterro sanitário na localidade de Omakwamunu, sem riscos para a saúde humana. Hélder Cruz, responsável de uma das operadoras, afirmou que é necessário haver uma maior colaboração dos munícipes, principalmente porque muitas pessoas continuam a depositar o lixo em locais impróprios.

Este comportamento, realçou, tem criado algumas dificuldades na recolha dos resíduos por parte das operadoras. O responsável lamentou ainda o facto de algumas pessoas terem atitudes nada cívicas para com os equipamentos postos à sua disposição, como a destruição de contentores, situação que faz com que se registre alguma acumulação de lixo nas ruas.

As operadoras estão a envidar esforços para, no mais curto espaço de tempo, acabar com os grandes focos de lixo existentes nas ruas e bairros periféricos da cidade Ondjiva.

Para isso, salientou Hélder Cruz, é necessário que se eduque a população em aspectos que reforcem a cultura de pôr o lixo nos locais próprios, ou seja, dentro do contentor, uma vez que este tem sido recolhido de forma regular.

### 8.13 Girafas da EPAL Jorram Água Suja

*Semanário Continente*

*De 10 De Fevereiro de 2012*

Conforme afirmaram os mesmos ao CONTINENTE, ultimamente a água apresenta-se de cor vermelha e suja. As girafas foram construídas no âmbito de um projecto levada a cabo pela Epal, a fim de abastecerem os camiões cisternas e estes por sua vez, servirem a população e automaticamente dar cobro à carência de água em algumas localidades.

O abastecimento do precioso líquido é feito também em camiões cisternas particulares, que depois comercializam aos retalhistas. De acordo com as

fontes, para terem acesso a aquisição do produto nas girafas, são obrigados a obter uma ficha que é adquirida nestes locais e, seguidamente, fazem o depósito de uma quantia no valor de 2 mil kwanzas numa conta específica, em qualquer agência bancária.

No entanto, na sequência da má qualidade da água, recentemente tiveram que paralisar as suas actividades, para exigir da Epal um esclarecimento, sobre o motivo que está na base das girafas continuarem a jorrar água suja. Para minimizar a situação, está a ser feito o uso do cloro como alternativa para neutralizar as impurezas. Mas, ainda assim, os comerciantes são obrigados a acrescentar esse produto no líquido, o que acaba por ficar saturado. Esta situação está a prejudicar consideravelmente os seus negócios, já que os clientes, sobretudo revendedores retalhistas, se recusam a comprar o produto nestas circunstâncias. “A água tem um sabor estranho, o que é preciso ferver antes de consumir”.

Relativamente a revenda da água, segundo apuramos, depende da capacidade da cisterna. Dez mil litros por exemplo, o preço ronda nos 1 0 mil kwanzas. Os camionistas justificam que a alta de preços, se deve na sequência das dificuldades que enfrentam, “como as avarias do carro, os agentes da polícia de trânsito que, sem meias medidas exigem valores monetários entre os 1000 a 2000 kwanzas”. O abastecimento na subestação de águas do Kikuxi, disseram, está mais voltado especialmente aos caminhões cisternas das empresas. Por isso fica mais caro para os camiões privados, de modo que também obriga os mesmos a alterar, a contar com a distância e os obstáculos do trânsito.

No intuito de ouvir a versão da direcção da empresa, através do responsável do Gabinete de Comunicação e Imagem, Domingos Paciência, este mostrou-se indisponível justificando estar reunido. Quando no dia seguinte voltamos a contactar o mesmo, embora o telefone chamava não nos atendeu.

### 8.14 Garantida a Cobertura de Electricidade

*Jornal de Angola*

*De 11 De Fevereiro de 2012*

A Empresa de Distribuição de Energia Eléctrica de Luanda (EDEL) vai concluir na primeira quinzena de Março, no município do Cazenga, o projecto “Sábado azul/amarelo”, noticiou, ontem, a Angop.

A iniciativa consiste numa jornada extraordinária, que envolve os serviços técnicos, comerciais e de atendi-

mento público da EDEL num determinado município, ao sábado, com o objectivo de garantir, em tempo recorde, a oferta de energia eléctrica às zonas carenciadas e melhorar a qualidade onde serviço for deficiente.

O anúncio da conclusão do projecto no Cazenga foi feito no final de uma reunião que a administração municipal manteve, na quinta-feira, com membros do Conselho de Administração da EDEL, para dar a conhecer os trabalhos desenvolvidos nas jornadas “Sábado azul e amarelo”, e as obras já executadas.

À imprensa, a coordenadora do Conselho de Administração da empresa pública de electricidade para o município do Cazenga, Maria Sancho, referiu que a construção de 105 postos de transformação ficou concluída e está em acção um plano destinado à colocação da rede de distribuição.

“Neste momento, já temos postos de transformação e alguma rede de distribuição concluída no bairro Agostinho Neto”, disse a alta funcionária da EDEL, acrescentando que já estão a ser realizadas as ligações domiciliárias.

Maria Sancho assegurou que, com os meios existentes, baseados na logística que antes faltava, estão criadas as condições para que seja concluído em Março. O projecto “Sábado Azul/Amarelo” é um compromisso assumido, há anos, pela Empresa de Distribuição de Electricidade com vista à rápida expansão do serviço público de distribuição de energia. Num único dia, são instalados vários postos de transformação, redes de distribuição e ligadas à rede várias casas pela primeira vez, através de projectos de raiz, enquanto cidadãos de outros bairros de Luanda passam a gozar de um serviço de melhor qualidade, com a ampliação e implantação de obras de melhoria.

## 8.15 “Água Para Todos” Beneficia Milhares

*Jornal de Angola*

*De 13 De Fevereiro de 2012*

O projecto “Água para todos”, de âmbito nacional, lançado pelo Executivo angolano, contribui significativamente para a melhoria das condições de vida das populações do município turístico de Cacuso, a 72 quilómetros a oeste da sede provincial de Malange.

A constatação foi feita pelo governador provincial de Malanje, Boaventura da Silva Cardoso, durante a visita que efectuou à localidade e que visou inaugurar o novo sistema de captação e distribuição de água potável às populações locais.

Construído no âmbito do programa de combate à fome e à redução da pobreza, o empreendimento custou 28 milhões de kwanzas aos cofres do Estado, estando desta forma concluída a primeira fase de distribuição de água potável às populações. Segundo o administrador municipal adjunto de Cacuso, Garcia Alves, actualmente perto de 800 mil habitantes já beneficiam de água potável.

Garcia Alves disse que o projecto “Água para todos” tem vindo a propiciar também o desenvolvimento socio-económico da região. Antes as pessoas percorriam longas distâncias em busca do precioso líquido.

A segunda fase do projecto, avaliado em 22 milhões de kwanzas e que comporta as ligações domiciliárias, deve contemplar as localidades de Catenda de Baixo, Britas, Gajajeira, entre outros do município de Cacuso.

Enquanto é aguardado o segundo turno do projecto, a distribuição de água nas comunidades e feita mediante recurso aos camiões cisternas, que circulam quase todos os dias na vila de Cacuso, conforme apurou o Jornal de Angola.

## 8.16 EDEL Introdz Pagamento Antecipado como a Forma Preferencial de Cobrança

*Jornal de Angola*

*De 13 De Fevereiro de 2012*

A Empresa de Distribuição de Energia Eléctrica de Luanda (EDEL) aposta na Introdução do sistema pré-pago como forma preferencial de pagamento do consumo de electricidade no Cacuso, disse o director do centro de distribuição de energia do município.

António Félix Sandanga indicou que este ano, a EDEL prevê aumentar a capacidade de fornecimento no Cacuso, na sequência do fim da quarta fase de um projecto que permite beneficiar os moradores da comuna do Kicolo e das três fases do bairro Sagrada Esperança.

A EDEL tem estado a negociar com os proprietários dos Postos de Transformação (PT) de energia eléctrica com o intuito de passá-los para a propriedade do Estado. Nos casos em que não se chegar a um entendimento, a empresa procede à sua neutralização. De acordo com o levantamento já feito, o município do Cacuso tem 83 PT para cobrir as áreas com maior densidade populacional, dos 120 previstos pela empresa para a cobertura total da região.

Quanto à relação com os clientes, António Félix Sandanga disse que há uma tendência crescente para honrar os compromissos, mas ainda existe quem se furte ao pagamento da energia consumida.

António Félix Sandanga lançou um apelo aos municípios para pagarem a energia que consomem, pois dessa maneira vão contribuir para o crescimento da EDEL, enquanto fornecedora de um bem público essencial. Quem paga os consumos de electricidade permite a criação de condições para a satisfação de todos os consumidores e a execução de novos projectos.

A EDEL conta, no Cacuaco, com 21.847 clientes, mas nem todos pagam a energia consumida. Boa parte da rede de média tensão é propriedade da ENE (Empresa Nacional de Electricidade) e existe uma colaboração salutar entre as duas empresas.

Apesar da recente divisão político-administrativa aprovada pela Assembleia Nacional em que parte do município do Cacuaco passou para o município do Dande, província do Bengo, António Félix Sandanga disse que o serviço local da EDEL continua a fornecer o complexo residencial do Panguila.

No Cacuaco, indicou, existem 6.480 clientes com contadores montados e estão a ser feitos esforços para a montagem dos restantes 15.327, para cobrir o total de clientes para evitar a cobrança por estimativa.

## 8.18 Programa de água potável chega a vicungo

*JORNAL DE ANGOLA*

*De 17 de Fevereiro de 2012*

Mais de 4.000 habitantes da sede comunal de Vicungo, município do Cuvango, têm desde Janeiro água potável, no quadro do Programa Água para Todos.

O administrador comunal de Vicungo, Benjamim Cambinda, informou que para o sucesso da distribuição de água potável às populações foi construído um sistema de modelo combinado que funciona com energia solar e electricidade e a sua gestão é competente..

Benjamim Cambinda referiu que a comuna é uma das localidades mais bem servidas de água potável, já que o sistema tem capacidade para bombear cinco metros cúbicos por hora, o que permite responder às necessidades das populações que vivem na sede comunal.

A capacidade de bombear água potável responde às necessidades dos 8.900 habitantes que vivem na loca-

lidade. Quando falta combustível, o sistema de energia solar cobre o défice. A par das ligações aos domicílios da sede comunal, foram abertos 20 fontanários para que a cobertura seja aceitável.

Na comuna de Vicungo estão em curso obras de construção de infraestruturas sociais, inseridas no quadro do Programa Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza.

O administrador comunal de Vicungo referiu que estão em curso as obras de construção da escola do ensino primário com seis salas, na sede comunal de Vicungo, 85 quilómetros a norte da sede municipal do Cuvango. As obras estão na fase final.

O administrador comunal de Vicungo informou que a escola vai ser entregue em Março para receber os alunos que estão em salas provisórias e as novas crianças que este ano começaram a estudar.

Na sede comuna de Icuongo está igualmente em curso as obras de construção de uma casa com seis quartos, para alojar os professores. A assistência médica na comuna também vai registar melhorias, em finais do primeiro semestre deste ano, quando terminarem as obras de construção do posto de saúde. O administrador comuna! de Vicungo informou que a unidade sanitária permite atender em melhores condições os 8.900 habitantes da comuna.

A unidade de saúde fica com capacidade para internar dez doentes. Vai dispor de uma sala de consultas gerais, banco de urgência, parto e pós parto, serviços de cuidados infantis e Programa Alargado de Vacinação (PAV).

### Construções modernas

A construção de imóveis modernos está a mudar a imagem da comuna. Estão a ser construídas a nova administração comunal, o palácio, casas para o administrador e o seu adjunto, um posto policial e casas para técnicos. Vicungo funciona com dois níveis de ensino, o primário e secundário do primeiro ciclo, onde foram matriculados 4.113 alunos de ambos os sexos, num total de 15 escolas. As aulas são asseguradas por 61 professores.

Benjamim Cambinda disse que muitas crianças ainda estudam em salas improvisadas. Estas dificuldades vão ser colmatadas, uma vez que estão em construção mais duas escolas do ensino primário, das quais uma no sector de Cambole.

A rede sanitária da comuna de Vicungo conta com quatro postos de saúde, localizados na sede comuna!, embala de Chumbangombe, ambole e Nduinba Yangonga.

O Cambole já tem uma unidade sanitária concluída que atende igualmente a população de aldeias próximas. Os responsáveis do centro reclamam uma ambulância para transferência de doentes dos postos para o centro municipal de saúde do Cuvango.

### **Energia e agricultura**

A energia eléctrica é estável na comuna de Vicungo, disse o administrador. T tem dois geradores, um de 40 KVA, adquirido com os fundos do Programa de Investimentos Públicos, e outro de 12 KVA, doado por um empresário local.

A população de Vicungo, que tem como principal actividade o cultivo da batata, mandioca, milho e mas-sango, tem beneficiado de incentivos para aumentar e diversificar a produção dos produtos do campo, disse o administrador.

Benjamim Cambinda referiu que, apesar dos apoios, os camponeses associados pedem ainda a contemplação do programa de crédito de campanha para aquisição de gado de tracção animal e charruas.

A criação de associações de pesca artesanal, nos rios Cutato e Cavango, é outra aposta da população, que precisa de embarcações, redes de pesca e anzóis.

### **Comércio também cresce**

O comércio, embora de forma tímida, já regista alguns avanços a nível da comuna de Vicungo, salientou o administrador comunal, Benjamim Cambinda.

Para que o processo ganhe mais expressão, está em curso o projecto de reabilitação de lojas para atender melhor a população.

As autoridades tradicionais reconhecem o empenho do Governo Provincial na melhoria das condições da população com a materialização do Programa de Combate à Pobreza, cuja realização já é visível na comuna, no que diz respeito à construção de escolas, postos de saúde, energia e água.

### **Professores satisfeitos**

O soba António da Costa disse que a comuna de Vicungo está a crescer porque o governo está a apoiar as populações.

Comparativamente aos anos anteriores, a comuna de Vicungo regista melhorias, pois as novas infra-estruturas sociais garantem a todos uma vida melhor.

A professora Zarita Daniel, colocada há dois anos na sede comunal de Vicungo, disse que as mudanças são significativas comparativamente ao ano em que foi colocada.

Zarita Daniel informou que antes os professores trabalhavam em péssimas condições, porque as aulas eram dadas numa escola que nem carteiras tinham os professores eram obrigados ficar de pé porque não tinham uma mesa.

A professora reconheceu que agora, com a nova escola, a actividade laboral vai ser exercida em perfeitas condições.

## **8.19 A comuna tem rio, mas a população não tem água**

*NOVO JORNAL*

*De 17 de Fevereiro de 2012*

Composta por 11 povoações (sanzalas), numa extensão de 473 km<sup>2</sup>, a Barra do Kwanza é uma das comunas que o recém-criado município de Belas herdou do agora vizinho município de Viana.

Segundo fontes da administração comunal, estima-se que aí vivam oito mil habitantes, que vivem fundamentalmente da pesca e do campo. Pelo menos, até ao ano passado, antes de se efectuar a nova divisão político-administrativa de Luanda, a comuna era a primeira e a última passagem obrigatória para quem entrasse ou saísse da capital em direcção ao sul do país, pela estrada nacional número cem.

Se a ocupação ilegal de terrenos na maior parte dos bairros do município de Belas é o que mais tira o sono da administradora Municipal, na Barra do Kwanza tudo ou quase tudo é problema grave, o que, seguramente, coloca à prova a “engenharia administrativa” de Joana Quintas. A natureza oferece-lhe uma área turística considerável, mas nem isso está a empurrar a comuna para o desenvolvimento.

“Água! Queremos água. Mãe, a água é vida, não estamos a conseguir fazer nada. Por isso, pedimos que a senhora administradora resolva este problema, senão está muito mal”, esta foi a primeira questão que as pessoas daquelas diferentes sanzalas apresentaram à Joana Quintas, esta terça-feira, 14, aquando da sua primeira visita de campo que efectuou àquela comuna.

“Aqui, há pessoas que estão a ficar doentes sem saber a razão, mas garantidamente são problemas provocados pela carência de água”, alertou um idoso, que também se fez presente na cerimónia de recepção da administradora.

Recorde-se que por aquela localidade passa e desagua o Rio Kwanza, que até empresta o seu nome a comuna, mas a população não tem água potável para consumir “Não é possível que a Barra do Kwanza, uma comuna antiga, que já teve vários administradores, a sua popu-

lação ainda enfrente o problema da falta de água para beber”, lamentou publicamente Joana Quintas. “Vejam que até a sede da comuna, nem sequer um jardim tem devido à falta de água para regar as plantas. Uma vila sem jardim fica feia”, continuou a governante.

Até a altura em que pertencia ao município de Viana, aquela comunidade dependia da água transportada por um camião cisterna. Desde que passou para o novo município, a administração de Zeca Moreno resolveu não mais enviar o camião com o “precioso líquido”, tornando a água cada vez mais rara na Barra do Kwanza.

No Wacongo, uma das sanzalas da vila, os habitantes são forçados a beber a água que sai directamente do rio, com todos os riscos que correm. “É importante que se diga à senhora administradora que as pessoas aqui estão a beber água bruta do rio. A necessidade é tanta, que as pessoas não podem estar à espera meses e meses da cisterna de água. Estamos a consumir água não tratada”, reclamou um agricultor.

Sem água é quase impossível falar de saneamento básico naquelas bandas. Não há nenhuma operadora de recolha de lixo. Os populares não vêem outra alternativa senão enterrar o lixo, ficando por saber se alguém joga os resíduos para o mar.

Para agravar ainda mais a situação, a natureza também está a fazer a sua “mania”. Desde o último trimestre de 2011, a comuna não recebe chuva, dando lugar à seca, o que tem dificultado a actividade agrícola de que depende grandemente a população. “Não há chuva e consequentemente não há cultivo. O rio está um pouco distante e não facilita o trabalho de rega de lavras tão grandes”, lamentou uma camponesa. “Estamos à espera da chuva para iniciar a nossa actividade”, continuou a mulher.

No que toca à educação, só existe até à sexta classe. Há are povoações, como o Wacongo e Lombo onde se estuda apenas até à quarta e quinta classes. Os que pretendem dar continuidade aos estudos, não têm outra solução senão seguir para zonas urbanas da capital “Os jovens vão para Luanda estudar e depois não voltam mais. Por isso, é que o número de crianças e velhos aqui é grande”, disse o camponês Zé Manuel.

Sobre a possibilidade de se construir escolas do primeiro e segundo ciclos do ensino secundário, a administradora comunal foi breve na informação. “Foram entregues os planos ao Governo, vamos ver o que farão. Porque urge já a existência de uma escola do ensino médio na sede da Barra do Kwanza e um internato para que possa então albergar os estudantes que vierem de outras povoações”, disse a interlocutora.

### **Energia é uma miragem**

A comunidade da Barra do Kwanza parece ter muitos “padrastos institucionais”.

A empresa pública de águas de Luanda (EPAL) não é a única que não faz chegar os seus serviços àquela zona mais a sul da capital, a operadora de Luanda responsável pela distribuição de energia eléctrica, também não se faz presente naquelas paragens. Ali, até as instituições do Estado tem esse problema. “Aqui não passa e nunca passou sequer um fio de alta tensão de transporte de energia para outras zonas. Há pessoas que nasceram aqui e hoje têm filhos, mas nunca ouviram falar e nem conhecem a EDEL:’, atiraram os camponeses na reunião com as dirigentes municipais.

“A nossa situação não se compara a de outras províncias, onde os governos provinciais, para minimizar o problema, instalaram grupos geradores para acudir as populações. Mas aqui, nem parece que estamos em Luanda. As pessoas não têm como assistir à televisão”, continuaram os populares.

Para a administradora comunal, Maria Baião, a falta de energia é um dos maiores problemas que a sua área de jurisdição enfrenta. Maria Baião acrescentou ainda que a falta de luz está a dificultar o desenvolvimento da própria comuna.

O Novo Jornal, deu conta de que apesar do índice de criminalidade ser baixo, a polícia naquelas paragens, enfrenta enormes dificuldades, porque a única viatura que a esquadra da comuna possui está em reparação.

As instalações da referida esquadra são diminutas, ao ponto de não haver espaço para o gabinete do segundo comandante daquele estabelecimento policial. A esquadra carece de reabilitação e ampliação de espaço. “Como a senhora administradora pode ver são essas as dificuldades que nós enfrentamos”, resumiu o comandante da esquadra, Joaquim da Costa.

## **8.20 Benguela Reforça Captação de Água**

*A Capital*

*De 18 De Fevereiro de 2012*

Graças a uma combinação de esforços entre a Odebrecht e a EASB, a oferta cobre 75% da população da província, cifra que deverá crescer ao longo deste ano.

Em marcha há já um ano, a III fase do Projecto de Águas de Benguela (PAB) vai proporcionar a ampliação da parte de captação, entre as estações de bombagem de

água bruta e a de tratamento, e o aumento da capacidade da conduta.

A informação foi prestada ao A Capital por Marcos Felipe, director de Contrato da construtora brasileira Odebrecht, o empreiteiro das obras.

«Haverá também aumento da capacidade da reserva», acrescentou o técnico, que diz acreditar na conclusão dos trabalhos já em Agosto, seis meses antes do prazo estabelecido. «Estamos a fazer tudo para que consigamos encurtar o tempo», indicou Marcos Felipe, pouco antes de ter garantido que Benguela e Lobito, dois dos quatro municípios beneficiários, viram aumentadas as redes de distribuição.

Isto significa, explica o director de Contrato, que as suas bases estruturadas são atendidas a cem por cento pela rede de água. A Odebrecht, implantada em Benguela desde 2009, hoje com mil e 200 trabalhadores efectivos e trezentos eventuais, efectua, por outro lado, trabalhos de recuperação de postos e fontenários.

#### **Aposta no interior**

Com a terceira fase do Projecto de Águas de Benguela a decorrer a bom ritmo, deixando antever a consolidação dos ganhos obtidos no litoral ao longo dos últimos tempos, o Governo provincial apostou seriamente nos seis municípios do interior.

O saldo do projecto de iniciativa presidencial «Água Para Todos», implementado pela Empresa de Águas e Saneamento, aponta para a instalação de 50 sistemas de captação, tratamento e distribuição de água em 25 comunas, 23 povoações e em duas sedes municipais. São números fornecidos pelo governador provincial, general Armando da Cruz Neto, no discurso que proferiu aquando da cerimónia de cumprimentos de fim de ano.

O projecto beneficia já cerca de quatrocentos mil cidadãos, tendo criado 195 empregos directos. Quanto à 3ª fase do PAB, Armando da Cruz revelou que a ampliação da capacidade de produção proporcionará aos 4 municípios do litoral um fornecimento de 1.5 metros cúbicos por segundo. As outras acções não menos importantes são a ampliação da capacidade de reserva de água tratada em mais 5 mil metros cúbicos e a construção de um reservatório no Luongo.

Esta etapa compreende ainda a implantação de cerca de 54.000 metros de novas condutas de redes de distribuição e ligações domiciliárias em mais de mil unidades. No fecho do dossiê ligado à oferta de água, o governador informou que a cifra de consumidores é de 75% da

população, prevendo-se um aumento para 85 por cento no decurso de 2012.

#### **Enfermeiros à procura de estatuto**

Luanda, que esteve à beira de uma greve, tal como noticiou este semanário, parece ter dado o mote para uma reivindicação que deve mexer com o país.

Queixas de baixos salários e atrasos na actualização de categorias no sector da Saúde em Benguela, ouvidas aqui e acolá quase que de forma ininterrupta, deverão dar lugar a um estatuto de carreira que não penalize os trabalhadores, sobretudo enfermeiros, surgindo a UNTA-CS como entidade impulsionadora.

A maior central sindical espera que a nova direcção do Sindicato dos Enfermeiros de Angola (SINDEA), eleita na passada quarta-feira, 15, em Conferência Extraordinária, discuta com o Ministério de tutela com a sua afirmação já consumada. Em entrevista exclusiva ao A Capital, à margem do encontro da classe enfermeira, o secretário-geral da UNTA na província de Benguela, José Joaquim Laurindo, disse que a afirmação passa pelo alcance da independência nos domínios político, económico e financeiro.

O sindicalista disse que o grito dos trabalhadores tem chegado à sua organização, mas ressaltou que não se leva a cabo uma luta de forma individual.

Esta autonomia, acrescenta a fonte, significaria o fim da dependência de uma estrutura central, o que abriria as portas a uma negociação para o tão almejado estatuto de carreira idêntico ao que existe na Educação, para onde vão centenas de quadros saídos da Saúde. «Só desta forma será possível acabar com a fuga de enfermeiros e outros funcionários», notou Joaquim Laurindo, que lamenta a ocorrência destes casos numa altura em que o Governo aposta na municipalização dos serviços de saúde.

O SG da UNTA/Benguela não acredita que um técnico médio vá transferido para uma aldeia ou com uma nas condições actuais, com um ordenado que «não dá para nada». Na corrida à liderança do Sindicato provincial dos Enfermeiros, Maria Helena da Silva, chefe do Banco de Urgência do Hospital Central, «cilindrou» os candidatos Avantino Sacule e Joaquim dos Santos.

Ela já apresentou o seu programa que tem no epicentro o melhoramento das condições de vida dos enfermeiros, em toda a extensão da província de Benguela.



## 8.21 Mãos na Lixeira!...

*A Capital*

*De 18 De Fevereiro de 2012*

Não há sombras para dúvidas que o lixo, em Luanda, continuará a ser uma grande dor de cabeça e, conseqüentemente, um factor incontornável para a governação da província onde está a capital do país. A história mais recente de Luanda está repleta de factos que o comprovam.

Enquanto a ex-governadora Francisca do Espírito Santo pretendeu transformar o Bairro da Lixeira num Parque Temático Botânico, há sensivelmente um ano, também então governador desta província, José Maria dos Santos, entrava em rota de colisão com as empresas de limpeza de Luanda que, na altura ameaçavam paralisar os trabalhos, pelo facto de, segundo os titulares das operadoras, o Executivo provincial não lhes pagar mais de cinco facturas, correspondentes a cinco meses de pagamento em atraso.

Sabia-se na altura, que as empresas de saneamento Luanda gastavam mais de 500.000 kz dia para a recolha de lixo.

José Maria dera às operadoras um mês, exigindo delas o melhor desempenho, sob pena de os contratados serem suspensos.

Agora, já com um novo governador à testa da província, a questão do lixo volta à baila. Ainda fresco no cargo e já no seu discurso de fim de ano, Bento Sebastião Francisco Bento anunciou para o presente ano um novo modelo de gestão que beneficie melhor a limpeza da cidade.

Avançou que o seu pelouro iria apreciar, com base em diagnósticos, os problemas e as empresas de recolha de lixo, adaptando modelos que beneficiem melhor a limpeza e saneamento, prevendo-se garantir mais poupanças de recursos.

Para o efeito, recomendou uma rigorosa fiscalização do trabalho das operadoras, bem como a criação de melhores condições para os seus trabalhadores, assim como a introdução de brigadas especiais, no sentido de se recolher mais lixo no interior dos bairros periféricos.

Num sinal aparente de estarem todos esses requisitos prontos, nesta semana o vice-governador de Luanda para a área económica, Miguel Catraio veio confirmar o anúncio de Bento Bento. Disse que nas zonas periféricas, os amontoados de lixo estão a aumentar, contribuindo para o aumento de casos de cólera e de malária.

“Quaisquer dos municípios, quando entramos pela periferia, encontramos volumes de lixo, encontramos con-

centração de lixo, que carece de recolha imediata”, frisou o governante, para quem as actuais operadoras estão sem capacidade de recolher o lixo produzido.

“Os níveis de produção de resíduos sólidos crescem e a capacidade das operadoras não corresponde. Implica dizer que devem entrar em cena operadoras adicionais, porque há espaços territoriais vastos que estão consignados a uma só operadora”, acrescentou.

Luanda, sabe-se, gasta cerca de 20 milhões de dólares por mês com as operadoras de recolha de lixo, mas o que o Governo quer, por orientação do Presidente da República, vai reguizlr este orçamento. Daí, a necessidade de se implementar uma nova modalidade que consiste na atribuição de territórios específicos para cada operadora.

Segundo o plano do Executivo de Luanda, doravante cada operadora terá uma zona territorial de actuação, cuja responsabilidade deverá ser a mais completa possível quanto ao saneamento, varrer, recolher, lavar os passeios, limpar os colectores, cortar o capim e podar as árvores.

O GPL quer com esta medida reduzir os custos com a recolha de lixo em Luanda, que segundo o vice-governador atingiram níveis inaceitáveis, deixando a critério das empresas criarem condições para atenderem ao novo modelo.

José Maria dos Santos havia dado às operadoras contratadas para a limpeza e recolha de lixo na província de Luanda, aproximadamente, um mês para melhorarem o desempenho, sob pena dos contratados serem suspensos. Disse, na altura, que o GPL estava a reavaliar os contratos já celebrados e que pode vir a ser aumentado o número de operadoras, rescindido o contrato de algumas ou mesmo incluído a população neste processo.

A intenção, afirmou, “é retirar aqueles poucos que ganham muito”, cujo trabalho “não justifica os valores” recebidos. Garantiu que se “vai continuar dar oportunidade às operadoras com capacidade técnica, financeira e organizativa, quer sejam nacionais, estrangeiras ou parcerias”.

Previa o anterior Executivo, que os novos contratos estabeleceriam que as empresas que recolhem o lixo na zona urbana deveriam dispor de viaturas para a lavagem de artérias.

Várias estratégias, muitas vezes até coincidentes em torno de um só adversário: o lixo.

Olhando para toda esta temática, acaba por se deprender que o que falta nos vários consulados de Luanda é a teoria da continuidade de projectos deixados pelos antecessores.

Observadores sociais consideram que, em parte, esta é um dos factores que acaba por inviabilizar uma série de projectos.

## 8.22 Projecto Para Esquecer

*A Capital*

*18 De Fevereiro de 2012*

Calcula-se que tenha sido, entre outros, a pensar na redução dos grandes aglomerados de lixo nas entradas de Luanda, que Governo provincial de Luanda, ao tempo de Francisca do Espírito Santo, apresentou o projecto de construção de um Parque Temático Botânico, com pendor para lazer da população, na zona do bairro da Lixeira, situado no Golfe II. O início da construção do espaço botânico estava previsto para 2010.

De acordo com a maquete do Parque Temático Botânico de Luanda, apresentada na ocasião pela Cooperativa Cajueiro, promotora encarregue do projecto, o Parque seria construído num modelo de Jardim Botânico e posto à disposição da população. No local haveria ainda de ser erguida uma escola de Educação Ambiental, um Centro Integrado para o Tratamento de Resíduos e vários espaços de lazer. Francisca do Espírito Santo enalteceu a ideia do projecto, considerando que seria mais um espaço para o conforto e bem-estar da população.

“A realização deste projecto vai forçar a eliminação da lixeira do Golfe II e neste espaço vai nascer uma área de lazer para o bem-estar da população. Queremos tornar este local numa zona verde., bonita e moderna, por isso, a divulgação deste projecto é imprescindível”, disse. O engenheiro de Construção Civil e coordenador do projecto do Parque Temático Botânico, Vítor Moura, frisou, por seu turno que o projecto serve para a requalificação ambiental de Luanda. “O espaço vai ser constituído em cinco zonas diferenciadas, em forma de um jardim botânico. O espaço reserva também um centro de reciclagem para compostagem da matéria orgânica, para a reciclagem de plástico e vidro. A construção do jardim tem início este ano, e a perspectiva da duração da obra é de 14 ou 16 meses”, disse ainda Vítor Moura, assegurando que o material da lixeira do Golfe II não vai ser transportado para outro local, por isso, considera um trabalho difícil, devido a quantidade de sobras que existe. “A quantidade de lixo é de um milhão de toneladas, as sobras serão compactadas a dois ou três metros de altura, para facilitar a construção do espaço,

já que neste momento o lixo está com 25 metros de altitude acima do solo”, acrescentou o engenheiro.

## 8.23 População foi informada sobre tratamento da água

*JORNAL DE ANGOLA*

*De 20 de Fevereiro de 2012*

Mais de 700 habitantes das localidades do Caluia, Cabinda e Gungu, no município do Golungo Alto, província do Kwanza-Norte, foram informados sobre a importância do tratamento da água para a prevenção de doenças de origem hídrica.

A iniciativa promovida pela empresa SHS-Soluções de Saúde, em parceria com as autoridades sanitárias, teve como objectivo a sensibilização da população para a importância do tratamento da água para o consumo humano, a lavagem dos alimentos e a desinfecção com lixívia ou através de fervura, para a prevenção da cólera e outras doenças. Segundo Reniana Scarano, a representante da SHS-Soluções de Saúde, a iniciativa serviu igualmente para esclarecer a população sobre a importância da colocação do lixo doméstico em locais apropriados e da construção correcta de aterros sanitários e latrinas.

Na ocasião, os habitantes foram informados sobre as consequências da colocação do lixo em lugares impróprios e da defecação ao ar livre para a saúde pública.

Reniana Scarano esclareceu que a acção inseriu-se num projecto de formação de agentes comunitários de saúde, que está a ser implementado nos municípios do Cazengo, Golungo Alto e Ngonguembo.

## 8.24 Recolha do do lixo é alvo de críticas

*JORNAL DE ANGOLA*

*De 22 de Fevereiro de 2012*

O distrito da Samba, em Luanda, prevê vacinar 95.255 crianças, dos zero aos cinco anos, durante a campanha contra a poliomielite, que vai decorrer, de 2 a 4 de Março.

Em declarações prestadas ontem, à Angop, o chefe da repartição de saúde do distrito da Samba, Miguel Maiande, disse que, na campanha, o distrito vai funcionar com a grelha anterior, que inclui as comunas agora pertencentes ao município de Belas, por não existir um responsável e uma repartição de saúde na circunscrição. As 1.205 pessoas, entre vacinadores, supervisores, coordenadores, assessores e logísticos, vão ainda tra-

balhar nas comunas do Futungo, Benfica, Ramiro e Mussulo que, devido à nova divisão administrativa, fazem parte do município de Belas.

A campanha, a ser realizada casa a casa, vai ser reforçada com postos fixos localizados nos centros de saúde, durante os dias 2 e 3, enquanto, no dia 4, as brigadas vão estar nas igrejas. O Estado angolano tem dado passos significativos na luta contra a poliomielite em todo o país, que está no bom caminho para a erradicação da doença.

A administradora municipal do Cacuaco disse estar preocupada com a recolha do lixo na comuna do Quicolo. Rosa dos Santos fez a afirmação num encontro, na administração municipal, com os responsáveis das operadoras e a representantes da ELISAL.

“Temos trabalhadores para recolherem o lixo de porta em porta, preparados há mais de dois anos, mas a falta da rubrica para o pagamento dos seus salários, impede a assinatura de contratos com micro empresas no município”, referiu.

A administradora lamentou ter encontrado lixo nos bairros durante a visita que fez, no sábado, à comuna do Quicolo.

Por a ELISAL não ter construído, na área, os sete pontos de transferência do lixo para o aterro sanitário, referiu, há dificuldade na recolha. A representante local da ELISAL, Ana Paula Maria, prometeu levar as preocupações à sua direcção provincial e manifestou a disponibilidade de trabalhar com a administração municipal.

## 8.25 Expansão da Água Potável na Província da Huíla

*Jornal de Angola*

*De 23 De Fevereiro de 2012*

As populações que vivem no meio rural na província da Huíla vão beneficiar de mais água potável no decurso do primeiro semestre do corrente ano, no quadro do programa “Água para Todos”, em curso no país.

Para o sucesso do programa, o Governo Provincial da Huíla fez, em Quipungo, o lançamento da primeira pedra para a construção de novos projectos de abastecimento de água. O director provincial das Águas, Abel João da Costa, que prestou esta informação no Cuvango, disse que, para este ano, o Programa “Água para Todos” reserva a construção de 25 novos projectos de água, para beneficiar 200 mil pessoas do meio rural.

Abel João da Costa disse que, actualmente, a cobertura do abastecimento de água anda à volta das 500.000

pessoas no meio rural. “O programa é de âmbito nacional. A meta para este ano é atingir 300.000 pessoas, para se estar próximo das metas traçadas pelo Executivo, que visam atingir os 80 por cento de cobertura”, disse.

### Sistemas combinados

O director provincial das Águas na Huíla precisou que, no ano passado, assistiu-se ao arranque dos trabalhos de construção das estações de tratamento de água potável nos municípios de Caconda, Caluquembe, Chicomba e Jamba. Abel João da Costa explicou que foram abertos sistemas de modelo combinado que funcionam com energia eléctrica e solar.

Nos municípios da Chibia, Caluquembe, Caconda, Cuvango, Matala, Humpata, Quilengues e Cacula foram abertos sistemas de água que proporcionam uma cobertura aceitável. O programa “Água para Todos”, esclareceu Abel da Costa, está a ser executado para ter êxito, para que as populações que vivem no meio rural tenham também acesso ao precioso líquido.

Para este ano, a província da Huíla vai construir 25 pontos de água movidos por sistemas solares, para que, de forma alternada, o abastecimento às populações seja eficaz na época chuvosa ou seca.

Abel João da Costa referiu que, até finais do ano passado, a taxa de cobertura era de 19 por cento. Com a execução do programa “Água para Todos”, o nível de cobertura subiu para 51 por cento.

### Esforço continuado

O responsável reconhece existir ainda localidades sem água potável, sobretudo em áreas recônditas das comunas e sectores. Porém, enalteceu as acções em curso visando mudar o quadro. “De forma global, o programa “Água para Todos” vai bem.

Aquilo que foi programado, acrescentou o director das Águas, está a ser executado com sucesso.

Existe uma harmonia boa com as autoridades locais, o que faz crer que, até finais do primeiro semestre deste ano, a província vai estar próxima do objectivo, que é de atingir os 80 por cento da população no meio rural. Abel João da Costa disse que, felizmente, a Huíla já recebeu, logo no primeiro mês do ano em curso, cerca de 150 milhões de kwanzas, que estão a ser aplicados na cidade do Lubango, onde existe 50 por cento da população da província.

## 8.26 Restrições no Abastecimento de Água Já Terminaram na Província de Luanda

*Jornal de Angola*

*De 23 De Fevereiro de 2012*

A água voltou a jorrar normalmente nas torneiras de Luanda depois de ter sido ultrapassada a avaria no sistema de electrobombas da Estação Elevatória do Cassaque.

Nos últimos dias, o cenário em Luanda era de pessoas com bacias e baldes sobre a cabeça e bidões nas mãos de um lado para o outro à procura de água, devido à redução da capacidade de fornecimento por parte da Empresa Provincial de Aguas de Luanda (EPAL).

A situação ganhou contornos alarmantes, numa altura em que parecia não existir um horizonte para fim da crise.

Os habitantes da província de Luanda, perante a falta de informação, voltaram à velha prática, que já parecia ter sido ultrapassada, de comprar água através de camiões cisterna a preços especulativos.

AEPAL, através do seu director geral adjunto para a Área de Produção, Adão da Silva, em declarações à imprensa no último fim de semana esclareceu que problemas mecânicos no sistema de electrobombas da Estação Elevatória do Cassaque estiveram na base da redução do fornecimento de água.

O sistema de captação de água da estação do Quicuxi e de Luanda-Sul, explicou, não funciona directamente a partir do rio, mas do canal superior. Por isso, acrescentou, existem duas estações de captação de água, uma no Capiapiá, que faz o desvio do rio Kwanza para a segunda no Cassaque.

“A Estação Elevatória do Cassaque é gerida pelo Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. Nestas instalações existem os equipamentos electromecânicos que bombeiam água para a Estação de Tratamento Luanda-Sudeste, mas que apresentam um grau de degradação considerável”, explicou Adão da Silva.

A Estação Elevatória do Cassaque acrescentou Adão da Silva, possui oito grupos de electrobombas, dos quais apenas quatro estão em pleno funcionamento. “Com apenas quatro grupos de electrobombas em funcionamento no Cassaque, a Estação de Tratamento de Água Luanda-Sudeste não consegue ampliar os volumes de produção para poder aduzir e, consequentemente, distribuir para a cidade de Luanda”, disse ainda na semana passada.

Adão da Silva frisou que, para a EPAL funcionar com a capacidade instalada na Estação de Tratamento Luanda-Sudeste, precisava de um caudal de 2.500 litros de água por segundo, mas durante a crise de água recebia apenas 1.400 litros.

“A EPAL está a realizar um programa de aquisição de novos grupos de electrobombas e, consequentemente, a curto prazo, a reparação dos disjuntores dos motores das electrobombas que frequentemente têm avariado”, disse Adão da Silva, acrescentando que tem havido manutenção dos equipamentos da Estação do Cassaque, mas a maior responsabilidade pela sua conservação recai sobre o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, enquanto gestora das instalações.

Ontem, num contacto telefónico, o porta-voz da Epal, Domingos Paciência, assegurou ao Jornal de Angola que a situação está ultrapassada, visto que já foram substituídos os disjuntores que estavam avariados, o que motivou as restrições no abastecimento de água a Luanda.

## 8.27 Moradores Reclamam as Falhas de Água e Luz

*Novo Jornal*

*De 24 De Fevereiro de 2012*

CIDADE ADORMECIDA. Assim, ainda é a vida no Kilamba, o maior projecto habitacional até agora construído. Concebido para albergar milhares de famílias, o empreendimento acolhe actualmente um número que fica muito além do preconizado. Os altos preços na venda dos apartamentos, entre 125 e 200 mil dólares, tem sido apontado como o motivo para a desistência na compra dos imóveis e, consequentemente, o actual vazio que a cidade apresenta.

Para saber como está a ser a vida no Kilamba, o Novo Jornal visitou esta semana o local e conversou com alguns dos primeiros moradores da cidade, que entre a alegria e a satisfação de serem residentes da nova urbe, mostraram-se descontentes com alguns problemas que pensavam ter deixado para trás: “As falhas no fornecimento de água e luz eléctrica”.

Na cidade do Kilamba, a água está a ser o maior problema, o que tem deixado os poucos moradores com os nervos à flor da pele. Um residente que não se quis identificar disse à nossa reportagem que ficou durante cerca de 10 dias sem água no seu apartamento, devido à descida do caudal no Kikuxe, segundo informações recebidas dos técnicos da EPAL. O morador, que reside naquela cidade há cerca um mês, vive no primeiro andar de um dos edifícios de 10 andares, que actualmente é

ocupado por apenas por dois moradores. “Mas o outro quase não vive aqui. Ele está sempre fora da cidade”, notou, relatando os momentos vividos pela falta de água.

“De vez em quando, a água não sobe porque a pressão é baixa e nós somos obrigados a ir buscá-la lá em baixo. Pegamos nalguns bidões e transportamos. Isto é inadmissível para uma cidade imponente como esta”, desabafou o morador, informando que a luz eléctrica também tem as suas intermitências.

“Já tivemos falha de luz por duas ou três vezes”. Anteontem, a luz foi por volta das 19h00 e só regressou de manhã. Eu estava de regresso a casa e encontrei a cidade toda às escuras. Meu, já viste o que é andar numa cidade destas, vazia e escura. Mas, fazer o quê? Este é o nosso país”, reclamou o interlocutor, para quem o problema no fornecimento da água e luz reside na falha de fiscalização por parte dos técnicos angolanos.

### **Desentendimentos**

Conta, por exemplo, que o sistema de pagamento da luz eléctrica concebido é o do pronto pagamento, ou seja pré-pago, mas, no seu entender, devido à falta de passagem de testemunho sobre o manuseamento do equipamento, os técnicos angolanos optaram por cancelar o sistema, passando-o para o pós-pagamento.

“Aqui parece-me que há desentendimentos entre os técnicos chineses e os angolanos. Os chineses não instruem os angolanos sobre como trabalhar com o sistema porque pensam que vão ficar em Angola para toda a vida. Então, às tantas, cada um faz o que quiser. Agora os angolanos fizeram ligação directa e o sistema deixou de ser pré-pago. A contagem do consumo agora é feita aleatoriamente”, explicou a fonte que teme o agudizar da situação com o aumento de mais moradores na cidade.

“Não temos fontes alternativas quando a luz geral vai. Tudo fica escuro. Não existem reservatórios de água. É pá, já viste quando houver mais moradores!? Esse traz gerador, aquele tanque de água. Isto vai ser uma desordem”, advertiu o interlocutor.

Já António Victoriano, um outro morador a residir no Kilamba há duas semanas, disse que se sente feliz por morar naquela cidade e por ser um dos primeiros residentes desta zona, “calma e bonita para viver”.

O morador que, na companhia de sua mulher e dois filhos, forma os únicos ocupantes do edifício L16 de quatro andares, mostrou-se igualmente preocupado pelos defeitos encontrados na nova urbe.

“Bem, somos das primeiras famílias a morar aqui. Logo, somos os primeiros a apontar os defeitos. Estou com problemas -de luz nas escadas. Já fizemos a reclamação e até agora nada. Eles dizem que a luz trabalha com sensores que precisam ser ligados. Agora quem vai ligar, ninguém sabe, se são os chineses ou angolanos. Este é o baile que nos estão a dar”, explicou Victoriano.

### **Às escuras**

Quanto à água – continuou o interlocutor – “disseram que os tubos que dão acesso estavam nos apartamentos fechados, porque não havia morador. Então, havia necessidade de passar o técnico e foi feita a abertura. Apanhamos esta fase da falta de água na cidade de Luanda, e a água corre com pouca pressão. Algumas vezes sai e outras vezes não. Agora mesmo não tenho água”, disse o interlocutor, confirmando igualmente a falha de luz naquela cidade.

“Olha, o dia que mais me arrepiou foi quando chegámos aqui à cidade e encontrámo-la toda escura. Já vivo num prédio sozinho, agora a cidade às escuras foi sinistro, mas o problema foi resolvido no dia seguinte. Disseram-nos que foi uma avaria na estrada do Camama. A luz não falha tanto, mas a água é a nossa maior preocupação”, disse o antigo residente da Terra-Nova, no distrito do Rangel.

Depois de Victoriano, procurámos ouvir outros moradores que não aceitaram falar, evitando a exposição, segundo explicaram. Acabámos por ser acolhidos na casa de Rita Victoriano, irmã de um dos nossos entrevistados.

A cidadã, que reside naquela cidade há cerca de 12 dias, mostrou-se igualmente feliz por ali habitar na companhia de sua família. Após a saudação, a filha de dona Rita, que aparentava ter oito anos, reclamou da falha de luz. “Eu fico irritada quando a luz vai. Aqui fica muito escuro e não gosto”, disse a menina aos repórteres.

Rita Victoriano contou-nos a sua experiência de poucos dias no Kilamba. “Há muita paz. Os edifícios quase não estão habitados. Mas a nossa preocupação é a água que ainda não é regular, embora os senhores da Epal tenham estado aqui ontem, segunda-feira 20, a dizer-nos que a partir da próxima semana a água será regular”. A mesma confirma o que os antigos moradores disseram. “Durante estes dias, a água está difícil. Temos que mandar puxá-la lá de baixo. Não sei de onde sai, se é do reservatório, mas de quando em vez temos água”, disse.

## 8.28 Secura Atinge Fornecimento os Zangos

*Semanário Factual*  
De 25 De Fevereiro A 03  
De Março de 2012

Já era de esperar a ausência total de água potável nas torneiras dos Zangos, depois que ela apenas aparecia nas casas próximas da estrada com destino a Calumbo (qual fio de aranha), isto quer dizer que as populações perceberam que a EPAL desistiu de se preocupar com os moradores que, agora, percorrem por longas distâncias para encontrar água.

Aliás, não fosse a existência de casas com tanques reservatórios, os habitantes acabariam por desfalecer, pois mendigar é bom, mas é indigno. Essa condição retira a qualidade de vida de quem pensou que fugir do “inferno” da cidade de Luanda iria encontrar nos Zangos o “paraíso”.

Afinal, foi um engano e a imagem presente nos Zangos são buracos, alguns quase crateras, feitos pelos moradores, a fim de encontram o fino tubo por onde passava a água.

O pior é que o Factual, já por diversas vezes, chamou a atenção do pessoal da EPAL, mas a resposta tem sido o silêncio e a consequente secura do precioso líquido.

Moradores, agastados, opinaram que deveria ser feita nova instalação de tubos para a água, com maior diâmetro, porque a tubagem aplicada é de dois centímetros, podendo ser entupida pelo mais pequeno objecto.

Ademais, tal seria facilitado, porque a tubagem não se insere na rede de casas, acabando por unia torneira junto do quintal.

Essa situação acontece desde que os Zangas foram criados, um projecto válido, mas agora condenado por não reunir condições de habitabilidade.

Também a energia eléctrica tem vindo aos soluços, embora se acredite que melhorias virão com a instalação de novas subestações da EDEL nos Zangas.

A assim ser, as reclamações dos moradores cingir-se-ão apenas à EPAL, para que os Zangas tenham água potável em abundância, porque a sua falta é tão perniciososa que leva a dissabores como não lavagem de roupa, ter sede e, concomitantemente, ficar sem banhos por dias longos.

Logicamente, sem água, a higiene fica em perigo e doenças podem surgir a qualquer momento, levando a gastos não previstos no orçamento familiar!

## 8.29 GPL Vai Reduzir o Bolo das Operadoras de Limpeza

*Semanário Factual*  
De 25 De Fevereiro A 03 De Março de  
2012

O Governo Provincial de Luanda (GPL) anunciou, no passado dia 9 de Fevereiro, a possível redução dos valores que tem pago às operadoras de limpeza da capital do País. A informação foi passada pelo governador, Bento Joaquim Francisco Bento.

De acordo com o chefe máximo daquele pelouro, o Executivo da Província vai trabalhar em colaboração com a Elisal e as operadoras, no sentido de se encontrar uma nova modalidade para o pagamento dos serviços prestados, pois se abolirá o actual modelo de pesagem que tem estado a pesar na balança de pagamento.

Bento Bento enfatizou que o actual sistema de pagamento por tonelagem não tem ajudado a acabar com o lixo em Luanda e que provoca, igualmente, uma luta entre as operadoras, à procura de pontos com maior foco de resíduos sólidos, acabando por invadir territórios fora da sua jurisdição de trabalho.

O governador de Luanda revelou que, com base no novo contrato que as operadoras de limpeza celebrarem, lhes serão impostos outros modelos de operação: cada operadora terá uma zona territorial de actuação e competirá a esta fazer a recolha dos resíduos sólidos, varredura, limpeza e lavagem dos passeios e estradas, cortar o capim, podar as árvores e limpar o sistema de drenagem.

As operadoras ainda serão penalizadas pela prestação de maus serviços. O desempenho das mesmas será monitorado pelo Departamento de Fiscalização da Elisal. No que toca aos acumulados de lixo visíveis, principalmente nas zonas peri-urbanas de Luanda, Bento Bento afirmou que tal questão merecerá outro tratamento.

“Com vista a termos uma cidade cada vez mais limpa e aprazível para se viver, o GPL projecta a abertura para a criação de brigadas de limpezas privadas, com o objectivo de facilitar a remoção dos resíduos sólidos das áreas de difícil acesso aos locais por onde os veículos possam retirar”.

O vice-governador, Miguel Catraio, alegou que o GPL gasta cerca de 15 milhões de dólares/mês para o pagamento das operadoras, e o objectivo da orientação baixada pelo Presidente da República é de baixar consideravelmente estes gastos.

*Redução nos pagamentos vai melhorar os serviços de limpeza?*

A redução nos pagamentos às operadoras que fazem a recolha dos resíduos sólidos a nível de Luanda e o melhoramento dos serviços prestados pelas mesmas estão a ser encarados como um paradoxo, pois, mesmo com os valores tão avultados que recebem, até ao momento a província ainda se depara com fortes problemas de saneamento.

O saneamento básico baseia-se no fornecimento de serviços em prol das comunidades, como o abastecimento de água potável, o manejo de água pluvial, a colecta e o tratamento de esgotos, a limpeza urbana e o manejo do resíduos sólidos, visando a saúde da sociedade.

Sendo esses serviços considerados essenciais, tendo em conta a necessidade imprescindível por parte da população, tais não são efectuados na totalidade, causando enormes lacunas no seio das comunidades.

Algumas empresas sempre apresentaram dificuldades que vão da falta de pagamentos à falta de equipamento, ao acesso aos locais, dentre outros impedimentos, o que torna Luanda numa província deplorável a nível de saneamento básico.

Para cidadãos, estas medidas devem ser profundamente analisadas com as operadoras, em virtude de a situação do saneamento básico em Luanda ser deplorável, mesmo com o sistema de pagamento que favorece as empresas.

Neste sentido, os cidadãos pensam que a fiscalização deve agir, de forma a responsabilizar todas as operadoras que não cumprirem com o estabelecido no novo contrato.

### 8.30 Bons também procuram no lixo

*FOLHA 8*

*De 25 de Fevereiro de 2012*

Diz chamar-se Jamba. Alimenta-se das sobras da comida deixada pelos moradores, próximos do depósito de lixo de que se apropriou. Ironizando dizem os populares que ele é o dono do conteúdo e salientando que em momento algum sai do local e, quando sai não é norma deslocar-se num raio superior aos de 5 metros.

Quanto ao carácter, diz a vizinhança, é um pobre diabo. Não fala nem faz mal a ninguém. O que amedronta e faz pensar que pode não ser mendigo de todo é trancar a cara, para quem dele eventualmente se abeire sem dar sinais de que traz lixo, para deitar.

Pertence ao universo dos carentes dementes, que do lixo escolhem os sobejos que lhes interessam preferindo comer e beber.

Curiosamente os reservatórios de lixo não são frequentados pura e simplesmente pelos dementes. Seres humanos são, também vão aos contentores à procura não só de comer e beber, mas também, de calçado, vestuário, medicamentos e diversos outros artigos passíveis de reparação para posterior utilização.

Ponto assente. Disputam o lixo dos contentores, pobres de categorias diferentes. Enquanto uns carregam saquinhos de plástico.

Na impossibilidade de ouvir carentes dementes, frequente dores de depósitos de lixo, o Follia8 conversou com José João, popularmente conhecido por Jota Jota, integrante de um trio de jovens surpreendidos a mexer e a remexer o conteúdo nojento de um contentor de lixo que, sorridente acedeu à entrevista: “Estou desempregado, razão pela qual, não tendo como sobreviver de momento ando de lixeira a lixeira, na companhia de colegas meus, em idêntica situação a ver se acho cobre e bronze para vender e não só, mas também, se consigo extensões de fios eléctricos,” vulgarmente denominados de fichas” deixadas fora por avaria, não superada por antigos donos. Há quem não acredite mas é verdade que muito objecto achado na lixeira é reparável”, explicou-se.

### 8.31 EPAL

*Jornal ANGOLENSE*

*De 25 de Fevereiro de 2012*

Luanda está sem água há uma semana. Um responsável da EPAL, empresa de distribuição do chamado precioso líquido à cidade capital, disse que tal se deve a problemas no sistema de captação a partir do rio Kwanza, algo que terá a ver com uma alegada falta de investimentos das autoridades. Ora, se o objectivo da empresa é fornecer a água aos cidadãos e não o consegue fazer, o caminho a seguir deveria ser o da extinção. Ao menos deixava-se de pagar salários a gente que não trabalha. É claro que está subjacente a isto alguma inércia da direcção da empresa, por não bater o pé junto da tutela a ver se as verbas surgem para se evitar poucas-vergonhas como esta. Como é que se pode viver assim?

### 8.32 Trabalhos de manutenção decorrem nos reservatórios

*JORNAL DE ANGOLA*

*De 28 de Fevereiro de 2012*

A cidade de Malange está privada do fornecimento de água potável há alguns dias, devido a trabalhos técnicos de manutenção que estão a ser efectuados nos reservatórios, disse ontem ao Jornal de Angola o coordenador da Comissão e Saneamento de Águas.

Bento Francisco assegurou que a intervenção visa melhorar o abastecimento à cidade capital e arredores, referindo que se desenvolvem esforços para que a água possa ser reposta nos próximos dias. Numa primeira fase, disse, foi construída uma adutora nova e reabilitadas duas células de cerca de dois mil metros cúbicos, esclarecendo que a segunda fase do processo contempla a construção de 41 fontanários e 2.500 ligações domiciliárias.

Bento Francisco lembrou que dado o aumento do número de habitantes na cidade de Malange, os investimentos no sector continuam de forma a dar resposta à demanda.



## 9 GÉNERO E VIOLENCIA

### 9.1 Muitos casos de violência doméstica no cazenga

*Jornal de Angola*  
*De 1 de Fevereiro de 2012*

A chefe da Secção da Família e Promoção da Mulher no município do Cazenga, Ana da Costa, disse ontem à agência Angop que a instituição regista, diariamente, entre 50 e 80 casos de violência doméstica.

Ana da Costa disse que, em 2011, a instituição registou 770 casos de violência doméstica, mas acrescentou que a entrada em vigor de uma lei específica está a contribuir para a redução do número de casos.

A secção municipal, segundo a responsável, vai intensificar ao longo deste ano as campanhas de sensibilização da população sobre os malefícios da violência doméstica, com a realização de palestras e seminários.

Ana da Costa disse que a instituição está preocupada com os casos de fuga à paternidade e de violência física.

A falta de diálogo nas famílias, associada ao desemprego, pobreza e consumo excessivo de álcool, são apontadas como as principais causas dessas práticas. A Assembleia Nacional aprovou, no ano passado, uma lei que considera a violência doméstica como um crime público, passível de ser denunciado por qualquer pessoa que dele tenha conhecimento.

### 9.2 Polícia Cria Novo Sistema de Segurança para Protecção das Escolas de Luanda

*Jornal de Angola*  
*De 02 De Fevereiro de 2012*

O comando provincial de Luanda da Polícia Nacional apresentou, ontem, um novo sistema de segurança nas escolas, que passa a ser assegurado por equipas constituídas por criminalistas, psicólogos, sociólogos e assistentes sociais.

O Segundo comandante da Polícia Nacional em Luanda, Francisco Ribas, disse que as novas medidas pretendem diminuir o índice de criminalidade nas escolas.

Devido ao reduzido número de efectivos, as brigadas escolares da Polícia Nacional vão dar prioridade às escolas mais vulneráveis à delinquência.

O oficial da Polícia disse que a corporação preparou os seus efectivos para lidar com todas as situações e definiu, como estratégia, uma maior aproximação entre as brigadas e a comunidade escolar, para evitar que os próprios alunos cometam infracções.

O comandante Francisco Ribas lembrou que o ano lectivo passado foi manchado por alguns actos de vandalismo, que estiveram na base de alguns casos de mau aproveitamento escolar.

A reportagem do Jornal de Angola passou a manhã de ontem, dia marcado para o início do ano lectivo 2012, em algumas escolas de Luanda e notou pouca afluência de alunos e de professores. No parque de recreio da escola da Juventude em Luta, junto ao Ngola Kanini, estavam apenas 10 alunos, entre os quais Ivone Valentim, de 13 anos, que vai frequentar, este ano, a 8ª classe.

A menina disse que vai sempre à escola no primeiro dia de aulas porque os pais o exigem. “Hoje tivemos uma aula de Educação Moral e Cívica, com apenas dez alunos na turma”, disse a pequena. Uma professora da escola pública, que não quis ser identificada, disse que muitos alunos não vão à escola nos primeiros dias, porque os professores também não aparecem, criando transtornos ao programa escolar estabelecido pela direcção provincial da Educação.

### 9.3 Assaltos no cazenga

*Jornal AGORA*  
*De 4 de Fevereiro 2012*

Os assaltantes actuam principalmente na zona da BCA, perigando a vida dos vendedores ambulantes.

Alegando serem os proprietários do espaço, entendem que os ‘zungueiros’ devem-lhes respeito e autorização para comercializarem à vontade as mercadorias. “Muitas vezes não conseguimos vender, por causa dos supostos donos do mercado. Pedem dinheiro e em caso de resistência somos agredidos. É um inferno”, apontou Frederico João, morador do bairro, que diz ter sido uma das vítimas recentes dos “abusos desses rapazes” em plena luz do dia.

“Pediram-me tudo o que tinha. Enquanto tentava me defender, agrediram-me com garrafas, apoderando-se do meu negócio. O caricato, ainda, é que ninguém apareceu para me socorrer”, contou, apelando para um maior patrulhamento da polícia.

## 9.4 BSE Aprimora Estratégia para Pôr Fim aos Vândalos nas Escolas

*Jornal Independente*

*De 04 De Fevereiro de 2012*

A Brigada de Segurança Escolar, através do seu segundo comandante Francisco Ribas, garantiu, na semana passada, que neste ano lectivo não vai dar tréguas aos grupos de delinquentes que já há alguns anos têm vindo a perturbar a tranquilidade dos estudantes de algumas escolas da capital.

O número dois da Brigada de Segurança Escolar, em declarações à imprensa, considerou que do diagnóstico do Comando Provincial e daquela unidade de segurança escolar constatou-se uma grande subida de crimes praticados por grupos de meninas. O mesmo reforçou que esta é uma das preocupações da BSE para o corrente ano escolar.

No que toca aos materiais usados pelas delinquentes, explicou que tais meninas agrupam-se, definem objectivos e em função da motivação procuram as escolas para então realizarem as suas acções.

Aquele comandante explicou que nas suas actuações agressivas as mesmas têm por hábito a utilização de armas brancas que trariam muitas consequências senão fosse a pronta actuação da polícia que tem resolvido o problema com eficácia.

O mesmo destacou como ponto de participação positiva o envolvimento dos pais e das direcções das escolas no sentido de desencoraja-las a não participarem em acções delituosas.

Por seu turno, frisou que a detenção no ano passado de cerca de 16 meninas dos grupos “Suruba”, “Mãe Preta”, “Black Mama” e outros que praticavam actos de vandalismo em diversas escolas da capital contribuiu também para o desencorajamento de outras meninas que tendiam seguir aquela conduta delituosa.

## 9.5 Governador de Luanda Agastado com Corrupção nas Escolas

*Semanário Continente*

*De 10 De Fevereiro de 2012*

O governante fez este pronunciamento durante a abertura do novo ano lectivo que teve lugar esta segunda-feira no Cine Atlântico; tendo considerado preocupante, o número de professores que enfrentaram processos disciplinares o ano passado, por alegado acta de assédio sexual, bem como a prática de suborno, vulgo “gasosa”. Para este ano lectivo, o pelouro de Bento Bento

espera maior celeridade e até mesmo a expulsão, em caso de confirmação dos professores envolvidos em práticas nada abonatórias.

Domingos Álvaro, presidente da Associação dos Professores de Luanda, APA, reconheceu o fenómeno e disse que alguns docentes foram expulsos no ano passado. “Com a ajuda dos encarregados de educação, que têm denunciado estas práticas, foram demitidos 15 docentes no ano passado. Acreditamos que temos um controlo para qualquer caso de inflação”, dizendo ser justa a expulsão de professores, sempre que for confirmado o seu envolvimento.

De acordo com Bento Bento, esta prática atingiu números alarmantes e continua a ser uma verdadeira depravação moral, ameaçando subverter a instabilidade da sociedade.

Por outro lado, o Governador de Luanda aconselhou os responsáveis das escolas e professores a pautarem por um elevado sentido ético, moral e deontológico, no cumprimento das suas tarefas e recomendou a expulsão de quem for confirmado o seu envolvimento em práticas ilícitas.

O Código penal angolano, frisa que a pena de prisão que um cidadão pode conhecer é de 4 a 8 anos, uma vez confirmado o seu envolvimento em actos de assédio e corrupção.

Alunas também são culpadas

O responsável chamou também a atenção dos alunos, principalmente, as meninas pela maneira como se apresentam na escola deixando muito a desejar e tomando o ambiente mais favorável para a prática do assédio, tendo pedido aos pais e encarregados de educação, maior rigorosidade nos seus educandos, impondo medidas cautelares. O responsável solicitou aos agentes escolares, associações e igrejas no sentido de fazer das instituições de ensino um verdadeiro centro de resgate e formação cívico-moral de novas consciências patrióticas.

## 9.6 Polícia Aperta Cerco aos Marginais em Luanda

*Semanário Continente*

*De 10 De Fevereiro de 2012*

Com vista a diminuir os índices de criminalidade e estancar esta prática, a Polícia Nacional realizou urna actividade de busca dirigida aos “homens do alheio” com o intuito de devolver o sentimento de segurança à população.

Na ocasião, Geraldo Nelito de 19 anos confessou que foi integrante de uma quadrilha de malfeitores denominada “BAD ATV”, tendo assegurado que este grupo tinha como objectivo principal, a prática de crimes nas zonas do Prenda, Maianga e Cassenda. O delinquente fez saber que numa das ocasiões por volta das 23 horas, dirigiu-se ao posto por onde se encontrava um protector de urna empresa localizada no bairro do Cassenda e apoderaram-se da arma do guarda e com a mesma faziam os assaltos à mão armada.

Os marginais reconheceram que a Polícia teve muitas dificuldades para os deter, porque os mesmos têm amigos no seio da corporação que os cobria, dando-lhes pistas a cada momento que se preparava a sua captura. “Fomos surpreendidos, porque se os nossos amigos soubessem desta operação, nós não estaríamos aqui”, sublinharam, acrescentando que os seus maiores objectivos era roubar coisas valiosas que os permitia comprar roupas caras e da moda.

Corno integrante de um grupo, que é dado como altamente perigoso, foi detido o jovem Stalone, líder da quadrilha que se dedicava à prática de crimes de roubo de valores na via pública, arredores e agências bancárias, tendo como método a utilização de motorizadas para o cometimento das suas acções. Stalone de 19 anos, contou que é a segunda vez que cai nas mãos da Polícia e tudo começou por influência de amigos de infância e na intuição de ter mais. O mesmo é acusado de ter roubado mais de USD 130.000.00 e diz-se arrependido pelo acto cometido. Também na mesma operação, a corporação capturou várias armas de fogo de diversos calibres que os marginais usavam para a prática de crimes, nos diversos bairros de Luanda. Por prática de crime de roubo qualificado de diferentes artigos na via pública e em residências no distrito -da Samba, a polícia procedeu a detenção dos seguintes marginais: Jerónimo Dias Matias, solteiro de 21 anos, José Baptista Fernandes, 18 anos, Boneco 18 anos, Romário Alfredo Fernandes “Mainha”, de 30 anos e Ferraz José “Chocolate”.

### **Inspector da Polícia pede maior colaboração**

O porta-voz da Polícia Nacional, inspector Nestor Gobel fez saber que o comando provincial apresentou os resultados das micro-operações realizadas em toda a extensão de Luanda, para devolver o sorriso das populações, que têm sido alvo destes marginais. “Esta operação produziu resultados satisfatórios, vamos procurar reduzir o índice de criminalidade”, disse, assegurando que as operações são permanentes, afim de devolver segurança às populações.

Nestor Gobel pediu a colaboração dos cidadãos e maior proximidade com a corporação.

Para além destes grupos aquele oficial fez uma pequena resenha sobre a jovem que assassinou a mulher do seu namorado, no bairro Titanic, distrito do Kilamba Kiaxi.

O porta-voz adiantou que o processo deste caso, ainda não foi dado por concluído, por isso pediu calma à imprensa e a qualquer momento a polícia pronunciar-se-á sobre o assunto.

### **Cidadão Chinês não ficou de fora**

Nesta operação, foi igualmente apresentado um cidadão de nacionalidade chinesa, identificado por Peng Hai que está envolvido na falsificação de cartas de condução, bilhetes de identidade e outros documentos de real importância. O mesmo fazia scanner de cartas de condução chinesas e criou modelos para que os clientes tivessem acesso à cartas de condução angolana. Por prática de crime e tráfico de drogas foram detidos duas cidadãs, tratando-se de Maria de Matos, também conhecida por “Feza” e a sua companheira Lídia, por terem em posse três quilogramas e trezentos e oitenta e seis gramas (3.386 kg) de cocaína, no Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro.

### **Detenções e apreensões**

Durante a referida actividade, foram detidos 84 elementos, sendo 82 do sexo masculino e duas do sexo feminino. Foram também apreendidas 52 armas de fogo de diversos calibres, sendo 21 do tipo AKM, 18 pistolas, 1 gericho, 8 macarofes, 4 stars, 2 browinig, 1 tambor, 10 motorizadas, 8 viaturas, 10 telemóveis, 1 descodificador, 5 televisores, 7 retrovisores, 4 DVD's, 3 Computadores, 2 Geradores, duas Geleiras e 4.573 kg de cocaína.

## **9.7 Lei Contra Violência Doméstica Já em Vigor**

*Semanário Angolense*

*De 10 De Fevereiro de 2012*

Depois de ter sido remetida ao parlamento em Dezembro de 2010, o diploma da Lei Contra Violência Doméstica foi aprovada, em Junho do ano transacto. A referida Lei é constituída por um preâmbulo, com seis parágrafos, e uma prescrição com 35 artigos inseridos em sete capítulos.

Num dos seus pontos diz que é assegurada a legitimidade de queixa ou denúncia à vítima e a todo o cidadão que tenha conhecimento de factos que consubstanciem violência doméstica.

Refere que está garantida a oportunidade de sancionar e responsabilizar os actos que atentem contra a mulher

grávida, o menor, o idoso e pessoas psicológica, física e economicamente vulneráveis e práticas tradicionais que ferem a dignidade humana.

O diploma adopta um conjunto de medidas de apoio e protecção da vítima e do agente entre os quais se destaca a possibilidade de encaminhamento para espaços de abrigo, sempre que a gravidade da situação determine, a restrição de contactos entre a vítima e o agente do crime, sempre que a segurança da vítima ou interesse processual o justifique.

A prestação de apoio gratuito, psicológico, social, médico e jurídico, bem como a consagração do estatuto de vítima para efeitos legais são outras medidas.

No domínio da responsabilidade criminal evita-se a duplicação de preceitos penais no ordenamento jurídico angolano e são criados novos tipos penais públicos e as respectivas sanções tais como a ofensa à integridade física ou psicológica grave e irreversível, a falta de prestação de alimentos à criança e de assistência devida à mulher grávida.

A adequação procurou delimitar o objecto e ampliar o âmbito da lei, visando dar resposta célere à realidade social actual e evitar qualquer atentado aos direitos, liberdade e garantias fundamentais dos cidadãos.

A Violência Doméstica assume a natureza de crime público, o que significa que o procedimento criminal não está dependente de queixa por parte da vítima, bastando que uma outra pessoa denúncia para que o agressor seja preso.

## 9.8 Moradores tremem como varas verdes

*Jornal A CAPITAL*

*De 11 a 18 de Fevereiro de 2012*

Eduardo Costa é morador há já largos anos no bairro Heróis do Kuito, concretamente na rua 11 de Novembro, em Viana. Ele, à semelhança de outros vizinhos, já sentiu na carne o que é viver numa zona tão problemática em termos de criminalidade como é a sua. Ele resume o problema do seu bairro numa única palavra: os marginais polvilham o bairro e, conseqüentemente, ditam as regras do jogo. “Nos últimos dias, este bairro tornou-se num antro de delinquentes. Quase todas as noites ouvem-se gritos de socorro”, revelou.

Todos os dias, por exemplo, mesmo à luz do dia, é ver os marginais passearem-se fortemente armados, como se o bairro estivesse sob um declarado estado de sítio.

E quase, os amigos do alheio actuam sem complacência: ao arrombarem uma residência, queixam-se os moradores, não poupam nada, nem ninguém. “Quando entram em casa, a primeira coisa que fazem é render todos. Caso só estejam mulheres, estas são violadas e, depois, levam tudo o que for de vaia, muitas vezes até a mobília de casa”, salientaram.

Uma vítima recente dos assaltos naquela área foi o funcionário público João Sebastião Quartilho, que viu a sua residência ser assaltada por um grupo de 15 elementos encapuzados, por volta das três horas da manhã.

Um dos integrantes do bando, que parecia ser o líder, trazia em riste uma pistola do tipo Makarov. O restante apresentaram-se com armas do tipo AKM. A vítima não teve como reagir. Poderia ser fatal. Por isso, obedeceu.

Não está ainda feito do drama, por que passou com a família naquela noite. “Entraram no quarto dos miúdos e os fizeram reféns, até chegarem ao quarto onde dormíamos”.

Além de destruírem um guarda fato e uma cómoda, levaram ainda seis mil e 450 dólares, 50 euros, cinco fios de ouro, a minha e a aliança de casamento da • minha esposa, a pistola que me foi entregue pela corporação e ainda duas carteiras com diversos documentos”, relatou. Na retirada, assim como quem tem preparação militar, os meliantes fizeram vários disparas no interior do seu quarto, tendo uma das balas atingido um dos braços.

Desconfia, pelos movimentos e a forma como os marginais chegaram, que a intenção fosse acabar com a sua vida.

“Eram muitos. Uns no corredor, outros no meu quarto e alguns no quarto das crianças. Não tínhamos espaços para manobras nenhuma”, reconheceu.

Não quer acreditar que se trata de um ajuste de alguma vingança, por algo que tenha feito. “Não tenho rivalidades com ninguém”, jurou, a pés juntos, apesar de reconhecer que, como toda a gente, existirá quem não goste de si.

A esposa, Josefina Maia, de 48 anos, é uma mulher ainda traumatizada, quando se põe a falar sobre os tristes momentos por si vividos, naquela madrugada de tristes, memória.

“Despertei, julgando que se tratavam dos meus filhos, mas soube, pouco depois, pelo meu marido, que se tratava de um assalto à mão armada. Fiquei assustada”, reconheceu, para depois referir que o medo aumentou mais ainda, quando um dos assaltantes afirmou que a

entrada dos mesmos ao interior da casa foi possível, por meio de algum poder oculto. “Eles disseram que conseguiram entrar com feitiço e que, por via disso, morreríamos também nas mãos deles”.

“Exigiram-nos dinheiro e a arma. Mas tudo foi sob fortes ameaças, de que poderiam me violar”, sublinhou. O que os assaltantes mais queriam, segundo a senhora, tinha um nome: “exigiram que entregássemos os cartões multicaixas. Dei-lhe dois cartões e códigos errados, mas fez-me ameaças, dizendo que, caso os códigos fossem errados, regressariam para matar”, sublinhou.

Maia vive agora com medo, sobretudo durante a noite. “Fico apavorada. Se tivesse outra casa, mudava-me para lá. Todos os dias ouvem-se tiros, os assaltos aumentaram e podemos notar, claramente, que o bairro não está seguro”, lamentou.

## 9.9 As Razões da Polícia

*A Capital*

*De 18 De Fevereiro de 2012*

Uma fonte daquele departamento de Investigação Criminal garante que sobre a morte de Jaime Francisco Gonçalves, vulgo “Filó” ou “GTI”, residente na Vila de Cacuaco, e de Francisco Manuel Ngombo, também conhecido pelos cognomes França e Murras a Polícia não teve nada a ver. Os jovens, de 26 e 23 anos, respectivamente, foram mortos no bairro dos Pescadores, zona do Kuxixima, por volta das 10 horas do dia 28 de Janeiro.

“O trabalho do departamento de investigação criminal, como o seu nome mesmo realça, é investigar os crimes e não matar as pessoas na via pública, como aconteceu naquele dia”, salientou a fonte.

E depois confirmou: “os jovens em causa eram marginais e pertenciam a uma gang denominada por ‘KS’ há muito procurada pela Polícia, acusados pelos moradores de praticarem diversos crimes, dentre os quais, homicídios, violações sexuais de mulheres e crianças, assaltos à residências, cantinas e até mesmo na via pública. Todas estas acções são praticadas com recurso à armas de fogo”, citou.

A fonte lamenta o facto dos mesmos acabarem mortos, uma vez que se fica sem saber como esclarecer os crimes de que eram acusados.

“Teremos, assim, dificuldades em determinar se actuavam sozinhos ou se, no caso, terão contado com mais outros cúmplices para as acções que praticavam”, salientou, sem, no entanto, descartar a hipótese de que se terá tratado de um possível ajuste de contas entre meliantes.

“Podem ter sido vítimas de um outro grupo de marginais, por isso estamos a investigar as reais causas que levaram ao assassinato destes jovens, bem como os autores deste crime. Quando os acharmos, apresentaremos”, prometeu.

Entretanto, na Divisão de Polícia de Cacuaco a nossa reportagem teve contacto com os livros de registos e confirmou, nos apontamentos ali contidos, que desde 2010 correm os seus trâmites legais mais de 20 processos-crime contra os mesmos, onde pontificam homicídios, dos quais o mais recente foi o homicídio voluntário por disparo de arma de fogo, ocorrido à beira-mar de que foi vítima um cidadão que em vida respondia pelo nome de Fernando António Coríntios, de 26 anos, funcionário público, que, na altura do infausto acontecimento residia no bairro do Kifangondo, além de violações e roubos diversos a estabelecimentos comerciais, residências e na via pública.

### A Morte a Um Passo “Foi Alvejado a Tiros”

Alpha Sissé, de 25 anos, cidadão oeste-africanos, proprietário de uma cantina no bairro da Vidrul, rua do SKS, vulgo rua do ‘Suja Pé’, foi atingido recentemente com dois tiros por marginais, em plenas 19 horas.

Segundo ele, quando os delinquentes entraram no seu estabelecimento renderam todos os que se encontravam no interior, exigiram dinheiro e os telefones. Sisse pecou, ao mostrar alguma resistência: “disse que não tinha e fui ameaçado de morte. Não tive outra alternativa, senão tirar o dinheiro daquele dia e os pacotes de saldo”, lamentou.

De acordo com aquele cidadão estrangeiro, ao fugirem, o segurança da cantina fez alguns disparos ao ar, na tentativa de alertar a vizinhança. Mas, com o se viu, se mal pensou, pior o fez. “Os bandidos voltaram e deram-me um tiro no ombro e outro no pé direito. Quando caí, puseram-se em fuga no interior do bairro”, contou, para depois dizer que apenas recuperou os sentidos na cama do hospital onde foi levado. Sissé disse, por outro lado, que das informações que recebeu dos vizinhos, os marginais que ali actuaram não são residentes da área. “Dizem que vêm dos bairros vizinhos”, apontando como exemplo o caso de que foi vítima, protagonizado por elementos do grupo de meliantes ‘KS’.

Revela ainda que, no ano passado, um outro conterrâneo seu, identificado por Osman Bari foi assaltado pelo mesmo bando. Contam que, na ocasião, os mesmos fizeram-se transportar de uma carrinha, que estacionaram defronte à cantina.

Renderam o pessoal da cantina, levaram quase toda a mercadoria, situação que obrigou aquele comerciante a mudar de bairro.

De acordo com os moradores, o grupo ‘KS’ actua nos arredores dos bairros da comuna sede de Cacuo e era liderado pelo jovem ‘Zorro’, que se encontra a cumprir uma pena de oito anos na Comarca Central de Luanda (CCL), por um crime de homicídio.

Consta que o mesmo foi substituído pelos comparsas ‘Filo’ ou ‘GT’ e ‘França’ ou ‘Murras’, ambos mortos no dia 28 de Janeiro, por pessoas até agora desconhecidas.

### **Um mal que vem por bem**

Uma das vítimas que ainda carrega muita mágoa e lembranças tristes da acção criminosa de que foi vítima é Isabel Pedro. A estudante de 24 anos foi violada e espancada por três jovens pertencentes ao referido grupo, que a mesma qualifica de “terroristas e desumanos”.

Segundo ela, tudo aconteceu por volta das 22 horas, quando saía do Instituto Médio Normal de Educação (IMNE) de Cacuo na companhia das suas amigas e colegas, com as quais frequentava o ensino nocturno. “Quando chegamos na zona do Caterpillar, as minhas amigas foram para as suas casas no bairro dos Pescadores e eu segui o meu caminho em direcção à casa. De repente, próximo de um terreno baldio apareceram dois jovens armados e neutralizaram-me”, disse. Seguidamente, viu-se obrigada a entregar o telefone, a carteira aos seus algozes. Mas, esses, não se sentiram satisfeitos. “Disseram que simplesmente me queriam violar”, recordou. E foi o que aconteceu. Ou seja, “um terceiro elemento do grupo chegou e deu-me uma bofetada na cara, deixando-me tonta”.

Lembra ainda dos três violadores, dois deles eram pessoas conhecidas, mas que, temendo pela vida, ignorou identificá-los. “Violaram-me e foram-se embora. Levaram consigo o meu telemóvel, dinheiro e tudo de valor que se encontrava na carteira”, narrou. A jovem chegou a apresentar queixa à polícia local, mas, dali, obteve a resposta de que as duas pessoas que identificou eram Jaime Francisco Gonçalves, vulgo ‘Filo’ ou ‘GTI’, e Francisco Manuel Ngombo, também conhecido por ‘França’ ou ‘Murras’, indivíduos mortos há uma semana.

Alfredo José, de 57 anos, antigo combatente, por sua vez, viu as duas filhas e a esposa espancadas por três indivíduos que escalaram o muro do quintal e arrombaram a porta de casa, por volta das 23 horas. “Entraram armados pela porta da cozinha, renderam a minha esposa, as crianças e torturaram-nas. Arrancaram-lhes o cabelo, bateram a cabeça da minha esposa contra o chão e a minha filha de 13 anos contra a parede”, contou,

para mais adiante referir que, na altura, estava no quarto dividido entre sair e pedir ajuda ou deixar a família a sofrer. “Enfrentei-os, mas fui rendido com uma arma apontada na cabeça”, disse.

Inicialmente, começou por pedir calma aos meliantes, mas esses não se fizeram rogados e agrediram-no, antes de exigirem dinheiro.

“Dei-lhes 200 dólares e oito mil kwanzas, um computador, um frigo-bar e os nossos telemóveis, mas mesmo assim as agressões não pararam”, surpreendeu-se.

Satisfeitos com os haveres surripiados da residência, os marginais puseram-se em fuga. José telefonou para a Polícia instantes depois que, de imediato, apareceu no local, mas tal foi em vão, uma vez que os ‘amigos do alheio’ tinham já sumido do mapa. “Quando fiz a descrição dos mesmos aos agentes, os meus vizinhos confirmaram que se tratava de Tchu K, Filó e Murras”, os mesmos jovens marginais que domina (va) m aquela área, há muito procurados pela polícia, mas cuja localização era difícil. Os moradores dizem respirar agora de algum alívio, desde que chegou a notícia da morte dos mesmos. “O bairro está mais calmo”, disseram.

## **9.10 Vítimas de Violência Ganham Abrigo**

*Jornal de Angola*

*De 18 De Fevereiro de 2012*

A secretária-geral da Organização da Mulher Angolana (OMA), Luzia Inglês, inaugurou ontem, no bairro Quituma, na cidade do Uíge, uma casa de abrigo para as mulheres vítimas de violência.

Durante o acto da inauguração, Luzia Inglês disse que a infra-estrutura é uma valia para as mulheres que ainda são marginalizadas. Sobre o acto, Luzia Inglês disse à imprensa que escolheu a província do Uíge porque muito contribuiu para a luta de libertação nacional.

“As mulheres não ficaram de fora desta luta, por isso, nos sentimos felizes e satisfeitas porque a organização conseguiu alcançar as expectativas e os anseios do nosso partido MPLA”, disse Luzia Inglês, apelando às mulheres da província para aderirem em massa, nesta segunda fase, à reconfirmação e actualização do registo eleitoral, no sentido de garantir a vitória do partido nas eleições.

Durante o dia Luzia Inglês visitou o Centro de Idosos, a secção pediátrica do Hospital Provincial do Uíge, onde doou bens alimentares, vestuário e brinquedos. A secretária-geral manteve ainda um encontro com os membros do secretariado provincial da organização que dirige.

Hoje Luzia Inglês segue para o município do Negage, na companhia da ministra da Família e Promoção da

Mulher, Genoveva Lino, e várias convidadas, onde vai fazer a abertura oficial das actividades em prol dos 50 anos de existência da Organização da Mulher Angolana (OMA), a comemorar-se no dia 2 de Março. Da agenda consta também visitas ao Centro Materno Infantil do Hospital Municipal do Negage e à sala de alfabetização da Brigada Deolinda Rodrigues.

## 9.11 Violência e Pobreza são Destabilizadores das Famílias

*De Semanário Agora  
18 De Fevereiro de 2012*

Para Ana Paula Sacramento, as condições socio-económicas das mulheres nas zonas rurais devem merecer do Executivo maior atenção, devendo permitir o seu acesso às pequenas tecnologias de transformação e conservação dos produtos agrícolas. A governante defendeu que a promoção e prevenção da saúde materna e infantil constitui o mais importante desafio de saúde pública no país e o programa do Executivo define expressamente essas áreas como prioritárias mas, “há ainda muito por se fazer nesse sentido”, acrescentando “que o esforço do Executivo tem sido feito no sentido de promover a participação dos indivíduos, família e comunidade para melhorar a saúde materna e neonatal, aumentar o acesso, utilização e a qualidade dos serviços de saúde, incluindo o planeamento familiar e outras doenças como a malária”.

Mas, apesar destes esforços, as acções nas áreas rurais carecem ainda de unidades sanitárias o que, segundo a Organização Mundial da Saúde, está na base da elevada mortalidade materno-infantil nos países da África Austral. De acordo com Paula Sacramento, “a institucionalização do Comité Nacional de Prevenção de Mortes Maternas e Neonatal, identificado como o instrumento chave para a redução dessas mortes, tem merecido a atenção do Executivo” sublinhando que “trata-se de um órgão de alto nível vocacionado para a mobilização e advocacia do processo de redução da mortalidade materno-infantil, rumo aos objectivos de desenvolvimento do milénio e respectivas metas definidas no país”.

## 9.12 Violência Doméstica Preocupa Autoridades

*Jornal de Angola  
De 21 De Fevereiro de 2012*

A secretária provincial de Cabinda da Família e Igualdade de Género disse ontem estar bastante apreensiva com o aumento de casos de violência doméstica na região, sobretudo os de abandono familiar e de adolescentes grávidas mal tratadas pelos pais.

Mónica Poloca, que falava numa mesa-redonda promovida pelo Fórum de Mulheres Jornalistas para a Igualdade no Género (FMJIG), que decorreu no auditório da emissora provincial da RNA, afirmou que este ano a instituição já registou 87 casos de violência doméstica.

Os casos mais frequentes, salientou, são os de falta de assistência alimentar aos filhos que vivem com as mães após a separação dos pais e de mulheres que engravidam em casas de familiares. No ano passado, referiu, a instituição registou 321 casos de violência doméstica, 106 dos quais por não pagamento, por parte de pais separados das mães, da mesada estipulada para o apoio aos filhos.

Os casos cuja solução transcenda as competências da Secretaria provincial da Família e Igualdade no Género, afirmou, têm sido encaminhados para Direcção de Investigação Criminal, Procuradoria-Geral da República e tribunal provincial.

Mónica Polaco anunciou que a Secretaria provincial de Cabinda da Família e Igualdade no Género já dispõe de uma casa de abrigo para mulheres vítimas de actos de violência.

Na mesa-redonda participaram jornalistas, juristas e psicólogos entre outros convidados.

## 9.13 Casas Abandonadas Acolhem Meliantes

*Semanário Factual  
De 25 De Fevereiro  
A 03 De Março de 2012*

A situação verifica-se desde os primeiros meses do ano em curso, nos projectos habitacionais do Panguila, do Zango e de Mulenvos, em Luanda, tidos pelos meliantes como baluarte dos seus dormitórios clandestinos e esconderijos de bens roubados dos moradores.

Segundo habitantes ouvidos pelo Factual, as residências abandonadas nessas áreas servem, ao mesmo tempo, para violações sexuais, agressões físicas e lutas entre rivais.

Ademais, a venda e o uso de estupefacientes nestas residências norteiam a rotina nocturna dos demais grupos nos municípios de Cacuaco, de Dande/Panguila, em Caxito e do bairro Mulenvos, em Viana.

Os meliantes, durante o dia, dispersam-se nos mercados do Roque-Panguila, do Kicolo e da Estalagem, onde se infiltram, forçadamente, para saquear bens alheios à mão armada, por falta de ocupação profissional e abandono familiar.

Em contrapartida, a Polícia nada faz para deter as acções ilegais destes jovens e, como se não bastasse, os vendedores e clientes são os mais lesados.

Nos Mulenvos, bairro de divisão administrativa entre os municípios de Cacuo e de Viana, os meliantes dedicam-se, à luz do dia, a assaltos de motorizadas e de viaturas que circulam nas vias de acesso ao município de Viana. Logo, os meliantes têm as residências abandonadas como albergue dos bens pilhados, nos mercados e nas viaturas queimadas na via pública.

#### **Movimentação de moradores é restrita**

Desde finais de 2011, três viaturas foram queimadas por meliantes nas ruas dos Mulenvos de baixo e Mulenvos de cima, correspondendo aos municípios de Cacuo e de Viana, por jovens desconhecidos pelo posto policial instalado naquela zona. De lá para cá, nada foi revelado pelas investigações policiais.

Inês Correia, de 40 anos, contou ser uma situação desastrosa a presença dos meliantes e das suas acções efectuadas durante o dia e a madrugada, pois a circulação dos moradores se tornou restrita.

Em contrapartida, crianças e adultos furtam-se das suas actividades normais, como o trabalho e a escola, tudo pela presença dos meliantes e pela ausência de patrulhamento do bairro pela Polícia.

Para moradores do Panguila, a presença de répteis, de falta de água e de salubridade do terreno, em épocas chuvosas, retraiu a convivência mútua ao ponto de abandonarem algumas residências.

Por estes motivos, moradores arrendaram as suas casas, enquanto outros se decidiram a vendê-las, dada a insegurança presente.

O Factual constatou, naquele bairro, agora como parte integrante do município do Dande, em Caxito, que mais de 400 casas foram abandonadas, havendo outros projectos não habitáveis.

Moradores do Panguila afirmam ter apresentado queixas à Polícia, e esta instalou-se durante horas de alguns dias da semana nas áreas mais polémicas. Após a retirada dos agentes policiais, o problema regressou. Assim, por medo de retaliações, alguns moradores estão sujeitos a abandonar as suas residências.

Perante esta realidade, urgem as acções máximas da Polícia Nacional para se estancar, de uma vez por todas, os novos métodos de supostos meliantes que oprimem o bem-estar social das familiares que, outrora, residiam

nos locais de riscos, antes que não se criem bairros de marginais legalmente consagrados.

## **9.14 Delinquência tira sono aos moradores do kikolo**

*O continente*

*(sem data) fevereiro de 2012*

Domingos de Freitas, morador do bairro Boa Esperança, apontou a área adjacente a empresa Wad Adam, bairro Combuesa, a estrada que dá acesso a moagem Kianda e a fábrica de cimento (Cimangola), como sendo onde sob ameaça de armas de fogo e objectos cortantes, os meliantes sem receio das autoridades, assaltam populares, retirando-lhes tudo que tiverem Ali, segundo a fonte, registam-se também a violações de mulheres, nas horas nocturnas e, em alguns casos, de dia.

A nossa fonte, salientou que a situação melindrosa acontece à entrada do mercado do Kicolo, que para os meliantes todos os cidadãos que lá se dirigem vão com valores monetários para fazer compras, bem como àqueles que do mercado retiram-se dirigindo-se à casa dando o sinal de que regressam com o dinheiro ganho durante as vendas do dia.

Por seu turno, Domingos Seconde, morador do bairro Compão, lamenta o facto de, apesar de a localidade estar próximo da unidade policial e administração comunal, ser lá onde ocorrem maiores acções criminais, em plena luz do dia.

Fontes da comissão de moradores do referido bairro disseram que, para além das ameaças, os marginais obrigam as senhoras a dar-lhes de mamar. Para Valentim Camosso, morador e vendedor do mercado do Kicolo, esta situação não é novidade, uma vez que já vigora há muitos anos e nunca mereceu a atenção das autoridades. Entre os grupos de maior relevância destacam-se,

Os “CP” (no bairro Compão), “os de Rabos” e “Estafe” ambos do bairro Kawelele e “Amazónia, os Escomanes e os Piratas” (do bairro Boa Esperança) e tantos outros não mencionados, os grupos segundo a fonte, têm vindo a intimidar sem trégua os populares daquela comuna. Os moradores são de opinião que para se estancar a situação efectivos da DINIC deveriam operar naquela comuna. Contactado pela nossa reportagem, sobre as razões que estão na base do não policiamento, na ausência do comandante municipal da polícia de Cacuo e do seu adjunto, o chefe da investigação criminal disse não ser da sua competência responder sobre a situação em causa.



## 10. AMBIENTE

### 10.1 Falta de Chuva está a Preocupar os Agricultores

*Jornal de Angola*

*De 08 De Fevereiro de 2012*

A falta de chuvas que se faz sentir nos últimos três meses, na província do Zaire, pode vir a prejudicar a campanha agrícola e o bom andamento do Programa de Combate à Fome e à Pobreza, revelou ontem o director local da Agricultura, Pesca e Ambiente.

Paixão Esteves, que falava no acto provincial das comemorações do 2º aniversário da União Nacional e Camponeses Angolanos (UNACA), realizado na aldeia de Quilemos, nos arredores da cidade de e Mbanza Congo, referiu que a situação está a preocupar os camponeses e agricultores daquela parcela do país.

O director da Agricultura sustentou que a falta de chuvas pode contribuir para os baixos rendimentos as culturas das populações.

Visivelmente abalado com a situação, disse que a direcção provincial está a receber muitas reacções e queixas de camponeses relativamente à colheita dos produtos.

Paixão Esteves pediu-lhes para unirem esforços, em cooperativas e associações de camponeses, para facilitar o trabalho de campo e criar condições de irrigação.

A presidente da Federação das associações de Camponeses e cooperativas Agropecuárias do Zaire, Amélia Alice Calasi, louvou os apoios do governo provincial na aplicação do Crédito Agrícola. Além disso, salientou que a instituição está a enfrentar dificuldades financeiras e de transporte para apoiar os seus associados no escoamento dos produtos cultivados.

Na província do Zaire, a UNA tem 20.935 associados, segundo Amélia Alice Calasi.

### 10.2 As chuvas, o lixo e as ravinas

*Semanário O INDEPENDENTE*

*11 DE Fevereiro de 2012*

As chuvas que têm acontecido no sul do país são na verdade uma das poucas catástrofes que o país tem vivido e que não deixam de me preocupar.

Apesar de não serem extensivas a nível do país, podemos considera-las como normais nesta época do ano,

embora estarem já a causar enormes tragédias devido a irresponsabilidade de alguns cidadãos no que tange a ocupação de terras em locais impróprios tais como em encosta, valas e sítios não apropriados para a construção de moradias, sujeitos em alguns casos para os deslizamentos de terra.

Naturalmente, é condenável a atitude que grande parte da sociedade desempenha no que diz respeito à preservação do meio ambiente, apesar dos inúmeros apelos e desastres ecológicos que ocorrem com demasiada frequência, as pessoas continuam “cegas” ou fingem não perceber o que se está a passar ao seu redor, e o pior de tudo isto, é que essa cegueira é por opção, e ou por distração. Não sou especialista no assunto, mas não é preciso que o seja para perceber que o Planeta não anda bem. Chuvas torrenciais, terramotos, deslizamentos de terra, etc. Estes e outros fenómenos, assustam o mundo, principalmente nos países mais desenvolvidos, angola não foge a regra com as últimas chuvas que caíram no sul do país e que ainda assim estão por cair um pouco por todo o país. O que se poderá esperar, serão desabamentos de moradias, rios inundados e tudo isso não será mera coincidência, se os Governos Provinciais não tomarem providências.

Na minha modesta opinião, enquanto o homem viver com a ganância do lucro fácil construindo em lugares impróprios, o tempo vai passando e a situação vai piorando, sob pena de estarem a “cavar a sua própria sepultura”.

É claro que fala-se em uma nova Angola. Mas verdade seja dita que esta nova Angola não se faz apenas com o desenvolvimento sustentável, mas também com pessoas capazes de cuidar do meio em que vivemos. Não basta apenas esperar do executivo, para ver resolvido os nossos problemas. Cabe em primeira instância a cada um de nós fazer a sua parte como cidadãos e donos da pátria.

Não podemos continuar cegos diante dessa triste realidade. Somos seres racionais em pleno exercício das nossas faculdades, e não temos o direito de nos destruirmos em troca de uma ganância com valores monetários. Progresso e natureza podem sim, andar de pés juntos, desde que se saiba preservar o ambiente, e preservá-lo para gerações vindouras.

### 10.3 Redução das Temperaturas no Pacífico Influencia a Falta de Chuva em Angola

*Jornal de Angola*

*De 13 De Fevereiro de 2012*

A falta de chuva que se regista actualmente em várias regiões do país deve-se a um fenómeno chamado “La Niña”, que está na origem da redução das temperaturas no Oceano Pacífico, concretamente na zona equatorial, revelou o director do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INAMET).

Em declarações à Angop, Benjamim Domingos explicou que, durante a ocorrência do fenómeno “La Niña”, a temperatura da água diminui entre dois a três graus, o suficiente para causar efeitos no clima global.

“Ocorre uma fraca evaporação e, consequentemente, não há chuva”, sublinhou Benjamim Domingos. O fenómeno pode durar entre seis a sete meses e, na pior das hipóteses, vai até dois anos.

O director do INAMET afirmou que estão a decorrer estudos para actualizar a previsão sazonal, o que vai permitir determinar se o país tem ou não chuvas regulares esta época e a quantidade de precipitação esperada.

Os dados actualizados vão ser divulgados no próximo dia 15.

Contrariamente ao “El Niño”, que provoca aumento da temperatura da água do mar, o “La Niña” provoca arrefecimento das águas superficiais do Oceano Pacífico, formando uma “piscina de águas frias” nesse oceano.

Trata-se de um fenómeno natural que produz fortes mudanças na dinâmica geral da atmosfera, alterando o comportamento climático. O sector da agricultura em Angola é a área mais atingida pela estiagem, que origina colheitas fracas.

#### **Redução do impacto**

O fenómeno climático “La Niña”, que provoca fortes chuvas e inundações na Ásia e América do Sul e seca em África, parece ter atingido o seu máximo e deve perder força entre Março e Maio, informou a Organização Mundial de Meteorologia (WMO). De acordo com a agência especializada da Organização das Nações Unidas, o “La Niña” arrefeceu, desde Outubro passado, a água do Oceano Pacífico e está consideravelmente mais fraco do que o fenómeno registado entre 2010 e 2011. “Os modelos de previsão e a interpretação dos especialistas sugerem que “La Niña” está próxima da sua força máxima e, por isso, deve apresentar um lento declínio nos próximos meses”, anunciou a WMO. A

Organização Mundial de Meteorologia observa que, a partir de Maio, vai haver alguma incerteza sobre o estado do Oceano Pacífico, sem qualquer preferência por um El Niño, La Niña ou condições neutras, numa referência ao fenómeno oposto que aquece as águas do oceano e tem efeitos diferentes no clima global.

### 10.4 Instituto de Meteorologia e Geofísica Necessita de Radares Meteorológicos

*Jornal de Angola*

*De 14 De Fevereiro de 2012*

O Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INAMET) necessita, pelo menos, de nove radares meteorológicos para, associados aos modelos regionais, preverem com mais exactidão a previsão do tempo nas pequenas localidades, afirmou, à Angop, o seu director-geral.

Benjamim Domingos disse que os radares tornam possível a micro meteorologia e prever, por exemplo, a quantidade de chuva e o horário específico em que ela pode cair no Cazenga. “É possível avisar, com duas ou três horas de antecedência, as pessoas e a Protecção Civil que em determinada área vai chover com bastante intensidade ou que se vão registar outros fenómenos naturais”, declarou.

Quando o INAMET diz que há previsão de chuva fraca para Luanda, mas chove apenas no Cazenga, em Viana ou na Quissama, não significa que a previsão esteja incorrecta, referiu.

O director do INAMET afirmou que a previsão não é mais precisa porque os equipamentos que o INAMET utiliza não permitem fazer a micro meteorologia, mas que com a utilização de radares é possível fazer a previsão das chuvas com maior precisão.

O país, disse, não possui nenhum radar meteorológico e o INAMET não dispõe de capacidade financeira para os adquirir, pois podem custar, cada um, mais de dois milhões de dólares, além dos custos com a formação do pessoal. Cada radar, afirmou, cobre, em média, 300 a 400 quilómetros, quer em terra, quer no mar.

“Se tivéssemos radares disponibilizávamos também informações ao sector petrolífero”, garantiu. A aquisição dos equipamentos, lembrou, tem de ser acompanhada pelo processo de formação dos engenheiros que os vão montar, garantir a sua manutenção e a leitura dos dados.

Benjamim Domingos disse que as universidades de Alagoas, Brasil, e de Évora, Portugal, com quem o

INAMET tem convénios, dispõem de capacidade para formar especialistas. O INAMET tem dois bolsheiros na Universidade de Alagoas e vai enviar mais dois ainda este ano.

Os radares, frisou, também são muito importantes para o apoio ao sector produtivo, principalmente para a agricultura.

“Podíamos recorrer a modelos globais, como faz o Brasil, através do Centro de Previsão e Estudos Climáticos, mas não são muito precisos”, referiu. Os modelos, salientou, precisam de ser alimentados por dados locais e quando isso não acontece a informação nem sempre é a mais fiável.

### **Apoio à aeronáutica**

Actualmente, disse, garantimos a actividade mínima do Instituto, como o apoio à aeronáutica e a outros sectores.

“Temos de fornecer dados para elaboração de modelos globais. Caso isso não aconteça, as previsões nunca são fiáveis. Temos de enviar elementos com regularidade para as instâncias internacionais para poderem fazer previsões mais acertadas sobre Angola e a região”, reiterou. O Sector da Meteorologia possui um Plano Estratégico de Desenvolvimento para o período 2011-2018, com custos avaliados em mais de 116 milhões de dólares, referiu Benjamim Domingos.

O plano configura o reforço da capacidade institucional e dos aspectos que têm a ver com a capacidade operacional, boa governação, investigação e a formação de quadros.

Do ponto de vista da capacidade operacional, pretende-se melhorar a rede de observações, com a instalação, até 2018, de mais 600 estações.

O plano estratégico, que ainda não foi aprovado pelo Executivo, disse o director do INAMET, “é a chave para se revolucionar todo o sistema de trabalho e de desenvolvimento do sector da meteorologia e geofísica em Angola”.

## **10.5 Ocupação de Terrenos no Soyo Ameaça a Sobrevivência da Indústria Petrolífera**

*Jornal de Economia e Finanças  
De 21 De Fevereiro de 2012*

Estou de visita ao Soyo pela segunda vez nos últimos dois anos e o que encontro é uma situação deveras preocupante, traduzida na crescente ocupação anárquica de terrenos das concessões FS e FST onshore, antes atribuídas à Fina Petróleos, e hoje sob responsabilidade da

Sociedade Petrolífera Angolana (Somoil), a primeira empresa privada angolana a marcar presença na indústria do petróleo em Angola como operadora, função que assumiu a partir de Janeiro de 2009, numa parceria com a Sonangol, Chevron e Sonangol P&P.

As ocupações de terrenos dentro da concessão petrolífera aumentam a um ritmo aceleradíssimo, seja para fins habitacionais, industriais ou agrícolas, facto que não só ameaça a sobrevivência da própria indústria de produção de petróleo e gás, como também aumenta os perigos da população que insiste em construir ou trabalhar até mesmo por cima das condutas.

A fiscalização não tem tido capacidade para exercer a competente fiscalização e, em alguns casos, em áreas de risco, a população até exhibe placas com referências a licenças alegadamente passadas pela Administração Municipal. A comissão técnica criada para o efeito e na qual estão representadas a Somoil, a Administração Municipal, o Instituto Nacional do Ordenamento Territorial (INOT) e a Polícia Nacional não apresenta resultados e não parece estar à altura de conduzir a exigida fiscalização.

O caso mais paradigmático diz respeito a uma área de restauração construída mesmo sobre a tubagem de descarga de água para o mar e a conduta que transporta o petróleo do Terminal de Quinquena para a plataforma de exportação. Trata-se da “Esplanada do Zé Kintomba”, como consta da publicidade exibida. Mais acima, também dentro da concessão, está em construção um complexo turístico.

Perante este complexo quadro, existe toda uma urgência, por parte das autoridades competentes, em fazer respeitar a delimitação existente do perímetro da concessão petrolífera, a fim de que se previnam as ocupações anárquicas de terrenos, com todos os riscos daí decorrentes. As autoridades devem definir o sentido de orientação que deverá seguir o crescimento da cidade. Quanto mais tarde se pensar no assunto, mais complicada será a solução, como se tem visto em situações idênticas em várias províncias.

Mais grave ainda é que a população acompanha os novos corredores das condutas de petróleo e gás, que a Sonangol montou para fugir dos aglomerados populacionais.

E as construções de casas são mesmo feitas sobre as tubagens ou muito próximo delas. As placas sinalizadoras do perigo ou da existência dessas linhas são arrancadas continuamente. Os cidadãos ignoram simplesmente que as terras são do Estado e que cabe a este a sua distribui-

ção e gestão. E que o petróleo produzido na área gera empregos e alimenta muitas famílias, sem falarmos dos impostos que verte para o erário público, que, em definitivo, sustentam as grandes obras sociais em benefício de todos os angolanos.

São vários os riscos a ter em conta, sobretudo quando se trata de condutas de gás. Podem ocorrer fugas e haver incêndios ou contaminação do ar. São vidas humanas que estão em perigo. Um exemplo bem ilustrativo da situação regista-se bem próximo do antigo campo de futebol da Fina Petróleos, hoje da Académica do Soyo, onde um poço de produção de gás reparte o mesmo terreno a escassos metros de distância com um restaurante-discoteca.

A questão que se coloca é de se saber a quem pedir responsabilidades, em caso de ocorrência de um acidente que tire a vida a essa mesma população que está a ocupar anarquicamente os espaços. Ao ritmo e na proporção em que estão a ser ocupados os terrenos, o Governo tem que agir já, sob o risco de parte dos poços de produção de petróleo e gás serem pura e simplesmente encerrados, com pesadas consequências em termos de desemprego e cortes na colecta de impostos, ou a população ser vítima de acidentes a qualquer momento. De resto, o que aconteceu em Quenguela Norte, na Bacia do Kwanza, poderá, a longo prazo, suceder no Soyo.

### **Poluição bélica**

Outra grande preocupação com que convive a população do Soyo está relacionada com os danos que a guerra provocou nas infraestruturas petrolíferas. Por exemplo, em 1992 foram destruídos no Terminal de Quinquena dois tanques de armazenamento com capacidade para 400 mil barris de óleo bruto cada, mesmo diante da base de operações das Associações FS e FST operadas pela Somoil. Um dos tanques continua mer9ulhado numa mistura de óleo e água. O conteúdo do segundo já secou, mas o terreno continua contaminado.

Esta situação acontece um pouco por toda a concessão. Vários poços em produção haviam sido sabotados, o que deixou o óleo a céu aberto, gerando autênticas lagoas de petróleo.

Para os casos de poluição resultantes da guerra, é consensual que a despesa deve ser assumida pelo Governo. E, nesta direcção, está em estudo um programa ambiental para o Soyo, numa primeira fase com um investimento acima dos 100 milhões de dólares. Esta é apenas uma parte das necessidades, porque a descontaminação total dos terrenos afectados durante a guerra pode muito bem chegar aos 200 milhões de dólares.

Uma saída mais expedita para a questão seria as Associações FS e FST, por intermédio da sua operadora Somoil contratarem por sua conta empresas especializadas para executarem o trabalho, desde que os valores a pagar sejam depois deduzidos dos impostos que as empresas associadas na FS e FST pagam ao erário público pela operação na concessão.

## **10.6 Tempestade Assola Bairros Ritondo e Quizanga**

*Novo Jornal*

*24 De Fevereiro de 2012*

POR VOLTA das 16h00 de domingo, dia 19, mais de 20 residências dos bairros do Ritondo e Quizanga, município de Malanje, ficaram sem tecto. Outras ficaram parcialmente destruídas na sequência de chuva acompanhada de ventos fortes.

Cerca de 50 pessoas estão ao relento e aguardam por ajuda dos órgãos competentes do governo local (Comissão Provincial de Protecção Civil), de pessoas singulares ou colectivas de caridade.

Segundo Eva Adão Domingos, mãe de uma criança de dois meses de vida, houve “muitos estragos nas casas pela ventania da chuva”. Os seis membros da família não têm onde morar.

A área mais lesada foi a zona oito do bairro da Quizanga, onde os familiares de André Julião, de 18 anos de idade, foram obrigados a mudar de residência. “A chuva levou a chapa e deixou a casa arrebatada”, contou. João Caseia, de 84 anos, afirmou que tempestade destruiu parcialmente a sua residência. “Com a graça de Deus, se não fosse isso, nós os dois éramos para morrer com a outra família que está fora (...) a chuva bateu-nos aqui, ficámos assim, mas a casa é que foi abaixo”, lamentou. Quatro pessoas encontravam-se na residência de João Caseia, das quais duas filhas e a esposa Domingas Caseia, agora acolhidas por uma das netas.

Os prejuízos foram enormes, mas terça-feira, dia 21, não havia qualquer pronunciamento das autoridades competentes sobre número de casas danificadas, lanchonetes e barbearias.

Uma tempestade idêntica deixou, em finais de 2011, no bairro do Ritondo, mais de 50 famílias sem tecto, incluindo estabelecimentos comerciais, escolas. Também árvores e instalações eléctricas foram arrancadas pelas rajadas de vento.

## 10.7 Falta de chuvas soma estragos

*Jornal O PAÍS*

*De 24 de Fevereiro de 2012*

A sequência de chuvas com períodos de estiagem causa um grande impacto na preservação e desenvolvimento sustentável das regiões, considerou recentemente o director-geral para Aérea Técnica do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INAMET), Francisco Osvaldo.

Em declarações à Angop sobre a falta de chuva que se regista na presente época em várias regiões do país, o meteorologista explicou que por essa razão é fundamental que se realize a monitorização meteorológica, em particular da precipitação, para uma avaliação adequada da disponibilidade de água numa determinada região.

Segundo a fonte, “a mudança climática (falta de chuva) afecta fundamentalmente o sector produtivo, sendo o mais visado o agrícola”.

Por esse motivo, Francisco Osvaldo aconselha os camponeses a criarem mecanismos para garantirem a irrigação do plantio, de modo a minimizarem os prejuízos na presente época agrícola. Explicou ainda que tal fenómeno (escassez de chuvas nesta época do ano) está a acontecer devido a variabilidade de baixa frequência na circulação geral da atmosfera e a fenómenos como o La Niña. O fenómeno La Niña, que é o oposto ao El Niño, corresponde ao resfriamento anómalo das águas superficiais do Oceano Pacífico Equatorial Central e Oriental formando uma “piscina de águas frias” nesse oceano.

Trata-se de um fenómeno natural que produz fortes mudanças na dinâmica geral da atmosfera, alterando o comportamento climático.

Nele, os ventos mostram-se mais intensos que o habitual, faz com que o verão seja mais ameno com baixas temperaturas e as águas mais frias, que caracterizam o fenómeno.

Observa-se, ainda, uma intensificação da pressão atmosférica no Pacífico Central e Oriental em relação à pressão no Pacífico Ocidental.

## 10.8 Camponeses do leste redobram produção para socorrer as áreas afectadas pela seca

*JORNAL DE ANGOLA*

*De 28 de Fevereiro de 2012*

Os camponeses da Huíla, onde tem caído chuva com regularidade, foram incentivados, no Cuvango, pelo secretário provincial do MPLA, a aumentarem a produção agrícola para haver excedentes que acudam às populações dos municípios afectados pela estiagem.

João Tchipyngue afirmou que os habitantes do Cubango, lamba e Chipindo, onde tem chovido com regularidade, devem aproveitar, ao máximo, a “bênção de Deus” para produzirem alimentos em grandes quantidades.

Desde a segunda quinzena de Dezembro que não chove nos municípios do Lubango, Humpata, Chibia, Gambos, Quipungo, Matala, Cacula, Caconda e Caluquembe, o que tem prejudicado, principalmente, as culturas de milho, massango, massambala e feijão.

Aquele dirigente partidário lembrou que se não chover em breve nas localidades afectadas, as culturas já não são aproveitadas e vai haver falta de alimentos, de água e de pasto e que a fome vai aumentar.

E importante, referiu, que as trocas comerciais funcionem para minimizar a situação, mas para isso é preciso que as populações do leste forneçam milho, massango, massambala e feijão em troca de gado e produtos de outras regiões.

Nas áreas onde há estiagem, sugeriu, devem ser aproveitadas as baixas junto aos rios para produção de cenoura, cebola, alho, couve, repolho e de outros produtos que se desenvolvem com facilidade naquelas circunstâncias. O soba do sector do Indungo prometeu que os habitantes se vão empenhar na mobilização dos camponeses para se aumentar a produção e ajudar as localidades onde a seca devasta as culturas. Nicolau Kassanga sublinhou a importância das autoridades governamentais apoiarem os camponeses com mais sementes, charruas, adubos e com a reabilitação da via de acesso para facilitar o escoamento de produtos.

